

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA**  
**INTERNACIONAL**



**UFRJ**

**NIKOLA CHRENČÍKOVÁ PAŘÍZKOVÁ**

**REPÚBLICA TCHECA (1989–2004): RECONFIGURAÇÕES GEOPOLÍTICAS,  
INSERÇÃO INTERNACIONAL E PAPEL DA MÍDIA**

**Rio de Janeiro**  
**Abril de 2023**

NIKOLA CHRENČÍKOVÁ PAŘÍZKOVÁ

REPÚBLICA TCHECA (1989–2004): RECONFIGURAÇÕES GEOPOLÍTICAS,  
INSERÇÃO INTERNACIONAL E PAPEL DA MÍDIA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/IE/UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Raphael Padula

Rio de Janeiro

Abril de 2023

## FICHA CATALOGRÁFICA

C553r Chrenčíková Pařízková, Nikola.  
República Tcheca (1989-2004): reconfigurações geopolíticas, inserção internacional e papel da mídia / Nikola Chrenčíková Pařízková. – 2023.  
288 f.

Orientador: Raphael Padula.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2023.  
Bibliografia: f. 270-288.

1. Geopolítica. 2. República Tcheca. 3. Mídia. I. Padula, Raphael, orient.  
II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 327.101

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Luiza Hiromi Arao CRB 7 – 6787  
Biblioteca Eugênio Gudín/CCJE/UFRJ

NIKOLA CHRENČÍKOVÁ PAŘÍZKOVÁ

REPÚBLICA TCHECA (1989–2004): RECONFIGURAÇÕES GEOPOLÍTICAS,  
INSERÇÃO INTERNACIONAL E PAPEL DA MÍDIA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/IE/UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Economia Política Internacional.

Aprovada em: 03 de abril de 2023

---

Prof. Dr. Raphael Padula  
(Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

---

Prof. Dr. Darc Antonio da Luz Costa  
(Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

---

Prof. Dr. Numa Mazat  
(Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

---

Prof. Dr. José Alexandre Altahyde Hage  
(Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP)

---

Prof. Dr. André Luiz Varella Neves  
(Universidade Federal Fluminense – UFF)

Para meu pai, o Papi Metal.

## AGRADECIMENTOS

Esta tese é resultado de um esforço longo e árduo, realizado em meio a condições em constante mudança, tanto pessoais quanto acadêmicas. Como evidenciado nesta obra, não há condições ideais no mundo, e tudo tem seu tempo embaixo do sol.

Gostaria de expressar minha gratidão ao meu marido, Roman, que esteve presente em grande parte desta jornada, me apoiando e me dando espaço para me concentrar em todas as tarefas acadêmicas e profissionais. Agradeço também ao meu filho, Benjamin, por ter se adaptado tão bem aos desafios desta jornada.

Quero agradecer, com todo o meu coração, ao meu pai, Radim, que, mesmo não estando mais entre nós, continua sendo uma fonte de inspiração e força para mim. Agradeço também à minha mãe, Táňa, por estar sempre presente em nossas vidas e por nunca me deixar seguir um caminho equivocado. E ao meu irmão, Radim Jr., meu companheiro nos momentos bons e difíceis, e às minhas avós, que sempre viram o melhor em mim.

Agradeço à minha formação acadêmica tcheca, que me proporcionou a base para o meu conhecimento e formação posterior. Foi lá que surgiu a ideia de continuar minha educação no Brasil. Realizando esse sonho, foi o PEPI, juntamente com seus professores, que construiu minha capacidade de pensamento crítico, me mostrando uma maneira de educação e formação acadêmica que considero completa e necessária para uma orientação sábia no mundo contemporâneo.

Gostaria de agradecer imensamente ao Prof. Raphael Padula, pela orientação deste trabalho, por sua paciência quanto às nossas reuniões e, especialmente, por nossa amizade, que construímos ao longo dos anos e acredito que perdurará por muito tempo.

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer a uma grande lista de pessoas próximas, amigos e colegas, que fizeram parte da minha jornada brasileira: Darc, Daniel, André e Kyra, Maru, Kris, Maria Helena e Alexandre, Eva e Pedro, todos os meus colegas do PEPI e da academia brasileira, e colegas do trabalho, além de outros. Agradeço por amizade e pelo Amor.

„A liberdade do homem reside em sua possibilidade de escolher entre as possibilidades reais existentes (alternativas). A liberdade é um fardo, o fardo de tomar decisões.”

– *Erich Fromm*

## RESUMO

Esse trabalho tem como tema a trajetória da República Tcheca (até 1993, Tchecoslováquia) entre 1989 e 2004. Especificamente, como este país de pequeno porte, que fica na região geopoliticamente estratégica da Europa Centro–Oriental, se inseriu no tabuleiro internacional depois do fim da Guerra Fria, em particular, seu caminho de adesão à OTAN e à União Europeia. A literatura sobre o tema defende que tal processo se apoiou na escolha soberana dos Estados da região. Esta tese busca olhar esse processo de “ocidentalização” do país de um ponto de vista crítico e realista, considerando ao mesmo tempo o papel das ideias e dos meios de comunicação, um instrumento pouco pesquisado em análises sobre o tema. O principal objetivo desta tese é, assim, entender como a República Tcheca se inseriu nas reconfigurações geopolíticas entre 1989 e 2004 e qual foi o seu caminho para a segurança, o desenvolvimento e a promoção das políticas nacionais dentro do suposto vácuo político ocorrido na região após a queda da União Soviética. Para atingir este fim, são abordados três níveis da análise. O nível geopolítico, oferecendo uma discussão teórico–conceitual e análise histórica sobre a região da Europa Centro–Oriental; o nível interno político–econômico, levando em conta também a transição do regime autocrático para a democracia liberal e a análise da política externa tcheca; e o nível das ideias, trazendo a discussão teórica e as devidas análises da mídia. Argumenta-se que o caminho do país depois de 1989 dependeu em grande medida de potências externas e seus interesses, como descrito por teorias geopolíticas apresentadas no trabalho. Havia presença ampla das ideias do neoliberalismo. O país, segundo a análise empregada, continuou não plenamente soberano, apesar de ganhar diversas condições mais favoráveis, principalmente em termos econômicos e de proteção militar.

**Palavras–chave:** Geopolítica; Economia Política Internacional; Tchecoslováquia; República Tcheca; Política; Economia; Mídia



## ABSTRACT

This work focuses on the trajectory of the Czech Republic (until 1993, Czechoslovakia) between 1989 and 2004. It concentrates on how this small country, located in the geopolitically strategic region of Central–Eastern Europe, asserted itself on the international stage after the end of the Cold War and, in particular, its path to membership in NATO and the European Union. The literature on the subject argues that this membership was based on the sovereign choice of the states in the region. This thesis examines the process of Westernization in the Czech Republic from a critical and realistic point of view, considering the roles of ideas and the media, two means that are little researched in other analyses. The main objective of this thesis is, therefore, to understand how the Czech Republic inserted itself into the changing geopolitical landscape between 1989 and 2004 and what its path was towards the security, development and promotion of national policies within the political vacuum that occurred at the fall of the Soviet Union. To achieve this end, three levels of analysis are utilized. The geopolitical analysis offers a theoretical–conceptual discussion and historical evaluation of the Central–Eastern Europe region. The political–economic analysis focuses on the internal transition from an autocratic regime to a liberal democracy and examines Czech foreign policy, among other factors. The level of ideas applies a theoretical discussion together with specific media analyses. The country's path after 1989 largely depended on external powers and their interests, as described by geopolitical theories presented in the work. There was a wide presence of the ideas of neoliberalism. The country remained not fully sovereign, despite gaining more favorable conditions, mainly in economic and military terms.

**Keywords:** Geopolitics; International Political Economy; Czechoslovakia; Czech Republic; Politics; Economy; Media

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABM	Anti-Mísseis Balísticos
BBC	<i>British Broadcasting Corporation</i>
BBG	<i>Broadcasting Board of Governors</i>
BCE	Banco Central Europeu
BET	Banco do Estado da Tchécoslováquia
BNT	Banco Nacionam Tcheco
BPI	Banco de Pagamentos Internacionais
CCPC	Comitê Central do Partido Comunista
CE	<i>Central Europe</i>
CEE	Comunidade Econômica Européia
CEI	<i>Central European Initiative</i>
CEFTA	<i>Central European Free Trade Agreement</i>
CFSP	<i>Common Foreign and Security Policy</i>
CME	<i>Central European Media Enterprises</i>
CNN	<i>Cable News Network</i>
Comecon	<i>Council for Mutual Economic Assistance</i>
CSDP	<i>Common Security and Defence Policy</i>
CSK	Coroa tchecoslovaca
ČSSD	<i>Česká Strana Sociálně Demokratická</i> (Partido Social-Democrata Tcheco)
CSU	<i>Christlich-Soziale Union in Bayern</i> (União Social Cristã da Baviera)
CZK	Coroa tcheca
ECO	Europa Centro – Oriental
EEAS	<i>European External Action Service</i> (Serviço Europeu de Ação Externa)
EFTA	<i>European Free Trade Association</i>
EHS	<i>Evropské hospodářské společenství</i> (Comunidade Econômica Européia)
ESDP	<i>European Security and Defence Policy</i>
ESS	<i>European Security Strategy</i>
ESVO	<i>Evropské sdružení volného obchodu</i> ( <i>European Free Trade Association</i> )
EU	<i>European Union</i>
EUA	Estados Unidos da América
EUSAIR	<i>EU Strategy for the Adriatic-Ionian Region</i>
EUSALP	<i>EU-Strategy for the Alpine Region</i>
EUSBSR	<i>EU Strategy for the Baltic Sea Region</i>
EUSDR	<i>EU Strategy for the Danube Region</i>
FITES	<i>Český filmový a televizní svaz</i> (Associação Tcheca de Cinema e Televisão)
FMI	Fundo Monetário Internacional
HSD-SMS	<i>Hnutí za samosprávnou demokracii – Společnost pro Moravu</i> (Moravianistas)
IDE	Investimento estrangeiro direto
IGOs	<i>Intergovernmental organizations</i>

IMF	<i>International Monetary Fund</i>
Kč	Coroa tcheca
Kčs	Coroa tchecoslovaca
KDU–ČSL	<i>Křestansko–Demokratická Unie – Československá Strana Lidová</i> (União Democrata Cristã)
KDS	<i>Křestanskodemokratická strana</i> (Partido Democrata Cristão)
KFOR	<i>Kosovo Force</i>
KSČM	<i>Komunistická strana Čech a Moravy</i> (Partido Comunista da Boêmia e Morávia)
MAD	<i>Mutual Assured Destruction</i>
NAFTA	<i>North American Free Trade Agreement</i>
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NGOs	<i>Non–governmental organisations</i>
OBSE	<i>Organizace pro bezpečnost a spolupráci v Evropě</i> ( <i>Organization for Security and Co–operation in Europe</i> )
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODA	<i>Občanská demokratická aliance</i> (Aliança Cívica Democrática)
ODS	<i>Občanská Demokratická Strana</i> (Civic Democrata Partido)
OF	<i>Občanské Fórum</i> (Fórum cívico)
OH	<i>Občanské hnutí</i> (Movimento Cívico)
OKS MZV	<i>Odbor komunikačních strategií Ministerstva zahraničních věcí</i> (Departamento de Estratégias de Comunicação do Ministério das Relações Exteriores)
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEC	<i>Organization of the Petroleum Exporting Countries</i>
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OSCE	<i>Organization for Security and Co–operation in Europe</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PEPI	Pós–Graduação em Economia Política Internacional
PIB	Produto interno bruto
PNAC	<i>Project for New American Century</i>
PNP	<i>Passauer Neue Presse</i>
RBVG	<i>Rheinisch–Bergische Druckerei– und Verlagsgesellschaft</i>
RDA	República Democrática Alemã
RT	República tcheca
SALT	<i>Strategic Arms Limitation Talks</i>
S3	<i>Slavkov Trilateral</i>
TINA	<i>There is no alternative</i>
TJ	Tonelada
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
US	<i>United States</i>

US	<i>Unie Svobody (União da Liberdade)</i>
USAID	<i>U.S. Agency for International Development</i>
USD	Dólar americano
USIA	<i>United States Information Agency</i>
USSR	<i>Union of Soviet Socialist Republics</i>
VOA	<i>Voice of America</i>
VPN	<i>Veřejnost proti násilí (Público contra a violência)</i>
V3	Grupo de Visegrad (Os Três de Visegrad)
V4	Grupo de Visegrad (Os Quatro de Visegrad)
WTO	<i>World Trade Organization</i>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1. QUADRO INTERNACIONAL: VISÃO GEOPOLÍTICA DOS ACONTECIMENTOS ENTRE 1989 E 2004 NA REGIÃO DA EUROPA CENTRO-ORIENTAL.....</b>	<b>21</b>
1.1. DISCUSSÃO TEÓRICA INICIAL: PONTOS DE PARTIDA HISTÓRICOS-CONCEITUAIS SOBRE GEOPOLÍTICA E POLÍTICA INTERNACIONAL .....	22
1.1.1 <i>Estados pequenos na hierarquia no sistema internacional e sua suposta soberania .....</i>	<i>22</i>
1.1.2 <i>Visão estratégica: O Cinturão da Europa Centro-Oriental pelo olhar dos conceitos geopolíticos.....</i>	<i>26</i>
1.2. O SISTEMA INTERNACIONAL DEPOIS DO FIM DA GUERRA FRIA.....	43
1.2.1 <i>Nova polarização: Da bipolaridade para onde? .....</i>	<i>44</i>
1.2.2 <i>Transformação da região da Europa Centro-Oriental e sua integração .....</i>	<i>62</i>
<b>2. QUADRO INTERNO: PROCESSOS E DINÂMICAS NO PAÍS NO NÍVEL ECONÔMICO-POLÍTICO .....</b>	<b>89</b>
2.1. REESTABELECIMENTO DO ESTADO AO FIM DA GUERRA FRIA.....	90
2.1.1 <i>Contexto introdutório: Caminho da nação até 1989.....</i>	<i>90</i>
2.1.2 <i>A Revolução de Veludo no contexto dos acontecimentos na época .....</i>	<i>97</i>
2.2. RE-ESTABELECIMENTO POLÍTICO .....	104
2.2.1 <i>Democratização do país e as mudanças no sistema político.....</i>	<i>105</i>
2.2.2 <i>A separação dos tchecos e eslovacos .....</i>	<i>111</i>
2.2.3 <i>Reflexos da cultura política das elites na sociedade.....</i>	<i>114</i>
2.3. REESTABELECIMENTO ECONÔMICO .....	118
2.3.1 <i>Economias em transição na época do neoliberalismo.....</i>	<i>119</i>
2.3.2 <i>O caminho tcheco ao livre mercado.....</i>	<i>123</i>
2.3.3 <i>Abertura econômica para o mundo.....</i>	<i>146</i>
2.4. A POLÍTICA EXTERNA TCHECA ATÉ 2004: ARTICULAÇÃO DOS INTERESSES, SUA PROMOÇÃO E CAPACIDADE DA SOBERANIA NO ÂMBITO INTERNACIONAL.....	157
2.4.1 <i>Primeira meta: Adesão à OTAN em 1999.....</i>	<i>173</i>
2.4.2 <i>Segunda meta: Adesão à União Européia em 2004.....</i>	<i>183</i>
2.4.3 <i>Nota final sobre a estratégia nacional da República tcheca .....</i>	<i>191</i>
<b>3. QUADRO DAS IDEIAS: QUADRO DAS VISÕES DOMINANTES EM TERMOS TEÓRICOS-IDEOLÓGICOS NO TEMA.....</b>	<b>195</b>
3.1 <b>RELAÇÃO ENTRE PODER E MÍDIA: CONCEITUALIZAÇÃO DA MÍDIA NO CONTEXTO DO NOSSO TEMA .....</b>	<b>196</b>
3.1.1 <i>Mídia, poder e a opinião pública.....</i>	<i>197</i>
3.1.2 <i>Quem controla a mídia: apoio à hegemonia.....</i>	<i>202</i>
3.1.3 <i>Aspecto social e econômico da mídia .....</i>	<i>208</i>

3.1.4. <i>Discurso neoliberal e seu espalhamento</i> .....	212
3.2. MÍDIA TCHECA ENTRE 1989 E 2004: ANÁLISES PARTICULARES .....	225
3.2.1. <i>Transformação do sistema midiático tcheco após Revolução de Veludo</i> .....	228
3.2.2. <i>Análise da propriedade e financiamento de mídia tcheca desde 1991</i> .....	239
3.2.3. <i>Comparação do reflexo da adesão da República Tcheca à OTAN na imprensa tcheca e americana</i> .....	247
3.2.4. <i>Referendo sobre a entrada da República Tcheca na UE na mídia impressa tcheca</i> .....	254
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>263</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>270</b>

## INTRODUÇÃO

A República Tcheca é um país de pequeno porte que se encontra na margem da Europa Central e Oriental, possuindo, assim, uma posição estratégica, e que passou por uma mudança radical e sistêmica em 1989. Com a dissolução da União Soviética, este seu satélite se encontrou num suposto vácuo geopolítico. O país se livrou, depois de mais que quarenta anos, da vassalagem soviética e do regime autocrático socialista. Esse foi um momento marcante. A experiência através da sua história mostrou que a Tchecoslováquia (estabelecida em 1918 graças ao apoio das potências europeias e dos EUA e, desde 1993, República Tcheca) poucas vezes exerceu uma liberdade de fato, já que sempre foi amplamente influenciada por acontecimentos globais e interesses externos. Ao mesmo tempo, no momento em que deveria se beneficiar dos acordos internacionais que garantissem a sua soberania, eles sempre foram, no final, violados, como aconteceu, por exemplo, ainda antes do começo da Segunda Guerra Mundial com o Acordo de Munique (1938), que rompeu com a garantia das fronteiras e com a autonomia tchecoslovaca. No final da Guerra, o país caiu rapidamente na esfera de influência soviética, onde ficou até 1989.

Com o fim do regime comunista e a dissolução da União Soviética, abrir-se-ia espaço para criar novas condições de estabelecimento do país na cena internacional. Desde o começo, tanto a nova elite dos dissidentes quanto a velha dos ex-comunistas começaram a proclamar o desejo de sair o mais rápido que possível do “Leste” e ingressar nas estruturas ocidentais, isto é, na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e na União Europeia (UE). Junto com a radical transformação política e econômica do país, foi criada a iniciativa da integração regional chamada de Grupo de Visegrad. Ele foi composto por Tchecoslováquia, Polônia e Hungria com o fim de atingir objetivos comuns para os três países. Porém, depois de conseguí-los, perdeu a sua força. Apesar da tendência óbvia da ocidentalização do país, a República Tcheca mostrava ao longo do período maior resistência e controvérsias nas discussões políticas entre todos os países da região. O resultado foi, para todos eles, o mesmo: bem-sucedida entrada em todas as instituições ocidentais relevantes, adotando princípios neoliberais.

Há muitos autores internacionais do campo da geopolítica ou de relações internacionais que tratam do caráter estratégico da região da Europa Centro-Oriental (ECO). Entretanto, falta uma visão mais ampla sobre os acontecimentos desde 1989, com o fim do regime comunista no país. Paralelamente, há poucas pesquisas sobre o papel da ideologização e da mídia em tal

processo. Assim, este estudo abrangente visa enriquecer análises semelhantes com um ponto de vista vertical sobre a manifestação do problema geopolítico em um país e um período específicos.

Esta tese parte da linha de pesquisa abordada no PEPI (UFRJ): Poder, Estratégia, Geopolítica e Geoeconomia. Estendemos esta visão para o nível da mídia, que será levado em conta tanto por ser considerado o “quarto poder”, assim como devido à proximidade acadêmica da autora desta tese com esse campo do conhecimento. Esperamos encontrar nesta complexidade os fatores que podem ou não apoiar as variáveis geopolíticas que, ao mesmo tempo, consideramos essenciais. Entretanto, considerando que o caminho do país para as estruturas euro-atlânticas aparecia, na época, como o único possível, pretendemos entender qual foi a dinâmica dessa trajetória e se ela teve, na sociedade tcheca, os seus contrapontos. A abordagem teórica realista presente no PEPI não é comum no âmbito acadêmico tcheco. Ao mesmo tempo, o tema da região da Europa Centro-Oriental praticamente não aparece na academia brasileira.

Assim, esta tese tem por objetivo entender como a República Tcheca se inseriu no jogo geopolítico das grandes potências entre 1989 e 2004 e qual foi o seu caminho para a segurança, o desenvolvimento e a promoção das suas políticas. Partimos do fato de que a Europa Centro-Oriental é uma região estratégica e conturbada. O país que hoje em dia se chama República Tcheca nunca exerceu, de fato, a concepção plena de Estado tal qual definido pelo modelo de Vestfália, pois sempre tem dependido da distribuição do poder além das suas fronteiras. A região, ademais, sempre foi disputada pelas potências externas, principalmente Alemanha e Rússia. Em nossa tese, argumentamos que a vulnerabilidade a influências externas que o país vem sofrendo desde sempre não se alterou com a queda da União Soviética e com o fim da bipolaridade. Dentro disso, pretendemos analisar o potencial dos países da região da Europa Centro-Oriental para cooperar mais profundamente entre si e criar um espaço mais soberano, capaz de enfrentar as pressões vindas de fora. Em tudo isso, consideraremos o fato de que nas condições do novo regime liberal-democrático, havia a prevalência das ideias do neoliberalismo que se espalhavam para o resto da Europa, inclusive a Tchecoslováquia.

Nossa hipótese central a ser testada é que a forma pela qual a República Tcheca se inseriu no sistema internacional entre 1989 e 2004, ou seja, seu caminho de ocidentalização, dependeu em grande medida de suas condições geopolíticas e seu pequeno poder político, sofrendo interferências das relações entre grandes potências da época (principalmente os



Estados Unidos e países da Europa ocidental, diante de uma Rússia enfraquecida). Suponhamos, assim, que as condições geopolíticas continuaram a influenciar o destino da República Tcheca. O que mudou, segundo nossa suposição, foi a balança do poder no âmbito internacional e a natureza ideológica do regime, em favor dos valores neoliberais em contraste do período anterior.

Nesse contexto, trazemos para a nossa análise várias perguntas particulares. A primeira gira em torno do forte desejo da elite tcheca de entrar o mais rápido possível nas instituições euro-atlânticas, isto é, na OTAN e na União Europeia. Qual foi o motivo desta inclinação forte e clara? Será que junto a ela, a República Tcheca conseguiu exercer plenamente sua soberania como elemento essencial do Estado moderno como visto pelo Sistema de Vestfália, e caso contrário, como isso foi exercido e percebido pela elite? Diante disso, outra questão importante seria: qual foi de fato a capacidade dessa elite de formular e defender consistentemente o interesse nacional do país e discutir alternativas para seu desenvolvimento e segurança?

Outra pergunta, para a qual buscaremos uma resposta, trata da cooperação regional entre os países da ECO no período analisado, principalmente o Grupo de Visegrad, como iniciativa mais relevante da época. Sem dúvidas, ela tem um grande potencial de promover políticas eficientes em cada país, apesar das grandes diferenças entre os quatro membros. Por que ela nunca se desenvolveu em um esforço de maior alcance que promoveria as políticas soberanas deles? Havia de fato outro objetivo além de ajudar aos demais países a ingressar nas estruturas ocidentais? Ademais, como isso se desenrolou nas iniciativas semelhantes na região da Europa Centro-Oriental?

Dado o caráter da mudança do regime que foi construído sobre os valores da democracia liberal, do livre mercado, entre outros, visamos analisar também a presença da ideologização do problema geopolítico, isto é, o espalhamento das ideias do neoliberalismo tanto entre a elite quanto na sociedade tcheca em si, influenciando a formação da identidade nacional. Aqui entra a questão da mídia como “quarto poder”. Buscaremos neste sentido encontrar, na análise do funcionamento dos meios de comunicação da época, a potencial influência externa. Será que os atores externos tinham oportunidades para exercer o poder sobre a opinião tcheca? Por último, mas não menos importante, isto significaria que a entrada na OTAN e na União Europeia, como dois pontos mais marcantes na busca da segurança e desenvolvimento, ocorreram no âmbito do consenso entre as elites e na sociedade em si? Qual foi o reflexo delas na mídia?

Do ponto de vista metodológico, a tese pode ser considerada um estudo de caso da República Tcheca (até 1993, Tchecoslováquia). Ela analisa qual foi a influência da geopolítica (junto com ideias prevaletentes no âmbito internacional) no desenvolvimento do país entre 1989, quando ocorreu a assim chamada Revolução de Veludo, que pôs fim ao regime comunista no país; e 2004, quando a República Tcheca entrou na União Europeia e finalizou a sua desejada “ocidentalização”. Para isso, escolhemos três níveis da análise, como visto, por exemplo, na obra de E. Carr (1946) e R. Cox (1977, 1979), tratados nesse trabalho; ou A. Milward (1999). Quais sejam: o externo (da geopolítica e política internacional), o interno (das políticas interna, externa e da economia) e o nível das ideias, ou seja, da mídia (principalmente a imprensa, já que esta era, na época, a mais tradicional e a que desfrutava da maior confiança popular). Os pontos marcantes na tese serão: o fim do regime comunista no país em 1989 e o conseguinte estabelecimento do novo sistema; a criação do Grupo de Visegrad em 1991; a separação da Tchecoslováquia em 1993; a entrada na OTAN em 1999; e a entrada na União Europeia em 2004.

Em relação aos três níveis da análise, o primeiro, externo, terá por objetivo criar uma visão mais ampla da geopolítica como ponto de partida da tese. Ele buscará apresentar teorias existentes ligadas ao tema e relevantes para os fins da tese que descrevem as condições geopolíticas da República Tcheca (Tchecoslováquia). Com base nelas deveríamos, até certo ponto, prever o caminho seguido pela República Tcheca após a Guerra Fria (fim do regime comunista no país e dissolução da URSS). Ele resumirá mudanças no quadro global e no desenvolvimento da região do ponto de vista externo desde 1989 até 2004 e articulará esses acontecimentos com as teorias apresentadas. Além disso, analisaremos neste primeiro capítulo as iniciativas da integração regional na Europa Centro–Oriental, seus benefícios e limitações para os seus membros e para região em si.

Neste primeiro capítulo, discutiremos conceitos de geopolítica clássica que tratam do caráter estratégico da região da Europa Centro–Oriental. Autores como H. Mackinder (1919), N. Spykman (1944, 2007), Z. Brzezinski (1986, 1989, 1990), junto com aqueles de geopolítica atual como S. B. Cohen (2003, 2008), R. D. Kaplan (2012), P. Kelly (1997), entre outros, formulando, por exemplo, o conceito de *Shatterbelts*. Todos eles apresentaram várias teorias sobre o “cinturão” que se estende do mar Báltico até o Mediterrâneo. O que todas elas têm em comum é a importância estratégica dessa região para a dominação mundial, caso seja controlada por determinada potência na cena internacional. Além disso, é também analisada a questão da

soberania conforme definida pelo sistema de Vestfália. É S. Krasner (1996, 1999) que desafia este conceito argumentando que é difícil manter, de fato, essa soberania no mundo contemporâneo. A tese entra na análise em perspectiva histórica levando em consideração o fim do mundo bipolar e a confirmação da hegemonia norte-americana no mundo. Partindo desses fatos, analisaremos as mudanças na região e as iniciativas da integração regional, junto com processos ligados ao desejo dos demais países de entrar nas estruturas euro-atlânticas.

O segundo capítulo analisará os processos internos do país, ou seja, a política interna, a economia e a construção da política externa, a fim de responder qual foi a dinâmica interna do país na sua “jogada” para o Oeste. Elaboraremos em maiores detalhes como ocorreu a transição do país (tanto política quanto economicamente), como ocorreu a chamada “Revolução de Veludo”, quais foram os atores e quais foram a natureza e as motivações deles. Ao mesmo tempo, analisaremos a divisão do poder na época, desde 1989, e os conflitos entre as partes governantes e a oposição. Do ponto de vista econômico, enfocaremos como ocorreram as mudanças na economia e quais foram os seus reflexos no desenvolvimento do país, por exemplo, como ocorreu a abertura para o mundo e a entrada do capital estrangeiro. Veremos como, desde 1989, foram formulados os interesses externos, quem os formulava e com qual propósito, quais foram os interesses específicos e como se desenvolveram as relações com os países vizinhos. Por último, enfocaremos a dinâmica do processo de adesão à OTAN e à UE, do ponto de vista interno da República Tcheca.

Usaremos para esses fins a literatura contemporânea dos autores, principalmente, tchecos e eslovacos, como O. Krejčí (1993, 1997, 2003, 2005 e 2014), J. Křen (2019), Š. Waissová (2002, 2006, 2008, 2009), T. Lebeda (2004), R. Holman (2000, 2005), entre outros. São autores de relações internacionais, ciência política e economia, cujo foco teórico converge com a nossa visão do problema, aproximando-se das visões realistas e da abordagem do PEPI. Vale dizer que essa abordagem, no âmbito acadêmico tcheco, é minoritária. Além disso, trabalharemos com fontes primárias como documentos de governo e estratégicos, discursos de políticos individuais etc., em sua maioria disponíveis na internet ou na Biblioteca Nacional em Praga. Os dados específicos econômicos serão extraídos principalmente do portal *Český statistický úřad* (Escritório de Estatística Tcheco) que reúne detalhadamente dados socioeconômicos do país desde 1991.

Por fim, o terceiro capítulo tem por objetivo ampliar a “pura” visão político-econômica e incorporar ao tema a questão dos meios de comunicação como instrumentos eficientes de

exercício de poder. Dada a formação acadêmica da autora desta tese (graduação e mestrado em Estudos da Mídia na Universidade Carolina na República Tcheca), visamos expandir o tratamento do tópico para o nível da mídia. Em particular, trabalharemos com a mídia tanto como uma ferramenta para manter a hegemonia por meio do consenso ao nível interno e internacional, quanto a considerando uma mercadoria importante no mundo contemporâneo. Especificamente, analisaremos a influência externa por meio da propriedade e das normas aceitas na legislação do país. Secundariamente, por meio de duas análises qualitativas da imprensa (tanto tcheca quanto estrangeira), tentaremos descobrir as interações dos processos da adesão à OTAN e à União Europeia.

Este terceiro capítulo, dado o campo acadêmico que não está diretamente ligado à Economia Política Internacional, interliga a apresentação das teorias relevantes para o tema e as análises particulares. Do ponto de vista conceitual, trabalharemos com os autores de Estudos de Mídia clássicos estrangeiros e tchecos como D. McQuail (1969), E. Noelle Neumann (1991), J. Jiráček e B. Köpplová (2003, 2009), entre outros; com autores de Mídia que têm sobreposição com as relações internacionais como N. Chomsky (1998, 2013), B. Bagdikian (2000, 2004) e J. Curran (2002) (os dois últimos, tratando o aspecto econômico da mídia no mundo contemporâneo); e com autores vindos principalmente da ciência política e das relações internacionais que consideram a mídia um instrumento efetivo de poder como E. Carr (1946), A. Gramsci (1971) e R. Cox (1977, 1979), que estudam o potencial da mídia de fortalecer aqueles que estão no poder por meio do consenso, tanto ao nível nacional quanto internacional. Para os fins de análises particulares, usaremos a devida legislação tcheca e dados disponíveis sobre a propriedade da mídia. O conteúdo será analisado com base na escolha da mídia relevante ao tema que está disponível *online* no portal *Newton Media* ou na Biblioteca Nacional em Praga.

Com estes três níveis da análise, visamos revelar como os fatores geopolíticos, as relações entre grandes potências ocidentais e os princípios neoliberais interferiram no desenvolvimento da República Tcheca depois de 1989 e qual foi a correlação entre eles. Esperamos que, dentro deste quadro, ainda interferiu a natureza da elite tcheca que, conforme moldada ao longo da história, desempenhou seu papel importante na formação do Estado no período estudado. Suponhamos, ao mesmo tempo, que os fatores decisivos foram os geopolíticos que se refletiram na atuação das grandes potências, mostrando-se ao mesmo tempo decisivos e até determinantes para tal país de pequeno porte na região estratégica.

## 1. QUADRO INTERNACIONAL: VISÃO GEOPOLÍTICA DOS ACONTECIMENTOS ENTRE 1989 E 2004 NA REGIÃO DA EUROPA CENTRO-ORIENTAL

A região da Europa Centro-Oriental possui características geopolíticas e experiências históricas bastante específicas e sua transformação depois do fim da Guerra Fria foi um acontecimento único. É uma região situada entre áreas diferentemente definidas como Europa Oriental e Ocidental. Em vez de um agrupamento físico, o termo da Europa Centro-Oriental, representa mais um símbolo de unificação e de diferenças político-ideológicas. Historicamente, ela representava um contraste com o “Oriente” representado pelo Império Otomano e pelo Império Russo. Seguidamente, no século XIX, quando a França se tornou uma república e a Grã-Bretanha era uma monarquia parlamentar liberal na qual o monarca tinha muito pouco poder, a Áustria-Hungria e a Prússia, por outro lado, permaneceram monarquias conservadoras nas quais o monarca e sua corte desempenhavam funções de governo central, junto com as influências das igrejas (no caso, a Igreja Católica na Áustria-Hungria e a Luterana na Prússia). Após a Primeira Guerra Mundial, e ainda mais após a Segunda, a divisão liberal e conservadora entre Oriente e Ocidente foi substituída por uma divisão política entre países controlados democraticamente e autocraticamente. O fim da Guerra Fria marcou, nesse sentido, uma transformação radical para a região.<sup>1</sup> Essas autocracias se encontraram, no final desse mundo bipolar, no limiar de um novo caminho.

Esse momento significou uma isenção dos princípios não democráticos, de subordinação e dos sequestradores “orientais” nos demais países. Para Tchecoslováquia, Polônia e Hungria, abriu-se neste sentido uma possibilidade de buscar a soberania, a liberdade e a livre escolha dos assuntos internos e do posicionamento no campo internacional como nunca visto anteriormente. No entanto, frequentemente se esquece que os países da região da Europa Centro-Oriental sempre foram suscetíveis às influências externas, com uma capacidade diminuída de definição dos seus próprios assuntos internos. Isso a própria história tem mostrado. Abordamos, nesta tese, uma visão realista que enfatiza a importância da hierarquia dos diferentes atores no cenário mundial e, assim, não superestima a capacidade de um Estado

---

<sup>1</sup> A região é, por vezes, considerada pela literatura como “Europa Oriental”, e por alguns autores como “Europa Central”. A noção difere entre os campos acadêmicos, dependendo de entendimentos teóricos e históricos. Países como República Tcheca, Eslováquia, Polônia e Hungria ficam geograficamente na região da Europa Central. Como herança do século XX, a região é muitas vezes considerada como Leste Europeu, depois das configurações geopolíticas estabelecidas na Primeira Guerra Mundial e, especialmente, durante a Guerra Fria. No entanto, com o desenvolvimento do período pós-Guerra Fria, essa noção está sendo abandonada, retornando o conceito de Europa Central. Preferimos, neste caso, chamar esta região de “Europa Centro-Oriental”.

de pequeno porte da região da Europa Centro–Oriental de definir seus assuntos sem olhar para o contexto internacional das chamadas “grandes potências”. Este primeiro capítulo tem por objetivo oferecer uma imagem geral dos acontecimentos pós–Guerra Fria na região da Europa Centro–Oriental, tanto do ponto de vista teórico quanto da leitura histórica. Esperamos, assim, criar uma base sólida para a análise posterior que visa buscar as dinâmicas internas no campo político, econômico e das ideias no caso da sociedade tcheca.

### **1.1. Discussão teórica inicial: pontos de partida históricos–conceituais sobre geopolítica e política internacional**

Nesta parte inicial, visamos abordar a discussão teórica do tema, especificamente a questão dos pequenos Estados no âmbito global e a sua suposta soberania. A formulação das ideias principais sobre a geopolítica e política internacional da região da Europa Centro–Oriental, em diferentes tempos e por diferentes autores, reflete as suas próprias experiências históricas. A maioria de teorias que consideramos relevantes ao nosso tema resultaram das realidades anteriores aos anos 1990. O seu desenvolvimento desde o fim da Guerra Fria permanece uma questão de discussões amplas, principalmente por se tratar de um período de constantes mudanças.

#### **1.1.1 Estados pequenos na hierarquia no sistema internacional e sua suposta soberania**

O Estado que hoje em dia se chama República Tcheca fica no centro da Europa, na borda ocidental da Europa Centro–Oriental (ECO). Enquanto área de transição entre Europa Ocidental e Ásia, ela é considerada uma região conturbada. A ECO é composta por Estados de pequeno ou médio porte e, pelo menos nos últimos dois séculos, sua história é marcada por relações de vários tipos da ocupação e subordinação por potências externas. Assim, ela foi ao longo do todo século XIX dominada e disputada pela Áustria (depois de 1867, Áustria–Hungria), Prússia (depois de, 1871 Império Alemão), Rússia czarista e até mesmo Turquia Otomana (KOSINSKI, PARIZKOVA, 2017). No caso tcheco, esse desenvolvimento foi, no século XX, seguido pela ocupação nazista durante a Segunda Guerra Mundial e a conseguinte subordinação à União Soviética, que durou mais de quarenta anos.

Ainda assim, os países da região, ou seja, República Tcheca, Eslováquia, Polônia, Hungria, mostram características étnicas, sociais e culturais bastante diferentes.<sup>2</sup> Apesar das diferenças internas, há uma característica comum a todos: a pressão constante exercida pelas demais potências e unidades de poder a Leste e Oeste, competindo por posições dominantes no sistema internacional. Também por isso, os Estados da região da ECO experimentaram poucas vezes na história um estabelecimento sem inserção externa direta ou indireta, oscilando entre diferentes formas e intensidades desta influência.

Consideramos, neste trabalho, o sistema internacional um sistema com dinâmica interna hierarquizada. Este sistema é formado por Estados nacionais que operam dentro dele. No topo desse sistema operam assim chamadas “grandes potências”. Elas próprias também apresentam sua dinâmica competitiva:<sup>3</sup>

*The relative strengths of the leading nations in world affairs never remain constant, principally because of the uneven rate of growth among different societies and of the technological and organizational breakthroughs which bring a greater advantage to one society than to another* (KENNEDY, 1987, p. 15–16).

Essa dinâmica é difícil de estruturar, no entanto, há uma força interna que é comum para todos os atores (potências) que atuam nela. Já que essas potências são situadas dentro de tabuleiros geopolíticos extremamente competitivos, têm sentimento constante de cerco e de ameaça externa (FIORI, 2014, p. 108). Isso, claro, afeta a sua atuação no sistema, sendo que

---

2 “Após a Primeira Guerra Mundial – que começou como um conflito centro-europeu balcânico, com a declaração de guerra da Áustria-Hungria contra a Sérvia -, com a derrota e dissolução daqueles impérios, estados como Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia e Romênia foram criados através de múltiplos acordos internacionais. Porém, com a relativa exceção da união entre tchecos e eslovacos, esses países apresentavam caracteres multiétnicos nos quais as fronteiras políticas frequentemente não coincidiam com as linguísticas e culturais, tornando seus governos pouco legítimos para partes consideráveis dos seus cidadãos. Havia ainda a presença, na maioria deles, de significativas minorias alemãs, ressentidas pela derrota e perda de territórios em favor desses novos estados. Estes fatos, aliados à sua grande debilidade produtiva e militar, os tornava muito instáveis social e politicamente (HOBSBAWM, 1995)” (KOSINSKI, PARIZKOVA, 2017, p. 375).

3 Há várias abordagens para a categorização da hierarquia do sistema mundial. Partimos aqui da diferenciação do Fiori (2014), que divide o sistema em: 1) O pequeno grupo de “ganhadores” (mesmo estes são hierarquizados e se reproduzem internamente) com regularidades na trajetória vitoriosa deles – são expansionistas e imperialistas, todos eles enfrentam em algum momento invasões externas, rebeliões sociais, guerras civis e estes fortalecem e contribuem aos seus grandes projetos de defesa ou de projeção internacional; 2) Os Estados e economias nacionais, que livremente adotaram estratégias de integração ou subordinação direta em relação às potências líderes (ganhadores) como, por exemplo, caso da Alemanha depois da Segunda Guerra Mundial; 3) Aquelas que vão questionando a hierarquia internacional e adotam estratégias de mudança de status quo e de crescimento acelerado a fim de mudar sua participação na distribuição internacional do poder e da riqueza. Seus projetos de longo prazo são da natureza nacional, não econômica. Nesse sentido podem suceder ou não (sucederam, por exemplo, os EUA na primeira metade do século XX ou China no começo do século XXI); 4) Andar de baixo ou periferia – países que podem crescer, mas não questionam a ordem internacional estabelecida (FIORI, 2014). Ainda assim, todos Estados que se tornaram em um momento determinado grandes potências, fizeram isso por meio do aproveitamento das oportunidades econômicas e políticas favoráveis e estratégia agressiva [protegendo os interesses nacionais e expandindo o poder internacional] (FIORI, 2007).



todas as potências buscam manter sua posição dominante e alcançar objetivos diferentes. Entre eles, consideramos os objetivos econômicos (junto com o poder militar tradicional), hoje em dia, alguns dos mais importantes.

Isso tudo está estreitamente ligado ao termo “hegemonia”, que tem sido amplamente discutido. Ele destaca a noção de “líder” no sistema internacional internamente hierarquizado, não apenas no sentido gramsciano como apresentado no terceiro capítulo (como uma liderança baseada na legitimidade e aceitação por parte dos outros), mas também como um poder que está acima de todos os outros Estados. A maioria dos autores considera essa liderança definitiva em certas circunstâncias. No entanto, consideramos essa hegemonia um fenômeno transitório. A existência dessa dominação não se interrompe com a expansão de outros Estados e pode ser autodestrutiva para o próprio *hegemon*, que mais cedo ou mais tarde, acaba quebrando as regras que estabeleceu para se manter à frente dos demais (FIORI, 2007).

Nesse contexto, diferentemente das “grandes potências” (hegemonias), a República Tcheca é considerada um Estado semiperiférico<sup>4</sup> de pequeno porte<sup>5</sup> que vem coexistindo com outros Estados da região em um ambiente de grande tensão. Dado esse fato, Estados como ela são frequentemente vistos como temporais, com a soberania limitada por posições das grandes potências (Cabada, 2006), conforme aponta também o autor geopolítico clássico Nicholas Spykman:

*It is obvious that a balance of power policy is in the first place a policy for the Great Powers. The small states, unless they can successfully combine together, can only be weights in a balance used by others. But although they are stakes rather than players, their interests in the outcome of the game is non the less great. A small state is a vacuum in a political high-pressure area. It does not live because of its own strength but because nobody wants its territory or because its preservation as a buffer state or as a weight in the balance of power is of interest to a strong nation. When the balance disappears, the small states usually disappear with it (SPYKMAN, 1942, p. 20).*

---

4 O conceito de “semiperiferia” está estreitamente ligado à teoria sistema-mundo que foi desenvolvida por sociólogos como Immanuel Wallerstein durante a década de 1970. O próprio Wallerstein, que consideramos autor muito relevante neste contexto, define no seu livro de 1997 a República Tcheca como um Estado semiperiférico. Na teoria do sistema-mundo, os países semiperiféricos são aqueles cujo estado de desenvolvimento econômico está entre as nações mais industrializadas (conhecidas como países centrais) e os países periféricos, que são menos desenvolvidos e têm impacto mínimo sobre a economia global. Semiperiferia seriam, assim, os países de progresso intermediário que medeiam as relações centro-periferia. Esses Estados têm energia barata (como a periferia), mas ao mesmo tempo já estão em melhor situação tecnológica (como o centro). Esses países também exploram a periferia, seja por conta própria ou como um intermediário para o centro (WALLERSTEIN, 1997).

5 Aqui ainda vale notar que mesmo que este conceito seja amplamente analisado através do campo das relações internacionais, não existe uma definição exata do que seja um “pequeno Estado”. Há uma dicotomia percebida entre um pequeno Estado e o poder. Assim, num contexto regional; pequenos Estados estabelecem o setor sub-continental, aspiram a tornar-se a “potências regionais”, e não o poder em termos globais. O tamanho do Estado pode ser determinado com base em sua extensão territorial, o tamanho da população, sua voz na solução de conflitos internacionais etc., como considerado por autores realistas. Assim, os pequenos Estados são vistos como um objeto (em vez de sujeito) de relações internacionais.



A criação dos Estados da ECO foi essencialmente moldada pela onda de movimentos nacionalistas depois de 1848. O seu desenvolvimento, principalmente no século XX, nos leva à reconsideração dos princípios-chave do Estado-nação como estabelecidos pelo Sistema de Vestfália e como frequentemente referidos tanto pelas elites políticas quanto pelos teóricos. Levantamos aqui a crítica do conceito da soberania feita pelo cientista político americano Stephen D. Krasner. Ao estudar o “sistema internacional moderno”, que supostamente se formou com o Congresso de Vestfália, ele discute a concepção de Estado com seu princípio fundamental de soberania.<sup>6</sup> Krasner contesta a abordagem que superestima a importância do sistema vestfaliano, demonstrando que o modelo vestfaliano de Estado-nacional parece ser muito confuso e a soberania dos Estados dificilmente não é violada.

Em primeiro lugar, Krasner questiona a importância da Paz da Vestfália para a formação da organização específica de um Estado.<sup>7</sup> Mais importante, ele enfatiza que a imagem dos Estados como atores independentes e racionais no sistema mundial pode ser muito enganadora. Krasner refere-se ao termo “soberania”, conforme considerado pelo modelo vestfaliano: “*an institutional arrangement for organizing political life that is based on territoriality and autonomy*” (KRASNER, 1996, p. 119). Mesmo que ele trate também de outros modelos de soberania, especificamente a soberania interna, a soberania da interdependência e a soberania jurídica internacional<sup>8</sup>, ele baseia sua crítica principalmente no modelo vestfaliano (ênfatisando, em certa medida, também a soberania legal internacional). Ele considera o modelo vestfaliano muito frágil, mais como um ponto de referência do que uma suposição analítica ou regularidade empírica. Assim, ele desenvolve a discussão sobre o comprometimento de Vestfália e considera a violação da soberania do Estado, no sentido vestfaliano, uma das

---

6 Este capítulo inspirou-se na dissertação de mestrado da autora desta tese, “*Geopolitics and the role of media: Czechoslovakia during the Cold War*”, defendida em 2016 no PEPI-UFRJ.

7 Veja também, por exemplo, Andreas Osiander, que trata do mesmo assunto. Chamando isso de “Mito da Vestfália”, ele contesta a visão predominante sobre a Paz da Vestfália, principalmente a das Relações Internacionais. Além de desafiar a influência direta da paz vestfaliana no sistema internacional contemporâneo, ele também trata da questão da soberania.

8 Essas, segundo ele, não necessariamente convergem e podem influenciar uma a outra. Inicialmente, para a soberania interna, usada principalmente pela política comparativa, a soberania baseia-se na organização da autoridade dentro do território, juntamente ao controle efetivo sobre ele. Segundo, a soberania da interdependência, comum para a perspectiva da interdependência liberal, depende do controle das entidades públicas sobre os movimentos transfronteiriços, especialmente o fluxo de bens, pessoas e ideias. Finalmente, a soberania jurídica internacional, usada em estudos jurídicos internacionais, refere-se ao direito de vários atores de firmar acordos de caráter internacional, ligados ao reconhecimento mútuo de tais Estados. Essas quatro designações significam, portanto, uma distinção fundamental entre autoridade e controle. Enquanto a soberania interna se refere a ambos os termos, a soberania legal vestfaliana e internacional refere-se exclusivamente à autoridade e soberania de interdependência ao controle (KRASNER, 1999, p. 9-15).

principais características do sistema internacional. Esse sistema é caracterizado por assimetrias de poder, tanto antes como depois do Congresso Vestfaliano. Nesse sentido, a soberania vestfaliana é violada quando as estruturas de autoridade doméstica são influenciadas ou mesmo determinadas por estruturas de autoridade externa (KRASNER, 1999, p. 20).

Quanto às “violações” de soberania<sup>9</sup>, podemos dividi-las em quatro maneiras principais: através de convenções, contratos (na forma de acordos), coerção e imposição. Resumidamente, as convenções são acordos nos quais os governantes entram voluntariamente em acordos esperando obter algum ganho sem depender do comportamento dos outros. Um bom exemplo pode ser um acordo sobre direitos humanos. No contrato, o elemento principal é algum benefício. Há mais de uma parte envolvida, esperando algum tipo de comportamento e ganho pelo menos para uma delas. Isso também pode afetar o comportamento e os ganhos de mais de um dos membros/partes daquele contrato. Como contrato consideramos, por exemplo, o empréstimo externo, entre outros. A coerção é exercida por um ator mais forte, ameaçando um mais fraco. No entanto, isso pode ser aceito pelo Estado mais fraco ou não. A imposição é a situação em que o Estado mais fraco não tem opção se não concordar com as condições ou preferências do mais forte. Dois últimos tipos de comprometimento estão, além disso, ligados à quebra da regra de não-intervenção.<sup>10</sup>

### **1.1.2 Visão estratégica: O Cinturão da Europa Centro–Oriental pelo olhar dos conceitos geopolíticos**

As questões mencionadas na subseção anterior nos levam à questão mais ampla da posição estratégica de tais Estados vulneráveis à influência e à disputa geopolítica de potências externas. Portanto, antes de entrar no próprio desenvolvimento no âmbito global da época, vamos ainda explorar o ângulo teórico da geopolítica e da política internacional sobre o tema. Como mencionado acima, a Europa Centro–Oriental constitui uma região estratégica, encontrando-se na zona de contato ou transição entre as planícies da Europa e as da Ásia Central. Por essas razões, trata-se de região historicamente propensa a grandes migrações (como aquelas que, na Antiguidade, terminaram por contribuir para a destruição do Império Romano no Ocidente) e conflitos. Além disso, a ECO é uma área natural de passagem entre as partes

---

9 Ainda assim, Krasner considera o princípio da autonomia do Estado o mais violado, embora a violação do território também ocorra frequentemente.

10 Veja mais em Krasner (1996), p. 123-140 ou em Krasner (1999), p. 25-40. Nem a regra da não-intervenção, no entanto, tem algo a ver com a Paz da Vestfália. Isso foi claramente articulado apenas no final do século dezoito por Wolf e Vattel.

ocidentais e orientais da Europa, assim como, a partir da bacia dos seus grandes rios, conecta os mares Báltico, Negro e Adriático (Mediterrâneo).<sup>11</sup>

As próprias condições geográficas tornam a região vulnerável às invasões externas. Esta é muito difícil de ser defendida, suscetível aos fluxos migratórios oriundos da Ásia. Desde o século XVI a região praticamente não conheceu período no qual não tenha sido acirradamente disputada por centros de poder locais ou próximos a ela, fato que parece ter deixado suas marcas na própria geografia política da região, historicamente caracterizada pela multiplicidade de entidades soberanas de dimensões territoriais e demográficas pequenas coexistindo num “ambiente compactado” (*compressed environment*) (KOSINSKI, PARIZKOVA, 2017, p. 372).

Alguns geógrafos visavam explicar a distribuição de poder no desenvolvimento do mundo contemporâneo antes do fim da Segunda Guerra Mundial através da geografia, enfatizando a importância fundamental da Eurásia, que é considerada por alguns autores, ainda hoje, o continente mundial dominante.<sup>12</sup> A maioria deles demonstrou um forte grau de patriotismo nos seus trabalhos, na medida em que seus pensamentos supostamente deveriam favorecer as estratégias dos seus Estados da origem. O que é inegável é o fato de que alguns deles estabeleceram importantes fundamentos para muitos outros autores geopolíticos posteriores. Trabalharemos aqui com as ideias de teóricos clássicos da geografia e geopolítica, levando em consideração suas visões particulares sobre as configurações na região, sublinhando o fator geopolítico como parte integrante e fundamental do processo:

Nenhum caso de desenvolvimento econômico nacional bem-sucedido consegue ser entendido e explicado isoladamente ou a partir de fatores exclusivamente endógenos. Em todos os países estudados, o desenvolvimento econômico obedeceu a estratégias e seguiu caminhos que foram desenhados em resposta a grandes desafios sistêmicos, de natureza geopolítica. (...) Todos esses países vitoriosos (“grandes potências” estudadas pelo grupo de Poder Global, incluindo Alemanha) se formaram e se desenvolveram dentro de tabuleiros geopolíticos altamente competitivos, por isso compartilharam, ao longo da história, de um sentimento constante de cerco e de ameaça externa, de invasão ou de fragmentação de seus territórios por parte de outros países que foram ou também se transformaram em grandes potências (FIORI, 2014, p. 37–38).

No entanto, não consideramos a geopolítica uma variável determinante, mas um aspecto estratégico que faz parte das motivações para ações políticas específicas. Em nossa visão, ela estuda como os fatores geográficos podem influenciar as políticas e estratégias dos Estados.

---

11 Na visão dos autores tchecos - Bořek Hnízdo, Ladislav Cabada e Šárka Waisová, entre outros - que lidam com o tema da Europa Central, esta noção é o núcleo de muitas disputas. Pelas indicações físicas e geográficas, a região geopolítica da Europa Central é geralmente considerada a área que passa do norte dos Alpes (Tirol do Sul, Gorizia e Carniola), com a borda dos Balcãs no sul e do mar Báltico no norte. Como fronteira natural no Oeste pode ser considerado o rio Reno (embora isso seja muito controverso, pois este é geralmente considerado eixo central da Europa Ocidental). Já no Leste não há nenhuma fronteira natural específica, portanto, sendo ainda mais complicado de definir (HNÍZDO, 2002).

12 Veja, por exemplo, Philip Kelly (1997).

É preciso reiterar que a geopolítica, em si mesma, apresenta cenários, contextos ou condições, que podem ou não ser aproveitados pelos agentes políticos. Não há, portanto, nenhum tipo de “determinismo geográfico” na história: a geografia exige uma interpretação. Em outras palavras, ela sempre requer uma inserção política, isto é, a formulação de um discurso ou projeto de poder. O território em si seria um instrumento estático e é quando sobre ele incide a vontade dos agentes que ele se torna parte de um projeto geopolítico específico. Assim, vemos a geopolítica como um “conhecimento estratégico e normativo que avalia e redesenha a própria geografia a partir de algum projeto de poder específico, defensivo ou expansivo” (idem, p. 141).

É D. Costa que, em seu livro de 2009, cita E. Hobsbawm, segundo o qual o Estado e o nacionalismo que formam certa nação. Elaborando mais a questão da estratégia nacional, D. Costa afirma que a estratégia nacional se formula na busca do Estado entre o autárquico e o interativo, já que esses são dois extremos que não podem ser atingidos. Ele aborda a questão da estratégia nacional dizendo que depois das duas guerras mundiais, o conceito de estratégia permanece atual também nos momentos de paz, sendo usado como instrumento para o desenvolvimento e incorporando a questão da segurança. No mesmo livro, Costa cita ainda sobre o triângulo indissociável entre a política (que define o que fazer) a estratégia nacional (que define como fazer e é voltada para a defesa do interesse nacional) e o poder (que conecta esses meios para alcançar seus objetivos) (COSTA, 2009, p. 406–414).

Além disso, Costa oferece três alternativas (além da ruptura que leva ao conflito, devido ao período estudado) que define como meio de Estados se situarem nesse cenário:

- Buscar a cooperação com outros Estados, visando aproveitar-se da possibilidade de realização das trocas econômicas e de outras naturezas, decorrentes desta postura;
- Buscar evoluir esta cooperação para um estágio de associação, visando à adoção de políticas comuns entre si e inacessíveis a outros Estados; e
- Evoluir nesta associação para uma solução contratual, com a criação de uma federação, deixando formalmente de serem Estados e passando a reconhecer uma autoridade superior, um “Megaestado”.<sup>13</sup>

---

13 O “Megaestado” seria, neste caso, a União Europeia, que para assegurar sua sobrevivência deveria incorporar sua própria concepção estratégica e se voltar para a certa forma de solução federativa (idem, p. 414-415). Não é objetivo do nosso trabalho analisar essas dinâmicas, pois mesmo que haja evidências sobre a crise interna daquela, isso não está ligado diretamente ao nosso período estudado.

### *1.1.2.1. Configuração da região segundo os pensamentos da geopolítica clássica e contemporânea*

Através do século XX, várias teorias foram lançadas a fim de entender melhor as configurações no quadro internacional e, também, para estabelecer as estratégias para os Estados relacionados. Escolhemos para os fins do nosso trabalho aquelas que tratam da região da Europa Centro–Oriental, ou da Tchecoslováquia em particular. Assim, criamos uma base para o entendimento dos acontecimentos pós–Guerra Fria.

Um dos primeiros (e também dos mais importantes) daqueles teóricos foi o Halford Mackinder (1861–1947). Este geógrafo britânico pertencente ao chamado “estágio imperialista” da geopolítica e o seu famoso conceito de *Heartland* influenciaram amplamente o pensamento geopolítico ocidental posterior. Mackinder considerava a si próprio um “democrata idealista” que defendia a possibilidade de um desenvolvimento econômico equilibrado. Ele estava muito convencido da importância da cooperação entre Estados, assim como da preservação dos Estados menores. Tratando da rivalidade entre as potências europeias que resultou na Primeira Guerra Mundial, ele proclamou a importância essencial do poder terrestre como uma das principais características da chamada “era pós–Colombo”. Pressupondo três elementos principais – o mundo como sistema fechado,<sup>14</sup> a primazia dos fatores geográficos através da história e a oposição terra–mar –, ele articulou a sua famosa tese do *Heartland*.

Esta tese estava baseada na proclamação de Mackinder de que o *Heartland*, também conhecido como a *Área Pivô*,<sup>15</sup> é a região central e basilar da Eurásia e que a massa territorial dos continentes europeu, asiático e africano constituem juntos a chamada *Ilha–Mundo* – unidade crescentemente coesa essencial para o controle de todo o planeta. Em *Democratic Ideals and Reality* (1919), temendo a difusão do comunismo para a Europa Centro–Oriental após

a Revolução Bolchevique e a então recentemente concluída Primeira Guerra Mundial, ele desenvolveu suas ideias anteriores<sup>16</sup> e considerou a Europa Oriental como um anexo estratégico

---

14 Neste sistema fechado no qual todas as partes influenciam as outras, a geografia se torna ainda mais importante. Mackinder presumiu a importância geopolítica crescente da Eurásia como um todo, enquanto que a Europa perderia cada vez mais a sua própria importância e potencial (MACKINDER, 1999, p. 41-42 *apud* KAPLAN, 2012, p. 54).

15 Essa tese foi formulada originalmente em 1904 como “Área Pivô” e a partir de então, sob a influência do geógrafo britânico J. Fairgrieve, retrabalhada sob o nome de “Heartland”, ganhando sua forma final no artigo de Mackinder de 1943. Mais detalhes em Cohen (2003, p. 16) e Mello (1999, p. 45).

16 Kaplan, por exemplo, nota que essa revisão do *The Geographical Pivot of History* de 1904, lançada por ocasião da Conferência de Paz de Paris, foi altamente influenciada pelo ambiente da então recentemente concluída Primeira

da Eurásia Interior e parte fundamental do *Heartland*, a chamando de “cordão sanitário” (ver figura 1) (MACKINDER, 1919, p. 104–114). Subsequentemente, a sua tese foi levada em consideração durante a Conferência de Paz de Paris, contrastando com o “idealismo wilsoniano”.

**Figura 1**

Cordão Sanitário de acordo com Mackinder



Fonte: Mello, 1999, p. 58.

A fim de isolar a Rússia e a Alemanha e, portanto, impedir a sua dominação sobre a Eurásia,<sup>17</sup> a proposta de Mackinder era a de criar uma “camada intermediária” entre elas, composta por estados localizados entre os mares Báltico, Negro e Adriático. Essa zona também incluiria especificamente Polónia, Tchécoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Bulgária, Romênia e Grécia, adicionando ainda os países bálticos e a Finlândia. Mackinder considerava esta camada de Estados independentes (que seriam muito vulneráveis ao poder territorial do *Heartland* e ao poder marítimo originário da Europa Ocidental) ao mesmo tempo uma necessidade vital para impedir a aliança entre aquelas duas grandes potências e para evitar que uma dominasse a outra (MACKINDER, 1919, p. 95–99). “*Who rules Eastern Europe commands the Heartland: Who rules the Heartland commands the World–Island: Who rules*

Guerra Mundial e as consequências da guerra. Tanto o colapso dos impérios austro-húngaro quanto do turco otomano enfatizaram a necessidade de rearrumação do mapa da Europa Oriental (KAPLAN, 2012, p. 54).

<sup>17</sup> De forma que o poder político-militar, fosse ele da Alemanha ou da Rússia, pudesse usar os recursos desta área e também bloquear os mares fechados para construir marinhas protegidas dos ataques de potências insulares (MELLO, 1999, p. 56).

*World–Island commands the world*” (idem, p. 150). Vale dizer que isso, segundo ele, seria realizado com o apoio da projeção de poder e influência da Inglaterra e da França sobre esses Estados independentes.

Conforme, por exemplo, notado por Kaplan (2012, p. 56), esse conceito explora as relações entre diferentes partes da Eurásia, sendo antes um registro do poder em torno da Ilha–Mundo do que o seu determinante. Então, o *Heartland* parece constituir uma ideia estratégica formulada no início do século e sendo empiricamente testada durante ambas as guerras mundiais. No entanto, a agressiva política dos nazistas e a política franco-britânica de apaziguamento, junto com o pacto de não–agressão nazi–soviético, encerraram o potencial deste arranjo geopolítico para isolar as duas potências continentais.<sup>18</sup> Não há dúvidas sobre o fato de que o conceito de Mackinder antecipou o contexto estratégico da era pós-segunda Guerra Mundial e que suas ideias vêm sendo discutidas até os dias presentes. Ele exerceu grande influência sobre muitos autores.

Por outro lado, várias vezes as interpretações e novas teorias criadas posteriormente foram e ainda são fontes de muitos debates e até de disputas. Exemplos disso são as ideias de Karl Haushofer (1869–1946), um general e geógrafo alemão que tratou da questão da geopolítica durante o período Entre-Guerras. A partir das consequências devastadoras do pós-guerra para a Alemanha, que perdeu importantes territórios para vários países europeus (incluindo a Alta Silésia, da qual uma parte passou para a Tchecoslováquia), ele elaborou a tese da *geopolitik* alemã.<sup>19</sup> Com vistas a encontrar uma estratégia apropriada para a Alemanha, Haushofer sintetizou as ideias de Mackinder com as de outros autores do “estágio imperialista”, como Friedrich Ratzel e Rudolf Kjéllen, e as transformou numa geoestratégia alemã, logo apoderada e distorcida por Adolf Hitler. Ele o fez, por exemplo, com o conceito de “espaço vital” (*Lebensraum*), primeiramente usado por Ratzel e apropriado para justificar suas expansões.

---

18 Nos termos de Mackinder, o mundo foi dividido pela Guerra Fria em dois eixos – o ocidental, chamado *Midland Ocean*, e o *Heartland* (MELLO, 1999, p. 57-69). Tentando contrabalançar a então recentemente criada OTAN, o Pacto de Varsóvia de 1955 propiciou à União Soviética o domínio sobre a Área Pivô – todo o *Heartland* desde o centro da Europa (Elba) até o Extremo Oriente (Amur) – e estabeleceu seu controle político e militar sobre os países da Europa Oriental.

19 Karl Haushofer, todavia, criou este conceito junto com um grupo de geopolíticos alemães composto por Erich Obst, Otto Maull, Richard Henning, Albrecht Haushofer entre outros, que ele liderava. Juntos, eles também estabeleceram o Instituto de Geopolítica na Universidade de Munique, assim como a *Zeitschrift für Geopolitik*, publicada mensalmente entre 1924 e 1939.



A partir de Mackinder, Haushofer adotou a tese da Ilha–Mundo. Considerando a Alemanha como o Estado central da Europa, próximo tanto ao Ocidente marítimo quanto ao *Heartland* continental da Rússia, ele destacou a importância de dominar a União Soviética e destruir o poder naval britânico ao assumir o controle sobre a Europa, incluindo sua parte oriental. Defendendo o pan–regionalismo continental, ele propôs várias alianças capazes de dominar a Ilha–Mundo, sugerindo especialmente a cooperação, ou seja, a aliança da Alemanha com a União Soviética e o Japão para contrabalançar o peso da aliança Inglaterra–EUA. Essa ideia influenciou o Pacto Germano-Soviético de 1939, posteriormente violado por Hitler na invasão da URSS (COHEN, 2003, p. 21).

A relação entre Haushofer e Hitler, que reverteu a sua teoria no Nacional–Socialismo, é assunto de muito debate. Ideias postas em prática por Hitler parecem estar em contradição com antigas ideias de Haushofer e seus colegas. Com efeito, Hitler já tinha destacado um projeto de “política oriental” (avanço para o Leste) no seu *Mein Kampf*. No capítulo XIV, que lida com a política externa do III Reich, ele enfatiza a importância da Europa Oriental e a eliminação completa dos povos eslavos, com a tomada do seu território. Essa rivalidade secular entre alemães e eslavos apresentada por Hitler definitivamente impedia qualquer chance de constituição de um bloco transcontinental eurasiático, proposta que era tão essencial na *geopolitik* de Haushofer. Ignorando a visão do conflito entre os poderes marítimo e terrestre, Hitler também reconheceu a supremacia naval e colonial britânica em troca da aceitação da supremacia alemã na Europa Oriental numa paz anglo–germânica e, portanto, a sua hegemonia sobre o continente europeu, confirmando tal intenção ao romper o Pacto Ribbentrop–Molotov em 1941 (MELLO, 1999, p. 82–88).

A geopolítica de Haushofer, porém, também enfrenta críticas. Strausz–Hupé (1942), por exemplo, reivindica que tanto Haushofer quanto Hitler a perverteram, transformando a *geopolitik* numa doutrina coerente de império, um instrumento de conquista fornecendo instruções sobre o que e como conquistar. Ademais, Mello (1999) afirma que o conceito alemão de *geopolitik* se transformou numa ideologia geográfica e pseudociência, manipulada por elites políticas e militares para legitimar a estratégia de poder do III Reich. De fato, esse caso oferece um exemplo significativo de como a geografia e a geopolítica podem ser utilizadas em favor daqueles que lhes dão forma e que as interpretam. Enquanto o britânico Mackinder sustentava a ideia de unificar a Europa Oriental com vistas a equilibrar o poder na Eurásia, a mesma ideia assumida por Haushofer se transformou – mesmo que não saibamos se intencionalmente –



numa doutrina que invocava a extinção de tais Estados. Mesmo assim, consideramos essa teoria relevante para o nosso tema e para o entendimento das demais dinâmicas a ele relacionadas.

Outro autor, radicalmente influenciado pelo H. Mackinder, foi o já citado Nicholas J. Spykman (1893–1943), um geógrafo e acadêmico holandês do “realismo” nas relações internacionais que tratou da estratégia nacional a ser seguida pelos Estados Unidos na política mundial depois da Segunda Guerra Mundial.<sup>20</sup> As teses de Spykman não envolvem a questão da Europa Oriental em particular, porém podem contribuir para a nossa visão da sua posição estratégica no século XX.

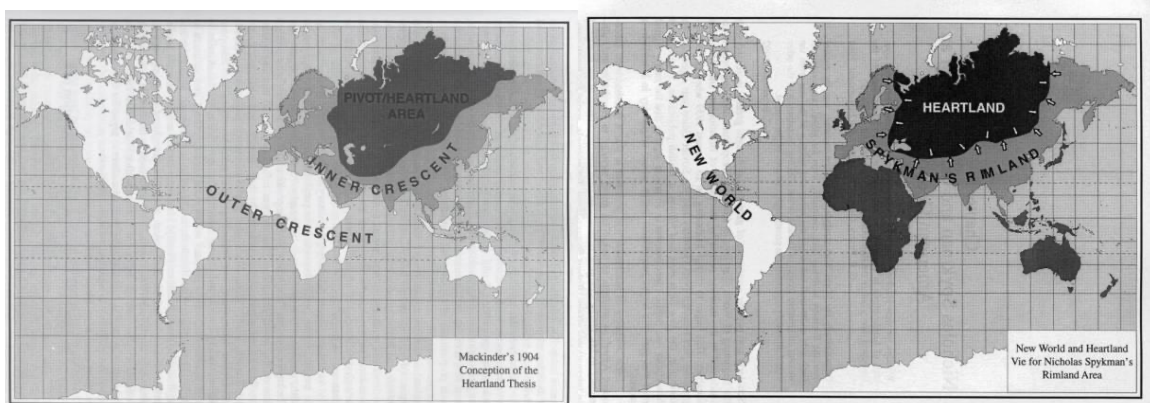
Com efeito, adotando a visão de Mackinder de um sistema político mundial fechado no qual qualquer modificação nas relações entre forças pode transformar o equilíbrio de poder em escala global, ele acreditava que o intervencionismo é um elemento fundamental da estratégia americana.<sup>21</sup> Ainda que suas ideias se preocupassem principalmente com a Segunda Guerra Mundial, ele já ressaltou a importância futura de permanecer atento à unificação potencial da Eurásia e à sua eventual dominação por um único poder – uma situação que os Estados Unidos dificilmente seriam capazes de confrontar. Então, ele propôs a unificação – naturalmente, sob a hegemonia estadunidense – de toda a pan-região americana e a criação de uma política externa eficiente que defenderia o seu território e os seus interesses. Estas eram as principais preocupações sobre as quais Spykman fundamentou sua tese do *Rimland*, nas quais regiões da Europa, Oriente Médio, Índia e China (iguais ao “crescente interior” de Mackinder, ver figura 2) deveriam constituir a zona tampão entre o *Heartland* e os mares marginais (SPYKMAN, 1944, p. 41).

---

20 Todavia, este fato é comum a muitos outros autores da geopolítica pertencentes ao estágio da chamada “moderna geopolítica” – por exemplo, Mahan e Bowman em tempos mais antigos; e Renner, Seversky e outros, mais recentemente.

21 Aqui estamos tomando em consideração a visão de Alfred Mahan, que formulou os conceitos de isolacionismo e intervencionismo, ambos importantes para a estratégia americana. Spykman, por sua vez, afirma que o isolacionismo seria importante para os Estados Unidos tanto ao nível doméstico quanto no regional, limitando a sua influência apenas ao continente americano (MELLO, 1999, p. 98).

**Figura 2**  
O *Rimland* de Spykman e o *Crescente Interior* de Mackinder



Fonte: Pollele, 1999, p. 58 e 118.

Spykman também analisa a questão do centro de poder efetivo da Rússia. Questionando o potencial da Sibéria para constituir o núcleo do poder terrestre soviético, ele afirma que toda a infraestrutura russa, assim como as cidades e indústrias importantes, estão concentradas na sua parte europeia (SPYKMAN, 1944, p. 38–40 apud MELLO, 2003, p. 123–124). Ele enfatiza que sempre foi do *Rimland* que veio o perigo de unificação da Eurásia (e não do poder territorial representado pelo *Heartland*), independente de ter se tratado de esforços para unificar este território pela França, Alemanha ou Japão (MELLO, 1999, p. 125). Daí, ele afirma a necessidade de permanecer atento às relações entre o mundo anglo-saxão, como poder marítimo, e o Estado-pivô da Rússia, como poder terrestre.<sup>22</sup>

“*Who controls the Rimland rules Eurasia: Who rules Eurasia controls the destinies of the world*” (SPYKMAN, 1944, p. 43). Ao modificar a famosa afirmação de Mackinder, Spykman não apenas simbolicamente concluiu a contradição entre eles, mas também demonstrou o aspecto mais importante da sua tese – prevenir qualquer poder de governar o *Rimland*. Ao mesmo tempo, Spykman não se opõe apenas à dominação da Rússia ou da Alemanha na Europa, mas também à unificação da Europa como um todo, o que impediria os Estados Unidos de expandir o seu poder.<sup>23</sup> Ele vê as áreas marginais da Eurásia e especialmente os seus litorais como a chave para dominar o mundo, enfatizando a importância da natureza

22 E relações da Alemanha com a Rússia. Neste contexto podemos considerar as opiniões sobre todo o trabalho recente dos EUA para usar a Ucrânia como pivô, pretexto, para cindir a aliança entre alemães e russos que vinha sendo construída em torno da questão energética.

23 Neste sentido, ele diverge da “política de contenção” liberal lançada em 1946 por George F. Kennan no chamado “*Long Telegram*” direcionado contra a URSS, que pretendia encorajar a integração da Europa contra o comunismo soviético.

marítima do *Rimland* como o aspecto essencial do contato da Eurásia com o mundo exterior (SPYKMAN, 1944, p. 43).

O que fica claro é o fato de que a situação que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial testou ambas as teorias de Mackinder e Spykman, uma vez que a aliança entre Inglaterra, Estados Unidos e Rússia foi destruída e estabelecendo nova ordem de poderes, com a Rússia tomando o controle de toda a Europa Oriental. Conforme observado por Kaplan (2012, p. 65–68), a concentração de Mackinder na Eurásia é fundamental para entender a geografia da Guerra Fria, assim como a visão de Spykman da oposição dos dois sistemas de alianças – o dos Estados Unidos e o da União Soviética, ambos sustentados por diferentes países do *Rimland*.

Outra teoria muito relevante para o nosso tema é a do “Prometeísmo”, formulada pelo estadista polonês J. Pilsudski antes da Segunda Guerra Mundial (e como referido por KORYBKO, 2015). Ele acreditava que, se os povos não-russos da União Soviética pudessem ser induzidos externamente a se rebelar, todo o Estado soviético poderia se dividir numa miríade de entidades étnicas, situação que a Polônia poderia explorar por meio de um sistema de alianças.

Assim, Pilsudski foi um pioneiro na ideia de que a desestabilização estratégica da periferia pode se espalhar para o interior. A lógica aqui seria que, se a periferia eurasiática da Rússia pudesse permanecer em constante estado de desestabilização ou fluxo caótico (ou, pelo menos, ser preenchida de forma estável com governos anti-russos, o que por si só seria extremamente desestabilizador), criando uma força centrípeta, a Rússia seria desequilibrada, tornando-se incapaz de impedir os planos hegemônicos dos EUA. Essa posição corresponde bastante ao nosso tema e a teoria em si exerceu forte influência na geopolítica da temática russa nos teóricos posteriores (como, por exemplo, Z. Brzezinski). Ao mesmo tempo, destacamos aqui que isso não deve tratar da desestabilização da própria Rússia, o que seria um custo grande demais para os EUA.

O final da Segunda Guerra Mundial trouxe notável transição na distribuição de poder no sistema internacional. No que diz respeito à questão da Europa Centro-Oriental, as teorias dos autores previamente apresentados se provaram relevantes. Com o desenvolvimento do sistema, mais teorias foram formuladas (ou reformuladas). O estágio da Guerra Fria na geopolítica foi marcado por dois cursos principais baseados em visões diferentes da

complexidade do sistema mundial conforme descrito, por exemplo, por Cohen (2003).<sup>24</sup> Aquele da geopolítica centrada nos estados é representado, entre outros, por Zbigniew Brzezinski, que discutiremos logo em seguida. A geopolítica universalista, por outro lado, tende a ver o mundo através de visões holísticas e foi por seu intermédio que surgiu o conceito de *shatterbelts*, que apresentaremos mais adiante.

Zbigniew Brzezinski (1928–) é originalmente um cientista político polonês e cidadão americano, tratando do confronto entre Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria. Após trabalhar para o governo americano como conselheiro de segurança nacional de Jimmy Carter, ele se tornou um “observador privilegiado” (MELLO, 2003) no campo acadêmico, trabalhando nos bastidores do primeiro mandato do presidente Ronald Reagan, continuando também no seu segundo e seguindo o desenvolvimento americano até o final da Guerra Fria. Ele é considerado um autor realista das relações internacionais, tendo conexões próximas com as tradições tanto de Mackinder quanto de Spykman, ainda que não admita isso explicitamente na sua obra.<sup>25</sup>

Brzezinski, tratando particularmente do papel dos Estados Unidos, tenta descrever a complexidade das estratégias tanto dos Estados Unidos quanto da União Soviética ao mesmo tempo, o que nos fornece uma visão importante da relevância geopolítica da Europa Oriental e da República Tcheca (Tchecoslováquia, na época) no contexto da nossa tese.<sup>26</sup> O que é notavelmente importante para nós é a sua ênfase na importância da Eurásia, e da Europa Oriental em particular, como a chave para o domínio do mundo. Então, ressaltando o aspecto do conflito entre os poderes marítimo e terrestre como a confrontação histórica tradicional, Brzezinski considera a Guerra Fria um conflito entre duas superpotências pelo controle sobre a Eurásia, o que, ao mesmo tempo, constitui a pré-condição para dominar o mundo (BRZEZINSKI, 1986, p. 9–10).

---

24 Saul B. Cohen divide a geopolítica moderna em cinco estágios principais – aquele da corrida pela hegemonia imperial representado por Ratzel, Mackinder, Mahan, Bowman e Kjellén; aquele da *geopolitik* alemã de Haushofer; a geopolítica americana de, por exemplo, Spykman; e finalmente o estágio da Guerra Fria, dividido nos dois estágios mencionados acima (COHEN, 2003, p. 12-29).

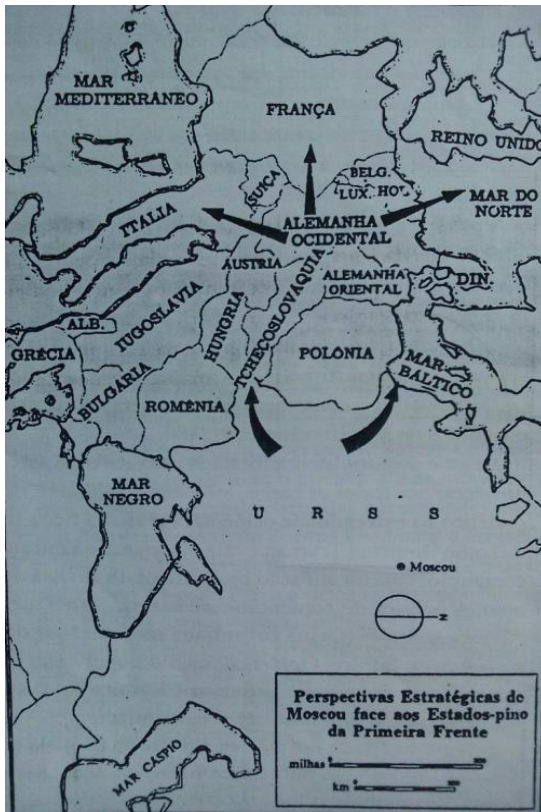
25 O fato de Brzezinski nunca ter demonstrado explicitamente a sua conexão com estes dos autores é tema de muitos debates. Mello (2003, p. 137-139), por exemplo, contesta que Brzezinski obviamente siga a tradição daqueles dois autores, seja através da sua ênfase no confronto entre poder marítimo e terrestre ou pelo argumento da necessidade de controlar a periferia eurásiana com vistas a controlar o poder terrestre e, então, assegurar a dominação sobre o poder marítimo no continente basilar.

26 O trabalho de Brzezinski sobre o conflito entre EUA e URSS é muito abrangente. Neste trabalho, trataremos principalmente do seu livro *Game plan: Framework for the Conduct of the U.S.-Soviet Contest* (1986), que nos provê complexa análise tanto dos aspectos geopolíticos quanto dos estratégicos deste conflito.

Com efeito, ele enfatiza a centralidade da União Soviética na Eurásia e a sua tendência histórica à expansão, busca por regiões periféricas e, a partir delas, saídas para mares abertos. A União Soviética, enquanto sucessora do Império Alemão e da França napoleônica, estaria, de acordo com ele, procurando não apenas expansão no continente, mas seus interesses se revelaram até mesmo transoceânicos. Conforme ele afirma, a história nos diz que os conflitos parecidos sempre tenderam a ser muito abrangentes e de longa duração, sem qualquer possibilidade de solução simples através da vitória militar de um ou outro dos poderes, o marítimo ou o terrestre (BRZEZINSKI, 1989, p. 20). O que fez o conflito ainda mais complicado foi o fato de que ambos atores da Guerra Fria tinham natureza imperialista, envolvidos em ampla gama de relações políticas, econômicas, ideológicas e militares com outros países, incluindo um extenso estoque de armas nucleares.

Com vistas a explicar as estratégias durante o conflito entre essas potências, Brzezinski reconhece três frentes estratégicas basilares, através das quais o confronto pela hegemonia teve o seu lugar e que, então, precisavam ser controladas de forma a prevenir a Rússia de atingir as periferias. Essas três frentes são: o Extremo Ocidente, o Extremo Oriente e o Sudoeste Asiático. A primeira, importante para o nosso trabalho, se estende da Noruega através da Polônia e Alemanha até a Grécia e a Turquia e foi constituída como reação à situação pós-guerra e a Crise de Berlim. Vitórias comunistas em tais áreas proveriam a Rússia da dominação sobre a Europa Central e a região do estreito do Mediterrâneo Oriental (concretamente na Grécia e Turquia, onde houve ameaça real de ascensão comunista).

**Figura 3**  
Perspectiva estratégica de Moscou na primeira frente



Fonte: Mello, 1999, p. 158.

Foi com a Doutrina Truman que se pretendeu sustentar a estratégia de contenção americana e, então, impedir que a URSS dominasse o continente europeu. Além disso, Brzezinski destacou a importância de alguns países ao longo dessas frentes, política e economicamente essenciais para a manutenção do equilíbrio de poder entre todos eles. No caso do Extremo Ocidente, foram Alemanha e Polónia, pois ambas tinham o potencial para mudar a distribuição de poder nesta frente. Em outras palavras, eles foram os países equivalentes do *Crescente Interior* ou *Rimland* que funcionavam como Estados–amortecedores entre as potências marítimas e territoriais, ambas competindo pela Eurásia. Foi isso que, de acordo com Brzezinski, esteve modelando durante décadas o esquema do seu “grande jogo”.<sup>27</sup>

27 Além disso, Brzezinski (1989) tinha uma visão sobre a “balcanização” da Europa Oriental: “A ameaça de balcanização da região, caso esta se emancipe do controle soviético, é portanto real. Economicamente retardada pelo experimento comunista, com o chauvinismo estreito intensificado, a Europa Oriental se defronta com a perspectiva de disputas internas e externas enquanto tateia seu caminho de volta a um relacionamento mais íntimo com a Europa Ocidental que sempre admirou. Esse perigo não precisa expressar-se numa repetição das antigas guerras dos Bálcãs, mas pode fazê-lo através de aguda violência étnica, contendidas nacionais locais e mesmo conflitos territoriais. As confrontações entre albaneses e sérvios em Kosovo e as tensões húngaro-romenas sobre a Transilvânia poderiam ser augúrios de coisas mais amplas por vir. Resumindo, a de-sovietização da Europa



A despeito do fato de que Brzezinski considera os fatores estratégicos e geopolíticos essenciais, ele também reconhece a importância de outros fatores. Ele concebe o conflito entre EUA e URSS como multidimensional, considerando a simples solução militar impossível e indesejável, conforme mencionamos anteriormente. Então, ele indica a importância de outras dimensões através das quais, no longo prazo, um dos poderes poderia finalmente emergir como o “vitorioso”. Elas são, além dos econômicos e políticos, tecnológicos, ideológicos e culturais, na medida em que o desenvolvimento dos meios de comunicação os permitiram encurtar as distâncias e acirrar a disputa por “*hearts and mind in every corner of the planet a globalized effectively the political and ideological competition between the United States and Soviet Union*” (MELLO, 1999, p. 152).<sup>28</sup>

Em última instância, deve ser enfatizado o fato de que boa parte das hipóteses de Brzezinski se provaram verdadeiras, especialmente a sua opinião de que vencer este complexo conflito significava, simplesmente, predominar. A disputa, criada por realidades geopolíticas e reforçada por diferenças ideológicas e sistêmicas, seria, de acordo com Brzezinski, o motor do próprio conflito (BRZEZINSKI, 1989, p. 38). O que estava minando as chances de sucesso da União Soviética era o fato de que, ainda que tivesse se desenvolvido militarmente, não era capaz de alcançar os Estados Unidos economicamente no longo prazo. Paradoxalmente, o seu discurso ideológico apologético apresentado durante toda a era sobre a grandeza da União Soviética socialista esteve, com menor ou maior sucesso, encobrindo este fato. Finalmente, os EUA logo perceberam a importância de apoiar a decadência interna dos estados vassalos da Europa Oriental através de instrumentos particularmente pacíficos. Foi o próprio Brzezinski quem, segundo Mello (2003), apoiou intensamente os dissidentes da Europa Oriental, tendo influência, por exemplo, na Charta 77 tchecoslovaca, que será apresentada mais adiante.

### ***1.1.2.2 O Shatterbelt da Europa Centro–Oriental e seu suposto renascimento***

Vimos, acima, várias teorias que têm em comum a similaridade das visões sobre o caráter estratégico da região onde se localiza a República Tcheca. Enfatizamos, nesta parte, mais um conceito que resume todas as características e que hoje em dia tem uma boa relevância quando tratar este tema – o de *Shatterbelts*. Nas suas raízes, esse conceito tratava principalmente da questão da Europa Oriental depois de 1945 como uma zona de fratura cujos Estados

---

Oriental não é passível de ser automaticamente equivalente à expansão pacífica da cooperação todo-europeia, com a Comunidade Europeia servindo como modelo“ (BRZEZINSKI, 1990, p. 269).

<sup>28</sup> Traduzido pela autora desta tese.

representavam poderes fracos e fragmentados, por isso, vulneráveis aos atores externos competindo pelo controle sobre os seus territórios e políticas. Na medida em que a Guerra Fria ganhava os seus contornos, essa designação começou a ser utilizada como referência para muitas outras regiões no mundo.

O conceito de *Shatterbelts* está estreitamente relacionado à era pós-segunda Guerra Mundial, nas tentativas de descrever os movimentos estratégicos dos Estados Unidos e da União Soviética na Europa. Todavia, ele tem as suas raízes já nos escritos geopolíticos do início do século XX. Uma boa compreensão da história deste termo é oferecida, por exemplo, por Hensel e Diehl em “*Testing empirical prepositions about shatterbelts*”, de 1994. Um dos primeiros autores a formular este conceito foi Alfred Mahan, que estudou o cinturão do Oriente Médio e os estados asiáticos. Posteriormente, foi James Fairgrieve, estudando a “zona de compressão” dos estados europeus, do Oriente Médio e asiáticos que apareceu como resultado da competição entre o *Heartland* centro-eurasiano e as grandes potências marítimas. Podemos também mencionar a visão de Mackinder da “camada intermediária” ou, eventualmente, os estados independentes entre as grandes potências Alemanha e Rússia.

Um dos principais autores contemporâneos a trabalhar com o conceito de *shatterbelts* é o geógrafo americano Saul B. Cohen. Dividindo as estruturas geopolíticas em domínios geoestratégicos no nível macro, e em regiões geopolíticas como suas subdivisões e estados nacionais no nível micro, ele considera *shatterbelts* as regiões localizadas fora dessas estruturas principais – a mesma coisa como, por exemplo, “zonas de compressão” ou “*gateways*” (Cohen, 2003, p. 33). De acordo com Cohen, *shatterbelts*, como uma das características importantes do mapa político mundial contemporâneo, são “(...) *strategically oriented regions that are both deeply divided internally and caught up in the competition between great powers of the geostrategic realms*” (COHEN, 2008, p. 48).<sup>29</sup>

Outro acadêmico contemporâneo, Philip Kelly, descrevendo categorias geopolíticas regionais através das quais a geopolítica sulamericana pode ser interpretada, define *Shatterbelts*<sup>30</sup> como:

---

29 Comparando com outra versão desta definição, *shatterbelts* são “*regions torn by internal conflicts whose fragmentation is increased by the intervention of external major powers in contention over the region.*” (COHEN, 2003, p. 5). Ou então, usando uma das suas definições mais antigas, são regiões “*whose internal, geographical, cultural, religious, and political fragmentation is compounded by pressures from external major powers attracted by the region’s strategic location and economic resources*” (COHEN, 1982, p. 226).

30 Kelly oferece uma visão geral de tais categorias, entre as quais a Tchecoslováquia durante a Guerra Fria pode ser considerada (além do *shattebelt*) também como “esfera de influência”, o que significa região mais ou menos controlada por um país estratégico (que é uma grande potência representando impacto econômico, político



(...) *regions in which two strategically important countries compete for control, with a resulting two-tiered structure of interrelated regional and strategic conflict. Shatterbelts pose a danger of escalation, of wars that might spread elsewhere, and of smaller countries' prompting serious confrontation between their larger, strategically important sponsors* (KELLY, 1997, p. 33).

Alguns *shatterbelts* do século XX apareceram, enquanto outros desapareceram. Conforme Cohen (2008, p. 48–49), *shatterbelts* e suas fronteiras são fluidas, conforme mudam a distribuição de poder e as condições dos grandes atores. Ele dá o exemplo da África Sub-Saariana e do Sudeste Asiático, que perderam sua condição de *shatterbelt* durante a Guerra Fria. Então, ele propõe a emergência de novos *shatterbelts*, por exemplo, o antigo/novo *shatterbelt* da Europa Oriental que se estende do Báltico até os Balcãs, assim como outros no território da Eurásia, o que, segundo ele, dependeria dos movimentos geoestratégicos do Ocidente. Ele enfatiza a importância fundamental de tais regiões para a política mundial, por isso, exigindo estratégias prévias de planejamento.

Já que esse conceito tende a ser estudado no contexto de conflitos locais e interestatais,<sup>31</sup> representa uma base relevante para o estudo do nosso tema. O que é comum para todos os autores tratando a área da Europa Centro–Oriental do ponto de vista geopolítico é a sua proclamação das contínuas instabilidade e fragmentação dessa área. Um dos primeiros autores a lidar com a questão da Europa Centro–Oriental em particular, F. D. Unstead (1923), considerou esta região um “cinturão de mudança política na Europa”, devido à sua instabilidade e grande diversidade social e cultural em comparação com outras regiões, tanto a leste quando a oeste.

Ainda assim, R. Hartshorne (1944) chega a conclusão semelhante a de Unstead, afirmando que o “*shatter zone*” europeu nunca experimentou qualquer período longo de estabilidade política, tendo considerável fragmentação social e cultural entre os seus povos. Determinado pela juventude dos seus estados somada à sua falta de força, essa região seria realmente vulnerável a qualquer grande Estado vizinho visando expandir seu território e, desse modo, estender seu poder militar. Visões similares de transição e diversidade também podem ser encontradas em Hoffman (1952), que enfatiza a importância desta área localizada entre duas

---

e militar) – a União Soviética. Até certo ponto, a Tchecoslováquia também pode, com base na sua divisão, ser considerada uma região “tampão”, ou estrategicamente neutra, criando um tampão entre dois países beligerantes (KELLY, 1997, p. 33-34).

31 Hensel e Diehl, por exemplo, se referem aos “*shatterbelts*” como “way to categorize the spatial distribution of interstate conflict”, tal qual “catalyst that drives conflicts up the escalatory ladder, making disputes more dangerous and broadening their scope”. Então, *shatterbelts* podem ser, do ponto de vista geopolítico, considerados tanto como uma “condição facilitadora” como a fonte do próprio conflito (HENSEL, DIEHL, 1994, p. 2).

grandes potências – Alemanha e Rússia, ambas tentando dominá-la desde os seus primórdios. Uma ideia interessante pode ser encontrada em G. East (1961), afirmando que a dominação soviética sobre esta área finalmente trouxe alguma estabilidade para a região que, conseqüentemente, não precisou mais ser chamada de “*shatterbelt*”.

Para Cohen (2003, p. 65), a Europa Oriental constitui uma ligação estratégica para o *Heartland* eurasiático interior soviético, o que junto com a Ásia Oriental supostamente constitui o domínio eurasiático continental. Além das características referindo estritamente ao termo *shatterbelts*, Cohen também reconhece a Europa Centro–Oriental como parte da zona de fronteira oriental da Europa marítima, importante não apenas devido às condições econômicas e físicas orientadas para o mar, mas também pelos seus habitantes, que foram capazes de desenvolver uma perspectiva distintamente orientada para o comércio. Ele afirma que as fronteiras desta zona, das quais as terras tchecas fazem parte, constituem uma das mais antigas características da geopolítica europeia e sempre flutuaram em função do poder relativo e dos movimentos dos povos eslavos e germânicos (COHEN, 2003, p. 149–160).

Ele enfatiza a importância da Europa Centro–Oriental como um objetivo territorial principal da União Soviética, principalmente entre 1945 e 1956, por constituir uma forte zona de defesa entre ela própria e a Europa Ocidental.<sup>32</sup> Essa necessidade foi satisfeita logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, com a imposição bem-sucedida de regimes comunistas sobre esses países, incluindo a Tchecoslováquia em 1948, assim constituindo o desejado “cordão sanitário” nas suas fronteiras ocidentais vulneráveis. Assegurando o território passo a passo através, entre outros, do Comecon<sup>33</sup> e do Pacto de Varsóvia, a União Soviética pôde difundir seus interesses no “quintal” do território americano e, então, expandir adiante seus *shatterbelts* e esferas de influência para o Oriente Médio, a África Sub-sahariana, o Sudoeste Asiático e o Caribe.<sup>34</sup>

---

32 É uma área que corresponde à “camada intermediária de estados” de Mackinder. Cohen distingue três fases principais da geopolítica da Guerra Fria: a mencionada acima entre 1945-1956, uma entre 1957 e 1979 e a outra entre 1980 e 1989.

33 Comecon (em inglês *Conselho para Assistência Econômica Mútua*) foi uma organização comercial que reuniu os estados socialistas do bloco soviético durante a Guerra Fria, fundada em Moscou em 1949 por J. Stalin. Foi uma organização que foi criada por razões não somente econômica, mas principalmente políticas. Nos primeiros anos de sua existência, foi uma ferramenta de poder da União Soviética para a dominação econômica dos países da Europa Oriental, e mais tarde passou a atuar como um meio da chamada integração econômica socialista. A República Democrática Alemã e a Tchecoslováquia desempenharam o papel mais importante, pois eram os Estados industrialmente mais avançados do bloco soviético. Sua economia apoiou os países aliados mais atrasados e, eventualmente, também os estados do Terceiro Mundo que subscreveram a ideologia comunista.

34 Ver mais em COHEN, 2003, p. 71-93.

Conforme notado por Cohen (2003, p. 228), os desenvolvimentos do século XX mostraram que controlar o *Heartland* não necessariamente significa controlar o mundo. A localização da Rússia no *Heartland* a permitiu dominar com sucesso a sua periferia por mais de quarenta anos. Enquanto a União Soviética teve a capacidade de assegurar tais elementos, ela pode se beneficiar do fato de ter este cinturão de Estados ao seu lado, contendo o poder do seu inimigo. Além disso, manter o *shatterbelt* da Europa Oriental dependia não apenas do terror e da repressão, conforme demonstrado pelo caso da Tchecoslováquia no início dos anos 1950, no final da Primavera de Praga de 1968 e na Doutrina Brejnev conforme veremos mais adiante, mas também, conforme observado por Brzezinski, foi o resultado do controle sobre muitos outros aspectos nas sociedades vassalas da URSS.<sup>35</sup> Isso envolve usar os meios menos transparentes, meios de comunicação, em particular. Vale notar aqui o uso do poder sobre opinião como um dos instrumentos das grandes potências competindo pelo domínio no sistema internacional, usando a mídia para manter sua influência sobre os seus “parceiros” subordinados, ainda mais com o rápido desenvolvimento das tecnologias da informação.

O importante para os nossos propósitos é que este conceito foi formulado inicialmente como o *shatterbelt* da Europa Centro–Oriental, tendo em vista as especificidades desta região na época. Não obstante, consideramos o fato de que os *shatterbelts* e as suas fronteiras são fluidos, à medida que se alteram a distribuição de poder e as condições dos “grandes jogadores”. Recentemente, já na virada do século XXI, a Europa Centro–Oriental (re)apareceu como um novo/velho *shatterbelt* entre o mar Báltico e os Balcãs. Esperava-se que suas perspectivas futuras dependeriam, em grande medida, dos movimentos geoestratégicos das potências europeias ocidentais e dos Estados Unidos, de um lado e, pelo menos, da Rússia, de outro. Mesmo que na região específica da ECO a situação fosse mais calma, os acontecimentos nos Balcãs, em particular, confirmaram o reaparecimento do *Shatterbelt*. Esta região foi, no entanto, assim dividida em Estados independentes, entre os quais, após o fim dos regimes comunistas, não havia mais ligação, conforme exemplificado pelo caso da Iugoslávia.

## 1.2. O Sistema internacional depois do fim da Guerra Fria

Todo o quadro teórico–conceitual descrito acima pretende nos servir como ponto de partida para a análise do desenvolvimento da República Tcheca no pós-Guerra Fria e assim para

---

35 Uma das suas principais recomendações para a estratégia americana era, justamente, explorar as divisões políticas e as contradições internas do império multinacional (e multiétnico) soviético.

responder à hipótese e perguntas inicialmente estabelecidas. Vale lembrar que as ideias particulares foram formuladas com base nas próprias experiências do sistema internacional que se caracterizava, por boa parte do século XX, por sua natureza bipolar. A União Soviética e os Estados Unidos, ou seja, os dois Estados-impérios, lutavam por sua hegemonia no sistema por meio de instrumentos tanto tradicionais quanto os sobre a opinião pública e, principalmente, pelas relações de subordinação que impunham aos seus satélites. Este quadro de submissão e bipolaridade perdurou sem maiores alterações até que, em meados da década de 1980, diversos fatores contribuíram para a sua transformação. Consideramos a desintegração da União Soviética e, assim, de todo o seu bloco entre 1989 e 1991, o momento do fim da bipolaridade mundial que dominou o sistema mundial por quase metade do século.

### **1.2.1. Nova polarização: Da bipolaridade para onde?**

Depois da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética conseguiu colocar sob seu domínio os países de uma região muito estratégica, a faixa do Leste europeu, que, como vimos acima, é considerada por muitos atores como a chave para a dominação mundial. Porém, concordando com Cohen, não ficou provado, neste caso, que a dominação sobre o *Heartland* significa necessariamente o controle sob o mundo inteiro, ainda que o sistema de vassalagem dos Estados de pequeno ou médio porte na margem entre ela e Europa Ocidental tenha fornecido à União Soviética um poder enorme. Trata-se de um bom exemplo do fato de que quando incide sobre o território a vontade específica dos agentes, ele se torna parte de um projeto geopolítico específico. Este da URSS durou por mais que quarenta anos.

Com a dissolução da União Soviética e assim do mundo chamado de “bipolar”, abriu-se espaço para estabelecer uma nova ordem no sistema, tanto global quanto regional. Há amplas discussões sobre a natureza desta ordem. A maioria delas podemos dividir em duas correntes principais. A primeira, influenciada pelo pensamento (neo)liberal, humanista e funcionalista. De acordo com ela, dentro desta ordem mundial operam vários polos principais que convivem numa ordem equilibrada, com reconhecimento da importância de cada Estado nacional e cuja governança se apoia nas organizações internacionais. Ou seja, a visão neoliberal promove uma governança global liderada pelos EUA e seus aliados ocidentais, supostamente em benefício de toda ou, pelo menos, da maior parte da chamada “comunidade internacional”, e confere papel especial para as instituições internacionais. São autores como R. Gilpin e J. Nye, que defendem no capô de Economia Política Internacional esse ponto de vista.

Por outro lado, a visão mais crítica sobre a ordem mundial depois da queda da União Soviética, ou seja, a realista, defende a presença de um mundo unimultipolar, com hegemonia dos EUA, seguido de forma próxima por seus aliados, principalmente pelas potências europeias ocidentais e o Japão. Os realistas argumentam que a dissolução da União Soviética confirmou a hegemonia norte-americana que estava se desenvolvendo por muito tempo. Para aqueles que a defendem, o sistema global é dominado por um polo só – os Estados Unidos, expandindo sua influência política, econômica, militar, social e cultural pelo mundo, tentando manter sua hegemonia no sistema. Aqui, é J. L. Fiori, frequentemente usado nesta tese, ou autores como H. Kissinger, que defendem esta postura. Ao mesmo tempo, enfatizamos que é uma visão simplificada, especificamente para estudar a posição de um Estado pequeno da Europa Centro-Oriental no mundo neste período.<sup>36</sup>

#### ***1.2.1.1. A afirmação das estruturas ocidentais na nova ordem***

Apesar de tentativas de manter a força e a estabilidade econômica, política e militar da União Soviética, sua decadência tornava-se, desde a década de 1970, cada vez mais previsível. No final dos anos 1960, o confronto da Guerra Fria havia se movido do embate mais estreito entre OTAN e o Pacto de Varsóvia para questões como a opressão comunista sobre a Europa Oriental, a unificação alemã e o acesso ocidental a Berlim, entre outros.<sup>37</sup> No campo econômico, a década de 1970 estava conectada com um conjunto de eventos que, na visão tradicional, sinalizavam o enfraquecimento do poder dos Estados Unidos. Estes foram o abandono do Sistema de Bretton Woods, a subsequente crise do dólar, as crises do petróleo e a derrota dos Estados Unidos no Vietnã, entre outros. Não obstante, já que os Estados Unidos ressurgiram

---

36 Ver, também, Fiori (2004). Ele afirma que esse desaparecimento de uma situação de poder bipolar, envolvendo dois “estados-impérios” com capacidade militar, expôs o mundo a uma inédita situação imperial. No entanto, é importante enfatizar que o processo que começou a mudar a forma da Europa definida pelo Paz de Westefália começou já no final dos anos 1980 na Europa. Lembrando ainda a visão de Fiori de cima, ressaltamos o fato de que as grandes potências vivem em constante sentimento de cerco e ameaça externa, sendo que coexistem num tabuleiro geopolítico extremamente competitivo, o que os obriga a expandir constantemente seu poder e alianças.

37 Esse período é chamado de *détente*. Apesar das vigorosas proclamações de redução dos poderes militar e nuclear, ambos os lados do conflito continuaram a acumular seus arsenais militares (SCHWARTZ, 1997, p. 27). Ademais, tratou-se de um período que enfatizou a noção da *Mutual Assured Destruction* (MAD) – a estratégia militar segundo a qual o uso de armas nucleares contra um país armado com armas nucleares poderia levar à destruição tanto do agressor quanto do defensor. Então, a posse de armas poderosas seria uma condição essencial para ameaçar o inimigo. Essa tendência levou ao Tratado Anti-Mísseis Balísticos (ABM), que foi um acordo entre Estados Unidos e União Soviética limitando esses armamentos. Ele foi assinado em 1972 por Richard Nixon e Leonid Brezhnev no contexto das conversas de desarmamento SALT – dois tratados bilaterais entre URSS e EUA sobre limitações de armas estratégicas.

como o líder mundial incontestável na década seguinte, vale notar que tais acontecimentos de fato fortaleceram o poder econômico americano.<sup>38</sup>

Desde o final dos anos 1970 (e até 1985, em particular), as relações geopolíticas entre Oriente e Ocidente pioraram. Sob o governo de Ronald Reagan (1981–89), cresceram as pressões diplomáticas, econômicas e especialmente militares sobre a União Soviética. Ainda que a URSS tenha realizado esforços para alcançar os Estados Unidos militarmente,<sup>39</sup> ela nunca conseguiu condições de igualdade com os americanos.<sup>40</sup> Por exemplo, a sua decadência econômica, em termos relativos, foi grave. Esses aspectos da decadência econômica, tecnológica e ideológica da Rússia Soviética gradualmente romperam o seu poder no nível internacional. Voltamos aqui para o Brzezinski e seu argumento de que, além do fato de não ser capaz alcançar os EUA economicamente, o discurso ideológico apologético sobre a grandeza da URSS estava, de certa forma, encobrindo o fato de sua progressiva decomposição. Já vimos que Brzezinski considerava o fator da ideologia e do “*soft power*” muito importante, tratando o conflito entre EUA e URSS como multi-dimensional.

O ponto de ruptura no desenvolvimento da Guerra Fria veio em 1985, quando Mikhail Gorbachev se tornou secretário geral do Partido Comunista da União Soviética. Mesmo que suas ideias fossem “nobres”, a ascensão dele ao poder na União Soviética foi seguida por declínio ainda maior do poder militar, tecnológico, produtivo e financeiro. Depois do XXVII Congresso do PCUS em fevereiro de 1986, ele deu início às reformas e à implementação de diversas mudanças na economia e política do Estado, como a *Perestroika* e a *Glasnost*.<sup>41</sup> Ele

---

38 É autora brasileira Maria Conceição Tavares que escrevia sobre a “retomada da hegemonia americana” já nos anos 1980, quando quase ninguém via isso. É também preciso lembrar que o preço do petróleo caiu nos anos 80, devido às decisões da Arábia Saudita (aliada dos EUA) de negociar seu petróleo de maneira diferente do que havia sido acordado na OPEP (*OPEC - Organization of the Petroleum Exporting Countries*). O preço do petróleo e a OPEP só foram recuperados no fim dos anos 1990, sob a articulação do presidente venezuelano Hugo Chávez.

39 A União Soviética sofreu crescente estagnação econômica durante este período. Ronald Reagan, nos anos 1980, ainda expandiu substancialmente o gasto militar americano e declarou que a União Soviética era o “império do mal”. Com vistas a alcançar os americanos, os soviéticos tiveram que elevar seus gastos militares para quase 10% do seu PIB. Tudo isso aconteceu devido à necessidade de responder aos novos foguetes americanos, à política da “Guerra nas Estrelas” e à campanha militar fracassada no Afeganistão.

40 Veja mais em, por exemplo, Fiori (2004).

41 “A principal missão da Perestroika era reestruturar a economia soviética. As reformas econômicas foram subsequentemente seguidas por mudanças mais amplas em direção à democratização da sociedade. O voto entre diversos candidatos diversos foi permitido, ainda que a criação de novos partidos não tenha sido. Certas similaridades podem ser encontradas entre a Perestroika e o processo de democratização durante a Primavera de Praga de 1968, na medida em que todas as mudanças deveriam ser implementadas enquanto se mantinham o papel de liderança do Partido Comunista e o sistema socialista. Secundariamente, foi a Glasnost [глаá сностъ], que significa “abertura” em sentido político. O termo se refere à política de máxima abertura no que diz respeito às atividades do Estado e à mínima supressão da liberdade de expressão e informação. A introdução da glasnost deu à população maior liberdade de discurso, o que significou mudança fundamental num sistema onde o controle sobre a opinião era uma das principais armas do aparato de poder. O objetivo de Gorbachev com a introdução da

tentou introduzir reformas econômicas que – ele esperava – deveriam elevar os níveis de vida e a produtividade do trabalho. Porém, muitas das suas reformas foram percebidas negativamente pelos governantes e setores leais da população. Nenhuma das iniciativas de Gorbachev de reestabelecer a estabilidade e o poder na União Soviética obteve sucesso de fato. Talvez isso tenha decorrido também da sua postura muito neutra, até vaga, mesmo que aberta no que diz respeito às mudanças.

Com efeito, a estagnação da URSS começou primeiro nas mentes dos políticos soviéticos e, em seguida, na realidade. O insucesso dos planos econômicos durante a *Perestroika* e outros fatores, como a queda dos preços internacionais do petróleo entre 1985 e 1986 – produto do qual a União Soviética era grande exportadora –, ainda aceleraram o processo. Um fator fundamental para isso foi a incapacidade do Kremlin para reagir às necessidades de mudar o sistema do socialismo burocrático e a incapacidade de desenvolvê-lo. Um fator importante foi, também, a incapacidade de afastar líderes incompetentes, já que o assim falado “fator subjetivo”, ou seja, as características individuais dos líderes e o potencial “espiritual” do partido, tido como uma liderança de caráter infalível, desempenharam um papel primordial no funcionamento daquela sociedade. Assim, caiu-se num extremo: para expurgar o sistema dos seus problemas, recorria-se aos seus próprios líderes incompetentes. Isso, segundo Krejčí (2014, p. 30), seria a mesma coisa que tentar curar a crise global contemporânea por um dogmatismo liberal ainda maior.

Ao mesmo tempo, quando na URSS começou a estagnação, na China, Deng Xiaoping tomou o poder e deu início às reformas no sistema chinês em 1978, procurando se afastar do “socialismo burocrático” sem aderir ao capitalismo liberal. É claro que isso não seria possível na Tchecoslováquia na época. A China foi muito rápida em reformas econômicas e lenta nas políticas. Na URSS, deu-se o oposto, o que criou insatisfação bem visível nos soviéticos, esperando nas filas dos mercados vazios. Podemos dizer que, em 1989, a URSS não exerceu mais a hegemonia. Os passos não eficientes de Gorbachev foram muito confusos. A fim de manter as simpatias do “rico” ocidente, Gorbachev estava abrindo mão às suas esferas de influência sem importar-se muito o que ia acontecer ou qual seria o interesse do ocidente com a URSS.

---

glasnost foi aplicar pressão sobre as forças conservadoras no interior do Partido Comunista que recusavam a sua política de reformas econômicas. Ele também esperava que com esta nova abordagem de abertura e comunicações mais livres, os residentes na União Soviética apoiariam as suas medidas reformistas” (PARIZKOVA, 2016a, p. 94–95).



Também por isso, ele foi depois de muitos anos o primeiro estadista soviético a ser recebido nos países do Pacto de Varsóvia. No entanto, não apareceu nada “novo” em seus discursos e foi muito amigável com os líderes do partido até em público. O ponto culminante no caminho para o afrouxamento dos laços do bloco soviético foi um discurso em junho de 1989 no Fórum Europeu no Conselho da Europa. Nele, Gorbachev admitia mudanças na ordem social nos países europeus, chegava a descrevê-las como assunto interno soberano deles e qualificava como inaceitável qualquer ingerência externa. No dia seguinte, em uma reunião do Comitê Consultivo do Pacto de Varsóvia em Bucareste, os líderes conservadores de Gorbachev tomaram a palavra e pressionaram por uma resolução que aplicasse esses princípios aos Estados do bloco soviético. Este foi um paradoxo, já que a doutrina de Brejnev foi abolida por seus seguidores mais fervorosos. Esses acontecimentos foram bem-vindos em Budapeste e Varsóvia, mas o oposto aconteceu em Praga e Berlim. A RDA declarou sua posição forte mesmo sem Gorbachev. A Tchecoslováquia foi cautelosa e, pelo menos externamente, apoiou Moscou (KŘEN, 2019, p. 58).

Outro fator importante para o enfraquecimento da URSS foi a derrota no Afeganistão, que desmoralizou o Exército Vermelho, uma instituição fundamental para o prestígio e a funcionalidade do Estado soviético. Em fevereiro de 1989, foram criadas duas análises soviéticas internas (uma proveniente do departamento internacional do Comitê Central do PCUS e a outra do *think-tank* do Instituto de Economia Mundial). Segundo eles, restava claro que o sistema soviético estava exausto e que os países socialistas estavam numa crise que os sujeitava aos “atrativos” do Ocidente. Alguns dos autores falaram da necessidade de um “novo socialismo”, enquanto outros admitiam que o sistema soviético estava caminhando para o seu fim e proclamaram o “fracasso da ideia socialista”. No que diz respeito à Tchecoslováquia, os estudos destacaram o efeito estabilizador dos altos padrões de vida e esperavam um “aumento acentuado da tensão nesta primavera ou outono”. Foi destacado que apenas a troca partidária fundamental poderia reverter essa tendência, já que o então secretário Miloš Jakeš alegadamente não era forte o suficiente para isso (PŘEČAN, SLÁDEK, 1999, p. 10–18).

No começo do ano 1990, ficou claro para toda elite soviética que a URSS se encontrava esgotada econômica e militarmente, mas também social e culturalmente, e que caminhava para o seu fim. Mostrava-se, afinal, verdadeira a hipótese de Brzezinski da impossibilidade de terminar o conflito da Guerra Fria pela força puramente militar. Também ficava claro que a paz com o Ocidente era uma questão existencial para a União Soviética. O memorando abrangente do



Comitê Central do PCUS de 5 de Janeiro de 1990 critica a liderança da própria União Soviética e de Gorbachev, junto com a previsão da separação dos Estados do bloco e seu desenvolvimento futuro, previsto com bastante precisão. O objetivo deste memorando era redefinir ainda mais as relações com esses Estados, mas dado que eles perderiam todos os benefícios decorrentes de suas relações com a União (econômicos, políticos, de segurança etc.), era uma tarefa difícil (idem, p. 44–58).

Após uma tentativa malsucedida de golpe pelos comunistas conservadores em agosto de 1991, a União Soviética continuou seu caminho democrático, mesmo ao custo de seu colapso no final do mesmo ano. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas deixou de existir oficialmente em 26 de dezembro de 1991. A Guerra Fria, por seu turno, oficialmente terminou em setembro de 1990, quando a Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos, junto com a União Soviética, assinaram o tratado de paz com as Alemanhas Ocidental e Oriental. Aqui aparece claramente a ideia clássica de Mackinder a respeito da aliança dos atores ocidentais, ou seja, os EUA, com apoio e projeção do poder da França e da Inglaterra, a fim de não deixar Alemanha se unir com a Rússia e também no sentido de

criar uma “camada intermediária” dos Estados da Europa Oriental, “independentes”. Ao mesmo tempo foi seguida a tese de Brzezinski de garantir a terceira frente do “Extremo Ocidente” para que o comunismo não prevalecesse mais nos demais países no pós-Guerra Fria.

Deve-se notar, por outro lado, que o fim da União Soviética foi um exemplo único na história. A segunda maior superpotência do mundo desmoronou como um “castelo de cartas”, sem resistência efetiva, e seu núcleo foi preservado. Questionável, aqui, é a já citada ideia de Pilsudski sobre a desestabilização estratégica da periferia não-russa (criando alianças lideradas pela Polônia) que se espalharia para o centro russo paralisando o *hegemon*. Mesmo que os Estados se livrassem, um após o outro, da dominação soviética como veremos mais adiante, foi o próprio centro que ruiu por dentro.

O Estado sucessor da União Soviética, a Federação Russa, está atualmente espalhada por dois continentes e é o maior país do mundo em extensão territorial. Ao mesmo tempo, no entanto, perdeu o domínio tanto sobre a sua região estratégica da Europa Oriental, que seria essencial para sua posição hegemônica, como visto por quase todos os autores geopolíticos apresentados acima (Mackinder, Spykman, Brzezinski, autores tratando de *Shatterbelts*, ...); quanto uma boa parte do seu centro efetivo de poder como visto por Spykman, ou seja, a sua parte europeia. Subsequentemente, a “Comunidade de Estados Independentes” tornar-se-ia uma

espécie de substituto para a União Soviética – uma aliança bastante simbólica de 12 repúblicas pós-soviéticas lideradas pela Federação Russa, na qual os três Estados Bálticos se recusaram a participar.

Por sua vez, Polônia, Hungria, Tchecoslováquia e outros Estados do ex-bloco soviético mantinham relações justas e formais com a Rússia, principalmente por meio da questão energética. Mais importante ainda, vale dizer que o fornecimento de energia pela Rússia continuou mesmo depois da sua desintegração (mesmo porque a Rússia, extremamente empobrecida, precisava desesperadamente de dinheiro estrangeiro), de modo que os Estados antes satélites continuaram sendo abastecidos e, assim, tiveram espaço para se concentrar principalmente em seus problemas internos. Seu enfraquecimento foi uma vantagem para eles, já que não havia ameaça de vingança do temido Oriente naquela época e a Rússia, naquele estado, não era perigosa. O que foi, no entanto, perigoso para a Europa como um todo foi a sua decomposição, que poderia desestabilizar toda a área, como visto em conceitos geopolíticos acima, principalmente no de *Shatterbelts*. Também por isso foi considerado o reaparecimento de velho-novo *Shatterbelt* da Europa Oriental, já que na época não ficou claro como, exatamente, os Estados da região lidariam com mudança tão radical.

Ao mesmo tempo, enquanto a Rússia (mas também o Sudeste Asiático e o Brasil) foram atingidos por uma grave crise na última década de 1990, os Estados Unidos experimentaram um forte *boom* econômico. Isso fortaleceu a confiança dos Estados Unidos de que eram capazes de manter sua hegemonia sem grandes esforços. Sua *Pax Americana* baseava-se principalmente na força militar, que no final da presidência de Bill Clinton (1992–2000) foi explicitada pela brutal intervenção da OTAN na crise iugoslava com o “bombardeio humanitário” em Belgrado, capital da Sérvia (tradicional e histórica aliada da Rússia). A dissolução do “bloco oriental”, junto com a afirmação das posições estratégicas dos EUA nas instituições internacionais importantes, confirmou o direcionamento do mundo antes bipolar ao mundo unilateral, e não multipolar.<sup>42</sup>

Dentro da discussão sobre a hegemonia, vale dizer que a suposta “crise” da hegemonia dos EUA na década de 1980, como descrita anteriormente, carece de configurações e resultados claros até hoje, pois enfrenta constantemente novos desafios em escala global. Aparentemente, como reação à situação geopolítica do final do século XX e início do século XXI, os Estados

---

42 Mais precisamente, foi a vitória na I Guerra do Golfo que já mostrou o poder militar-tecnológico infinitamente superior dos EUA, assim como sua capacidade de liderança global.

Unidos adotaram uma estratégia bastante específica, segundo Mazat e Serrano (2012), assentada em dois pilares principais. Em primeiro lugar, ela busca o enfraquecimento de potências que aspiram à hegemonia regional como Rússia, China, vários países da América do Sul e Central, entre outros. Em segundo lugar, há uma tendência visível dos Estados Unidos de lutar pelo controle sobre o acesso aos principais recursos do mundo.

Por exemplo, não há dúvida de que centro de gravidade do sistema internacional saiu com o fim da Segunda Guerra Mundial da Europa e foi para o Atlântico Norte, com o comando dos EUA sobre a Europa Ocidental. Isso se ainda acrescentou com o fim do mundo bipolar, passando para ex-satélites soviéticos e agora, esse centro está, pouco a pouco, migrando para o Extremo Oriente. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos transformaram a natureza de seu poder global, tornando-se um império com fronteiras flexíveis, passando cada vez mais do poder imperial direto ao financeiro e naval. No início do século XXI (junto a ascensão de outras potências como Ásia, África e América do Sul), essa transição trouxe para os EUA o desafio de se tornarem não apenas uma hegemonia restrita ao mundo capitalista, mas adotar a condição de potência imperial global (FIORI, 2015).

Enfatizamos, neste cenário global, a importância que é geralmente dada às instituições e organizações internacionais. No âmbito neoliberal, neoinstitucional e neofuncional,<sup>43</sup> seu papel no mundo é crescente, exercendo o poder de negociar os assuntos globais através dos Estados nacionais como atores invisíveis. Enfatizamos aqui que os principais atores do sistema não são somente os Estados ou as organizações governamentais internacionais (IGOs), mas cada vez mais também as organizações não governamentais (ONGs), as corporações transnacionais (operando no campo econômico, militar e outros) e os indivíduos. Os Estados, assim como os atores não estatais, operam no sistema de ligações institucionais densas e de quadros normativos que influenciam tanto suas posturas e decisões, quanto valores e as estruturas internas. Desde o fim da Guerra Fria, as relações entre os atores estatais e não estatais vem influenciando cada vez mais o próprio sistema, incluindo a concepção do poder. Dentro disso, o controle do conhecimento e das informações tornou-se uma dimensão cada vez mais importante do poder. A capacidade de disseminar as ideias e informações na era digital vem influenciando fortemente os comportamentos dos demais atores.

---

43 Ainda assim, o sistema internacional contemporâneo é também frequentemente chamado de “pós-moderno”, “neomedieval” ou também “pós-vestfaliano”, dependendo da postura.

### 1.2.1.2. *Questionamento da nova ordem?*

Em todo o contexto apresentado acima, fica claro que a estabilidade no âmbito internacional depois do fim da bipolaridade não é mais atingida pelo consenso dos interesses (ou pelos votos em organizações internacionais como ONU), mas principalmente pela harmonização dos interesses por meio do poder (KREJČÍ, 1997, p. 5). Isso vale, pelo menos, até a primeira década do século XXI, sob a hierarquização estrita dos Estados Unidos, apoiados por toda a área euro-atlântica e lutando para preservar a sua dominância mundial no sentido das teorias geopolíticas apresentadas acima e nas ideias do Fiori sobre a hierarquia do poder. Em *Joint Vision 2000*, um documento estratégico divulgado pelo Pentágono em maio de 2000, os EUA proclamaram a necessidade de *Full Spectrum Dominance*, que seria definida como ser “Persuasivo na paz; Decisivo na guerra; Preeminente em qualquer forma de conflito” (JOINT VISION 2000, 2000). Essa foi uma declaração clara da intenção dos EUA de dominar o mundo inteiro.<sup>44</sup>

No início de 2001, George W. Bush, grande defensor do intervencionismo militarista, se tornou presidente, retomando a visão de Spykman, que considerava o intervencionismo um elemento fundamental da estratégia americana. Este curso foi imediatamente justificado pelo ataque terrorista em 11 de Setembro de 2001. Uma das reações aos ataques de 11 de Setembro foi a conhecida doutrina de ataques preventivos estabelecida em 2002, visando combater o terrorismo global. Na verdade, as diretrizes intervencionistas de Bush já estavam presentes no *think tank Project for New American Century (PNAC)*, que o apoiava. Assim, com um mandato da ONU e apoio europeu, os EUA, em retaliação, derrubaram o governo afegão do regime talibã, acusado de abrigar e patrocinar os terroristas.

Com isso, os americanos se arrastaram para uma armadilha: uma guerra para muitos anos. Não obstante, Bush ainda abriu uma segunda frente de luta contra o terrorismo no Iraque em 2003, com base na informação falsa de que o ditador Saddam Hussein possuía armas de

---

44 É F.W. Engdahl que no seu livro de 2009, *Full Spectrum Dominance: Totalitarian Democracy in the New World Order*, constrói uma crítica complexa à estratégia dos EUA no pós-Guerra Fria no âmbito *Full Spectrum Dominance*, analisando do ponto de vista geopolítico diferentes casos do seu uso recentemente e na história: “*The United States had the option of gradually dismantling NATO just as Russia had dissolved the Warsaw Pact, and furthering a climate of mutual economic cooperation that could turn Eurasia into the one of the world’s most prosperous and thriving economic zones. Yet Washington chose another path to deal with the end of the Cold War. The path could be understood only from the inner logic of its global agenda—a geopolitical agenda. The sole remaining Superpower chose stealth, deception, lies and wars to attempt to control the Eurasian Heartland—its only potential rival as economic region-by-military force*” (ENGDAHL, 2009, p. vi). No entanto, destacamos que dentro da nossa tese buscamos encontrar uma balança das abordagens, baseada nas realidades particulares sobre a Tchecoslováquia.

destruição em massa. A guerra, desta vez sem mandato da ONU, foi apoiada por mais de 30 Estados, liderados pelo Reino Unido do então primeiro-ministro Tony Blair. A missão em si foi bem-sucedida do ponto de vista militar, mas nem a estabilidade na região nem a suposta “democracia” apareceram até hoje. Em ambas as guerras, as perdas civis foram muito maiores do que as dos militares; a corrupção em ambos os países falidos estava entre as maiores do mundo; e o Afeganistão permanece o maior produtor mundial de ópio (KŘEN, 2019, p. 150).

O triunfo inicial na forma de duas derrotas rápidas das ditaduras da época afetou adversamente a política americana. O confiante Bush apresentou a unilateralidade da hegemonia dos Estados Unidos como sua missão moral. A visão de mundo em “preto e branco” de confronto entre o “bem” e o “mal” tornou-se a base de sua doutrina. Aqui, Bush retomou a posição maniqueísta de Reagan (e Truman, nos anos iniciais da Guerra Fria), mas desta vez o “eixo do mal” seria composto por Iraque, Irã e Coréia do Norte, tidos como Estados apoiadores do terrorismo.

Vale dizer que a Europa vem lutando para lidar com as consequências do intervencionismo de Bush até hoje. Ela apoiou a campanha afegã em solidariedade e parecia que isso aconteceria novamente no Iraque. No entanto, a maior parte da Europa rejeitou esta guerra, já que a sua disposição inicial diminuiu. A França e a Alemanha preferiram a diplomacia, vários outros Estados apoiaram a guerra apenas formalmente, e apenas a Grã-Bretanha de Blair e alguns Estados pós-comunistas participaram ativamente dela. A Polônia até ganhou algo na forma de uma zona de ocupação no Iraque por um tempo. O então ministro da Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, elogiou assim a dinâmica dos “novos” Estados pós-comunistas contra a fraqueza da “velha” Europa. Não surpreendentemente, a maioria dos Estados dessa região preferia a OTAN à UE, que já havia falhado muitas vezes (por exemplo, na crise dos Balcãs). Ao mesmo tempo, foram considerados dependentes da OTAN, devido à ausência de forças de defesa próprias da UE (KŘEN, 2019).

Isso se encaixou muito bem nos interesses da OTAN. Uma das características essenciais da organização é que ela vem buscando relações com os países de duas regiões que constituem zonas de contato entre a Aliança do Atlântico Norte e o ambiente externo. Elas são definidas como zonas de instabilidade ou de vácuo político (como já definido por *Shatterbelts*). Uma se estende entre a Alemanha e a Rússia e segunda passa do Norte de África através do Oriente Médio até a Caxemira, na fronteira entre Índia e Paquistão. Segundo Krejčí (2005, p. 428), “*In other words, passive defence of the frontiers of the member states has been replaced by the task*

*of forward defence in these zones and advantageously stabilizing them.*” É importante notar que os Estados Unidos apoiaram a unificação da Alemanha, que pertenceria à OTAN. (GADDIS, 2006) Este foi um aspecto notável no sentido geopolítico, porque a Alemanha constitui a fronteira entre “Ocidente” e “Oriente”, tal qual configurada durante a Guerra Fria. Assim, as negociações entre Bush (pai), Kohl, Thatcher e Gorbachev levaram ao acordo que integrou a Alemanha unificada à OTAN. Esse fato apoia todas as teorias geopolíticas apresentadas acima.

Não obstante, a diretriz que mais moldou a política da OTAN naquele período foi dada pelo documento *The Alliance’s Strategic Concept*, de 1999:

Os perigos da Guerra Fria deram lugar a perspectivas mais promissoras, mas também desafiadoras, a novas oportunidades e riscos. Está a emergir uma nova Europa de maior integração e está a evoluir uma estrutura de segurança euro-atlântica na qual a OTAN desempenha um papel central. A Aliança tem estado no centro dos esforços para estabelecer novos padrões de cooperação e compreensão mútua em toda a região euro-atlântica e comprometeu-se a novas atividades essenciais no interesse de uma estabilidade mais ampla. (...) Os últimos dez anos também viram, no entanto, o aparecimento de novos riscos complexos para a paz e a estabilidade euro-atlântica, incluindo opressão, conflito étnico, dificuldades econômicas, colapso da ordem política e proliferação de armas de destruição em massa. (...) A Aliança tem um papel indispensável a desempenhar na consolidação e preservação das mudanças positivas do passado recente e no enfrentamento dos desafios de segurança atuais e futuros. Tem, portanto, uma agenda exigente. Deve salvaguardar os interesses de segurança comuns em um ambiente de mudanças adicionais, muitas vezes imprevisíveis. Deve manter a defesa coletiva e reforçar a ligação transatlântica e assegurar um equilíbrio que permita aos Aliados europeus assumir uma maior responsabilidade<sup>45</sup> (NORTH ATLANTIC COUNCIL, 1999).

Neste sentido, essa nova Concepção Estratégica reserva para a própria OTAN o direito de intervir nos assuntos internos dos seus Estados-membros. Este mero fato mostra claramente a violação da soberania, especialmente na forma de convenção como visto por Krasner acima, em todos seus Estados-membros, inclusive a República Tcheca. Consideramos, ainda, interessante notar que essa estratégia já opera amplamente com palavra “Euro-Atlântico”, o que vemos como conotação clara do conjunto do espaço europeu e americano – mencionando além das instituições europeias também a ONU, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e a União da Europa Ocidental. Como Krejčí, neste sentido, destaca: *“The new strategy of the North Atlantic Alliance is an expression of an effort to develop the balance of power in the desired direction of strengthening the hegemonistic structure of the global political system”* (KREJČÍ, 2005, p. 428).

---

45 Tradução feita pela autora desta tese.

Avaliando mais a OTAN como ator presumido de manutenção da segurança na Europa, vale mencionar que ao redor de 2000, o nível de segurança na Europa era mais alto do que em qualquer momento na sua história. O armistício da Guerra Fria manteve o equilíbrio por meio das armas nucleares. Mas a Europa, palco das maiores guerras da história, como mera associação econômica sob o guarda-chuva nuclear americano, fez um notável trabalho de paz – pelo menos entre os Estados membros da União Europeia, que por séculos viveram em guerra. Suas relações, especialmente com a Alemanha, sobrecarregadas pelas duas guerras mundiais, gradualmente superaram a estrutura inicialmente “fria” da aliança contra a ameaça comum soviética. A União integrou logo a política externa e de segurança comum na sua agenda (mesmo que ela sempre fosse desintegrada ou não coesa em assuntos estratégicos, como o alinhamento com os EUA) e, como potência política civil, entrou nos assuntos internacionais com o equipamento dos seus mecanismos internos de negociação. O estilo político cooperativo a qualificou como ator de paz e comprometimento, além de seu potencial econômico e humanitário (KŘEN, 2019, p. 151). Dada a natureza da União Europeia, a vemos como um elemento de afirmação e manutenção da hegemonia das estruturas ocidentais.

Voltando à história, as primeiras iniciativas para unir a Europa datam da metade do século XX. A União Europeia tem no desenvolvimento do sistema mundial após o fim da Guerra Fria um papel específico. É necessário destacar que bem no começo da integração europeia, não ficou particularmente claro qual seria o seu papel, além do econômico. Alguns traços políticos estabelecidos com o Tratado de Maastricht, de 1992 (política externa e de segurança comum), não apresentavam objetivos muito claros e definitivos. Com o tempo, a UE caminhou para uma estrutura mais complexa, ultrapassando o mero objetivo econômico e se tornando um ator cada vez mais político. A Estratégia da Segurança da UE foi, neste sentido, um auge desse desenvolvimento, pois definiu explicitamente e em detalhes os objetivos e as ameaças da UE e do mundo e, pela primeira vez, lançou o conceito do “Estado desintegrado” como um dos maiores problemas da segurança do mundo contemporâneo. A Estratégia da Segurança da UE (ESS) define ainda outras ameaças como, por exemplo, o terrorismo, o extremismo religioso, proliferação de armas de destruição em massa, os conflitos regionais etc. (MINISTERSTVO ZAHRANIČNÍCH VĚCÍ ČESKÉ REPUBLIKY, 2003).

Neste sentido vale ainda dizer que este discurso das “ameaças”, se origina na agenda dos EUA para a OTAN, como visto no *The Alliance’s Strategic Concept*. A grande questão da capacidade europeia de formar uma força militar própria, fora do âmbito da OTAN, foi



subsequentemente incluída no Tratado de Lisboa de 2005. Ao mesmo tempo, temos que destacar que esta iniciativa da UE sofria a oposição dos EUA e seus aliados mais próximos dentro (o Reino Unido, tipicamente), fragmentando a União, ainda que a Alemanha tenha procurado fazer algo nesse sentido de forma bilateral nos anos recentes, firmando acordos de cooperação militar com países como Holanda, Polônia e Romênia.

Dvoranová e Hynek (2006) destacam a falta de concepção estratégica quando a UE estava lidando com a dissolução dos Estados da região pós-comunista. O fato de que usava o argumento de “*peacekeeping*” reforçava essa tendência. Assim, os riscos correntes da balança estratégica militar entre EUA e URSS durante a Guerra Fria foram, na última década do século XX, muitas vezes substituídos pela instabilidade interna dos países e pela organização capitalista do mundo. Isso é um fator muito importante, que ganhou mais importância no começo do novo milênio. No entanto, é preciso não cair numa generalização no que diz respeito às devidas “instituições ocidentais” quando tratar a adesão dos países da ECO nelas:

*Combining accession to the EU with membership of NATO was a simplifying reaction to the similarity of these institutions: They have similar member states, are concerned with approximately the same geographical area, the same leaders meet at their summits and so on. However in reality, NATO and the EU are different types of organization. NATO is traditional military type of international organization, which strengthens the frontiers of states and forms a confrontational group in which the great powers decide. The European Union is a prototype of a new economic, social and political organization, which breaks down the frontiers of states. Its evolution is associated with the origin of a new political system (KREJČÍ, 2005, p. 442).*

A UE é, sem dúvidas, uma unidade histórica original, que leva a questão da soberania dos Estados numa forma nunca vista anteriormente. Nesse sentido, trata-se de um sujeito tanto exemplar quanto único. Sem dúvidas, é um ator importante do cenário mundial, no entanto, é muito difícil encontrar uma explicação uniforme e clara para o seu desenvolvimento. A “questão da finalidade da União Europeia” não foi resolvida até agora. Ainda assim, trata-se de uma entidade instável no que diz respeito à base dos seus membros, dos seus objetivos e das suas funções. A integração europeia é vista como um processo direcionado pelos Estados, mas é também bastante influenciado por grupos de interesses, atores econômicos e por uma sociedade civil pouco definida. O processo da integração europeia se afigura, então, meio contraditório. Hoje em dia está enfrentando uma crise marcante, passando por vários problemas graves de ordem econômica, política e de identidade. Ademais, a crise migratória também reflete a instabilidade do sistema em si, temendo por conflitos de grandes potências e seus interesses (idem).



Dentro disso, a Alemanha apareceu como novo-velho ator – *hegemon* na Europa e um ator principal da União Europeia. Isso não surpreende, já que ela sempre desempenhou papel primordial nos acontecimentos europeus, sendo vista por autores geopolíticos como um elemento central para a dominação global. Afinal, os acontecimentos na Alemanha dividida foram absolutamente cruciais para a Europa Central. Dentro da memória histórica ainda viva, a ideia de uma Alemanha unida de 80 milhões de habitantes suscitou reações contraditórias tanto no público europeu quanto na alta política. A primeira-ministra britânica Thatcher e o presidente francês Mitterrand foram os que mais se opuseram à unificação, pois consideravam que ela perturbaria o equilíbrio comprovado de quatro Estados europeus de força aproximadamente igual – a República Federal da Alemanha, a França, a Grã-Bretanha e a Itália. A França não foi a única a ver o aprofundamento da cooperação da União Europeia como uma salvaguarda contra o poder de uma Alemanha unificada. Isso foi aceito pelos alemães, que sabiam que apenas como “europeus” podiam ser aceitos na Europa (KŘEN, 2019, p. 65).

A unificação da Alemanha foi consagrada em Setembro de 1990 pela conferência 4 + 2 (os quatro Estados vitoriosos na Segunda Guerra Mundial e dois estados alemães), onde os Estados Unidos, cujo futuro principal aliado na Europa supostamente seria a República Federal, eram os que mais defendiam a unificação alemã. A conferência suspendeu as restrições impostas à Alemanha do pós-guerra e restaurou a sua soberania plena. Na prática, porém, esta deveria ser limitada pela associação do país com a União Europeia, tal qual ocorre com todos os membros do bloco. Na mesma conferência, a Alemanha prestes a ser unificada teve que fazer concessões como reconhecer formalmente a fronteira polonesa nas linhas dos rios Oder e Neisse e limitar seu poderio militar. A subsequente unificação pacífica da Alemanha representou um momento crucial no desenvolvimento da Europa (a Tchecoslováquia, por exemplo, receava o seu poder), sendo a maior potência europeia do ponto de vista produtivo, financeiro e tecnológico.

Importante para a nossa tese, no entanto, é o fato de que a Europa Central tornou-se região muito importante para a Alemanha unificada, pois formou um “estado ou área tampão” (como o cordão sanitário de Mackinder e outros) entre ela e a Rússia, como já aconteceu muitas vezes na história. Embora tenha sido difícil para a diplomacia alemã conciliar uma política construtiva em relação à Rússia com uma política em relação à Europa Central, no seio da UE a Alemanha foi o país que mais apoiou os esforços para integrar os Estados ECO na UE e, naturalmente, tornou-se o seu principal defensor. Uma decisão lógica, já que foi a mais

ameaçada (junto com a Áustria) pela potencial desestabilização da região da ECO (como *Shatterbelt*) e, assim, pretendia que a adesão dos países da região à UE e à OTAN assegurasse a sua estabilidade.

A Alemanha unida focava-se, claro, na União e nas boas relações com a França, mas o mercado da ECO de 65 milhões de pessoas também se revelou muito interessante para as empresas alemãs, que entraram naqueles países muito rapidamente e se tornaram as suas maiores investidoras até hoje. Na esfera política, no entanto, a situação era mais complicada. As relações com a Hungria têm sido boas, também graças à abertura da fronteira com Alemanha Oriental ainda antes da unificação. Esse não era o caso na Tchecoslováquia e na Polónia, especialmente por causa dos alemães deslocados desses países após a Segunda Guerra Mundial e outras reminiscências históricas (KŘEN, 2019, p. 66–67).

Um elemento interessante, ainda, foi a ascensão de governos social–democratas na Europa desde 1997. Além da Alemanha, onde Gerhard Schröder substituiu Helmut Kohl como chanceler, no Reino Unido o trabalhista Tony Blair tornou-se primeiro ministro. A mesma tendência aconteceu na Holanda, Áustria, Polónia e República Tcheca, em paralelo à Presidência do democrata Bill Clinton nos Estados Unidos. Muitos desses atores chegaram à política vindos da economia, do direito ou dos negócios e para lá voltaram depois. No entanto, apesar da natureza “progressista” de filiação política deles, eles continuaram a levar as práticas neoliberais e a divulgá-las pelo mundo.

Neste âmbito, a nova elite da Federação Russa buscou “transformar a derrota histórica do império multinacional na vitória da Rússia histórica”. A estratégia que a Rússia deveria trazer para esse objetivo foi uma transformação semelhante à adotada por outros países pós–comunistas. Devido ao temor de desestabilização, a União Europeia e os EUA inicialmente procuraram envolver a Rússia nas estruturas ocidentais, no Conselho da Europa e na Organização Mundial do Comércio. A União Europeia forneceu US\$ 40 bilhões em apoio à Rússia e manteve cúpulas regulares com ela. A Rússia, aproximando-se da UE, foi um parceiro bem-vindo no Ocidente, e o presidente Ieltsin gozava de simpatias semelhantes a Gorbachev. Ele até flertou com a adesão da Rússia à UE (*idem*, p. 63).

Dentro da Rússia, no entanto, ele foi igualmente criticado, senão mais. Ao mesmo tempo, a democratização, valorizada no Ocidente, era na prática apenas uma aparência, e as condições políticas no país permaneciam péssimas. As reformas neoliberais implementadas, como em outros países, causaram um grande declínio produtivo e na renda nacional, com graves

consequências sociais. No entanto, não houve recuperação na Rússia subsequentemente e o país tornou-se uma "selva da corrupção" (idem). Ao mesmo tempo, vale mencionar que a tentativa de aproximação da política externa russa ao Ocidente foi usada pelos EUA para enfraquecer sistemicamente o poder estatal russo (MAZAT, SERRANO, 2012).

No que diz respeito ao poder militar, a Rússia, herdeira de todo o arsenal nuclear soviético, reduziu seu armazenamento militar dramaticamente em comparação com o período anterior. No entanto, o alargamento da OTAN e a adoção de uma nova estratégia, como visto acima, não promoveu uma situação favorável de segurança. Pelo contrário. A Rússia teve que chegar a um acordo, embora relutantemente, com a entrada de Estados da Europa Central na UE e na OTAN (no que acabou consentindo devido à severa crise econômica que enfrentava e à necessidade de ajuda da UE).

No entanto, depois que Vladimir Putin assumiu a Presidência do país em 2000, a situação mudou. Ele claramente se recusou a cooperar mais com as estruturas ocidentais e fortes elementos de poder começaram a reaparecer na política russa. No comércio de petróleo, a Rússia pressionou por negociações bilaterais com Estados individuais, em vez de negociações com toda a UE. A construção do gasoduto *Nord Stream*, por baixo do Mar Báltico, contornou a Polônia e a Ucrânia e pretendeu abastecer a Europa Ocidental diretamente. A construção do oleoduto *South Stream*, pelo qual Moscou contornou o Nabucco europeu, tinha objetivo semelhante (KŘEN, 2019, p. 209).

Assim, como visto, sob a liderança de Putin, a Rússia começou logo no começo do milênio a orientar-se para reconstruir sua grande potência com fins de suportar uma concepção clássica dos interesses nacionais e começou uma corrida para retomar seu antigo poder:

A partir do momento em que assumiu a Presidência da Federação Russa, em 7 de maio de 2000, Vladimir Putin empenhou-se essencialmente em reestruturar (ou recuperar) o patrimônio e as capacidades produtivas, financeiras e militares do Estado russo, intensamente destruídas nos anos que antecederam o colapso da União Soviética e durante o governo de Bóris Ieltsin, especialmente devido à "débâcle financeira" decorrente da crise de insolvência do país em 1998 (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 110). Então, liderou diversas reformas com o objetivo de executar uma "estratégia de centralização do poder em que a doutrina independente de segurança militar, a autonomia em relação aos Estados Unidos e um maior controle dos mercados constituíam seus traços mais visíveis" (MEDEIROS, 2008, p. 245). (KOSINSKI, PARIZKOVA, 2017, p. 382)

Assim, no nível internacional, a Rússia começou a usar o controle estatal dos recursos mais estratégicos a fim de projetar seu poder e recuperar sua influência mais ampla, destacando seu poder regional. Ela começou a aumentar os gastos militares e, em abril de 2000, lançou uma

nova doutrina militar. Mesmo assim, o papel dos países da Europa Central para a política externa da Federação Russa no início do século XXI é pequeno. A Rússia no começo do século XXI teve mais interesse na Alemanha, por exemplo, do que na República Tcheca ou na Eslováquia, já que estes não parecem muito relevantes no momento para os interesses da segurança da Rússia. Isso não vale para outras zonas da sua influência antiga como mostra, por exemplo, o caso da Ucrânia.

Ao mesmo tempo, no entanto, Moscou continuou a ver os antigos Estados do bloco soviético como países próximos, sobre os quais reivindicava seus próprios interesses e que continuava a ver como integrantes da sua esfera de influência (claro, levando em consideração as teorias anteriores, especialmente a opinião de Brzezinski de que a influência do comunismo na frente do Extremo Ocidente proveria a Rússia no pós-Guerra Fria a dominação sobre Europa Central e do Mediterrâneo oriental, concretamente Grécia e Turquia), embora a Rússia tivesse concluído acordos de boa vizinhança com eles. Moscou aceitou seus esforços para ingressar na UE relativamente bem, no entanto, discordou veementemente de esforços semelhantes para ingressar na OTAN e ainda a vê como uma ameaça à sua segurança.

O que ainda vem mexendo com o quadro internacional, como visto acima, é a ascensão marcante dos países asiáticos, principalmente na virada do século. A China vem confirmando seu tamanho populacional e o potencial econômico como grande jogador mundial. Atenção crescente é dada também ao Sudeste Asiático, cujo PIB aumentou entre 1970 e 2013 em média em 5,5% por ano.<sup>46</sup> A taxa de crescimento (excluindo alta renda) dos países do Leste Asiático e do Pacífico, contendo 23 países, incluindo China e Coreia do Norte, cujos dados não foram, compreensivelmente, publicados, foi em 1998 (depois da crise dos “tigres asiáticos” do ano anterior) de 2,89%, subindo a 12,51% em 2007 (THE WORLD BANK, 2021).<sup>47</sup>

Assim, no século XXI, com uma estabilização e ascensão das grandes potências em várias regiões, o mundo vem se tornando cada vez mais multipolar (autores como Andrew Korybko afirmam que, com a estratégia de *Lead from behind* desde 2011, os EUA confirmaram o fim da unipolaridade, adaptando-se ao cenário global) (KORYBKO, 2015). Dentro deste

---

46 Para isso, foram importantes as estratégias dos Estados, suas políticas comerciais e industriais. Além disso, há outros elementos geopolíticos, como o “convite ao desenvolvimento” da China por parte dos EUA (desde Nixon-Kissinger), e o “enquadramento” do Japão por parte dos EUA com o Acordo de Plaza de 1985, obrigando o Japão a valorizar sua moeda e fazendo com que seus investimentos fossem transferidos para produção final em outros países da Ásia (processo chamado de “gansos voadores”).

47 Subsequentemente, o crescimento desacelerou rapidamente durante a crise financeira asiática e a crise econômica global. (idem)

quadro, ainda, destacamos que o núcleo das disputas geopolíticas na Europa vem se movendo cada vez mais na direção dos Balcãs. Como o autor tcheco Krejčí (2005) destaca, há um elemento muito importante: a Europa não é mais percebida como o campo de batalha mais importante do mundo. Em geral, há duas maiores tendências na região no que diz respeito à sua segurança. Primeiramente, o declínio da importância da força militar e o crescente valor dos aspectos não militares como os econômicos,<sup>48</sup> o conhecimento e o poder sobre opinião (“*soft power*”, como já visto por Brzezinski, entre outros). Em seguida, o crescimento da importância das instituições supranacionais, junto com a criação das normas legais e morais, o que, no entanto, não prevalece sobre os fatores militares (mas pode ser importante se os seus aderentes são mais fortes do que seus oponentes). Afirmamos aqui que são estas instituições supranacionais que levam à certa violação de soberania no sentido da primeira subseção deste capítulo.

É o estrategista russo A. Korybko (2015) que mostra, no seu livro *Hybrid Wars*, como no caso das crises na Síria e na Ucrânia os EUA projetam o seu poder por meio de “revoluções coloridas” e pela “guerra não-convencional” como uma estratégia de manutenção da sua hegemonia. Esses dois componentes, para ele, formam a teoria de Guerras Híbridas, travadas pelos EUA recentemente. Ele formula esta teoria com base tanto nas teorias geopolíticas (que até foram apresentadas neste trabalho) quanto nas teorias de guerra como *Fourth-Generation Warfare* (de William Lind), *Five Rings* (de John Warden), *Chaos Theory* (de Steven Mann) e *Lead From Behind* (política dos EUA), entre outros. Por meio dessas teorias, Korybko aponta para uma importância crescente do emprego de meios indiretos e menos transparentes da guerra com o objetivo de conquistar/manter a hegemonia em certas regiões (destacando frequentemente o papel da mídia e a importância dos atores periféricos da Rússia junto com ideologia para ganhar corações e mentes, incitar derrubadas de governos, caos interno, revoluções, guerras civis etc.).

Para ele, o poder militar da Rússia no século XXI mostra que a unipolaridade tem seus limites. A guerra direta tem custos materiais e políticos grandes demais e, assim, não é mais tão frequente:

*Direct warfare in the past may have been marked by bombers and tanks, but if the pattern that the US has presently applied in Syria and Ukraine is any indication, then*

---

48 Há teorias que defendem o fato de que é o poder militar que continua a prevalecer com a natureza cada vez mais decisiva do poder econômico dos Estados (ROBEJŠEK, 2002, p. 30). No entanto, como a experiência mostrou, isso não significa que o pequeno Estado não tem chance de se tornar uma grande economia, como mostrado na experiência dos Estados da Europa Ocidental e Norte da Europa (CABADA, 2006).

*indirect warfare in the future will be marked by “protesters” and insurgents. Fifth columns will be formed less by secret agents and covert saboteurs and more by non-state actors that publicly behave as civilians. Social media and similar technologies will come to replace precision-guided munitions as the “surgical strike” capability of the aggressive party, and chat rooms and Facebook pages will become the new “militants’ den”. Instead of directly confronting the targets on their home turf, proxy conflicts will be waged in their near vicinity in order to destabilize their periphery. Traditional occupations may give way to coups and indirect regime change operations that are more cost effective and less politically sensitive (idem, p. 9–10).*

Korybko trata em detalhes as “revoluções coloridas” e o uso de guerra não-convencional desde o começo deste milênio. No entanto, a forma como ele as entende nos leva à questão do seu paralelo com o fim os regimes comunistas nos países da ex-União Soviética. Mesmo que a teoria das Guerras Híbridas como um todo não possa ser aplicada ao nosso caso,<sup>49</sup> há partes em que ela se mostra particularmente relevante para o nosso tema. Ao tema das revoluções coloridas, ele destaca o papel da mídia social e a difusão das ideias. Neste sentido, ele aborda, de forma muito interessante, o papel da propaganda e da fabricação do consentimento como meio eficiente nas revoluções coloridas, o que apoia o nosso argumento a ser analisado em maiores detalhes no terceiro capítulo. Ao mesmo tempo, destacamos que a teoria descreve de forma complexa a estratégia dos EUA de desestabilizar certos atores indiretamente, principalmente no século XXI. No entanto, ela também tem sido aplicada ao longo da hegemonia norte-americana, somente mudando as formas particulares. Mencionaremos isso ainda no terceiro capítulo.

### **1.2.2. Transformação da região da Europa Centro-Oriental e sua integração**

Dados os pressupostos apresentados acima, o reflexo da mudança radical do sistema internacional ao redor de 1990 no desenvolvimento da região da Europa Centro-Oriental foi esperado. Ficou claro que os antigos Estados satélites soviéticos desejariam se livrar das influências socialistas/comunistas, tentando se integrar nas estruturas ocidentais tão logo fosse possível, reestabelecendo seus Estados soberanos e sistemas capitalistas. O que, no entanto, não

---

<sup>49</sup> “Hybrid War theorizes that the existing conflict in question is an externally manufactured Color Revolution, and that Unconventional Warfare can be covertly initiated almost immediately after the Color Revolution begins in order to act as a force multiplier. The Unconventional Warfare campaign builds in intensity until the targeted government is overthrown. If the Color Revolution fails, however, then Unconventional Warfare openly morphs into its insurgency stage and begins emphasizing extreme lethality in its methods. Unconventional Warfare basically grows out of a Color Revolution, which in itself is a strategically planted seed to justify the growth of the “democratic liberation struggle”, as it is commonly and misleadingly painted in the Western media“ (idem, p. 54). Como instrumentos de guerra não convencional, ele cita guerrilha, insurgência urbana, sabotagem e terrorismo (guerra irregular), entre outros. A transição na Tchecoslováquia, porém, não mostrou nenhum tipo de guerra não-convencional.

ficou muito claro foi o processo pelo qual isso aconteceria e com que grau de sucesso. Nesse sentido, havia muito mais ambiguidades do que certezas e dificilmente foi possível planejar tanto a própria transição quanto o futuro desenvolvimento.

Assim, os processos de transformação dos demais países como a Tchecoslováquia, a Polônia e a Hungria, ocorreram mais como um fluxo de eventos em que diversas variáveis se encontraram. Tentaremos, neste capítulo, analisar as principais, tendo em mente tanto a posição estratégica da região quanto o pequeno peso político da maioria dos Estados que fazem parte dela, no sentido da visão do Spykman (e Fiori, entre outros) sobre os pequenos Estados (ou seja, a periferia ou semi-periferia) que desempenham um papel passivo de “balança” do poder no jogo das grandes potências.

### ***1.2.2.1. Fim dos regimes comunistas na região***

O desenvolvimento na União Soviética que culminou com a sua dissolução se refletiu nos países do bloco soviético principalmente indiretamente. Em geral, há muitas semelhanças nos processos individuais em cada país, apesar das suas diferenças de experiências e composições históricas, políticas, étnicas e culturais, como mencionado acima. Na sociedade havia um clima de expectativa de mudança, com a elite governante do sistema soviético buscando uma saída para a crise sistêmica. O poder político não mais se fundiu com o poder econômico, a concentração de poder e a centralização da tomada de decisões foram interrompidas e o poder político não tinha mais tanta capacidade de influenciar o pensamento do povo. Junto com isso, o sistema soviético estava reconhecendo sua crise interna. No entanto, para um desenvolvimento transformacional gradual, precisava-se de forças sociais interessadas em tais mudanças.

Um marco significativo internacionalmente para todos os Estados da região da Europa Centro–Oriental foi, em 1975, o Acordo de Helsinque. Dentro desse acordo, os Estados Unidos, a União Soviética e países da Europa Oriental e Ocidental se comprometeram a rejeitar o uso da força e, ao mesmo tempo, reconheceram e asseguravam as fronteiras e a integridade territorial dos países europeus. Foram esses acordos que abriram espaço para o surgimento de diferentes movimentos políticos e sociais na região (na Tchecoslováquia, por exemplo, a *Carta 77*) e que, subsequentemente, contribuíram para a libertação dos regimes da Europa Oriental do domínio soviético. Junto com a política de Gorbachev descrita acima, ocorreram agitações massivas em países da ECO com o objetivo de alcançar as mesmas liberdades que estavam



surgindo na URSS.<sup>50</sup> Foi o próprio Gorbachev, por sinal, quem se opôs à repressão dos governos nos Estados satélites, renunciando ao uso da força militar soviética na Europa Centro-Oriental a fim de manter sua subordinação (ARANTES JR., 2015).

As tendências de terminar com a relação de vassalagem nos Estados da Europa Centro-Oriental culminaram na segunda década dos anos 1980, quando emergiram vários movimentos internos proclamando a liberalização e o abandono das relações estabelecidas. Um dos mais significativos foi o *Solidarność* (“Solidariedade”), sindicato independente na Polônia liderado por Lech Walesa. Já em 1980, ocorreram protestos de massa no estaleiro de Gdansk que resultaram na formação do sindicato independente. No dia 5 de Junho de 1989, depois de novas pressões e protestos, eleições livres foram realizadas e o *Solidariedade* as venceu. Assim, surgia na Polônia o primeiro governo não-comunista na Europa Oriental desde o fim da década de 1940. Vale dizer que, mesmo assim, tratou-se de uma solução repleta de compromissos: com o governo comunista, que consentiu com a realização das primeiras eleições e com o governo não comunista (KŘEN, 2019, p. 91). Subsequentemente, outros países começaram a fazer a mesma pressão, seguindo a Polônia “pioneira” em romper o seu regime comunista.

Seguiu-se, então, a Hungria, onde as condições foram liberalizadas gradualmente, embora por iniciativas do próprio governo. Já na primavera de 1989, o chefe de longa data dos comunistas húngaros, János Kádár, foi afastado de todos os seus cargos. Ele morreu logo depois, em 6 de Julho de 1989. Simbolicamente, isso aconteceu no dia em que a Hungria reabilitou seu predecessor Imre Nagy, deposto e executado pela revolução de 1956. O caminho para a liberdade e a democracia foi completado por uma nova constituição e a proclamação da Terceira República Húngara em Outubro de 1989, junto com a dissolução do Partido Socialista dos Trabalhadores Húngaro. Pouco depois, a estrela vermelha foi removida do prédio do parlamento. Assim foi encerrada a existência de 40 anos da República Popular da Hungria.

Em Novembro do mesmo ano, os regimes comunistas começaram a desintegrar-se também na República Democrática Alemã, na Bulgária e na Tchecoslováquia. A queda do Muro de Berlim, que dividia o Berlim Oriental e Ocidental, foi um dos símbolos da queda do comunismo para o mundo. O regime da Alemanha Oriental de Erich Honecker há muito tempo rejeitava qualquer tipo de reformas. No entanto, com o relaxamento das condições em outros países do bloco, milhares de alemães começaram a fugir do país, principalmente depois da

---

50 Constitui o paralelo das reformas realizadas por Khrushchev que, subsequentemente, levaram aos movimentos de rebelião na Polônia e Hungria em 1956. Todavia, ao contrário de Khrushchev, Gorbachev não ameaçou com intervenção militar (SCHWARZ, 1997, p. 35).



abertura da fronteira húngara para a Áustria. O regime ainda reprimiu as manifestações de massa em Leipzig e Berlim, mas em 10 de Novembro de 1989, junto com a queda do Muro de Berlim, finalmente colapsou.

O que RDA e a Tchécoslováquia tiveram em comum foram manifestações de massa, mas pacíficas, que foram consideradas ilegais pelos seus governos e, assim, adquiriram contornos “revolucionários”. Com certeza, elas ajudaram a queda muito rápida dos regimes comunistas nesses países (e no caso da RDA, ainda deram impulso à unificação alemã).

Na Tchécoslováquia, ainda que o governo comunista tenha renunciado rapidamente, a mudança política ocorreu de cima para baixo, o que foi ao mesmo tempo muito bem vindo pela população. A oposição girava em torno de um pequeno grupo de pessoas associado à *Carta 77*, liderado por Václav Havel. Apesar da distensão nas relações na sociedade, a situação na Tchécoslováquia parecia estabilizada. A maioria dos políticos não esperava que o regime tchecoslovaco pudesse cair tão rápido em 1989 (PARIZKOVA, 2016a). Em Novembro do mesmo ano, um conjunto de manifestações culminou com chamada “Revolução de Veludo”.<sup>51</sup> No dia 19 de Novembro de 1989, o partido chamado de *Občanské Fórum* (“Fórum Cívico”), também liderado por Václav Havel, emergiu, exigindo a demissão dos políticos comunistas, as garantias de direitos civis e liberdades e a punição da repressão policial contra os manifestantes.

Simultaneamente, o movimento político chamado *O Público Contra a Violência* foi criado na parte eslovaca do país. Logo, o quarto artigo da Constituição sobre o papel de liderança do Partido Comunista foi abolido pela Assembleia Federal Tchecoslovaca. Então, depois de mais de quarenta anos, o período de governo unipartidário foi encerrado. O antigo dissidente, representante da *Carta 77* e líder do Fórum Cívico, Václav Havel, tornou-se presidente do país.

---

51 Essa é chamada de “Revolução de Veludo” devido ao seu caráter não-violento. Exceto pelos eventos de 17 de Novembro, quando os manifestantes foram atacados pelas forças de Segurança Pública, ela não foi acompanhada por violência. A primeira grande manifestação dentro da Tchécoslováquia depois de quase 20 anos ocorreu em Agosto de 1988 com o objetivo de comemorar o 20º aniversário da intervenção soviética. Em Janeiro de 1989, uma demonstração comemorativa lembrando a morte de Jan Palach ocorreu em Praga. A reação do regime de fato resultou em pressão ainda mais elevada e no crescimento do número de demonstrações. Foi o momento quando a Carta 77 lançou o “*Několik vět*” (“Algumas sentenças”), em Junho de 1989. Ações de protesto e manifestações, subsequentemente, continuaram com frequências diferentes até o fim do regime totalitário. A liderança do Partido Comunista Tchecoslovaco tentou introduzir duras contramedidas, que até elevaram a pressão do interior da sociedade. Outras demonstrações ocorreram em 21 de Agosto e 28 de Outubro. Em Novembro, a queda do Muro de Berlim e os acontecimentos na Polónia e Hungria aceleraram os desenvolvimentos na Tchécoslováquia. Outra série de manifestações ocorreu no dia 17 de Novembro para comemorar o 50º aniversário do fechamento das universidades pelos nazistas, em 1939. Manifestantes foram atingidos pelas forças da Segurança Pública e do Regimento Nacional do Corpo de Segurança. Esses acontecimentos serão melhor elaborados na segunda parte desta tese.

Vale dizer que esta eleição presidencial que ocorreu já em Dezembro de 1989 teve suas controvérsias, apesar da situação e da convicção geral sobre o único candidato Havel. Dizia-se que Havel não foi a primeira e única opção para todos os cidadãos nesta eleição. Havia uma parte da sociedade que queria que Alexander Dubček se tornasse o presidente. Em 6 de Dezembro de 1989, houve uma reunião entre representantes do *Fórum Cívico* e do *Público Contra a Violência* na qual foi decidido apoiar conjuntamente a candidatura de Václav Havel, apesar da popularidade de Dubček na Eslováquia (NOVÁK, 2014). Em 11 de Dezembro, representantes do Partido Comunista e da União da Juventude Socialista propuseram que o presidente fosse eleito diretamente. Os comunistas partiram das pesquisas de opinião pública realizadas em Praga que mostraram que Alexander Dubček teve o maior apoio público, enquanto os outros candidatos considerados, incluindo Havel, tiveram apoio de cerca de 1% (MLEJNEK, ŠUSTROVÁ, 2012).

A delegação do *Fórum Cívico* liderada por Petr Pithart rejeitou a proposta da eleição direta do presidente. (idem) A situação foi resolvida pela intervenção do primeiro-ministro Čalfa, que, em uma reunião secreta com Havel em 15 de Dezembro, prometeu apoiar sua eleição como presidente em troca de Dubček se tornar presidente do Parlamento (REFLEX, 2014). Čalfa, que tinha naquele momento poderes presidenciais em decorrência da abdicação de Husák, concedeu perdão a Havel após esta reunião, porque como cidadão condenado pela Justiça ele não poderia se candidatar ao cargo mais alto. (idem) Uma parte dos acordos entre Havel e Čalfa também deveria incluir a promessa de Havel de que os membros do grupo comunista não seriam punidos ou perseguidos (NEČAS, 2013). O primeiro-ministro Čalfa, posteriormente, convenceu os membros da Assembleia Federal a votar em Havel (NOVÁK, 2014).<sup>52</sup>

Na Bulgária, a primeira manifestação aconteceu contra a devastação ambiental em Novembro. Em apenas uma semana, Todor Zhivkov, o primeiro-secretário do Partido Comunista Búlgaro, renunciou ao governo. Isso foi seguido pela extinção da polícia secreta e da lei de agitação anti-socialista. Em 18 de Novembro, 50.000 pessoas se reuniram na capital Sofia para protestar contra o papel de liderança do Partido Comunista. Eles exigiram a legalização das manifestações e a legalização de partidos não comunistas, o que foi logo realizado.

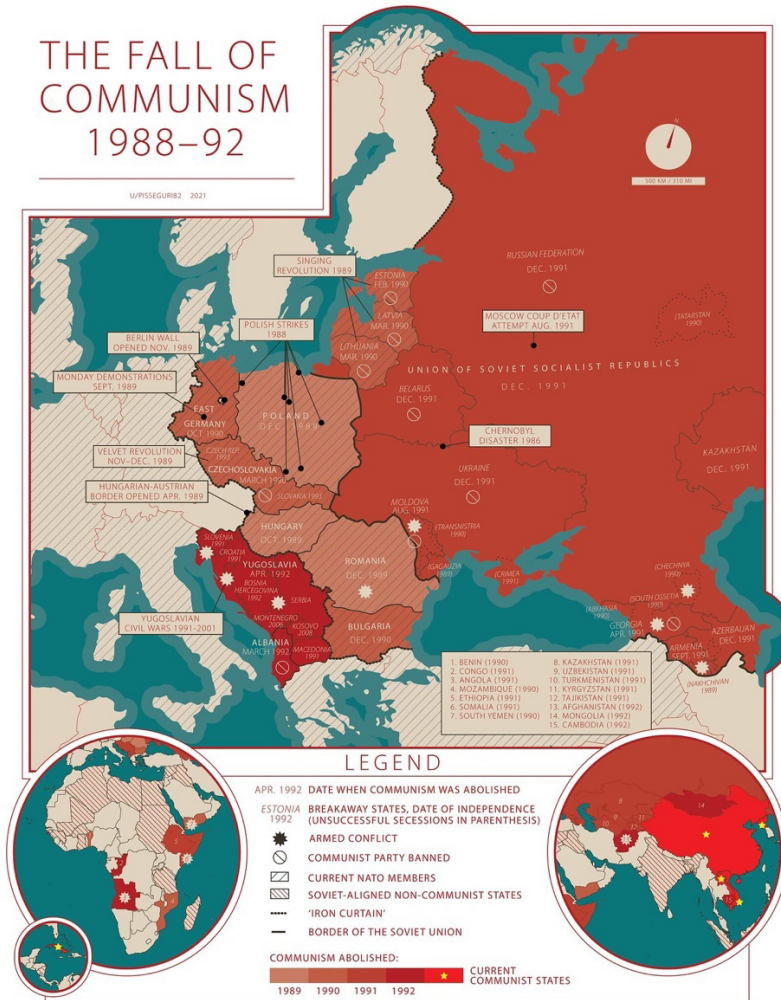
---

<sup>52</sup> A esse respeito, circulam na sociedade tcheca várias teorias (até algumas da conspiração) sobre o acidente automobilístico que vitimou Dubček em 1 de Setembro de 1992.

O único país onde a mudança de regime não ocorreu sem violência foi a Romênia. Isso também foi influenciado pela situação econômica catastrófica do país. O governo autoritário local de Nicolae Ceausescu foi derrotado apenas após vários dias de guerra civil em dezembro de 1989, quando o exército e as unidades do serviço secreto entraram em confronto, o que terminou com a execução do ditador romeno e sua esposa. Ainda assim, as reformas democráticas ocorreram nas repúblicas iugoslavas entre 1989 e 1990, e na Albânia começaram em Maio de 1990.

O que ainda vale mencionar no contexto do nosso tema é que, com todas as mudanças descritas acima, chegou ao poder nos demais Estados uma nova elite, embora boa parte constituída por membros da antiga, o que determinou a natureza dela (ARANTES JR., 2015). Isso é importante, particularmente, no caso da Tchecoslováquia, onde a mera “mudança de casaco” das elites políticas foi um fator forte na transição, como veremos mais adiante.

**Figura 4**  
A queda do comunismo 1988–1992



Fonte: <https://mapsontheweb.zoom-maps.com/post/694575339682299904/the-fall-of-communism-in-eastern-europe-1988-92>

Enfatizamos aqui que o fim da mencionada vassalagem ocorreu na maioria dos países da região bem antes do que a queda da própria União Soviética, em dezembro de 1991. Apesar deste fato, não abandonamos nosso argumento central de que as mudanças dentro dos Estados (pelo menos, na Tchecoslováquia) foi uma consequência das forças centrífugas do sistema internacional, mas ao mesmo tempo, não foram essas mudanças que causaram a desintegração da URSS (como visto por Pilsudski). Isso, no entanto, não impediu um grau relativamente alto de autonomia dessas novas elites na definição de novos caminhos:

Desta forma, apesar das muitas dificuldades que se seguiram ao colapso dos regimes neoestalinistas e da grande defasagem em termos de prosperidade material e índices de padrão de vida que apresentavam em relação à Europa Ocidental, no início da década de 1990 os governos daqueles países puderam, pela primeira vez em mais de meio

século, definir os rumos das suas relações internacionais sem tantos constrangimentos (KOSINSKI, PARIZKOVA, 2017, p. 377–378).

Assim, os países da região da Europa Centro–Oriental ficaram “livres” para entrar no caminho desejado de liberalização e democratização, seguindo o “exemplo do Oeste”, ao qual se integraram enquanto periferia. Destacamos que esses países de “andar de baixo”, como visto por Fiori, podem crescer mas não conseguem questionar a ordem internacional estabelecida. Aqui destacamos, ainda, o fato de que na experiência histórica da Europa Ocidental, o processo da criação do mercado capitalista e da adoção da democracia liberal durou uns duzentos anos e foi concomitante. Nos países da ECO, esperava-se alcançar as duas rápida e simultaneamente, o que configurou um desafio espetacular. Apareceu então uma questão importante – o que resolver primeiro? Livre mercado ou a democracia (JOHNSON, 1996, p. 287)? Idealmente, as elites e as populações esperavam resolver os dois dilemas ao mesmo tempo. A propósito, tentar resolver o insolúvel é uma característica dos centro-europeus desde sempre.

#### ***1.2.2.2. A Europa Centro–Oriental sob novos objetivos***

Com os acontecimentos no mundo por volta de 1991 e o fim do mundo estritamente bipolar, uma nova área geopolítica se configurou na região da Europa Central e Oriental. Com isso, a Europa até então estritamente dividida estava prestes a se ligar. Vale mencionar aqui o argumento de Kaplan (2012) de que a queda do muro do Berlim levou ao ressurgimento da batalha pela Europa, e não ao “renascimento da Europa Central” que, segundo ele, não tem realidade geográfica. Isso colocaria os países dessa região ou na zona de influência do Leste e da Rússia, em particular, ou do Oeste (da Inglaterra e dos Estados Unidos), dependendo dos movimentos da Alemanha unificada. Lembramos também o que foi mencionado na primeira subseção deste capítulo, ou seja, que a região da ECO é um ponto de encontro das variáveis geográficas e diferentes visões políticas, junto com as diferenças demográficas e culturais que coexistem num “ambiente compactado”.

Trataremos, nesta parte, mais em detalhes de três e posteriormente quatro países da região da ECO, que consideramos mais relevantes para o nosso tema – tanto do ponto de vista das suas reminiscências históricas, culturais, sociais e ideológicas, quanto do ponto de vista do seu desenvolvimento do contexto internacional no pós–Guerra Fria. A Tchecoslováquia, a Polônia e a Hungria formularam, logo depois da queda da União Soviética, claramente o mesmo objetivo – buscar seu desenvolvimento e segurança nas relações com o Ocidente. Essa

posição se deveu à experiência da época anterior, para todos eles uma questão essencial. Assim, logo depois da desintegração da União Soviética, os demais países começaram a dialogar entre si afim de buscar seus interesses comuns.

Garantir a segurança foi primeira questão a ser resolvida para os três países. Esta também subsequentemente apareceu como fator fundamental no que diz respeito ao envolvimento dos países da Europa Centro–Oriental em estruturas internacionais e para a cooperação da região em si. Em tudo isso, havia quatro possibilidades principais para uma segurança futura desses Estados:

First, maintenance of the status quo, that is, continuing the presence of the Soviet Army in Central Europe and maintenance of the existing institutions (NATO and the Warsaw Pact) adjusted to the new political and security conditions. Second, isolationists neutrality. Third, dissolution of NATO and of the Warsaw Pact and institutionalization of the Conference for Security and Cooperation in Europe (currently the OSCE). Fourth, enlargement of the transatlantic institutional security structures to include the East European countries and dissolution of the Warsaw Pact (WAISOVÁ, 2006a, p. 114).

Esperava-se que os Estados da ECO receassem uma possível recuperação russa nas próximas décadas, o que influenciou as decisões relacionadas à segurança deles. A ideia de criar um grupo neutro dos países que se colocariam entre a Europa Ocidental (OTAN) e a Rússia foi mais uma possibilidade virtual,<sup>53</sup> já significaria muito maior risco do que se orientar para a Europa Ocidental, ou seja, para o polo euro–atlântico. Assim, as primeiras três opções foram rejeitadas pelos diferentes atores desta situação. A primeira opção foi questionada por muitos satélites, especialmente pela Hungria e pela Tchecoslováquia (ŠEDIVÝ, 2001). A segunda e a terceira opções foram opostas por ambos os satélites da antiga União Soviética e os países da OTAN (WAISOVÁ, 2006a).

Seguindo outra visão, mesmo que parecida, do autor tcheco Ušiak (2018a, p. 34–35), os Estados da região tiveram as seguintes opções: a neutralidade (o que também, segundo ele, não era muito provável, já que o nível de segurança seria muito baixo); o estabelecimento de sua própria organização regional independente de segurança (também pouco provável, devido aos interesses dos Estados particulares, que foram várias vezes diferentes); o envolvimento em alguma organização regional existente com a sua subsequente transformação (essa seria a OSCE, que nunca exerceu o poder militar); o renascimento de alguma organização de segurança oriental–europeia; a integração nas estruturas de segurança ocidentais; a criação de

---

53 Isso foi, até certo ponto, influenciado por pensamentos de primeiro presidente tchecoslovaco em 1918 Tomáš Garrigue Masaryk (chamado de "neutralização da zona europeia Central").



algum tipo de arquitetura de segurança pan-europeia; ou confiar exclusivamente na defesa nacional.

Dentro deste contexto, como vimos, havia sinais claros sobre a exigência dos EUA de incluir os países da região na sua esfera de influência. Caberia à OTAN, como instituição principal, assegurar as exigências sobre a segurança dos países da região. Esse apoio se demonstrou, por exemplo, pelo apoio das iniciativas de oposição na região como a Carta 77 na Tchecoslováquia, conforme veremos posteriormente,<sup>54</sup> ou pelo próprio fato de que os Estados Unidos estavam abertos a apoiar a unificação da Alemanha, que pertenceria unificada à OTAN. O próprio *Partnership for Peace* foi prova desta tendência.<sup>55</sup> Esse foi um fato notável no sentido geopolítico e momento importante para o desenvolvimento posterior da região (KREJČÍ, 2005).

A derrubada do Muro de Berlim, em 1989, e a dissolução do império soviético, em 1991, espalhou euforia entre os ideólogos do poder hegemônico anglo-americano, que imaginaram estar diante da oportunidade de uma vida para concretizar uma antiga pretensão: impor uma estrutura de poder mundial sobre os escombros, não apenas dos Estados nacionais da ex-URSS, mas de absolutamente todos os demais, ou seja, um sistema malthusiano de soberanias limitadas dirigido por um poder financeiro e militar global (CARRASCO, 2019, p. 5).

Quando se trata da questão do desenvolvimento conjunto da região da ECO frente aos interesses da hegemonia global da época, vale dizer que, em geral, o interesse na integração regional cresceu rapidamente logo após o fim da Guerra Fria. Um dos motivos foi, sem dúvidas, o âmbito ideológico neoliberal prevalecente na sociedade europeia, o que foi, no caso dos países da região, incorporando em um desejo do seu futuro desenvolvimento. Neste sentido, é Hobsbawm (2000, p. 128) que fala da “impraticabilidade do princípio wilsoniano”. Isso enfatizaria o fato de que os novos Estados que tiveram as raízes dos impérios velhos mostraram, em todo este processo, diversidade multinacional enorme, mas também pouco interesse na constituição de projetos nacionais fortes e relevantes, o que consideramos uma variável essencial para tal processo de transformação possível.<sup>56</sup>

---

54 No entanto, vale notar que os Estados Unidos não pôs a mesma ênfase na Tchecoslováquia durante a Guerra Fria como fez, por exemplo, com a Polônia (idem).

55 Neste programa de cooperação da Aliança do Atlântico Norte com os exércitos de países não membros (concentrando-se nos países neutros da Europa e na antiga União Soviética), a OTAN prestava assistência aos participantes do projeto na modernização do exército e na elaboração de orçamentos militares. O lançamento do programa foi aprovado na reunião de cúpula da Aliança em 11 de Janeiro de 1994 em Bruxelas, e contou com a adesão de 34 países, 14 dos quais se retiraram depois de se tornarem membros de pleno direito da OTAN. (idem)

<sup>56</sup> Aqui, levamos em contra a questão de capacidade de um Estado pequeno criar e promover um projeto nacional significativo, no entanto, não achamos isso uma variável determinante para romper com tal esforço.

Buscando conectar-se com as instituições ocidentais, a Polônia, a Tchecoslováquia e a Hungria assinaram na cúpula de presidentes da Europa Central em Visegrad em 15 de Fevereiro de 1991 (mesmo lugar onde, em 1335, os reis dos mesmos países se encontraram para discutir os seus problemas comuns), ainda antes da dissolução formal do Pacto de Varsóvia, a declaração conjunta sobre a coordenação dos seus planos para aderir às Comunidades Europeias (depois de 1992, União Europeia) e à OTAN. A *Declaration on cooperation between Czechoslovakia, Poland and Hungary on the way to European integration* formulou o interesse mútuo em juntar-se ao espaço euro-atlântico, por meio de adesão a essas duas instituições (VISEGRAD DECLARATION, 1991).<sup>57</sup>

Os três países, assim, confirmaram sua inclinação à quarta possibilidade descrita por Waisová.<sup>58</sup> Da parte das potências ocidentais, havia certa desconfiança nessa tendência por causa das experiências históricas dos países da região. Os Estados do V3 (V4, depois da divisão da Tchecoslováquia) estavam cientes da sua posição difícil como herdeiros do comunismo no meio de uma Europa liberal-democrática, mas a determinação deles era grande. Ao mesmo tempo, o grupo de Visegrad foi percebido muitas vezes por atores externos como um fator de estabilização da região da ECO e o caminho para preencher o recém-criado vácuo geopolítico, econômico e de segurança (LUKÁŠEK, 2010). Vale dizer que a criação desse tipo de agrupamento corresponderia às visões do cinturão da Europa Oriental, já que estes quatro países constituem o centro de chamada "camada intermediária" que impediria a aliança entre a Alemanha e a Rússia.<sup>59</sup> Ao mesmo tempo, não devemos esquecer que nessa visão, Mackinder assumiu que se os países da Europa Ocidental (Inglaterra e França) projetassem sua influência sobre esses Estados independentes e sendo Alemanha aliada dos EUA, se os EUA dominassem a Ilha-Mundo, dominariam o mundo inteiro.

---

57 Assim, o documento afirma que "a similaridade da situação que se desenvolveu nas últimas décadas determinou para esses três países objetivos básicos convergentes", que seriam: a "restituição integral da independência do Estado, democracia e liberdade"; a "eliminação de todos os aspectos sociais, econômicos e espirituais existentes do regime totalitário"; "a construção de uma democracia parlamentar, um moderno Estado de Direito, o respeito pelos direitos humanos e liberdades"; a "criação de uma moderna economia de livre mercado"; e o "envolvimento integral no sistema político e econômico europeu, assim como no sistema de segurança e legislação" (VISEGRAD DECLARATION, 1991).

58 Na visão de Ušniak, significaria algo entre a criação da própria organização e a integração nas estruturas ocidentais. Vale notar que esta inclinação estava na mesa pelo próprio fato da dissolução da União Soviética e do Pacto de Varsóvia em 1991, juntamente com o Baku e da Crise Lituana (KOSINSKI, PARIZKOVA, 2017).

59 E aqui é interessante pensarmos nos desdobramentos dos últimos anos. Especialmente na opinião de que o gasoduto Nord Stream foi exatamente uma tentativa dos russos e alemães para consolidar sua aliança energética "driblando" esses "Estados tampões" colocados entre eles. Nesta visão, não surpreende em nada que os EUA tenham agido, através da Ucrânia, para provocar desestabilização regional e romper as relações da Europa com a Rússia.



É verdade que a própria iniciativa mostrou certa capacidade de Estados da ECO cooperar entre si nos assuntos “ocidentais”:

Impedir nova subordinação direta a alguma potência estrangeira passou a ser considerado o principal objetivo estratégico das suas políticas externas e de desenvolvimento produtivo, financeiro e militar, para o que a integração às instituições euro-atlânticas, devido à sua estabilidade e poder, se afigurou como a estratégia política mais razoável (ARANTES JR., 2015). Ademais, a percepção de compartilharem heranças e destinos e de possuírem objetivos em comum, exposta na própria declaração de fundação do Grupo de Visegrad, indicaram para suas elites dirigentes o caminho da união das suas forças num processo de integração regional (KOSINSKI, PARIZKOVA, 2017, p. 377–378).

Ocorreu, então, uma situação ambígua. Por um lado, Polônia, Hungria e Tchecoslováquia estavam cientes tanto das suas diferenças culturais e históricas quanto dos seus objetivos comuns, e assim decidiram se juntar na iniciativa da integração regional afim de fortalecer sua posição no âmbito internacional e defender melhor os seus interesses. Por outro, esses interesses trataram, principalmente, de uma “ocidentalização” e adesão mais rápida às instituições euro-atlânticas, o que rompe pela sua essência com qualquer possibilidade de usar a integração como um meio de ganhar mais força e soberania no âmbito global no longo prazo.

Subsequentemente, a época entre 1994 e 1998 foi, dentro do V4, caracterizada pelas preparações para a adesão à OTAN. A coordenação das políticas de segurança mostrou-se chave para os relacionamentos dentro do grupo e também ajudou à sua visibilidade maior na Europa (UŠIAK, 2018b, p. 63). Com isso, os Estados mostraram mais habilidade de formular seus interesses ao nível internacional do que teriam sozinhos. É importante notar, no entanto, que esse processo muitas vezes foi turbulento dentro dos países, já que os demais interesses das elites não responderiam aos interesses das outras partes da sociedade (o caso tcheco é, nesse sentido, muito relevante e será analisado mais adiante).

Dentro desses processos, havia um argumento principal proclamado por aqueles que favoreceram a adesão: a proteção da região contra a Rússia, prevendo a sua retomada do poder, o que logo se confirmou. Aqui, vale citar como contrapunto Oskar Krejčí, que ao mesmo tempo afirma: “*If such a threat from the east became a reality, would the Western powers in NATO risk a nuclear confrontation with Russia for the sake of a small republic in Central Europe* (KREJČÍ, 2005, p. 424)?” Essa é uma questão central tanto do ponto de vista geopolítico, dadas as experiências históricas da região, quanto do ponto de vista da segurança.

Além disso, as negociações sobre a entrada à OTAN ocorreram paralelamente com as negociações sobre a entrada dos países do V4 na UE. Em comparação com as negociações com

a União, as da OTAN foram bem mais simples e mais rápidas. Como se costumava dizer no ambiente internacional: TINA (“*there is no alternative*”), ou seja, que não havia outra opção nesse sentido para os países da ECO do que juntar-se à Aliança do Atlântico Norte – o que já é um traço da questão de uso dos meios de comunicação como instrumento de poder sobre opinião. Já que não havia outra instituição externa com tanto poder que garantia a segurança dos países e os países da região não teriam capacidade de formar qualquer agrupamento por si, este *slogan* ocidental se tornou dominante muito rapidamente.

Em 1999, a Hungria, Polônia e República Tcheca aderiram com sucesso à OTAN, aliando-se militarmente à Europa Ocidental e colocando-se dentro do território diretamente submetido ao controle militar americano. A Eslováquia o fez em 2004, o que foi causado por vários motivos, principalmente, pelo desenvolvimento insuficiente no que diz respeito aos critérios demandados pela própria OTAN (ASMUS, 2002). A adesão dos três países em 1999 trouxe um novo desafio em transformar suas forças armadas em forças profissionais. Além disso, as negociações bem-sucedidas fortaleceram a posição dos demais Estados diante da União Europeia

Ademais, havia geralmente muito baixo nível de cooperação dentro do V4 naquela época. Isso apesar de existência de Associação Central Europeia de Comércio *Livre* (*CEFTA – Central European Free Trade Agreement*) como alternativa à Comecon e outras iniciativas dentro do V4 da época como, por exemplo, *Central European Forum* e *Central European News*. A Polônia estava segura de ser a líder do grupo, mesmo sendo, então, o país economicamente mais atrasado entre eles. Por outro lado, já que a situação na Eslováquia não estava estável durante o governo de Vladimír Mečiar, o país não foi convidado às negociações. Ao mesmo tempo estava ocupada pelo desejo da dissolução da Tchecoslováquia. No que diz respeito à República Tcheca, esta era na época bem cética sobre o V4 e também sobre a integração europeia em si sob o governo de Václav Klaus (primeiro-ministro entre 1992 e 1998 e presidente entre 2003 e 2013), conforme veremos adiante. Klaus até preferia um procedimento separado para o seu país, considerando equivocadamente que, por ser o mais avançado dos países do V4, teria prioridade no Ocidente.

Para o Ocidente, no entanto, a inclusão dos países do V4 nas suas instituições não era uma prioridade, o que talvez tenha se dado pelo fato de que não havia na região nenhum tipo de perigo de turbulências internas maiores, golpes de Estado etc. Isso foi confirmado pelo próprio Acordo de Visegrad e pela divisão pacífica da Tchecoslováquia. De fato, a Europa e os

EUA estavam na época ocupados por outros problemas mais graves: a intervenção militar contra a ocupação iraquiana no Kuwait, a decomposição da Iugoslávia e a da própria União Soviética. Aí ocorreu, então, um paradoxo. Não era mais a força do Estado soviético que desempenhava uma ameaça, mas o contrário, a sua desestabilização. A propósito, o surgimento de vinte e dois novos Estados nacionais significou um fardo considerável para o sistema internacional (KREJČÍ, 2019, p. 210).

Somente depois de troca do governo na República Tcheca e na Eslováquia em 1999, observamos maior formulação dos interesses comuns dentro do grupo e o recomeço das discussões sobre tópicos importantes, como a adesão à UE. Assim, outros tópicos foram priorizados como políticas de migração, crime organizado, cooperação no campo da ciência, educação e meio ambiente. A cooperação também se tornou mais institucionalizada, organizando as reuniões regulares do grupo (BAUEROVÁ, 2018, p. 203–204). Ela também se concentrou também mais em políticas energéticas e em proteção social. Vale dizer que isso tudo ocorreu num ambiente do crescente radicalismo e extremismo na Europa, junto com as questões controversas ligadas à imigração.

Em geral, as atividades do V4 foram divididas em 4 grupos: cooperação dentro do V4, cooperação com a UE, cooperação com outros parceiros (principalmente os que visavam entrar na UE) e cooperação com a OTAN e outras associações internacionais. No que diz respeito à UE, o objetivo foi ampliar as dimensões das políticas externas das políticas europeias, especialmente a Política Externa e de Segurança Mútua, a Política Comum de Segurança e Defesa e a Política Europeia de Vizinhança, estabelecendo os objetivos depois de entrar na UE. No entanto, estas diretrizes são bem gerais e não estabelecem os próprios mecanismos de troca e troca de informações entre os países do V4 (BAUEROVÁ, 2018, p. 206).

Voltamos, no entanto, para a questão da própria adesão à União Europeia. Não há dúvidas de que esse era um caminho lógico e esperado, devido aos vários fatores já descritos acima, inclusive a capacidade econômica limitada e as desvantagens de abastecimento dos demais Estados da região. Nos anos 1990, a UE estava no auge do seu alargamento e de planos para desenvolvimento da cooperação entre os Estados. A visão de um “superestado” europeu estava se espalhando por todo o continente. Portanto, a ideia de adesão mostrava muito mais vantagens do que ameaças para os países. De outro lado, no entanto, para conseguir a adesão, os Estados de região tiveram que se comprometer com uma ampla introdução de regras e normas internacionais, que frequentemente sobrepõem as próprias normas do país. Aqui vale

dizer que para a própria União Europeia, a extensão foi uma questão muito atual, até urgente, pois a desestabilização da região da ECO significaria a desestabilização para toda a Europa. De novo, porém, apareceram aqui as violações de soberania conforme visto por Krasner: as convenções já com traços de contratos.

A primeira etapa resultou em uma solução provisória de compromisso. Em 1991, a Comunidade Europeia apelou aos Estados do então V3 para negociarem uma associação com ela, o que foi acompanhado de apoio financeiro para as alterações necessárias, no qual, posteriormente, a Polónia recebeu 2 bilhões, a Hungria 583 milhões, a República Tcheca 230 milhões e a Eslováquia 126 milhões de ECU (unidade monetária de referência europeia, antecessora do euro). No entanto, nada mais nesse sentido aconteceu, por isso, em 1992, os países V4 solicitaram pelo memorando direcionado à Bruxelas uma confirmação oficial da sua vontade de incluí-los nas estruturas da UE. Naquela época, os Estados previam a adesão plena já em 1996 (KŘEN, 2019, p. 212).

As negociações sobre a adesão dos países do V4 à UE foram, em geral, muito longas e complicadas, muitas vezes aparentemente intermináveis, com dezenas de milhares de páginas de documentos de avaliação e outras diretivas provenientes da UE para os países candidatos. Por um lado, era necessário alterar radicalmente a legislação nacional a fim de aproximá-la do funcionamento e das necessidades da União. Apesar de ser uma clara restrição à soberania como a entendemos em nosso trabalho, ela tem trazido uma série de elementos positivos para o desenvolvimento desses países como estímulos às suas economias, entre outros. Trata-se de princípios que os Estados visavam estabelecer desde o começo dos anos 1990, com a União Europeia ou sem ela. No entanto, a adesão trouxe exigências burocráticas e administrativas muito complexas, até que o processo interferiu radicalmente não somente na política externa dos países, mas principalmente em processos de política interna de cada país, acelerando as mudanças desejadas.

Ao mesmo tempo, a UE lutou com o fato de que nem todos os países que na época faziam parte dela aceitavam os Estados da ECO como membros futuros, por várias razões. Alguns temiam que poderiam perder seus subsídios agrícolas (como a França); outros temiam o influxo de mão-de-obra barata ou mesmo que a República Tcheca, a mais avançada, não fosse tão avançada quanto os menos desenvolvidos Grécia e Portugal. (idem) Talvez por esses motivos, entre outros, a União Europeia foi primeiro estendida para a Áustria em 1995 (que então ganhou uma vantagem na região), a Suécia e a Finlândia.

Na época das negociações com os países de Europa Centro–Oriental, a UE tinha dois instrumentos que direcionavam o desenvolvimento do processo de transformação da região da ECO. Primeiro, foram os acordos individuais com cada país, que gradualmente criaram as zonas de livre mercado (FIALA, PITROVÁ, 2009, p. 154). Segundo, foram os Critérios de Copenhague que desde 1993, quando ocorreu a cúpula na mesma cidade, definiram critérios estritos nos níveis político, jurídico e econômico para que um país possa entrar na UE. Esses foram: políticos (estabilidade institucional, democracia e Estado de direito, respeito pelos direitos humanos e minorias); econômicos (economia de mercado em funcionamento, capacidade para resistir à pressão da concorrência no mercado interno da UE); e capacidade para cumprir compromissos (nomeadamente capacidade para cumprir as obrigações de adesão à UE), incluindo a participação na união econômica e monetária (COPENHAGEN CRITERIA, 1993).

Citando as Conclusões da Presidência da mesma Cúpula, a parte que trata da adesão potencial dos países associados da Europa Centro Oriental afirma que:

*The European Council welcomed the courageous efforts undertaken by the associated countries to modernize their economies, which have been weakened by 40 years of central planning, and to ensure a rapid transition to a market economy. The Community and its Member States pledge their support to this reform process. Peace and security in Europe depend on the success of those efforts. (...) The European Council today agreed that the associated countries in Central and Eastern Europe that so desire shall become members of the European Union. Accession will take place as soon as an associated country is able to assume the obligations of membership by satisfying the economic and political conditions required. (...) The Union's capacity to absorb new members, while maintaining the momentum of European integration, is also an important consideration in the general interest of both the Union and the candidate countries. The European Council will continue to follow closely progress in each associated country towards fulfilling the conditions of accession to the Union and draw the appropriate conclusions (CONCLUSIONS OF THE PRESIDENCY – COPENHAGEN, 1993).*

Dessas informações, extraímos duas conclusões principais. Primeiro, que para conseguir a adesão à União Europeia, os países do V4 tinham que cumprir qualquer regra que fosse definida pelas estruturas da UE. Ao mesmo tempo, os países estavam dispostos a fazê-lo, como esperamos confirmar adiante no caso tcheco. Essas regras, claro, foram estabelecidas geralmente para todos os Estados candidatos; no entanto, a ênfase da UE em assegurar o princípio de democracia, direitos humanos e funcionamento de economia de mercado no caso dos países da ECO foi marcante. A segunda conclusão trata da afirmação acima de que a paz e a segurança na Europa dependem do sucesso desses esforços. Essa mostra uma grande vontade de incluir os países da ECO nas estruturas europeias, mesmo que os Estados individuais

não apresentassem muito interesse nisso e que a própria União não se apressava para incluí-los nas suas estruturas. Essa intenção, no entanto, se devia principalmente ao ponto de vista da paz e da segurança, ou seja, uma prevenção contra uma potencial desestabilização da região.

Com a aproximação da adesão, os países do V4 estreitaram ainda mais a cooperação entre si. Um passo positivo vindo da União ocorreu em 1997 na cúpula Crimeia EU15 com a oferta de Parceria para Adesão feita para República Tcheca, Hungria, Polônia, Estônia, Chipre e Eslovênia. A demanda da União para os países candidatos foi, por meio da Agenda 2000, resumida em cerca de oitenta mil páginas, provocando um “turbilhão legislativo” nesses países (KŘEN, 2019, p. 2014). A Eslováquia foi, devido ao governo controverso de Mečiar e seus laços com a Rússia, de novo descartada da lista inicial de países candidatos. No entanto, graças às pressões dos seus parceiros do V4, ganhou uma segunda chance.

Em *Contents of Visegrad Cooperation*, aprovado pela cúpula de primeiros ministros em Bratislava (Eslováquia) em 14 de Maio de 1999, mostra-se claramente o desejo de criar uma plataforma conjunta de opinião para lidar com as questões “europeias” ao nível regional, junto com as questões econômicas. Isso foi ainda aprofundado em 2002 no *Annex to Contents of Visegrad Cooperation*. Nesse documento, são exploradas mais em detalhes as questões ligadas à defesa das fronteiras – no contexto de Schengen, isto é, da abolição dos controles de fronteiras entre os países signatários – e à luta contra a imigração ilegal, cooperação nos campos da ciência, inovação e tecnologia. Os dois documentos, em rigor, mostram o desejo dos Estados de V4 de cooperar em áreas adicionais, ligadas ao potencial de integração na UE (CONTENTS OF VISEGRAD COOPERATION, 1999; ANNEX TO CONTENTS OF VISEGRAD COOPERATION, 2002).

Mesmo que a União Europeia estabelecesse, principalmente, as ferramentas econômicas, havia ferramentas que potencialmente poderiam influenciar as questões de defesa e da segurança como a *Common Foreign and Security Policy (CFSP)* e a *European Security and Defence Policy/Common Security and Defence Policy (ESDP/CSDP)* (UŠIAK, 2018a, p. 36). Além dos esforços para ampliar as políticas da UE na região da ECO para a defesa, o OTAN permaneceu a instituição primordial na região no que diz respeito à segurança.

Como um grupo, os Estados do V4 mostraram na época da adesão uma boa vontade de cooperar, buscar interesses comuns e levar uma posição mútua à UE. Graças a isso, os quatro aderiram ao bloco em 2004. Os acordos de adesão foram documentos muito amplos, contendo todas as regras e condições junto com os subsídios, que na primeira fase chegaram a 40 bilhões

de euros. Nos tratados de adesão, os candidatos negociaram várias exceções, como a proibição plurianual da compra de terras por estrangeiros ou um aumento dos subsídios agrícolas (por exemplo, na Polônia). Além disso, países como a Alemanha e a Áustria negociaram uma proibição plurianual da livre circulação de trabalhadores. Dentro de tudo isso, os países da Europa Central continuaram a sentir-se como membros de “segunda classe”. Após a assinatura do acordo em 2003, ocorreram os referendos nacionais. A participação foi baixa, como sempre tem sido nas eleições locais para o Parlamento Europeu. Na Hungria foi de 46% (dos quais 16% votaram contra a adesão); na Eslováquia, 52% (6% contra); na República Tcheca 55% e na Polônia, 58% (em ambas, 23% contra). Tampouco houve claro entusiasmo pelo alargamento por parte do público nos então Estados-membros, como já mencionado acima. No inquérito *Eurobarômetro* de 2003, 46% dos inquiridos eram a favor e 36% contra a adesão. Os votos mais negativos vieram da Áustria, Alemanha e Grã-Bretanha, liderados pela França, com 54% contra (KŘEN, 2019, p. 214–215).

Além disso, os países do V4 estavam cientes da importância da sua entrada no espaço Schengen (junto com a integração plena no mercado doméstico). Já que o *cordon sanitaire* da Europa Centro-Oriental vem servindo como uma zona da transição do Leste para Oeste como visto acima, foi Schengen que visou estabelecer novas regras de segurança para essa área. No entanto, este se mostrou mais um fator de preocupação, junto com as dúvidas sobre o poder de *decision-making* dos próprios Estados e a sua participação nas questões de defesa e da segurança. Ao mesmo tempo, vale dizer que as políticas de segurança na Europa vem se mostrando cada vez mais funcionalistas, recorrendo aos meios não militares para a solução dos conflitos. Assim, é proclamada na região a importância de princípios do direito internacional, da prevenção de conflitos e da colaboração e cooperação entre os atores (UŠIAK, 2018b).

Ademais, os países do V4 começaram a cooperar com os países Benelux – Bélgica, Holanda e Luxemburgo –, pegando a sua inspiração e compartilhando as suas experiências. Foi o *Visegrad Group National Schengen Action Plans* que, em julho de 2003, lançou a cooperação mais profunda na implementação das regras do Schengen. Já em abril de 2003, foi assinado o *Schengen Agreement* que estabeleceu que os países entrariam no espaço em 2006. No entanto, em 2004 foi declarado que os países cumpriram todas as condições para entrar imediatamente



após a sua adesão à UE.<sup>60</sup> A entrada foi completada, afinal, com a retirada dos controles nas fronteiras em 2007 (devido ao atraso no sistema de informação).

Assim, os países do V4 alcançaram por meio da cooperação outro objetivo. Ao mesmo tempo, passaram para objetivos de políticas de vizinhança. No que diz respeito a estes, a presidência do V4 abriu alguns diálogos mesmo antes de 2004. Isso aconteceu, por exemplo, com a Polônia ao redor de 2000 no que diz respeito às suas relações preferenciais com Romênia, Ucrânia e Croácia (POLISH VISEGRAD GROUP PRESIDENCY REPORT, 2000). Logo depois, entre 2001 e 2002, a Hungria também apoiou o diálogo com a Ucrânia. A UE, pelo contrário, não mostrou muita preocupação com países do Leste Europeu como Ucrânia, Bielorrússia e Moldávia, pelo menos até 2004.

Enfim, com a adesão à União Europeia e OTAN, os países do V4 alcançaram os principais objetivos formulados na sua formação, expandindo suas atividades produtivas, comerciais e financeiras, suas políticas externas e de segurança. Os progressos materiais foram marcantes já na última década do século XX (KŘEN, 2009). Vale notar ainda que os países da região, antes de 2004, já haviam entrado no Conselho da Europa. Em 1993, a República Tcheca e a Eslováquia entraram como Estados sucessores da Tchecoslováquia na ONU. Em 1995 os quatro países entraram na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. A República Tcheca aderiu como primeiro país da região à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico em 1995 (húngaros e poloneses entraram em 1996 e os eslovacos em 2000) (KOSINSKI, PARIZKOVA, 2017). Esse rápido processo criou as condições de estabilidade institucional e política que lhes permitiu, no contexto mais amplo, expandir ainda mais suas atividades produtivas.

Vale ainda destacar que, desde a separação da Tchecoslováquia em 1993, a cooperação do V4 se deu, na prática, cada vez mais com base nas consultas de diferentes tipos, incluindo as cúpulas anuais entre os presidentes e duas vezes por ano de primeiros-ministros (que têm maior impacto, considerando-se os regimes parlamentaristas predominantes nos países da região). Além disso, vem ocorrendo os encontros particulares de ministros específicos, segundo as áreas em pauta (CONTENTS OF VISEGRAD COOPERATION, 1999). As prioridades pós-

---

60 Foi necessário resolver essa questão primeiramente na Polônia, devido à sua fronteira extensa com a Bielorrússia e Ucrânia. Esta costuma ser uma área problemática devido aos fluxos migratórios do Leste para a UE. A mesma coisa aconteceu com a Hungria com os fluxos migratórios vindos dos Balcãs ocidentais. A Eslováquia tem uma fronteira minoritária com a Ucrânia e a República Tcheca não possui nenhuma fronteira externa da UE.



estratégicas dos países do V4 foram definidas pela Declaração de Kroměříž em 2004. Ela estabeleceu os maiores objetivos em seguida à entrada na UE. A continuidade da cooperação foi um dos temas centrais:

*The Visegrad Group countries regard their accession to the European Union and NATO as a significant step towards the reunification of Europe and as a historic milestone on the path of their democratic transformation, integration efforts and mutual cooperation. The integration of the Visegrad Group countries into the European and Euro-Atlantic structures opens up new opportunities and poses new challenges for their further cooperation on the issues of common interest. The cooperation of the Visegrad Group countries will continue to focus on regional activities and initiatives aimed at strengthening the identity of the Central European region. In this context, their cooperation will be based on concrete projects and will maintain its flexible and open character (KROMĚŘÍŽ DECLARATION, 2004).*

Ou seja, a declaração estabelece o objetivo de trabalhar conjuntamente na identidade da região da Europa Central, no entanto, não especifica bem como fazê-lo. Depois de entrar na UE, a cooperação dos países do V4 desenvolveu-se mais em setores culturais e sociais e com base nas consultas comuns. A presidência da UE era um meio eficiente de implementação dos interesses nacionais dos Estados e dos interesses do V4.<sup>61</sup> Além do mais, havia um nível muito baixo de institucionalização das atividades do V4.

Além disso, depois de 2008 houve certa separação dos interesses dos Estados, ligada aos problemas individuais da UE que seus membros tiveram que enfrentar. Recentemente houve até uma crescente rivalidade entre eles devido à pressão econômica. Esta afirmação pode ser demonstrada, por exemplo, nas relações econômicas com a China como importadora, exportadora e investidora. Por um lado, na UE, a China pressiona com os seus produtos baratos para reduzir os preços dos produtos das empresas europeias, causando assim dificuldades existenciais para algumas delas. De uma perspectiva diferente, a competição é desenfreada entre os países europeus e suas empresas industriais para obter tantos incentivos de investimento quanto possível de conglomerados chineses e mediar a cooperação com empresas chinesas de alta tecnologia. A mesma situação prevalece nas relações com a Índia.

Mesmo que a cooperação continue em termos culturais, educacionais e nas questões sociais, em geral podemos concordar com Waisová que a adesão dos países desta região nas estruturas ocidentais

---

<sup>61</sup> A primeira presidência foi da República Tcheca em 2009. O que a complicou foi o fato de que a República Tcheca a assumiu depois da França, que na época estava cética sobre este Estado pequeno. Além disso, a República Tcheca no começo da presidência não ratificou o Tratado de Lisboa e ainda não tinha estabelecido data para adotar o Euro (BAUEROVÁ, 2018, p. 213).

*(...) led to the weakening of CE regionalism and cooperative framework and gradual decline of the CE institutional structures of cooperation, mainly of Visegrad and CEFTA (WAISOVÁ, 2006b, p. 146).*

Com a adesão à União Europeia, os países da região da ECO entraram numa unidade internacional que, após a China e a Índia, é a mais populosa unidade no mundo. É inegável que isso representou para os devidos países um “sonho” em comparação com a época anterior, ainda mais contando com a proteção do guarda-chuva da segurança da OTAN. No entanto, aparece aqui uma questão central para o nosso tema. Se a cooperação regional do V4 obviamente mostrou a capacidade de simplificar a promoção de interesses dos Estados-membros e ajudá-los a ter mais firmeza no âmbito internacional, porque ela nunca foi usada para promover mais notavelmente interesses estratégicos dos países particulares (além do interesse de se juntar às estruturas euro-atlânticas) e a região em conjunto, buscando uma soberania “verdadeira”? Isso será analisado mais adiante nessa tese, especialmente se, de fato, outros interesses da política externa foram formulados ou não, pelo menos no caso tcheco.

A propósito, mesmo que a cooperação em objetivos comuns tenha ocorrido sem grandes dificuldades e favoreceu o desejado desenvolvimento de cada país, as operações de V4, em suma, não foram muito coerentes. Os Estados buscavam cada vez mais alcançar seus próprios objetivos e interesses vindo das suas experiências e problemas particulares domésticos. Nesse sentido, as políticas comuns dos países de V4 não foram (além da OTAN e da UE) estáveis, nem duráveis, como demonstrado, por exemplo, pela presidência da Hungria. De outro lado, na crise migratória, por exemplo, mostrou-se que o V4 conseguiu negociar melhor do que teriam feito seus Estados individuais.

Havia, também, sinais de que a cooperação poderia se aprofundar ainda mais, especialmente no que diz respeito ao alargamento na direção dos Balcãs orientais e em questões ligadas à segurança (principalmente a energética e a *cyber*). No entanto, recentemente, as diferentes visões sobre a crise migratória enfraqueceram essa capacidade (CABADA, WAISOVÁ, 2018, p. 9). Os países da região têm relacionamentos próprios com a Federação Russa e todos eles são altamente dependentes das exportações russas de petróleo e gás, como já mencionado acima.<sup>62</sup>

---

<sup>62</sup> No caso da Rússia, vale notar que há aparente predominância de discurso anti-russo, discutido tanto no campo acadêmico quanto e não acadêmico, entre políticos e o público. Como Krejčí observa, este é resultado de três fatores principais: “a) Russofobia emocional; b) concepções geopolíticas sobre a discussão natural entre as unidades de energia grandes; e c) as ideias de Huntington sobre o choque de civilizações - que esse trata como um conflito entre a cultura do Ocidente e a eslava-ortodoxa” (KREJČÍ, 2005, p. 428-429).

A propósito, ao avaliar os processos de integração da região, podemos acrescentar os conflitos internos sobre políticas europeias, mas também a importância da posição da Polónia, que tende a ser subvalorizada.<sup>63</sup> A cooperação foi também influenciada pelo comportamento de atores externos como Áustria, Croácia e Eslovênia, que muitas vezes não respeitaram seu estatuto mais periférico e não central na região e na cooperação em si. Estes Estados vêm participando na integração do V4 de formas diferentes, buscando seus próprios interesses nacionais, o que não facilita aprofundamento da integração.

Assim aparece outra questão essencial: se o potencial do V4 não foi plenamente explorado ou, opostamente, se o V4, dentro da sua capacidade nas configurações geopolíticas persistentes, alcançou seu máximo potencial. Dentro dos fatores que poderiam influenciar essa exploração, ao lado da falta dos interesses comuns e de sua própria formulação, consideramos a identidade da região um dos mais importantes. É Cabada (2018, p. 273) que formula uma tese interessante de que a identidade da região foi desafiada pela oferta de se fundir com o oeste da Europa.

Seu argumento de não aprofundamento maior da cooperação na região por causa da falta da identidade entre os seus Estados pode ser relevante, mas também muito relativo. Olhando a história do regionalismo na área, este tem, pelo menos, duzentos anos de existência e passa por várias constituições sem formação muito clara da sua identidade. Podemos começar já com o Congresso de Viena e a demarcação da região como “espaço no meio” dentro do Concerto da Europa, cercado por atores ocidentais (França e Inglaterra) e orientais (Prússia, Áustria e Rússia). Subsequentemente, com a ascensão da Alemanha, o epicentro do poder na Europa moveu-se do eixo França–Holanda–Suíça–Itália mais para o leste e a Alemanha considerou-se parte da Europa Central. No período entre-guerras, a Europa Central foi uma região de pequenos Estados nacionais inserida no conflito entre Alemanha e Rússia, ambas com visões expansionistas sobre a região.

Segundo ele, é frequentemente ignorado o fato de que, devido aos longos esforços de emancipação da região, a suposta identidade da região desenvolveu-se nos patamares sociais e institucionais. Isso vale especificamente para a identidade civil. Esta foi bem cultivada, o que pode ser visto nos movimentos de dissenso dos anos 1970 e 1980 e nas comunidades intelectuais epistêmicas. Estas mesmas contribuíram para a criação da cooperação do V4.

---

63 Como resumido por Kuzelewska, Bartnicki, Skarzynski (2015, p. 158), para a Polónia, o V4 era um instrumento para pendular entre a Alemanha e a Rússia. Para a Eslováquia, era uma oportunidade de se livrar do isolamento quando os outros três países declararam suas ambições de lidar o grupo.

O autor até menciona que o V4 era uma instituição bem-sucedida da região, que tinha certo sentimento da nostalgia da era de Habsburgos na Europa Central. No entanto, os austríacos nos anos 1990 não “prestaram atenção” ao grupo (*idem*).

Cabada ainda apoia sua opinião no contexto de outras iniciativas da integração regional da ECO. Entre elas, o *Regional Partnership*, onde a Áustria desempenhou um papel importante. Este país não mostrou muito interesse na sua integração ao V4, mas sim em se juntar logo à Comunidade Europeia. Ao redor de 2000, um novo governo do chanceler Wolfgang Schüssel apresentou uma proposta de iniciativa de integração regional na qual a Áustria desempenharia papel de líder. Antigamente *Strategic Cooperation*, adotou subsequentemente a palavra *Regional* a fim de acrescentar caráter mais neutro ao grupo. O agrupamento visava mostrar o desejo da Áustria, Hungria, República Tcheca, Eslováquia e Eslovênia juntar-se com seu vizinho cultural – Polônia. O objetivo também foi criar uma plataforma conjunta dos países na adesão à UE.

Mesmo que esta cooperação tenha sido estabelecida com o objetivo de cooperar nos assuntos externos, os sucessos ocorreram, paradoxalmente, no nível interno e da justiça (segurança interna ligada a Schengen, terrorismo, assuntos ligados à política de vistos etc.). Além disso, cooperação com países do Terceiro Mundo e, frequentemente, a inclusão dos países dos Balcãs ocidentais nas discussões sobre assuntos internos. A Áustria, claro, tinha seus próprios motivos para essa iniciativa. Primeiro, tratou-se certamente do potencial do desenvolvimento da economia com o alargamento da UE para o leste; segundo, no meio dos processos na região, ela sentiu-se isolada e buscava novos parceiros estratégicos (principalmente sob o novo governo populista do *Freedom Party* liderado por Jörg Haider). Terceiro, como não membro de OTAN, a Áustria buscava caminhos para desempenhar um papel mais importante na Europa Central (CABADA, 2018, p. 282–283). Vale dizer que esse posicionamento da Áustria é comum em todo o nosso período estudado.

A posição da Áustria na região foi complicada especialmente no período pós-entrada na UE. Vale notar que além da relutância da Hungria em incluir a Eslovênia e a Áustria no Grupo Visegrad, os diferentes pontos de vista sobre as sanções russas na sequência do conflito na Ucrânia, por um lado, e os três Estados da República Tcheca, Eslováquia e Áustria, por outro,<sup>64</sup> provaram ser um obstáculo para a expansão do grupo de Visegrad. Os esforços para

---

<sup>64</sup> A forte resistência da Áustria aos planos de desenvolvimento de energia nuclear elaborados pela República Tcheca e pela Eslováquia continua sendo um desafio permanente.

melhorar as relações com a Áustria continuaram, entre outras tentativas, por meio da iniciativa regional *Austerlitz Format*, informalmente também Slavkov ou S3 – Slavkov Trilateral, uma unidade de cooperação intergovernamental regional entre a República Tcheca, a Eslováquia e a Áustria. O formato Slavkov foi criado por iniciativa da República Tcheca em janeiro de 2015 como uma alternativa à cooperação regional na Europa Central, depois que ficou claro que a integração da Áustria no Grupo de Visegrad não era um objetivo realista (DOSTÁL, NIČ, 2015).

A *Declaração de Slavkov*, que iniciou esta cooperação, proclamou que a cooperação deveria tratar das questões principalmente regionais e transfronteiriças. Ela incluiu um Plano de Trabalho que definiu as áreas de cooperação para o ano de 2015. Estas incluíram transportes, infraestruturas energéticas e segurança, emprego juvenil, cooperação transfronteiriça, dimensão social do processo de integração europeia e cooperação com os países vizinhos da União Europeia (GOVERNMENT OF THE CZECH REPUBLIC, 2015).

Havia temores, especialmente na Polônia, se esta iniciativa atrapalharia a cooperação de Visegrad, o que os representantes da República Tcheca e da Eslováquia rejeitaram. Entretanto, já no começo da cooperação, foi decidido que os países fariam uma teleconferência antes da Reunião do Conselho da Europa. Essa tarefa normalmente pertencia ao V4 e, em sua maioria, trouxe resultados eficientes para os quatro países.<sup>65</sup> Essa reunião tratou das relações entre a União Europeia e a Rússia, que vem desempenhando um ponto de ruptura nas relações entre os países da região. Bratislava e Praga, mas também Budapeste, têm tentado manter o melhor clima possível na sua cooperação econômica com Moscou. A Rússia era, pelo menos na época, vista pelos governos da Eslováquia, República Tcheca e Hungria como um mercado valioso e promissor para seus exportadores domésticos. Isso significa que esses países adotaram uma posição mais próxima da Áustria do que da Polônia ao lidar com a Rússia (GROSZOWSKI, 2015). No entanto, a Hungria, apesar da sua posição parecia à Rússia, não foi convidada nesta cooperação.

Esta iniciativa, mesmo que não se posicione em nosso período estudado, mostra muito bem a tendência de priorização dos interesses próprios dos Estados sobre os conjuntos, que fortaleceriam a região como um todo. Vale ainda mencionar brevemente outra iniciativa muito recente, mas relevante ao nosso tema: *Three Seas Initiative* (lançada pela Polônia e Croácia em

---

<sup>65</sup> Vale dizer que a coordenação em várias etapas de posições antes das reuniões do Conselho Europeu desempenhou um elemento-chave na cooperação do V4; e as reuniões regulares em Bruxelas dos primeiros-ministros do V4, pouco antes das cúpulas do Conselho Europeu, foram mais um símbolo disso.

2016, hoje em dia com 12 membros ex-satélites soviéticos mais a Áustria). A iniciativa segue os planos poloneses do período entre-guerras do chamado “Mediterrâneo”. A primeira cúpula da iniciativa teve lugar em Dubrovnik, Croácia, em agosto de 2016. Nela foi adotada uma declaração sobre a cooperação em matéria econômica, especialmente no domínio da energia, transportes e infraestruturas de comunicação. Entre os convidados estavam o representante chinês Liu Haixing, que falou sobre o envolvimento da iniciativa com a Nova Rota da Seda; e o representante americano James L. Jones, que enfatizou o papel da iniciativa no desenvolvimento e segurança europeus (VISEGRÁD POST, 2017). A cooperação foi incentivada pela criação do *Trinity Investment Fund*, no qual quase todos os membros se envolveram gradualmente, e em 2020 os EUA anunciaram que apoiariam o fundo com um bilhão de dólares (ATLANTIC COUNCIL, 2020).

A propósito, no âmbito da política regional da UE, as estratégias macrorregionais ganharam significativa importância. Várias macrorregiões foram identificadas em todo o território europeu, abrangendo grandes áreas além das fronteiras nacionais. A Estratégia da UE para a Região do Mar Báltico (EUSBSR) foi adotada em outubro de 2009; a Estratégia da UE para a Região do Danúbio (EUSDR), que tratou também da República Tcheca, iniciou a sua implementação em junho de 2011; a Estratégia da UE para a Região Adriático-Jônica (EUSAIR) foi aprovada pela Comissão Europeia em 2014; e a Estratégia da UE para a Região Espacial Alpina (EUSALP) está atualmente sendo desenvolvida (INTERREG, 2016).

O objetivo da EUSDR foi estabelecer um quadro de cooperação para enfrentar os desafios comuns na região por meio de projetos e de cooperação mais estreita. A Estratégia da UE para a Região do Danúbio foi adotada com base num mandato do Conselho Europeu de 2009. A fase de implementação da Estratégia foi iniciada em 2011. A EUSDR inclui Estados-Membros da UE (Áustria, Bulgária, Croácia, República Tcheca, Alemanha, Hungria, Romênia, Eslováquia e Eslovênia) e Estados externos (Bósnia e Herzegovina, Moldávia, Montenegro, Sérvia e Ucrânia) a fim de cooperar em 11 áreas prioritárias diferentes e em tópicos como transporte, energia, educação, meio ambiente, competitividade, pesquisa, segurança, sociedade civil e muito mais (GOVERNMENT OF THE CZECH REPUBLIC, 2016).

As cooperações mencionadas acima não foram as primeiras iniciativas da integração regional que apareceram com o fim da Guerra Fria. Primeiramente, houve a *Central European Initiative*, lançada já em 1989. trata-se de uma associação para cooperação regional transfronteiriça com dezoito países-membros da Europa Central, Oriental e do Sudeste. Foi

fundada sob o nome *Quadrangolo*, devido aos seus quatro membros: Itália, Iugoslávia, Áustria e Hungria. Seu objetivo era buscar novas formas de cooperação internacional no período posterior à queda da “Cortina de Ferro”. Em 1990, a Tchecoslováquia aderiu e o grupo mudou seu nome para *Pentágono*; após a ascensão da Polônia, um ano depois passou a ser conhecido como *Hexágono*. A desintegração da Tchecoslováquia, Iugoslávia e União Soviética trouxe um influxo de outros membros e um novo nome: a CEI – *Central European Initiative* (embora a maioria dos países não pertença a uma Europa Central estritamente definida geograficamente). A própria CEFTA e o *Partnership for Peace* (mesmo que de forma externa) pertencem a esse grupo de iniciativas que foram lançadas na região logo depois da dissolução da União Soviética e um dos seus maiores objetivos foi preencher o vácuo de possibilidades de cooperação setorial entre os Estados na região (UŠIAK, 2018b).

Apesar da multiplicidade das iniciativas de integração regional na Europa Central e Oriental, nenhuma tornou-se um meio comum estratégico mais eficiente defendendo a soberania dos Estados particulares no cenário mundial. Como vimos, desde o começo ficou claro que os projetos de segurança seguiriam a OTAN e os econômicos buscariam a adesão dos Estados na União Europeia, o que foi um objetivo claro para todos eles desde o começo deste período. Outras iniciativas foram ou moldadas por atores e iniciativas externas não regionais, então supostamente seguindo seus interesses hegemônicos, ou foram neles acrescentados aos interesses particulares dos Estados individuais (Áustria, por exemplo).

Em outras palavras, todas as iniciativas respondem aos desafios geopolíticos apresentados nas primeiras subseções deste trabalho. Ao mesmo tempo, não conseguiram se desenvolver numa cooperação mais complexa e quando conseguiram, foi com objetivo de ampliar as estruturas hegemônicas já existentes. Isso pode ter uma explicação já mencionada anteriormente. Qual seja, que há diferenças grandes no que diz respeito às experiências históricas, às políticas internas, à cultura e à questão étnica em cada país. Ao mesmo tempo, há uma condição comum para todos os países da região: pressão constante exercida por outras potências no leste e no oeste. Assim, parece lógico o maior objetivo de cooperar entre si com o fim de ganhar um “guarda-chuva” que assegurasse segurança e desenvolvimento. Veremos esta dinâmica em maiores detalhes no segundo capítulo dessa tese.

O que precisa ser mencionado aqui é que os processos de regionalismo no continente europeu foram desiguais no ocidente e no oriente do continente devido à bipolaridade da Guerra Fria. Assim, a integração regional europeia incorpora a “regionalização ao nível ocidental”, tal



qual a integração da Europa ocidental. Somente depois do fim da Guerra Fria desenvolveu-se o processo dinâmico da integração do “Oriente”, o que foi influenciando justamente pelo desejo dos países da região de juntar-se ao processo, aproximando-se às estruturas ocidentais já desenvolvidas, pelo menos até certo ponto (WAISOVÁ, 2009, p. 121–122). Assim, consideramos a UE o núcleo das iniciativas da integração na Europa.<sup>66</sup>

Interessante é ainda observar a tendência do processo de integração europeia, de um lado, junto com a desintegração de alguns Estados em várias regiões do mundo, de outro. É importante mencionar que há certo tipo de plano de fundo da expansão da “paz liberal” no sistema mundial no momento da dissolução dos certos Estados, inclusive a Tchecoslováquia em 1993. Dvoranová e Hynek (2006) mostram no seu artigo como a União Europeia, no ambiente da ausência de uma concepção única, usa os argumentos de *peacebuilding* quando tratados Estados desintegrados da região (especificamente na Estratégia da Segurança da UE de 2003).

Enfim, a integração do V4 foi muito importante para a consolidação da suposta “hegemonia ocidental” em toda a Europa Centro–Oriental:

A hegemonia ocidental tem como traços distintivos a concentração do poder em matéria de relações internacionais nas mãos de um grupo formado por América do Norte, Europa Ocidental e Japão, sob a direção última dos Estados Unidos; a diluição – em termos ideológicos – desse predomínio, sob a forma da invocação do papel de entidades internacionais, entre elas a ONU; e a busca de legitimidade nos conceitos de liberdade, democracia e proteção dos direitos humanos. Os conceitos tradicionais de igualdade jurídica entre os Estados, soberania e não intervenção têm sido relegados a um plano secundário, no discurso ocidental (ARANTES JR., 2015, p. 416).

Havia opiniões de que o processo de integração da UE seria capaz de quebrar com a definição do estado Vestfaliano na Europa. Neste cenário, a transformação desta região e sua “centralidade” geográfica poderia tornar-se muito atraente para o resto da Europa. Isso, no entanto, não aconteceu e do ponto de vista geopolítico: os Estados da região da ECO continuaram, mesmo depois da Guerra Fria, em certa relação de vassalagem específica, restringindo sua soberania, desta vez voluntariamente.

---

<sup>66</sup> Aqui podemos ainda voltar para a visão de D. Costa e sua ideia sobre a estratégia nacional, nesse caso em momento de paz. É questão de debate se as cooperações, como vistas acima, podemos encaixar em três alternativas sobre cooperações de Estados em certa região afim de se situar no cenário atual. É verdade que os Estados vem buscado a cooperação entre si a fim de aproveitar-se da possibilidade e da realização de trocas econômicas e outras. No entanto, como vimos no caso da integração mais bem-sucedida, o V4, não teve impacto maior (pelo menos no campo econômico devido à concorrência crescente, mas podemos dizer que teve no campo cultural e educacional). A segunda alternativa sobre a adoção das políticas comuns inacessíveis aos outros Estados não se comprovou. Já a terceira, ou seja, a evolução para uma solução contratual em nome de uma autoridade superior (Megaestado da União Europeia) seria o caso, no entanto, esta já foi criada e os demais Estados visavam se integrar à ela.

## 2. QUADRO INTERNO: PROCESSOS E DINÂMICAS NO PAÍS NO NÍVEL ECONÔMICO–POLÍTICO

A época do pós-Guerra Fria deveria, por sua natureza (pelo menos, na expectativa da sociedade tcheca), quebrar com qualquer subordinação externa da República Tcheca, que estava no auge do processo de escolher seu caminho futuro. As condições geopolíticas mostraram novamente a sua relevância, quando o país se direcionou imediatamente no âmbito neoliberal para as estruturas ocidentais, desejando se afastar o máximo possível e mais rápido do leste. Assim, é objetivo do restante dessa tese investigar a dinâmica interna desta “ocidentalização” do país e encontrar quais fatores influenciaram esse processo e de qual forma, ou seja, quais foram os fatores que determinaram o “sucesso” ou não das variáveis geopolíticas.

O que já ficou evidente na primeira parte da tese foi a determinação do país tanto do ponto de vista do seu tamanho quanto da sua posição estratégica no cinturão que fica entre a Rússia e a Alemanha, ou seja, a Europa Ocidental. Neste sentido, vimos que o território em si é um instrumento estático e só quando sobre ele incide a vontade dos agentes, ele se torna parte de um projeto geopolítico específico. Neste sentido, isso significaria o enquadramento em novo cenário global com o fim da URSS e, assim, o fim da bipolaridade. A hegemonia norte-americana junto com a ideologia neoliberal desempenhou, sem dúvidas, um papel importante nisso. O que no começo não ficou claro foi como, exatamente, se desenvolverá o destino dos Estados desta “camada intermediária”, conforme vista e descrita por muitos autores.

Para responder à hipótese principal e perguntas particulares como estabelecidas logo na introdução deste trabalho, analisaremos em detalhes os processos da política interna, da economia e da política externa, desde o final dos anos 1980 até a primeira década do século XXI. Queremos entender qual foi a dinâmica interna do país no seu caminho “ocidental” da época. Como ocorreu a transição do país; qual foi a divisão do poder na época após 1989, como se estruturou a elite dirigente e quais foram os conflitos entre as partes governantes e a oposição; como ocorreram as mudanças na economia e quais foram seus reflexos no desenvolvimento do país; como ocorreu a abertura para o mundo e a entrada do capital estrangeiro e como esse capital afetou as decisões políticas internas; como foram, desde 1989, formulados os interesses externos, quem os formulava e com qual propósito, quais foram os interesses específicos, quais foram as relações com países vizinhos; como foi a ligação entre as decisões específicas e posturas aos assuntos internacionais e a elite governante ao devido momento; qual foi o papel da Tchécoslováquia (RT) na formação da cooperação do V4 e como ela influenciou (ou não)

o fato de que a cooperação nunca tenha se tornado mais estratégica, defendendo o interesse da região em si; quais foram os interesses externos da República Tcheca e como eles foram formulados e; como se deu exatamente o processo de adesão à OTAN e à UE (e outras instituições) do ponto de vista interno da RT.

## **2.1. Reestabelecimento do Estado ao fim da Guerra Fria**

Se olharmos exemplos clássicos de transições de ditaduras para democracias em Estados europeus (como Grécia, Espanha ou Portugal), tratou-se de transformações principalmente políticas, pois nesses Estados já existiam economias capitalistas. O exemplo da Tchecoslováquia e dos Estados vizinhos é então único, pois visava transformar radicalmente todos os aspectos da sociedade, inclusive a economia, e isso no período mais curto que possível. Ao mesmo tempo, como aponta Křen (2019, p. 102) havia no ar certa discrepância, um contraste entre o Estado-nação "desgastado" da Europa Ocidental e a euforia dos Estados liberados pela independência nacional recém-adquirida. Ao mesmo tempo, não esquecemos as teorias do primeiro capítulo que tratam tanto do pequeno peso político destes países (semi)periféricos quanto do seu desenvolvimento econômico, considerando-se que esse nunca consegue ser entendido isoladamente ou a partir de fatores exclusivamente endógenos.

### **2.1.1. Contexto introdutório: Caminho da nação até 1989**

A República Tcheca começou o seu caminho como Estado-nação em 1918 com o nome de Tchecoslováquia. Isso ocorreu junto com nascimento de outros Estados nacionais da região como reação à onda de movimentos nacionais do século anterior. A criação do Estado tchecoslovaco era um requisito de longa duração proclamado tanto pelo povo quanto pelas elites. O processo da formação da nacionalidade tcheca buscava, desde a segunda metade do século XVII, readquirir a independência das terras tchecas dentro da Áustria-Hungria. O movimento chamado *Národní obrození* ("Renascimento Nacional") contribuiu, no contexto braudeliano de "longo século dezenove", para que essa exigência fosse realizada. Esse movimento havia anteriormente focado na língua e cultura tchecas; no entanto, com os acontecimentos na metade do século XIX, desenvolveu-se numa "batalha" pela soberania e autonomia tcheca enquanto Estado nacional.

Ao mesmo tempo, as raízes da assim chamada "nação tcheca" retroagem a tempos muito anteriores. Esse conceito sempre foi muito relativo, tanto antes de 1918 quanto depois. A questão do nacionalismo e do interesse nacional tcheco perpassa toda a história dos "tchecos"

já desde a virada do século X, ainda antes da formação do Reino da Boêmia, em 1198 (mesmo que existam várias opiniões divergentes sobre as raízes do nacionalismo tcheco), e moldou essencialmente o caráter da nação, das suas elites, das suas decisões políticas e econômicas.<sup>67</sup> Vale ainda dizer que o sentimento nacional dos tchecos não fica muito coeso dadas as mudanças constantes do território através da história e o fato de que a região onde a República Tcheca se localiza historicamente é um ponto de encontro das variáveis geográficas e diferentes visões políticas, ideológicas, culturais e étnicas, como já mencionado acima.

Enfatizamos, ainda, que a criação do Estado-nação tchecoslovaco em 1918 não seria possível sem o suporte de grandes potências mundiais, especificamente dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França. Ao mesmo tempo, ocorreu junto com criação de vários outros Estados como Polônia, Hungria, Iugoslávia, Finlândia e os países bálticos, a partir da dissolução dos impérios derrotados na Primeira Guerra Mundial. E todos esses países constituíram exatamente um “cinturão” de Estados-tampão entre Alemanha/Europa Ocidental e Rússia, o *Shatterbelt*. Os políticos tchecos da época, principalmente Tomáš Garrigue Masaryk, que se tornou depois o primeiro presidente da Tchécoslováquia, tinham relações muito favoráveis no exterior e conseguiram negociar o apoio da independência do Estado tchecoslovaco. Assim, pela aceitação da Declaração de Washington (carta dos políticos tchecos e eslovacos na resistência no estrangeiro, proclamando um Estado tchecoslovaco soberano), as demais potências confirmaram a criação da Primeira República Tchecoslovaca, dando sentido à ideia

---

67 Enfatizamos aqui que a discussão sobre conceitos de interesse nacional, nação, nacionalismo, Estado nacional e identidade nacional é muito ampla. A conceitualização do “interesse nacional” começa já pela questão do assim chamado “interesse nacional”, se se trata realmente interesse de uma certa nação ou se é o interesse de Estado e do povo. Para Darc Costa, por exemplo, o interesse nacional é uma categoria do conjunto de ideias que acompanha o “sonho de nação”. Ele “deve ser considerado como o somatório das aspirações permanentes e atuais que se criam e se desenvolvem no processo histórico, e que depende muito da característica do povo e de seu estágio de desenvolvimento econômico” (COSTA, 2009, p. 415), sendo que, para ele, a nação deriva do Estado. Esta problemática na República tcheca é mais elaborada, por exemplo, por Krejčí. Para ele, também aparece esta questão essencial - o que veio primeiro, a nação ou o Estado? Ele concorda com a abordagem humanista, dizendo que o Estado é um instrumento (mesmo que este complique a posição de uma ‘nação’ no que diz respeito à formação de uma sociedade civil que vê o valor principal político nos diretos humanos). Ele considera o “interesse nacional” o interesse do Estado (para Darc Costa, por exemplo, é o interesse do Estado e do povo). Para Krejčí, o interesse nacional seria “o conjunto dos requerimentos estratégicos do Estado, recorrentes da sua posição geográfica, experiências históricas e dos relacionamentos com outros centros-núcleos do poder” (KREJČÍ, 1993, p. 22). Em tudo isso ainda aparece o conceito de nacionalismo. É Darc Costa (2009, p. 411), mais uma vez, que cita Hobsbawm na sua visão do nacionalismo, dizendo que “o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”. Concordamos aqui também com essa afirmação de que a nação é um “sonho”, fruto de um imaginário coletivo. Ou seja, sem o coletivo não há nação, mas é extremamente difícil alcançá-lo. Elaboraremos mais a esse respeito no final deste segundo capítulo.

de Mackinder sobre apoio da projeção do poder da França e Inglaterra sobre um Estado na Europa Oriental.

Esse Estado foi criado com base na proclamação dos princípios de soberania, autonomia e direito à autodeterminação. Esperava-se que, uma vez que o Estado fosse estabelecido e internacionalmente reconhecido, esses princípios fossem respeitados. Ao mesmo tempo, é importante acrescentar que esse apoio do Ocidente, mesmo que frágil, não foi uma coincidência, pois historicamente os tchecos sempre se consideraram parte integral do Ocidente e, ao mesmo tempo, foram considerados parte dele até a sua absorção pelo “leste” após a Segunda Guerra Mundial (principalmente por motivos geopolíticos...).

Entretanto, o período entre 1918 e 1989 foi um em que o país exerceu várias formas de regimes e estruturas governamentais impostos de fora, começando em 1938 pelo Acordo de Munique entre Alemanha, Itália, França e Grã-Bretanha, transferindo territórios fronteiriços da Tchecoslováquia para a Alemanha. Ele resultou do trabalho do Partido Alemão dos Sudetos, liderado por Konrad Henlein, e dos esforços do então chanceler alemão Adolf Hitler para quebrar a Tchecoslováquia democrática – um dos seus objetivos graduais para dominar a Europa. No território anexado e ocupado pelos alemães, foi promulgado ainda em março de 1939 o decreto criando o Protetorado da Boêmia e da Morávia, pelo que os tchecos perderam, uma vez mais, a sua soberania. Isso ao contrário dos eslovacos, que se alinharam aos nazistas voluntariamente. Assim, a Alemanha violou as garantias anteriores e isso, dentro da política de “apaziguamento” então adotada pelas potências ocidentais, não foi contestado por nenhuma delas. Este sacrifício pelas potências ocidentais (a Tchecoslováquia, assim como a Polônia, tinha um pacto de defesa mútua com a França, que foi descumprido por esse país), as mesmas que anteriormente haviam prometido a sua proteção, significou um período muito duro para o povo tcheco.

Como mencionado acima, a soberania foi, na época do estabelecimento da Tchecoslováquia, um dos princípios mais desejados e foi tanto proclamada por políticos dos países quanto garantida pelos demais atores no cenário mundial. No entanto, dadas as experiências históricas da nação tcheca desde 1938, não há como contestar as opiniões de Krasner, como apresentado no primeiro capítulo.

Com a ascensão do nazismo ao poder na Alemanha em 1933 e a invocação da ideologia do “espaço vital” (Lebensraum) da suposta “raça ariana” a ser conquistado no leste, foram os tchecoslovacos, com a anexação dos Sudetos em 1938, os primeiros a serem novamente alvo de agressões externas na área, o que se deu com o consentimento dos britânicos e franceses (...) Não obstante, em agosto do ano seguinte, nazistas e soviéticos acertaram bases para nova divisão e reocupação da Europa Centro-Oriental

ao firmarem o chamado Pacto Ribbentrop–Molotov (VODIČKA, CABADA, 2003). Posteriormente, com a invasão da própria União Soviética pelos nazistas em junho de 1941, praticamente toda a Europa Centro–Oriental caiu sob seu domínio nos três anos seguintes, durante os quais eles perpetraram as maiores atrocidades da guerra – se não de toda a história –, resultando em milhões de assassinados (e no extermínio de quase 20% da população polonesa) (ZAMOYSKI, 2009). Não obstante, com o contra-ataque soviético e o avanço do Exército Vermelho até a tomada de Berlim, este ocupou Budapeste e Varsóvia, em fevereiro, e Praga, em maio. Isso significou que a Tchecoslováquia foi liberada do domínio nazista pelos soviéticos, fato que significou, acima de tudo, a substituição de um ocupante estrangeiro por outro. Os soviéticos, por instrumentos diversos – como eleições manipuladas e fusões e dissoluções de partidos políticos rivais dos comunistas –, conseguiram instalar nos países da região governos de inspiração estalinista (ARANTES JR., 2015), subordinados ao seu controle graças à presença ostensiva de forças soviéticas nos seus territórios (KOSINSKI, PARIZKOVA, 2017, p. 375–376).<sup>68</sup>

Por outro lado, a Tchecoslováquia, como outros países da região, ficou devastada depois da Segunda Guerra Mundial e foi a sua relação com a URSS que, fundamentalmente, afetaria o seu desenvolvimento naquele período. A União Soviética, na época celebrada como libertadora da Tchecoslováquia do domínio nazista, começou, por sua vez, a implementar o seu próprio poder no país, o que no caso decorreu não somente da primazia militar soviética sobre a região, mas também pela própria cooperação voluntária do governo tchecoslovaco. Isso porque, com as eleições em 1946, um governo de “esquerda” chegou ao poder. A situação se aprofundou em 1948 com o assim chamado “Golpe de Fevereiro”, quando os governantes não comunistas foram forçados a se demitir do governo<sup>69</sup> e os comunistas começaram a aplicar um regime “duro”, tomando o monopólio do poder no país (como o último país da Europa Central a fazê-lo) e o colocando dentro da esfera de influência da União Soviética. A partir deste momento, reproduziram na Tchecoslováquia uma ditadura totalitária do tipo stalinista, adotando estruturas e políticas institucionais idênticas às da União Soviética, que assim tornou-se um *hegemon* no cenário mundial a partir do controle sobre o cinturão da Europa Oriental (“camada intermediária” etc.).

---

68 Vale ainda mencionar que, do ponto de vista do direito tanto internacional quanto do interno da Tchecoslováquia, a ocupação alemã foi uma forma disfarçada de anexação ilegal. O governo legal tchecoslovaco era (como mais tarde formado e reconhecido pelos Aliados) exercido desde o exílio Londres, liderado pelo presidente Edvard Beneš. Para a Alemanha nazista, tratava-se de uma ocupação legal e pacífica, baseada em uma declaração conjunta dos governos alemão e tchecoslovaco. Os nazistas afirmavam que a Tchecoslováquia era um Estado criado artificialmente e que arrancou as terras tchecas do “espaço vital” da nação alemã, sendo incapaz de existir pelos seus próprios meios. Além disso, segundo eles, era uma fonte de instabilidade, ameaçando a paz europeia.

69 Os acontecimentos de Golpe de Fevereiro culminaram em 25 de Fevereiro de 1948, quando o presidente da Tchecoslováquia Klement Gotwald aceitou a renúncia de ministros não comunistas e complementou o governo por candidatos propostos pelos comunistas.

É Krasner (1999) que ainda afirma que o caso da Tchecoslováquia foi, como o da maioria dos países do Leste Europeu (menos a Iugoslávia e a Albânia), resultado de forças exógenas. Também o historiador e cientista político francês R. Rémond (1974) enfatiza o papel das grandes potências nesse desdobramento, mencionando o Golpe de Fevereiro como um exemplo de configurações dadas previamente estabelecidas por tratados anteriores como o de Yalta. Assim, “os satélites orientais da Alemanha logo se tornam satélites da Rússia: esta é a fatalidade geográfica daquelas pequenas nações situadas entre dois gigantes, o alemão e o russo” (RÉMOND, 1974, p. 133). Isso nos remete às teorias apresentadas na primeira parte da nossa tese.

Embora as entidades territoriais independentes dos Estados da ECO fossem formalmente mantidas e reconhecidas internacionalmente, os Estados individuais desempenhavam um papel de satélites econômicos, políticos e militares, subordinando todas as esferas sociais à sua potência-líder. Eles foram dependentes do poder militar soviético, tendo (especialmente após 1956) certo grau de liberdade para entrar em acordos contratuais.<sup>70</sup> A Tchecoslováquia é, além disso, um exemplo de país onde os comunistas tiveram, ao mesmo tempo, um apoio popular significativo devido à grande decepção com a política ocidental depois do Acordo de Munique.<sup>71</sup> Uma vez que os regimes comunistas foram impostos, porém, estes se tornaram elementos fundamentais para a manutenção da integridade política soviética.

Após a morte de Stalin em 1953, a penetração soviética declinou nos seus satélites. No entanto, a URSS ainda dificultava a independência dos Estados vassalos pela presença das forças militares soviéticas. Apesar da “desestalinização” proclamada por Nikita Khrushchev no XX Congresso do Partido Comunista da URSS em 1956, a política na Tchecoslováquia esteve, nas décadas seguintes, subordinada às imposições soviéticas por meio de regras, diretrizes e um controle “duro” sobre o governo no país. Qualquer tentativa de “distensão” do regime ocasionalmente proposta era entendida pela União Soviética como uma oposição intolerável e uma ameaça à “coesão” do bloco socialista.

---

70 “Soviet rulers were motivated by both concerns about national security and the legitimacy of Marxism-Leninism. In both the First and Second World Wars, and the Napoleonic Wars as well, Russia had been invaded from the west. The smaller states of central Europe could provide a buffer but they would only be reliable security allies if they were dominated by Communist regimes” (KRASNER, 1999, p. 212).

71 Aqui precisa ser notado que o Partido Comunista venceu as eleições para a Assembleia Constituinte da República da Tchecoslováquia em 1946 com mais de 43% dos votos. O poder foi definitivamente tomado pelos comunistas durante o mencionado Golpe de Fevereiro e a crise do governo foi fortemente apoiada por intensa propaganda, proclamando o crescimento do “perigo ocidental” que afetava as forças internas como visto, por exemplo, no *Rudé Právo*, o jornal oficial do Partido Comunista Tcheco (PARIZKOVA, 2013).



Foi o governo de Alexander Dubček que, em 1968, tentou realizar reformas no regime. Durante a “Primavera de Praga” (*Pražské Jaro*), as tentativas de reformas tinham o objetivo de amenizar o regime autoritário e acelerar o processo de democratização. Esta intenção não foi bem recebida ou compreendida pelo lado soviético, que enviou (após negociações malsucedidas) tropas do Pacto de Varsóvia para ocupar a Tchecoslováquia. O objetivo foi remover os “reformistas” da liderança do Estado e permitir a formação de um governo “operário e camponês”. Embora a maioria das tropas tenha deixado a Tchecoslováquia em outubro do mesmo ano, algumas permaneceram no país até 1989.

A incessante ameaça da intervenção militar soviética estava sobre a mesa juntamente com a proclamada igualdade soberana dos Estados, declarada após a revolta na Hungria em 1956. A Primavera de Praga e a subsequente intervenção militar levaram à declaração da Doutrina Brezhnev, proclamando a possibilidade de “autodeterminação” dos Estados-satélites, mas apenas no caso de suas políticas internas não entrarem em contradição com os interesses da comunidade soviética. Ao mesmo tempo, foi estabelecido o direito da URSS de intervir em qualquer país do seu bloco caso as suas forças internas demonstrassem qualquer tendência de caminhar na direção do capitalismo. Vale ainda mencionar que, em todos esses acontecimentos, o interesse das potências ocidentais na Tchecoslováquia foi, de fato, quase zero.

Assim, embora a União Soviética reconhecesse a soberania legal de seus satélites e, por meio dela, sua autonomia jurídica formal, isso não significou uma autonomia de fato. Essa autonomia amplamente reconhecida e endossada como princípio vital da soberania vestfaliana, bem como o princípio da não-intervenção incluído na Carta das Nações Unidas, estavam sendo permanentemente violadas também durante a Guerra Fria, tanto pela União Soviética quanto por outros atores internacionais. A história da Tchecoslováquia até 1989, assim, confirma plenamente a opinião de Krasner de que é improvável que os princípios de soberania estejam presentes todos num mesmo momento e que a violação desses princípios é algo muito comum no sistema internacional. Isso vale não somente para o modelo vestfaliano, mas também para a soberania doméstica e a jurídica internacional, no caso tcheco.

Em outras palavras, o Estado nacional da Tchecoslováquia, pelo menos até 1989, mal exerceu a concepção de Estado definido pelo “clássico” modelo de Vestfália. Como a região tem sempre dependido da distribuição de poder entre as grandes potências, os princípios primordiais de soberania, autonomia e independência externa sistematicamente sofreram pressão externa e todos os tipos de violações de soberania, como visto por Krasner. No âmbito

da reconstrução de democracia e espalhamento dos valores do (neo)liberalismo na região, esta tendência deveria ter supostamente desaparecido com a queda do regime soviético no país. Foram somente os acontecimentos no final da década de 1980 como descritos no capítulo anterior, que levaram a mudança maior. A tendência foi parecida em todos os países da região da ECO, mesmo que tivessem suas particularidades.<sup>72</sup>

No caso da Polônia, é necessário ter em mente que os poloneses, historicamente, tiveram e continuam tendo grande animosidade em relação aos russos (que exterminaram a sua elite militar, acadêmica etc. em 1940 numa floresta perto de Katyn, na Rússia – o chamado “Massacre de Katyn”). Então, nas decisões tomadas em Yalta e Potsdam, os poloneses foram vítimas do fato de que os americanos e os britânicos aceitaram a paz desejada por Stalin, instalando

o governo preparado em Moscou no exílio em vez do governo de Londres que os ocidentais haviam preparado. Afinal, muitos poloneses se rebelaram contra isso, mas em 1956 havia um núcleo stalinista bastante dogmático no comando do país. Assim que Gomulka chegou ao poder, as condições melhoraram e o regime se tornou um tanto mais “liberal”.

Na Hungria, em 1956, o povo se revoltou contra o regime (o “Levante Húngaro”), mas os soviéticos interviram no país com tanques. Kadar então tinha a situação sob controle, mas ele sabia muito bem que o comunismo “dogmático” não passaria ali, então os húngaros tinham o chamado “comunismo goulash”, consideravelmente liberalizado. Como resultado, eles tinham acesso a alguns meios de comunicação ocidentais, podiam manter negócios privados, ir à igreja, não precisavam ser membros do partido etc.

E depois houve os tchecoslovacos, que em 1947 rejeitaram o plano de Marshall e se juntaram à União Soviética mais ou menos voluntariamente. Dali em diante, Stalin deteve o controle total sobre o país. Especialmente na parte tcheca, até meados dos anos 50, havia um núcleo stalinista realmente forte em torno de Gottwald, Barák, Zápotocký, entre outros. Este porém, a partir da década de 1960, começou a dividir-se e grupos de interesse divergentes começaram a se formar dentro do partido. Isso também resultou na mais ou menos ingênua “Primavera de Praga”. O que queremos dizer com isso é que os comunistas leais e radicais na maior parte do partido ficaram no poder até o final da década de 1950. Dali em diante, sempre

---

72 Adicionalmente, para entender a situação na Tchecoslováquia na virada dos anos 1980 e 1990 e a diferença em relação à Polônia e à Hungria, ou seja, futuros membros do V4, é necessário retornar pelo menos ao final da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria - isto é, como os países chegaram ao comunismo em geral e como esse regime se desenvolveu neles.

houve uma parte dos comunistas comprometidos e convictos e os demais que agiram como defensores do socialismo por oportunismo, o que significa dizer que se alguma potência ocidental tomasse o poder no país, eles agiriam como defensores dos valores ocidentais.

Porém, como não foi o caso, mantiveram-se no poder e apoiaram o núcleo forte representado até o final do regime, especialmente por Husák, Jakeš ou Bilak, e nada mais admitiram. Como resultado, a resistência organizada ao regime surgiu na Polônia no início dos anos 1980 (o já citado sindicato *Solidariedade*). Na Hungria, ela se espalhou gradualmente ao longo da década de 1980, mas na Tchecoslováquia, na mesma época, ainda parecia a década de 1960, porque a mesma elite ainda estava no poder. Então, quando os regimes começaram a "entrar em colapso" no final dos anos 1980, embora não houvesse nada mais a desabar na Polônia e na Hungria e apenas fosse necessário concretizar uma transferência de poder, a Tchecoslováquia, mais atrasada nesse sentido, precisava de auxílio externo. Em qualquer caso, lembramos que foi a própria União Soviética que começou a desintegrar-se de dentro, e não o oposto.

### **2.1.2. A Revolução de Veludo no contexto dos acontecimentos na época**

O momento da quebra do regime na Tchecoslováquia é chamado de "Revolução de Veludo" devido ao seu caráter não-violento. Exceto pelos eventos de 17 de Novembro de 1989, quando os manifestantes foram atacados pela Segurança Pública, ela não foi acompanhada por violência. A primeira grande manifestação dentro da Tchecoslováquia depois de quase 20 anos ocorreu em agosto de 1988 com o objetivo de comemorar o 20º aniversário da intervenção soviética. Em Janeiro de 1989, uma demonstração comemorativa relembrando a morte de Jan Palach ocorreu em Praga. A reação do regime, de fato, resultou em pressão ainda mais elevada e no crescimento do número de demonstrações. Foi o quando a famosa Carta 77 lançou o "Několik vět" ("Várias sentenças"), em junho de 1989. Ações de protesto e manifestações, subsequentemente, continuaram com frequências diferentes até o fim do regime totalitário. Lembramos que isso foi possível graças ao relaxamento da situação no bloco soviético após a conferência em Helsinque em 1975.

A liderança do Partido Comunista da Tchecoslováquia tentou introduzir duras contramedidas, que até elevaram a pressão no interior da sociedade. Outras demonstrações ocorreram em 21 de agosto e 28 de outubro. Em novembro, a queda do Muro de Berlim e os acontecimentos na Polônia e Hungria aceleraram os desenvolvimentos na Tchecoslováquia. Outra série de manifestações ocorreram no dia 17 de novembro para comemorar o 50º

aniversário do fechamento das universidades pelos nazistas em 1939. Manifestantes foram atingidos pelas forças armadas da Segurança Pública e do Regimento Nacional do Corpo de Segurança.

A Revolução de Veludo, como um momento de quebra do regime comunista na Tchecoslováquia, é frequentemente compreendida do jeito simplificado na história tchecoslovaca. A lenda principal gira em torno dos acontecimentos do dia 17 de novembro de 1989, quando os estudantes tchecos manifestaram-se nas ruas contra o regime, tilintando suas chaves. E como consequência, o governo acabou derrubado, com o que foi posto um fim no regime comunista no país. Seria superficial contentar-se com esta simples explicação de “revolução não violenta” e não considerar o contexto mais amplo.

Primeiro, é necessário dizer que se tratou da culminação de um processo de longo prazo, que já começou pelo menos em 1968 com Primavera de Praga. A propósito, a Revolução de Veludo é chamada de revolução justamente porque todo o sistema político, econômico e social da Tchecoslováquia entrou em colapso. Como bem observou I. Krastev (2013, p. 45), as revoluções na região “foram conservadoras no verdadeiro sentido da palavra; seu objetivo era preservar o mundo como era durante a Guerra Fria no Ocidente”.

Neste sentido, é preciso lembrar-se dos acontecimentos nos países próximos, como indicado acima. Na maioria dos países do bloco comunista, as mudanças ocorreram bem antes do dia 17 de novembro. Na Polônia, um dos pioneiros do desmantelamento do regime comunista, já havia negociações entre o governo e a oposição em fevereiro do mesmo ano. O *Solidaridade* ganhou as eleições em junho e em agosto, a Polônia tinha seu primeiro-ministro não-comunista, Tadeusz Mazowiecki. Além disso o *Neues Forum* foi criado na República Democrática Alemã no dia 10 de Setembro. O próprio Muro de Berlim caiu dia 9 de novembro. A fronteira húngaro-austriaca foi aberta em agosto e em 23 de outubro foi proclamada a Terceira República Húngara pelo presidente interino Mátyás Szűrös. O secretário-geral do Partido Comunista Búlgaro, Todor Živkov, abdicou dia 10 de novembro. Só na Romênia aconteceu algo maior depois de 17 de novembro, quando foi derrubado e executado o seu presidente, Nicolae Ceausescu.

Isso corresponde à “teoria do dominó” e nessa, a Tchecoslováquia seria a penúltima peça, ou seja, a última entre os países do futuro V4. Existem várias opiniões, ou melhor, convicções sobre a natureza da mudança do poder na Tchecoslováquia. Elas variam em quatro direções. A “lenda heroica”, que conta o papel primordial dos dissidentes e dos estudantes ao

redor de novembro 1989; “teoria da conspiração”, que proclama um contrato não oficial entre as velhas e novas elites, trocando o poder pela impunidade e propriedade; causa antropológica que mostrou a incapacidade dos princípios do marxismo funcionar na sociedade da época; e, por último, uma inflexão geopolítica, com o declínio da União Soviética arrastando todos os seus satélites (KREJČÍ, 2014, p. 12–35).

A ideia dos “heróis” como vetores da mudança é muito comum (até podemos dizer prevalente), especialmente no discurso público e na sociedade tcheca em geral. Assim, teriam sido primeiramente os estudantes que ao redor de 1989 se sublevaram contra o regime e os dissidentes e outros oponentes do regime que, subsequentemente, tomaram o poder. Václav Havel, como futuro presidente, junto com J. Dienstbier e J. Ruml, entre outros, foram os maiores representantes deste segundo grupo. Vale dizer que essa imagem era muito difundida pela mídia e ainda hoje tem, por sua simplificação e idealização, prevalência na opinião pública tcheca. É verdade que os dissidentes, especialmente os representantes da velha Carta 77, tiveram muita iniciativa nas negociações de mudança para o fim do comunismo no país. Entretanto, seria muito míope julgar os acontecimentos na Tchecoslováquia somente do ponto de vista interno e superestimar o papel das elites, velhas e novas, ou estudantes. É improvável que dois partidos políticos no caso tchecoslovaco (Fórum Cívico e Público Contra Violência) e estudantes, por si sós, teriam causado toda a virada no país, isolados dos outros fatores, principalmente os externos.

Paralelamente, nem os comunistas tchecoslovacos da época estavam satisfeitos com a situação do país, embora sem proporem nenhuma iniciativa maior, diferentemente da Primavera de Praga. Ao mesmo tempo, a integridade do Partido Comunista foi por muito tempo alta e, até novembro 1989, os representantes comunistas continuavam com a mesma postura, não mostrando abertamente nenhum desejo de reformas. A única exceção, Lubomír Štrougal, fez algumas tentativas, mas em 1988 acabou removido da função de primeiro-ministro. Até o fim do regime, então, não surgiu nenhum “Gorbachev tcheco”. Ladislav Adamec, primeiro-ministro na época da Revolução de Veludo, tomou coragem para negociar com a oposição somente na semana depois de 17 de novembro 1989 (TŮMA, 2008, p. 15). Isso, obviamente, levantou questões na sociedade como: “porque agora não estamos seguindo a União Soviética”?

Assim, ficava cada vez mais óbvio que esta não mais representava, de fato, a última instância do poder no país, o que teve grandes consequências no pensamento da oposição ao regime.<sup>73</sup>

Ao mesmo tempo, havia amplas e longas discussões entre ambas as partes – os comunistas e os dissidentes. Isso tudo parece muito legítimo, já que os dissidentes foram muito populares pela sua aparência e opiniões na época. Seus atos se encaixaram muito bem nos devidos acontecimentos e eles logo retomaram a imagem de portadores das mudanças. Ao mesmo tempo, é muito importante acrescentar que na elite que se constituiu na Tchecoslováquia na época, muitos atores não eram nem dissidentes, nem novos atores na sociedade. Foram simplesmente os “velhos comunistas” que trocaram de roupa.<sup>74</sup> Dentro das discussões, esses vários grupos políticos logo tornaram-se um grupo só – a assim chamada “nova elite da Tchecoslováquia”.

No que diz respeito aos estudantes, eles sem dúvidas desempenharam seu papel nos acontecimentos ao redor de 1989. Sempre houve na Tchecoslováquia uma tradição forte de atos estudantis em certa situação conflituosa na sociedade, como se viu, por exemplo, em 1968. O papel dos estudantes nos acontecimentos do fim do comunismo, justamente, confirmou esta tradição. Mesmo que seja um grupo social com potencial de desempenhar um papel importante em situações como essas, enfatizamos, porém, que a mudança é possível somente quando ela já está sobre a mesa<sup>75</sup> (KREJČÍ 2014, p. 13); e quando tem o apoio do governo ou, pelo menos, da oposição.

---

73 Ao mesmo tempo, vale dizer que com o enfraquecimento da influência soviética (que ocorreu devido ao enfraquecimento da URSS em si), estavam enfraquecendo-se também os meios de manutenção do regime. Ou seja, as repressões, a cooperação muito estrita com a governança soviética, não abrir espaço para o funcionamento de qualquer grupo social paralelo ao poder – políticos, econômicos, culturas ou da ciência, isolamento do Oeste, e importante, o controle das instituições de massa – por exemplo de mídia. Em suma, a estratégia do governo da época foi não reformar, não liberar, não arriscar, mas manter as pessoas num nível de vida mais ou menos sustentável (e especialmente a classe trabalhadora).

74 Por exemplo Miroslav Grebeníček, que ingressou no Partido Comunista em 1975. Em 1990, ele foi eleito para o Partido Comunista e tem sido um político ativo desde então. Outro, Zdeněk Hoření, foi editor-chefe de longa data da *Rudé Právo*. Ele foi ativo desde a década de 1970 até 1990. Um exemplo típico seria Vasil Mohorita. Ele começou na política nos anos 70 e tinha muito poder no período pós-revolução. Um exemplo perfeito de comunista que usou o *know-how* e "democratizou-se" no momento certo. Ladislav Adamec foi um caso semelhante ao de Mohorita. Ele nunca se destacou e mesmo que estivesse envolvido na política desde os anos 1950, também atuou durante a revolução e depois dela. Alexander Dubček, embora fosse comunista, ficou na varanda ao lado de Václav Havel durante a revolução e foi até considerado o candidato pelo presidente. E Miroslav Toman, um outro comunista muito proeminente, ex-ministro da agricultura e amigo de Miloš Zeman, ministro da agricultura do governo anterior de Miroslav Toman. Foi assim que ele conseguiu manter o poder com sucesso após a revolução.

75 Como mostrou a própria experiência, por exemplo, nos anos 1960 na França, ou nos anos 1980 em Kwangj ou Peking.

Outra teoria sobre a Revolução de Veludo aponta para uma conspiração sobre o papel dos serviços de inteligência na mudança (especialmente o *StB* – Segurança do Estado, um órgão comunista). Dentro desta teoria, havia um cenário bem preparado para todos os acontecimentos. Esta teoria veio de Comissão de Inquérito para esclarecimento de fatos de 17 de Novembro 1989 (*Vyšetřovací komise pro objasnění události*) sob o Parlamento tchecoslovaco. A comissão, entre outras descobertas, acrescentou que “A escuta telefônica de Jan Urban<sup>76</sup> revelou que pelo menos 100.000 pessoas precisavam ser levadas às ruas” (ŽÁČEK, 2013, p. 419).

Segundo as informações da Inteligência da Tchecoslováquia:

De acordo com a avaliação atual do Departamento de Estado dos EUA, as formas existentes de atividade de estruturas ilegais na República Socialista da Tchecoslováquia são ineficazes. Os grupos de oposição não têm um programa realista, convincente e impressionante que equilibraria o fato de que esses grupos não têm uma personalidade que desperte respeito do público. Segundo a avaliação americana, ninguém tem essas características em estruturas ilegais. Portanto, a Embaixada dos Estados Unidos em Praga foi incumbida de encontrar tal personalidade entre os políticos do Partido Comunista (ŠTĚPÁN, HOLEC, 2013, p. 241.).

Ao mesmo tempo, o ex-comunista Štrougal escreveu nos seus anais que, durante o dia 17 de Novembro, os líderes do Partido Comunista foram assegurados pelo Ministério do Interior de que “tudo ocorreria em paz”, e então a maioria deles saiu de Praga. Entre outros, ele cita o caso do secretário do Escritório Central, Jan Fojtík, que voltou de avião de Moscou na noite de 17 de Novembro e foi assegurado por um funcionário do Ministro do Interior de que tudo estava bem e poderia seguir em frente para sua casa de campo. Štrougal lembra que:

No Comitê Central do Partido Comunista, Fojtík era o responsável pela mídia de massa, e assim teve uma oportunidade excepcional para intervir imediatamente numa campanha de desinformação sobre a suposta morte de um estudante e enfrentar esta 'bomba política' nas primeiras horas. Não esqueçamos que naquela época todo diretor de televisão, rádio e todo editor-chefe obedecia à ordem. A presunção de que essa era a intenção é muito forte: que ninguém da liderança do partido estivesse disponível em Praga no momento da notícia da morte do estudante para enfrentar a tempo, imediatamente, a propagação da histeria da mídia deliberadamente organizada. Essa provocação teve o valor insubstituível de acender a resistência em massa contra o regime (ŠTROUGAL, 2011, p. 149–150).

A liderança do partido reuniu-se na tarde de domingo e o governo, na segunda-feira. A desinformação sobre a morte do estudante espalhava-se, portanto, por três ou quatro dias sem que ninguém a negasse (*idem*, p. 150).

Adicionalmente:

---

76 Também dissidente e signatário de Charta 77.



Em 4 de Novembro de 1989, Michael Steiner<sup>77</sup> organizou uma noite social em seu local de residência para alguns jornalistas da Alemanha Ocidental credenciados na República Socialista da Tchecoslováquia. Durante o evento, Petrhan Lehmann, um correspondente alemão credenciado da revista Stern, afirmou que recebeu uma instrução de sua sede para estender seu credenciamento na Tchecoslováquia por mais uma semana. Seus editores lhe disseram que um correspondente da Stern em Moscou havia aprendido informações interessantes com um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da URSS. O referido porta-voz Gerasimov deveria dizer ao jornalista que algo levará as pessoas às ruas de Praga nesta semana (ŠTĚPÁN, HOLEC, 2013, p. 240).

Mesmo que não procuremos superestimar as teorias de conspiração, as visões acima nos oferecem uma visão mais detalhada sobre as relações da época, junto com o papel da mídia e seu potencial de ser usado como instrumento de poder. Outra coisa inegável e que aparece de novo aqui é a influência externa nos demais acontecimentos.

A versão da explicação antropológica merece atenção, pois fala do fracasso do marxismo. A lacuna entre os ideais e a realidade, ou seja, a suposta natureza do homem coletivo vivendo para a sua sociedade, é sem dúvidas uma ideia nobre, no entanto, corresponde pouco com a natureza do homem vivendo na sociedade europeia da época. Os que defendem esta teoria afirmam que mudar a natureza do homem para fins deste ideal não seria questão de alguns anos, nem algumas décadas. Seria um processo muito mais longo, levando séculos. A ideia de sociedade igualitária é muito boa até o ponto em que as elites têm que ter os mesmos direitos e a mesma qualidade da vida que o resto da sociedade. Aqui, a *nomenklatura* (a elite burocrática dos países socialistas) na Tchecoslováquia sempre teve seus privilégios. E os políticos que lutaram contra isso como, por exemplo, Ladislav Adamec, não foram populares no Partido Comunista. Isso está muito ligado à cultura política da elite tcheca, que será explorada no final deste capítulo.

Passamos, por último, para a teoria da causa geopolítica, que é ao mesmo tempo a mais próxima ao tema central da nossa tese. No final dos anos 1980, ficou claro que o socialismo burocrático em todos os países do bloco soviético precisava de reformas. E como já vimos, foram as próprias reformas do regime que mudaram a natureza do sistema em si. Seja como for, é difícil imaginar que o regime comunista sobreviveria na Tchecoslováquia enquanto caísse em todos os Estados ao seu redor. Estima-se que, se a Tchecoslováquia fosse uma pequena “ilha” socialista, ela duraria, sem pressões externas – somente com seus problemas sociais internos – mais cinco anos (KREJČÍ, 2014, p. 28). Todavia, imaginar que não havia essas pressões

---

77 Diplomata alemão que servia na época na Tchecoslováquia.

externas é, nas devidas condições geopolíticas e no contexto global como já apresentado, impossível.

Os desequilíbrios na URSS foram cada vez mais visíveis para fora, mas também em todos os países do bloco soviético. Na situação de pouca integridade vinda da URSS, mas o suficiente para saber que as mudanças estavam por vir, a elite tcheca teve que reagir de alguma forma. Isso não foi uma tarefa fácil, já que os políticos na Tchecoslováquia foram acostumados a seguir os comandos do Kremlin e a suposta elite era pouco coesa. Ela nem foi de fato formada. Como consequência, a mudança do poder no país foi mais um processo de espera, junto com jogo atrás da cortina por aqueles que conseguiram melhor prever o que estava por vir. Havia também opiniões de que os “heróis” da época salvaram a Tchecoslováquia da invasão soviética depois que suas tropas se retiraram de Berlim e Varsóvia.<sup>78</sup> Mas se alguém abdica nos países na parte mais importante militarmente e economicamente no norte da Europa central, porque ainda gastaria forças num país pequeno e bem menos importante em todos os sentidos?

Neste contexto queremos acrescentar que se esperava que os países do bloco iam ganhar mais cedo ou mais tarde a sua independência. No entanto, ninguém esperava que seria a própria União Soviética a explodir primeiro e começar as reformas. É verdade que uma das características fundamentais da Revolução de Veludo é que a oposição exigia o diálogo e como consequência ganhou diretamente o poder. Este poder foi então na época facilmente acessível, bastou orientar-se bem, adaptar-se rápido à nova situação e ser visível e gritante. A mesma coisa aconteceu no campo econômico, o que será tratado mais adiante. Isso tudo aponta para o fato que nos acontecimentos de 1989, a luta não foi sobre a manutenção do socialismo. Ela se desenrolou em torno de como dissolvê-lo no país e quem ia ganhar o poder com isso. As elites presentes na sociedade tchecoslovaca beneficiaram-se do que estava por acontecer ao redor de 1989, foi mais uma corrida por poder e quem ia conseguir mais.<sup>79</sup>

Agora, vamos imaginar o *status quo* de 1990, quando havia as personalidades dissidentes, os signatários de *Charta 77* como núcleo de oposição (Havel, Ruml, Dienstbier, etc.), mas também havia uma multidão de pessoas poderosas que, basicamente, não se

---

78 A idéia de que o Kremlin mandasse tropas para defender o regime em Praga depois de tirá-los de Varsóvia e de Berlim parece pouco provável. Havia rumores que Gorbachev pretendia tirar as tropas do território tchecoslovaco já desde 1986, mas não o fez porque queria isso em troca de algo com os EUA, o que até 1989 não conseguiu por causa da rapidez dos eventos (KREJČÍ, 2014, p. 32).

79 Aqui, no que diz respeito às fontes primárias, os transcritos das negociações do governo com a oposição disponíveis são plenas e autênticas. No entanto, uma boa parte dos transcritos das negociações importantes falta ou foi destruída.

importavam qual era a sua postura política ou lealdade enquanto estavam no poder. Eles foram frequentemente os grandes defensores do regime anterior, enquanto este existiu. Quando caiu, eles não queriam nem podiam simplesmente desaparecer do campo político, mas precisavam ser recolocados em algum lugar na esfera pública. No entanto, para que isso funcionasse, algumas seções controversas de seu passado tiveram que ser mantidas em segredo. A vantagem é que eles tinham muitos anos de experiência com isso. Essas pessoas tiveram que obscurecer e mudar a história das suas carreiras políticas. Isso é evidenciado pelo próprio estado do KSČM em 1990, quando o chamado “socialismo democrático” tornou-se um novo projeto central do pensamento comunista. No entanto, além disso não mudou muito.

Para concluir esta parte, devido ao esgotamento da doutrina socialista e da União Soviética em si, junto com crescente poder dos EUA, ocorreu na Tchecoslováquia algo que é até hoje considerado um *breaking point* do desenvolvimento no país. Este foi, como evidenciado, pelo menos impulsionado externamente, e parece que o evento não ocorreu tão espontaneamente como afirma a lendária narrativa oficial. Ao mesmo tempo, consideramos todas as teorias mencionadas acima relevantes, ou melhor, interconectadas, onde uma não exclui a outra. Ao mesmo tempo, afirmamos que mesmo que a Revolução de Veludo seja amplamente glorificada na sociedade tcheca, no contexto da nossa tese a consideramos mais um evento que impulsionou mudanças que, considerando-se o contexto global, possivelmente teriam ocorrido, mais cedo ou mais tarde, de qualquer forma. O que importava dentro do país, em todo caso, foi quem ganharia o acesso ao poder. Será questão relevante para a análise posterior o quão importante foi o discurso em favor aos valores ocidentais e como ele ocorreu no país. Talvez isso ajude melhor entender a dinâmica das forças mencionadas acima na Revolução.

## **2.2. Re–estabelecimento político**

No conjunto “transformação do sistema tcheco” ao redor de 1989, a transformação política foi o mais complexo de todos os processos. Do ponto de vista da ciência política, consideraríamos a transformação somente a época entre 1989 e 1991, com as decisões concretas tomadas como reação ao desdobramento do sistema de partido único – o comunista. Na visão mais ampla, geopolítica, podemos considerar a transformação política do Estado tcheco em andamento até a entrada à União Europeia, ou até como ainda não concluída. No caso da transformação da República Tcheca, tratou-se do ponto de vista conceitual principalmente de uma mudança de um regime não democrático para um liberal–democrático, associado

à liberalização política e econômica e uma mudança fundamental na orientação da política externa, onde a “preferência” por Moscou foi substituída pelos esforços de adesão às estruturas euro-atlânticas. Um ponto marcante foi também a divisão da Tchecoslováquia em 1993. Analisaremos todos esses processos mais adiante em detalhes.

### 2.2.1. Democratização do país e as mudanças no sistema político

Um dos resultados mais importantes de mudanças políticas entre 1989 e 1991 foi o estabelecimento da democracia liberal parlamentar. Isso significou ganhar a possibilidade de organizar eleições livres e estabelecer parlamentos e governos legítimos, tão como vistos pelas teorias liberais prevalecentes no mundo ocidental.<sup>80</sup> Vale dizer que alguns dos países da Europa Oriental não tinham nenhuma experiência anterior com a democracia liberal parlamentar. A Tchecoslováquia foi desde 1918 uma República parlamentar com presidente eleito pelo Parlamento.<sup>81</sup> A base do sistema político pós-comunista formou-se entre 1989 e 1992 e assim, com algumas alterações, tem funcionado até hoje. A tarefa principal para a elite política foi, no final dos anos 1980, vencer o comunismo e substituir o regime totalitário pela democracia liberal e pelos valores do liberalismo. Os objetivos ficaram claros, a questão central foi como fazê-lo.

Neste contexto, houve já na segunda metade da década de 1980 uma luta pelo poder dentro do Partido Comunista, ao final da qual Miloš Jakeš substituiu Gustav Husák no papel de Secretário-Geral do Comitê Central (a posição mais importante do Estado socialista tchecoslovaco). Naquela época, surgia na sociedade um grande aumento das petições contra o regime: o *samizdat* de obras e informações divulgadas entre a população, iniciativas cívicas e, sobretudo, manifestações como descritas acima. No entanto, nessas disputas, não surgiu nada como uma ala reformista para responder a essas tendências e se tornar portadora das mudanças. Esse papel, subsequentemente, desempenhou o grupo em torno de V. Havel e seu Fórum Cívico (*Občanské Fórum – OF*), que tomaram o poder nos primeiros dias após a Revolução.<sup>82</sup>

A propósito, durante a sua visita a Moscou em Fevereiro de 1990, o recém-eleito presidente Havel assegurou a Gorbachev que a Tchecoslováquia não voltaria ao capitalismo e não perseguiria os comunistas. Embora os comunistas não tenham, de fato sido perseguidos, o partido foi empurrado para uma espécie de quarentena política e isolamento (KŘEN, 2019,

---

80 Tratado por autores como Stuart Mill, por exemplo.

81 Isso recentemente mudou e o presidente é eleito diretamente pelo povo.

82 O parceiro do OF na parte eslovaca foi paralelamente o *VPN – Veřejnost proti násilí*.

p. 83–84). No que diz respeito às visitas estrangeiras de Havel na época, elas ganharam uma enorme reputação no mundo para a Tchecoslováquia, mas havia um grande erro. A primeira não levou à Eslováquia, que afetou consideravelmente os eslovacos, igualmente como outras tendências centralistas. A subestimação desse aspecto fez com que os eslovacos tivessem tendências separatistas ainda mais significativas, como visto logo depois.

As negociações sobre o poder depois da Revolução assim permitiram, entre outras coisas, a sobrevivência do Partido Comunista e, em parte, a adesão dos antigos partidos ao novo sistema. A transferência de poder na Tchecoslováquia não foi acordada pelo Partido Comunista, mas por um acordo de gabinete. O poder passou temporariamente para os representantes do principal grupo de oposição – o OF, cujo governo foi, em 1990, confirmado nas eleições. Da mesma forma que no governo federal,<sup>83</sup> o governo eslovaco de maioria não comunista, com o presidente comunista Milan Čičo, foi formado em 12 de Dezembro. Em Fevereiro de 1990 foi, do mesmo jeito, formado o governo tcheco com o presidente Petr Pithart. Todos os três governos provisórios foram laboriosos e, em condições ainda instáveis, passíveis de improvisação.

Depois que a oposição assumiu o controle da esfera executiva, a esfera legislativa, ou seja, o parlamento comunista, o seguiu. Aqui foi escolhido um método revolucionário, semelhante ao de fevereiro de 1948, embora com efeito diametralmente contrário. Como aconteceu em 1948, os maiores representantes de período de normalização foram afastados do cargo sob a nova lei e sob pressão de massa (KŘEN, 2019, p. 85). A transformação da legislação foi muito rápida, a fim de alcançar os avanços já realizados pelos demais países da região. Um dos aspectos mais visíveis foi que as mudanças no campo legislativo foram uma corrida pelas leis ocidentais, como veremos adiante.

As primeiras eleições após a Revolução de Veludo em 1990 e seus resultados influenciaram radicalmente a formação do sistema político, especialmente do sistema partidário. Desde este momento, ficou claro que seriam as forças conservadoras que dominariam o campo político nos próximos tempos. Havia um consenso de que a democracia liberal era uma “regra principal” do jogo e que todos a seguiriam, com exceção da ala extrema do KSČM (novo partido comunista) e dos grupos monarquistas marginais. Por outro lado, a disputa entre partidários do antigo regime e os anticomunistas persistiu, principalmente nos

---

<sup>83</sup> Do mesmo jeito como o acordo com o novo presidente do SNR Rudolf Schuster, um comunista que acabou de sair do partido.

momentos em que os partidos conservadores usavam argumentos contundentes na campanha eleitoral).

Logo nos dois anos seguintes, começaram a se moldar e estabelecer os partidos políticos, seus interesses e relacionamentos. Isso se deu logo depois da Revolução de Veludo, pois a instituição de partidos específicos não foi importante em certos acontecimentos. Ao mesmo tempo, os interesses particulares dos partidos, na maioria das vezes, não surgiram das demandas da sociedade com visão de longo prazo, mas foram formulados por próprios políticos dependendo das circunstâncias (e das suas preferências). Outros dois partidos já estabelecidos anteriormente, os Moravianistas<sup>84</sup> (*Hnutí za samosprávnou demokracii – Společnost pro Moravu – HSD–SMS*) e a União Democrata Cristã (*Křestansko–Demokratická Unie – Československá Strana Lidová – KDU–ČSL*), também foram, depois das primeiras eleições, representados na coalizão governamental. O Partido Comunista da Tchecoslováquia foi removido do governo e foi o único partido de oposição nos parlamentos federal e nacionais.<sup>85</sup>

Desde o começo da criação de um novo sistema político, havia três maiores frações – a conservadora, a liberal e a social–democrática. Dentro da principal força política, o Fórum Cívico, cedo começaram as disputas entre o ramo “político” do partido e a ala antipartidária. Eles culminaram na desintegração do OF e na criação de um novo partido liberal–conservador e de extrema direita Partido Cívico Democrata (*Občanská Demokratická Strana – ODS*) e outro liberal centrista chamado Movimento Cívico (*Občanské hnutí – OH*). Os dois últimos, junto com a Aliança Cívica Democrática (*Občanská demokratická aliance – ODA*), continuaram focando-se mais na direita ou no meio do espectro político.

O ODS venceu as eleições em 1992 e criou uma coalizão com o Partido Democrata Cristão (*Křestanskodemokratická strana – KDS*), fundado em 1990, com mais de 30% dos votos (VOLBY.CZ, 2022). Assim, foi formado o primeiro governo de Václav Klaus, o líder do ODS, um economista de perfil liberal, conservador nos costumes e futuro presidente do Estado tcheco.<sup>86</sup> O governo avançou no processo de transformação, como visto mais adiante, e também participou da divisão da República Socialista da Tchecoslováquia. Este governo foi acompanhado por pequenas divergências sobre problemas específicos (restituição da Igreja,

---

<sup>84</sup> Morávia é uma das três regiões principais da República tcheca: Boêmia, Morávia e Silésia.

<sup>85</sup> Até a divisão da República Socialista da Tchecoslováquia, os governos federal e nacional e os parlamentos existiam independentemente uns dos outros.

<sup>86</sup> Consistindo do ODS, ODA, KDU–ČSL e KDS.

a questão da reforma da administração pública, o estabelecimento da câmara alta do Parlamento).

Nas mesmas eleições, a aliança da esquerda obteve 14% dos votos, o que não foi pouco naquelas circunstâncias (idem). O Partido Social–Democrata Tcheco (*Česká strana sociálně demokratická – ČSSD*) começou a se tornar o principal partido daquele campo. Os “esquerdistas” no OF como Miloš Zeman, presidente tcheco cujo segundo turno acabou em Março de 2023, saíram do partido para o ČSSD e este logo se tornou o único partido de esquerda relevante além do Partido Comunista. Ele constituiu o contrapeso ao ODS. Já o KDU–ČSL se moveu ligeiramente para a direita para que pudesse desempenhar um papel de língua na balança entre o ODS e o ČSSD e, possivelmente, entrar no governo com os dois lados.

Vemos, neste contexto, que o sistema partidário moveu-se com sucesso para um sistema plural. Isso tudo pode parecer um processo suave, no entanto, foi uma mudança radical, já que nos 40 anos anteriores havia um só partido relevante no sistema. O período até 1996 foi fortemente influenciado pela transformação da sociedade e, principalmente, pela transformação econômica. Muitas leis essenciais foram adotadas no que diz respeito à política habitacional, partidos políticos, o funcionamento do setor sem fins lucrativos etc. (CABADA, 2005, p. 124). Em todo esse processo, dois partidos estabeleceram-se gradualmente como partidos “*catch-all*”, isto é, ODS e ČSSD, que se revezavam no poder mais do que até 2004.

As próximas eleições parlamentares, em 1996, ocorreram no começo de uma crise econômica e política do país. O resultado trouxe uma situação difícil para estabelecer qual coalizão assumiria o governo. A ČSSD obteve maior preferência do eleitorado e os partidos governantes até 1996 não tinham bastante votos para formar uma nova coalizão. Depois de muitas negociações, a mesma coalizão anterior assumiu o governo. Neste caso, no entanto, a posição do ODS era mais fraca que antes e o governo constituía praticamente uma minoria. Essa coalizão era muito instável e com diversos desacordos entre os seus parceiros.

Os problemas econômicos do Estado, conforme descritos em detalhes mais adiante, aprofundaram as discrepâncias não só no governo, mas também dentro da própria ODS. Václav Klaus, no âmbito do fim do seu primeiro mandato como primeiro–ministro, perdeu a sua credibilidade por vários motivos.<sup>87</sup> O KDU–ČSL respondeu a estes problemas se retirando da coalizão. Embora Klaus tenha sido confirmado pelo partido como seu presidente, o governo

---

<sup>87</sup> Ele foi bem criticado por seus colegas do partido e, além de tudo, foi acusado pela corrupção quando não soube explicar as contribuições financeiras de pessoas inexistentes (Lajos Bács e Radjiv M. Sinha). Assim foi que seus colegas de ODS, Jan Ruml e Ivan Pilip, o convidaram a renunciar durante sua ausência.



caiu e um governo semioficial foi formado, consistindo principalmente de não-partidários e representantes do KDU–ČSL, da União da Liberdade (*Unie Svobody – US*) e da ODA (no qual, no entanto, a situação acabou se mostrando ainda pior do que na ODS). Václav Klaus demitiu-se em 1997 e, assim, tinha que ser formado um novo governo.

O presidente Václav Havel, terminando na época o seu primeiro mandato como presidente, criticou muito esta situação. Ele proclamou que a transformação parou no meio caminho e que se tornou um caos pós-comunista (PRAŽSKÝ HRAD, 1997). Neste período turbulento da política interna tcheca, Václav Klaus conseguiu defender seu posto de primeiro-ministro. O governo dele, no entanto, caiu no final de 1997 devido a um escândalo do financiamento do seu partido. Paralelamente, uma parte dos representantes do ODS saiu do partido e formou o mencionado União da Liberdade. V. Havel confiou a formação do governo ao chefe do KDU–ČSL Josef Lux, que o formou duas semanas antes da eleição presidencial. Nesta eleição, V. Havel ganhou novamente, apesar dessa situação muito caótica na política e na economia e sua complicada situação de saúde e pessoal (ČESKÁ TISKOVÁ KANCELÁŘ, 2003).

Antes das eleições extraordinárias em 1998, o partido mais forte era o ČSSD que também, subsequentemente, ganhou esta eleição com 32% dos votos. O segundo foi, superando as expectativas, o ODS, e o terceiro o KSCM, com 11% dos votos (VOLBY.CZ, 2021). Lembramos aqui a tendência geral da ascensão de governos social-democratas na Europa na segunda metade da década de 1990. Devido à difícil situação ligada à impossibilidade de montar uma coalizão com os comunistas e a relutância do US em aderir à coalizão com o ČSSD, ocorreu novamente uma dificuldade em formar um governo. Como resultado, o assim chamado e famoso “Acordo de Oposição” foi assinado. Foi um acordo de tolerância do governo minoritário social-democrata de Zeman, em troca da concessão de benefícios ao ODS (que assim ganhou o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados e presidentes de comissões da Câmara dos Deputados, conseguiu a reforma do sistema constitucional e a reforma do sistema eleitoral, entre outros).

O Acordo de Oposição agitou a sociedade em vários níveis. Ele foi amplamente criticado por partidos menores, pelo presidente Havel e por grande parte da sociedade civil. Apesar das críticas e da sua controvérsia, porém, o acordo conseguiu funcionar. Em resposta à impopularidade do Acordo, a chamada Coalizão de Quatro (KDU–ČSL, EUA, ODA, União Democrática) foi formada. Ela foi criada com o objetivo de impedir os partidos do Acordo de

Oposição de ganhar a maioria no Senado e de promover seus candidatos nas eleições em 2002. Entretanto, depois de bons resultados nas eleições para o Senado e eleições regionais, havia problemas internos que culminaram na desintegração gradual desta coalizão. Fato interessante nas eleições de 2002 é que todos os partidos relevantes ganharam participação de alguma forma, o que aponta para a relativa estabilidade do sistema partidário.

Ao mesmo tempo, várias iniciativas cívicas apareceram na sociedade na virada do século como, por exemplo, *Impuls 99*. Este foi um documento elaborado por alguns cientistas sociais cujo objetivo foi propagar o ideal da integração europeia e a sociedade civil. Um dos seus patrocinadores e ativistas, no papel de administrador, foi o político Martin Jan Stránský, descendente da família famosa de políticos e jornalistas Stránský, que nasceu nos Estados Unidos, onde também trabalhou em bases acadêmicas. Outra iniciativa foi “Děkujeme, odejděte”, dos estudantes (sob liderança dos jornalistas) contra os políticos de Acordo de Oposição. Ela causou uma onda de ações parecidas, entre as quais a assim chamada “crise da televisão” (um acontecimento muito controverso na televisão pública tcheca) causou mais turbulências, quando ganhou o apoio do governo da época.

Nas mencionadas eleições de 2002, o CSSD conseguiu vencer novamente, distanciando-se do Acordo de Oposição e substituindo o primeiro-ministro Miloš Zeman por Vladimír Špidla. Este governo foi um pouco menos criticado e turbulento, no entanto, já havia naquela conjuntura uma tese mais forte e unificadora: a adesão à UE e a aprovação de regulamentos harmonizadores, que não se encaixaram no “turbilhão” legislativo do governo anterior. Depois de ingressar na UE em 2004, aquele governo gradualmente deixou de existir e a maioria das leis foi aprovada pelo CSSD e pelo KSCM. Ao mesmo tempo, o primeiro-ministro também mudou duas vezes. Primeiro, Špidla foi substituído por Stanislav Gross após as eleições europeias malsucedidas para o CSSD; em seguida, Jiří Paroubek o substituiu após seus problemas com corrupção.

Em suma, a política interna desde 1993 até o período de adesão à UE passou por várias crises e turbulências. Mostrava-se a imaturidade do sistema político e da cultura política, no entanto, nenhuma das crises causou uma crise integral que ameaçaria o sistema em si. O sistema partidário estabeleceu-se rápido, balançando sempre entre direita e esquerda. Apesar das discrepâncias, porém, não pode se dizer que o país estava dividido internamente como presumido pela teoria de *Shatterbelts*, ou seja, pelo menos a parte central do *Shatterbelt* da Europa Oriental. Mesmo as crises de 1996, 1997–1998 foram resolvidas dentro dos limites

constitucionais e dos mecanismos disponíveis, ainda que a Constituição em si tivesse algumas lacunas – óbvio, porque foi preciso estabelecer novas leis em condições totalmente diferentes e desconhecidas. Muito interessante, por sua vez, se revelou a posição do KSCM, que parecia que seria muito enfraquecida, mas manteve naquela época um apoio popular estável.

### **2.2.2. A separação dos tchecos e eslovacos**

Vamos ainda entrar brevemente, no contexto do nosso tema, na questão da dissolução da República Federativa da Tchecoslováquia em 1993. Na maior parte do século XX, os tchecos e os eslovacos formaram um Estado só. Fato, porém, é que as relações entre essas duas nações nunca foram simples. A “Separação de Veludo”, como se costuma dizer, entre tchecos e eslovacos, estava colocada sobre a mesa já desde anos 1980. No entanto, suas raízes remontam à Segunda Guerra Mundial, durante a qual os eslovacos liderados por Tiso aliaram-se aos nazistas, dando as costas aos tchecos e colaborando com os ocupantes. Com efeito, muitos tchecos nunca os perdoaram por isso (uma injustiça semelhante à de Munique). Ao mesmo tempo, deve-se notar que os tchecos não têm uma história comum com os eslovacos. Eles se juntaram por ocasião da criação da Tchecoslováquia em 1918 (até então, os eslovacos viviam sob o domínio dos húngaros). Portanto, embora eles se misturassem muito com os tchecos, especialmente na Morávia Oriental, não podemos dizer que formassem qualquer tipo de comunidade durante séculos. A mentalidade diferente dos tchecos e eslovacos, de fato, foi vista tanto na Segunda Guerra Mundial quanto após a queda do regime (BITTMAN, 1992).

Dadas as relações ambíguas entre essas duas nações, no fim da década de 1980 ficou muito claro que teria que ser redefinida, também, a configuração dentro da federação dos tchecos e eslovacos, ainda mais com dois polos que emergiram no campo político – Fórum Cívico e o Público Contra Violência. Muitos autores consideram a federalização da Tchecoslováquia malsucedida. Ao mesmo tempo vale dizer, que sempre houve uma tendência nacionalista na Eslováquia. Na República Tcheca, por outro lado, a federação costumava ser confundida com o Estado-nação. Foram os eslovacos (e Mečiar, em particular) que iniciaram a separação, a qual a parte tcheca aceitou, mesmo que não tenha sido a sua preferência.

Dentro das negociações como a transformação ia se desenrolar, os tchecos preferiam a transformação do nível federal ao nível das repúblicas. No caso da parte eslovaca foi o oposto. A solução das relações tcheco-eslovacas se transformou em uma interminável maratona de reuniões de gabinete cheias de tramas e disputas, embora nunca tenham escapado do controle a ponto de romper, fundamentalmente, a continuidade do governo. Na opinião pública, este

problema se tornou cada vez mais entrelaçado com uma transformação econômica sobre a qual diferentes partes continuaram a ter ideias diferentes.<sup>88</sup> No que diz respeito ao Estado comum, as pesquisas descobriram que ”a maioria dos cidadãos nas terras tchecas e na Eslováquia não desejaria a divisão do Estado de origem”<sup>89</sup> (KOVÁČ, 1998, p. 322). Havia também centenas de milhares de assinaturas em uma petição pela manutenção de um Estado comum.

Além de diferentes visões e interesses, os representantes de ambas as partes conseguiram encontrar um caminho de “veludo”. A Tchecoslováquia desintegrou-se pacificamente em 1 de Janeiro de 1993<sup>90</sup> em dois novos Estados-nações na Europa: a República Tcheca e a República Eslovaca.<sup>91</sup> A divisão foi uma continuação da Revolução de Veludo e procedeu de um acordo firmado entre ambos os Estados (ao contrário, por exemplo, da desagregação da Iugoslávia numa sangrenta guerra civil; ou do desmoronamento da URSS). Na Tchecoslováquia, ao contrário, não houve colapso de nenhum desses dois Estados. As competências individuais foram transferidas para os Estados nacionais e a cooperação econômica foi resolvida pela União Econômica e Aduaneira Comum. Os países não tiveram problemas com o reconhecimento internacional de sua nova existência (KOPA, 2007), o que foi dado também pelo caráter não conflituoso da separação.

Com efeito, a separação tinha sua dimensão global, mesmo que tenha acontecido sem chamar muita atenção. Vale dizer que os líderes ocidentais não viram exatamente motivos para a separação, no entanto, aprovaram os seus métodos pacíficos. A União Europeia e OTAN, para convidar os países da região instável da Europa Centro-Oriental, desejavam ver certa estabilidade. Portanto, estavam assistindo cautelosamente a evolução das relações entre esses dois Estados e a dinâmica da sua separação. Para os fins de envolvimento futuro nas estruturas ocidentais, a separação pacífica foi melhor do que qualquer tipo de conflito. Isso constituiu uma vantagem estratégica dos países frente aos agentes ocidentais no futuro (ao contrário dos outros casos, como, por exemplo, a Iugoslávia) (KREJČÍ, 2005, s. 401).

Mesmo assim, havia certo desapontamento da transformação para os atores externos, o que para eles aumentou o cuidado com toda a região. Como Petr Pithart, o primeiro-ministro

---

88 De acordo com pesquisas de opinião, 45% dos tchecos consideraram a reforma econômica implementada e o início da privatização ”bastante boas”, enquanto entre os eslovacos, apenas pouco mais de 15% foram da mesma opinião (BÚTORA, BÚTOROVÁ, 2003, p. 82).

89 Traduzido pela autora desta tese.

90 Pelo Ato Constitucional N ° 542/1992 Coll. sobre o desaparecimento da República Federativa Tcheca e Eslovaca, aprovado pela Assembleia Federal em 25 de Novembro de 1992.

91 Isso aconteceu após as segundas eleições livres, quando o Movimento Nacionalista para a Eslováquia Democrática e o “pragmático” Partido Democrático Cívico na República Tcheca venceram.

tcheco da época, mencionou que “A Europa Central, como a soma de Estados etnicamente puros, é uma contradição *in adjecto*. E a divisão da Tchecoslováquia deu uma contribuição poderosa para tal pureza”<sup>92</sup> (PITHART, 1997). Neste contexto da nossa dimensão geopolítica, chamamos atenção para o fato de que a desintegração da Tchecoslováquia, Estado já pequeno e economicamente e militarmente fraco, criou dois Estados ainda menores, supostamente soberanos, democráticos e internacionalmente reconhecidos. Consideramos isso um claro enfraquecimento da região frente dos desafios globais.

Vale dizer que a sociedade tchecoslovaca estava, na ocasião, tão focada em si mesma e nos seus problemas que prestou pouca atenção à opinião pública estrangeira, que no interesse da estabilidade e da autoridade internacional desejava preservar a Tchecoslováquia. Ao mesmo tempo, as autoridades tchecoslovacas ignoraram os sinais geopolíticos de alerta, como o fato de que no caso da Tchecoslováquia aconteceria a divisão de um Estado-nação em dois, ao passo que na vizinha Alemanha, ocorria o contrário, a fusão de dois Estados-nação em um (ou, dependendo do ponto de vista, a anexação da Alemanha Oriental pela Ocidental). Como resultado, enquanto a Alemanha se uniu e se fortaleceu, a pequena República Tcheca enfraqueceu. Os tchecos logo perceberam isso, mas isso não mudou a situação.

A separação causou o declínio um mercado doméstico de mais que dois terços para Eslováquia e quase um terço para República tcheca, continuando com a dependência das importações das matérias primas estratégicas como petróleo e gás muito alta (UŠIAK, 2018a). Em 1993, a República tcheca tinha 10.302.215 de habitantes (14° na Europa), com somente algumas dezenas de milhares de integrantes de outras nacionalidades além dos eslovacos (315 mil eslovacos, 59 mil poloneses e 49 mil dos alemães – a maior parte destes foram expulsos do país após a Segunda Guerra Mundial –, 19 mil húngaros, 32 mil ucranianos e 5 mil russos). O país tinha 78.864 quilômetros quadrados (21° na Europa), um PNB de 569 bilhões de coroas tchecas em 1991 (cuja cotação média em 1993 era de 28,91 coroas para um dólar). No comércio internacional, as importações foram 208.781 milhões de coroas em 1991 e exportações 233.594 milhões de coroas em 1991 (KREJČÍ, 1993, p. 8–9).

Neste sentido, a proporção da Eslováquia no comércio exterior tcheco foi, em 1993, de 18,9% e já em 2001 de apenas 6,6% (KUNSTAT, 2003). Mesmo que as relações entre tchecos e eslovacos fossem no começo meramente formais, porém, eles gradualmente melhoraram. E apesar de poucas simpatias entre eles, sempre houve um respeito comum. A cooperação entre

---

92 Traduzido pela autora desta tese.

os dois Estados continuou nos campos de segurança, política externa, cultura e educação, mas principalmente por meio do V4, o que também mostra a natureza das relações entre ambas as nações. Estas, no entanto, são muito mais calorosas ao nível pessoal, ou melhor, familiar. As relações de família entre tchecos e eslovacos são muito comuns. Ao mesmo tempo, depois de Acordo de cooperação em educação de Outubro 2002, que estabeleceu que os estudantes de um país têm as mesmas condições para estudar nas universidades no outro país como os nativos, há uma flutuação grande dos jovens, principalmente dos eslovacos para a República Tcheca. No campo militar, vale dizer que há cooperação militar na unidade tchecoslovaca da KFOR (as forças de ocupação do Kosovo) desde março 2003 e a Brigada Multinacional Conjunta em Padrões de OTAN, junto com a Polônia.

Enfim, essa nota sobre a divisão da Tchecoslováquia apoia o nosso argumento de desconsideração do “interesse maior” nacional em favor dos problemas internos e das preferências meramente pessoais. Ou seja, os tchecos e eslovacos estavam tão envolvidos em suas próprias contradições e seus conflitos que nem perceberam que a divisão do Estado tchecoslovaco iria, no final, enfraquecê-los frente ao ambiente internacional (mesmo que a sociedade internacional reconhecesse a separação pacífica, que não causou uma divisão interna). Afirmamos que para agir como ator mais soberano na cena internacional, seria mais proveitoso manter um Estado mais forte (o que também poderia ter sido evitado por inconsistências mútuas, claro). É verdade que os tchecos não foram os proponentes da separação, no entanto, o fato de que eles aceitaram o desejo da parte eslovaca sem maiores resistências, aponta para a natureza da elite tcheca como elaborada na seguinte subseção.

### **2.2.3. Reflexos da cultura política das elites na sociedade**

Dada a incerteza quanto à capacidade da política tcheca de ser coerente na frente do ambiente internacional, devido às contradições internas e à indicação da incapacidade dos políticos da época em considerar os contextos mais amplos como visto acima, chamamos a atenção para cultura política da elite tcheca. Esta, na nossa tese, influenciou bastante o caminho da nação no período do pós-Guerra Fria. Acrescentamos o fato de que foram os mesmos representantes que, primeiro, não mostraram muito desejo de mudar o sistema socialista; segundo, nem lutaram para o preservar e, logo depois da Revolução de Veludo, mudaram radicalmente a sua “cor”. Assim, permaneceram na elite política, muitas vezes até hoje, embora dentro de outro enquadramento ideológico. Como vimos acima, até hoje há na política tcheca integrantes da “velha elite comunista”, sólidos representantes do regime na

época da normalização, que vem lutando pela preservação da democracia liberal e dos seus valores.

Voltando mais para trás, a cultura política na Primeira República Tchecoslovaca apresentava grande participação dos intelectuais, mesmo que tenha sido instável em termos do número de governos. Durante os acontecimentos pós–Acordo de Munique e ainda mais na época do socialismo no país, os políticos tornaram-se, basicamente, servidores da burocracia (KREJČÍ, 2014, p. 21). As elites queriam cada vez mais conforto, demandando com sucesso bens e serviços que, na sociedade, eram escassos. Ao mesmo tempo, estes privilégios não eram herdados. Quando um político perdia a sua função no Partido, perdia automaticamente todas as vantagens ligadas ao seu estatuto. Esse fato influenciou muito o comportamento da elite, já que cada um queria “ganhar” e acumular o máximo possível de bens quando servia ao partido. Assim, se algum político não defendesse o regime, ele era proibido de exercer qualquer atividade pública. O mesmo acontecia com todos os cidadãos e suas profissões. Assim, a lealdade dos políticos era baseada, simplesmente, em participar de qualquer forma nas atividades do partido comunista e não se opor às suas práticas. Não surpreende, assim, como as mesmas pessoas reagiram quando o regime colapsou e se abriram novas possibilidades e perspectivas.

Na época da Revolução de Veludo, então, os políticos da elite velha tentaram se salvar como podiam, criando partidos novos e ideias “revolucionárias”. Os velhos comunistas não foram os únicos na assim chamada “nova elite”. Em geral havia, na época da queda do regime comunista, três gerações principais. A primeira de “1948”, ou seja, da tomada do poder pela União Soviética. A segunda, de “1968”, boa parte composta por pessoas diretamente ou por meio dos pais influenciadas pelos acontecimentos de Primavera de Praga, nutria certa antipatia pelo comunismo. A terceira geração, a mais nova, uma geração de políticos pouco ancorada em valores, devido às condições de desagregação na qual se formaram. O que os políticos de todas essas “gerações” tiveram em comum foi, porém, que se viram “perdidos” naquele cenário, pois não estavam acostumados a tomar decisões políticas de fato.

As mudanças políticas na Tchecoslováquia após novembro de 1989 (o que foi parecido em todos os países do bloco oriental) podem ser explicadas como processos de desintegração de um modelo já existente de desenvolvimento social. No entanto, essas mudanças não levaram a uma troca de toda a esfera decisória, nem à desintegração do aparelho de poder. Tanto na parte da direção do interior (Ministério do Interior) e do Exército (StB e inteligência, inclusive),



quanto nos meios de comunicação e nas outras áreas de gestão direta e indireta da sociedade, o poder continuou de algum jeito nas mãos da antiga (“1948”), ou antiga–nova (“1968”) elite (como, por exemplo, Alexander Dubček, entre outros).

Assim, a mesma elite que estava acostumada aos seus privilégios durante o comunismo se tornou, assim, a elite nas condições da democracia liberal e do capitalismo. Como Krejčí (2014, p. 112) destaca, “A Revolução de Veludo foi evocada pelo duplo desejo dos homens: o primeiro foi a liberdade; o segundo, o padrão de vida do Ocidente”.<sup>93</sup> Isso influenciou muito o comportamento dos indivíduos na esfera pública. Destacamos aqui que, nessas condições, foi muito complicado encontrar algumas ideias verdadeiramente nacionalistas, ou seja, aquelas que priorizariam o assim chamado “interesse nacional” tcheco e que exigiria criação de um projeto nacional sólido. Isso foi acompanhado pelo fator de que, nesta situação de caos e supostamente “infinitas possibilidades para o futuro”, era muito fácil chamar a atenção com ideias excêntricas.

Esta elite começou a defender os “novos valores” da democracia, do liberalismo, da abertura para o mundo, do multilateralismo e, importante, da soberania do Estado e do desejo de estar o mais longe possível da Rússia. Um cenário, no entanto, não no qual tinha nenhuma experiência. Ela se inspirava abertamente nos padrões ocidentais e havia uma óbvia ideologização (e até “apelo emocional”) do problema. Até que parece que, muitas vezes, faltava um pensamento mais crítico. Mal se podia conceber outras alternativas e outros caminhos potenciais do desenvolvimento do país. É verdade que havia os “realistas” na política tcheca, as personagens particulares ou partes de partidos mais conservadores. As ideias deles foram sempre mais ouvidas quando estavam no governo, mas nunca prevaleciam (mesmo que as vezes havia um conflito considerável – como na entrada à OTAN e UE como visto mais adiante).

Neste sentido, nos identificamos com o argumento de Krejčí (1993, p. 5), que afirma:

Uma característica especial da República Tcheca é a elite cosmopolita do poder. Ela se recusa a aceitar a tese de que o primeiro dever de cada estadista é defender internacionalmente os interesses do povo do país de que ele é representante. (...) O erro tradicional dos pequenos países na política internacional é identificar o próprio interesse nacional com o de uma superpotência.<sup>94</sup>

Como ainda aponta Bittman (1992, p. 239), a cultura política da população nas terras tchecas foi formada, em princípio, clandestinamente durante gerações. Isso formou a sua estratégia principal, tomada por séculos. Por exemplo, surgiu uma forte tradição de

---

93 Traduzido pela autora desta tese.

94 Traduzido pela autora desta tese.

autoeducação para a sobrevivência por meio da literatura. Graças a essa estratégia, a nação em emigração interna (ou seja, a “zona cinzenta”) sobreviveu às consequências dos trágicos acontecimentos em Munique e Yalta (mas também aos acontecimentos anteriores). Tradicionalmente, porém, o maior problema no passado foi e é ainda hoje se livrar desta estratégia num momento em que não se faz mais necessário e é desejável escolher outra mais ofensiva e de longo prazo. Consideramos isso muito importante dentro do nosso tema.

Destacamos, ainda, o papel da própria “luta” entre tchecos e eslovacos que coexistiram tanto tempo num Estado só. Ela aponta para uma grande instabilidade e até a falta de sentimento nacional na população.<sup>95</sup> Ao mesmo tempo, dadas as turbulências no caminho da nação tcheca até dias de hoje, a cultura política dos tchecos tem mostrado um alto grau da manipulação e das promessas “vazias” dos políticos. Como ainda escreveu em Bittman (*idem*, p. 232–233):

Assim como não aconteceu, e dificilmente alguém poderia esperar, não houve no período de 1989 a junho de 1991 mudança fundamental na proteção do meio ambiente, nem na área de proteção do pensamento da população de manipulações deliberadas em forma de fraudes e promessas vazias. No entanto, as questões relacionadas com este problema foram parcialmente dissociadas (debuizadas) e foram criadas as condições para que, pelo menos, se tornem um assunto de interesse público. O sucesso, provavelmente apenas temporariamente, foi o afastamento de cargos importantes de quem usava a desinformação como arma política (Mečiar). No entanto, a baixa cultura política ainda não permite a repetição desses esforços em larga escala. Para a maioria da população, a forma de pensar sobre os assuntos públicos é distorcida por hábitos de uso de mentiras nos avanços na carreira, tanto em um nível geralmente visível (alta política) quanto no nível comunitário, ou pela tolerância a ele. A invalidação do pensamento aqui já atingiu tal ponto que a escolha do procedimento oposto parece a muitos uma anormalidade. Tanto a política como o comércio, a segurança e a administração da justiça em geral tornaram-se sinônimos de práticas impuras, uma área onde um cidadão decente nada tem a procurar. Numerosos estereótipos e preconceitos afetam a opinião pública, incluindo aqueles que afetam grandes grupos de pessoas (nações, raças). Eles são o produto de uma educação de longo prazo apoiada por manipuladores que procuram dividir a população em grupos de conflito não cooperantes. (...) Todo o desenvolvimento pós-novembro visa agravar problemas delicados na área de manipulação com os cidadãos, uma situação muito complicada no cenário político nacional. O já baixo nível de controle público sobre a política interna e externa é minimizado, a entrada de jornalistas independentes nesta área é limitada e as formas de gestão de gabinete associadas à penetração de muitas pessoas incompetentes, mas ambiciosas em cargos de responsabilidade são totalmente

---

95 De acordo com os resultados da pesquisa de 1990, o processo de autorreflexo de tchecos e eslovacos mudou fundamentalmente. No passado, os tchecos comparavam-se tradicionalmente com os alemães, tanto os da Alemanha quanto os da Austria. Após a expulsão da grande maioria dos alemães dos Sudetos depois da Segunda Guerra Mundial, parece ter havido mudanças nessa direção. A russofilia tradicional se tornou o oposto em muitos setores da população. A germanofobia enfraqueceu e as relações com os judeus também mudaram significativamente. No geral, é evidente que com a mudança na área geopolítica com o fim da Guerra Fria, o processo de formação do nacionalismo tcheco foi fortemente enfraquecido. No caso de seu renascimento, a nação eslovaca ocuparia cada vez mais o antigo lugar dos alemães. No entanto, o quadro das qualidades negativas dos eslovacos já está claramente delineado no pensamento dos entrevistados tchecos. É possível que essa atitude seja baseada nas atitudes colaborativas de alguns eslovacos na Segunda Guerra Mundial. Essa mudança “refletiu-se também na literatura e também na mídia, em que se formam os estereótipos de nação na consciência do povo” (BITTMAN, 1992, p. 238).

renovadas. O populismo floresce como um estilo de atividade política. O resultado é um aumento rápido e tangível no ceticismo dos cidadãos sobre um regime que não pode se distanciar claramente do passado. A confiança na possibilidade de superar a crise está se perdendo e inúmeros outros defeitos aparecem no horizonte. Em suma, não é nada menos do que uma continuação da desintegração da sociedade.<sup>96</sup>

Essas ideias foram, na época, muito apuradas; no entanto, anteciparam como a situação no longo prazo realmente se desenvolveu. Ao mesmo tempo, se a elite adotou práticas não transparentes por mais de quarenta anos e ela continuou muitas vezes a mesma,<sup>97</sup> é difícil esperar que a cultura política mudaria em curto prazo. É uma questão difícil a ser respondida em quanto tempo e em quais condições isso poderia acontecer, devido ao fato de que muitas dessas tendências descritas acima permanecem no país até os dias de hoje.

Quando chega à capacidade de nação tcheca e dos seus líderes de definir e defender seus próprios interesses no âmbito global, citamos de novo Krejčí que afirma: “*the political elite or the military and diplomatic cadres show an entirely inadequate ability to define national interests. Then the power elite and the public show little determination to defend these national interests in the event of the need for force*” (KREJČÍ, 2005, p. 417). Dadas as circunstâncias descritas nesta parte, consideramos essa uma tendência lógica que deve ser anotada como parte integrante de todos os processos na Tchecoslováquia/República Tcheca.

### 2.3. Reestabelecimento econômico

Nos acontecimentos no âmbito do fim da Guerra Fria, os países ex-comunistas tinham na economia um objetivo claro, e este não foi negado por ninguém. Isso significava criar um sistema econômico totalmente oposto àquele que o precedeu, ou seja, (re)estabelecer o sistema capitalista com mecanismos de livre mercado como entendido pelo (neo)liberalismo. Já que a elite não tinha experiência com tal funcionamento, não ficou claro como fazê-lo e qual caminho escolher para alcançar estes princípios. Ao mesmo tempo, havia o já mencionado desejo de alcançar a transformação política e econômica simultaneamente e o mais rápido possível, o que foi um grande desafio. A transição econômica na República Tcheca foi influenciada pela elite conservadora, representada por políticos como Václav Klaus, entre outros. Ao mesmo tempo, não esqueçamos a presença da elite velha, na época anterior muito

---

96 Tradução feita pela autora desta tese.

97 Por exemplo, em Dezembro de 1990, os 52 dos 450 funcionários da Assessoria de Imprensa Tcheca foram os ex-agentes soviéticos. Assim foi também com jornalistas e políticos.

leal ao estalinismo. Essa mesma, como temos visto, logo “surfou” a onda do liberalismo a fim de continuar se aproveitando do sistema.

### **2.3.1. Economias em transição na época do neoliberalismo**

As reformas econômicas em países da Europa Central e Oriental no pós-Guerra Fria representaram, sem dúvidas, a mais complexa transformação do sistema econômico que ocorreu na Europa no século XX (com exceção da tentativa econômica e social realizada especialmente nas décadas de 1920 e 1930 na União Soviética). As medidas de reformas realizadas nos países da região mudaram completamente o funcionamento do sistema econômico, a motivação das entidades econômicas, os instrumentos e os objetivos da política econômica dos Estados. Surgiram novas entidades econômicas, deu-se o dismantelamento dos gabinetes de planejamento, a transformação dos laços de comércio exterior, e assim por diante. O objetivo era criar mecanismos na economia e no nível social que seriam comuns para o funcionamento dos Estados liberais e que aplicam o sistema capitalista. Isso tudo está estreitamente relacionado à transformação do poder do Estado, que discutimos no capítulo anterior.

Mesmo que os cenários concretos de transição econômica tenham sido desenhados por economistas de cada país (com conselheiros de fora, como veremos mais adiante), devemos considerar duas forças no nível global que direcionavam o próprio processo dos países da ECO na época. As duas vinham se desenvolvendo por décadas como parte integrante dos acontecimentos no âmbito da Guerra Fria e foram essencialmente ligadas à hegemonia norte-americana no sistema internacional. Primeiro foi a chegada da ideologia neoliberal, que colocou o capitalismo num nível de liberalização não conhecido anteriormente. Segundo, foi assim chamada “globalização”, com seu discurso penetrante, que interferiu nas relações econômicas no mundo inteiro.

Vale ressaltar aqui que o vácuo na região ocorreu não apenas geopoliticamente, mas também economicamente. Vários modelos de capitalismo estavam disponíveis como o “capitalismo social” escandinavo ou, pelo padrão de RDA, uma “experiência social única”. Mas o mais próximo era o modelo neoliberal (KŘEN, 2019, p. 103). Nesse caso, é preciso ter em mente o interesse das elites dos países da Europa Central de estar o mais longe possível do *establishment* soviético. Lembramos ao mesmo tempo o argumento de Fiori do primeiro capítulo, isso é, que nenhum caso de desenvolvimento econômico bem-sucedido consegue ser explicado isoladamente a partir dos fatores exclusivamente endógenos. A tendência

é, claramente, obedecer a estratégias e seguir caminhos desenhados como resposta aos grandes desafios de natureza geopolítica.

A ideologia neoliberal marcou um período completamente novo no sistema interestatal capitalista. É Maddison (2005), entre outros, que vê como marco da ordem neoliberal o começo dos anos 1970 com os acontecimentos como abandono de Bretton Woods pelos EUA, as crises de petróleo e outros, que levaram ao estabelecimento da ordem neoliberal como não somente uma ideologia predominante no âmbito global, mas também como ramo institucional do sistema. Isso, obviamente, se expandiu subsequentemente para o mundo inteiro sob a liderança do *hegemon* – os Estados Unidos. Assim: “*A truly global financial system based on the internationalization of the US financial system became “neither a myth nor even an alarming tendency, but a reality”*” (PANITCH, 2012, p. 192).

Podemos ver a internacionalização das atividades econômicas em escala marcante já desde a Segunda Guerra Mundial. A criação das instituições internacionais e regras legais reforçaram tanto a própria internacionalização quanto o papel de liderança dos EUA no sistema, destacando cada vez mais a ordem internacional capitalista. Organizações como IMF, União Econômica e Monetária Europeia e Banco Mundial, entre outros, direcionavam o aprofundamento dela, seguindo a ordem do sistema neoliberal (PANITCH, 2012). Assim, chegou-se gradualmente nos anos 1980 na assim chamada “nova era das finanças globais” com crescente importância das atividades financeiras no ramo internacional e a expansão dos fluxos financeiros internacionais acelerada pelo abandono de controle dos capitais.

*Moreover, far from neoliberal legal rules finally creating a crisis-free world order, as the proponents of free trade promised, periodic interruptions in accumulation now more than ever took place on a global plane. The intensified competition characteristic of neoliberalism, and the hyper-mobility of financial capital, aggravated the uneven development and volatility inherent in this global order. In fact, although global financial markets were increasingly important for mediating the integrated production circuits of global capitalism, they also vastly increased the likelihood of currency and bank crises* (idem, 2012, p. 18).

Isso tudo está justamente ligado ao fenômeno de globalização que reestruturou o sistema financeiro e acelerou a financeirização global. Aqui destacamos a visão complementar à visão predominante entre pesquisadores e economistas, que consideram a globalização um processo puramente econômico, supostamente impulsionado pelo funcionamento dos “mercados”. A visão tradicional descarta o papel dos Estados na formação da globalização financeira, que é vista como “consequência irresistível” de forças do mercado e do desenvolvimento das novas tecnologias de informática e comunicações. Na nossa tese, no entanto, concordamos com

autores como E. Helleiner (1994) que afirmam que esse fenômeno foi mais uma consequência de escolhas políticas dos Estados mais poderosos, já que os próprios mercados financeiros internacionais só existem sob permissão e autoridade de Estados-nações.

No mesmo contexto, defendemos o argumento de que no âmbito do capitalismo global, os Estados devem ser considerados como agentes centrais do processo. Isso é uma questão fundamental para nosso trabalho, já que a Tchecoslováquia não tinha quase nenhuma autonomia no que diz respeito à implementação das suas políticas econômicas até 1989.<sup>98</sup> O fim do regime comunista marcou, pelo menos na percepção dos agentes do Estado, a convicção de que o começo de nova era devia trazer a desejada autonomia e a livre escolha do caminho futuro. É questão desta tese se isso realmente aconteceu.

Lembramos que, na já mencionada hierarquia do sistema internacional, a Tchecoslováquia vem desempenhando um papel (semi)periférico. No sistema dominado na época pelas ideias de livre mercado, ocorreu assim o enfraquecimento de movimentos trabalhistas e uma relativa estabilização macroeconômica, não somente nas economias desenvolvidas capitalistas, mas também nos países mais periféricos. No caso dos países ex-comunistas, aconteceu a (talvez) surpreendente e dramática “restauração do capitalismo”, que Glyn chama de “*unleashing of capitalism in the 1980s*” (GLYN, 2006). Aqui vale notar que esta restauração, no caso da Tchecoslováquia, tem a ver com o fato de que este país já tinha experiência de economia de mercado, no entanto, nas condições absolutamente diferentes datadas antes da Segunda Guerra Mundial.<sup>99</sup>

Esta experiência, no entanto, não ajudou muito os tchecos a lidar com a transição, já que a situação global foi completamente diferente. A fim de transformar a economia, os líderes tinham que lidar com uma problemática complexa composta por uma ampla gama de fatores desconhecidos. Isso vale para todos os países da região. Um fator positivo foi que ao contrário da Polônia e da Hungria, a Tchecoslováquia entrou no processo de transformação em muito boas condições macroeconômicas. O orçamento do Estado era equilibrado, a dívida em moeda

---

98 Com a exceção de primeiras duas décadas depois do estabelecimento da Primeira República Tchecoslovaca em 1918. A invasão nazista e subsequente dominação soviética acabou com a independência relativa da economia do Estado.

99 Antes da Segunda Guerra Mundial, a Tchecoslováquia era uma das 10 economias mais avançadas do mundo. A renda nacional excedia todos os países da Europa Central e Oriental e estava quase no mesmo nível da Áustria, por exemplo. A renda nacional per capita na Tchecoslováquia em 1937 era de US\$ 170, com o Reino Unido em primeiro lugar com US\$ 440. A renda nacional per capita da Áustria no mesmo ano foi de US\$ 190. Para comparar, na década de 1980, a Tchecoslováquia ocupava quase o 50º lugar em termos de desenvolvimento econômico. Em 1990, o PIB per capita da Tchecoslováquia era de US\$ 3.190 (o da Suíça foi, no mesmo ano, US\$ 32.250) (MLSNÁ, 2008, p. 119).

estrangeira era pequena e o excedente monetário quase inexistente. Isso levou à possibilidade de realizar a liberalização e a estabilização do sistema imediatamente e com inflação baixa (HOLMAN, 2000).

Em geral, os mercados da ECO tiveram um grande potencial em energia, riqueza mineral, armas, imóveis, comunicações, infraestrutura e muito mais. Além dos mencionados favoráveis fatores macroeconômicos, o que ajudou a Tchecoslováquia inicialmente foi também o fato de ela não ter sido tão prejudicada pelos danos da guerra. Sua significativa tradição industrial (embora obsoleta na época) também foi um fator positivo. Aqui, a Boêmia era, antes da Segunda Guerra Mundial, uma líder mundial na indústria e permaneceu como um importante centro industrial dentro do bloco soviético. No entanto, no final da década de 1980, o país estava claramente atrasado em relação às economias ocidentais em termos tecnológicos. A República Tcheca também foi interessante para os investidores devido à sua boa reputação de “mãos tchecas de ouro”. No entanto, vale dizer que o capitalismo, posteriormente, destruiu completamente a boa reputação do artesanato tcheco.

O legado do capital humano foi uma das bases mais importantes no processo de transição. Isso se aplica a todos os países da região ECO, mas especialmente na República Tcheca. O amplo estoque de capital humano distingue essas economias de outras em desenvolvimento com níveis semelhantes de renda per capita (ŠVEJNAR, 1995, p. 3). No caso dos tchecos, tem sido enfatizado historicamente a educação de alta qualidade. Em contraste com a posição vantajosa da República Tcheca com respeito ao capital humano, as economias em transição enfrentaram condições iniciais relativamente desfavoráveis em termos de estoque de capital físico e domínio tecnológico.

Além disso, a posição geográfica da República Tcheca entre a Alemanha e a Áustria, dois países altamente industrializados, forneceu um ponto de partida favorável para a transição. Sendo o país em transição com a localização mais ocidental na região, o fluxo de pessoas, bens, capitais e *know-how* ocidentais tem sido maior do que em países em condições semelhantes localizados mais a leste. Sua longa fronteira entre a Bavária e a Áustria representa, também um grande “subsídio” de longo prazo para o desemprego tcheco. Combinado com a identificação histórica do país com a civilização ocidental (especialmente sua posição econômica avançada na década de 1930), estava levando o país tentar a recuperar seu *status* de economia avançada o mais rápido possível.



Ainda assim, Hungria e Polônia tiveram, durante o socialismo, um setor privado bem mais robusto do que a Tchecoslováquia. Portanto, a República Tcheca estava mais vulnerável ao choque do colapso do mercado soviético e à desintegração das relações dentro do Comecon. Além disso, havia outras turbulências e mudanças estruturais em toda a região que temos que levar em conta quando avaliar as transições em devidos países. Além da própria desintegração da Tchecoslováquia, a absorção da Alemanha Oriental pela Alemanha Ocidental em 1990 e a recessão na Europa Central e Oriental, entre outros.

### **2.3.2. O caminho tcheco ao livre mercado**

Enquanto o ambiente econômico ocidental estava no auge da difusão das idéias neoliberais e globalizantes, a economia tchecoslovaca funcionava sob princípios do Marxismo-leninismo estrito.<sup>100</sup> As idéias do socialismo foram apresentadas para a população como inevitáveis.<sup>101</sup> Uma das maiores seguiu a própria ideia de Marx da revolução socialista seguida por transição para a propriedade coletiva dos meios de produção, com objetivo de resolver o conflito cada vez maior entre o caráter social da produção e a forma capitalista de apropriação dos resultados do trabalho. A forma final dessa ordem transitória deveria ser o comunismo como uma sociedade da economia sem moeda produzindo abundância dos bens materiais a serem distribuídos conforme as necessidades (FALTUS; PRŮCHA, 2004, s.21).

Nesse conjunto, as instalações de produção eram de propriedade estatal ou cooperativa sob a gestão do Estado. O desenvolvimento da produção foi o resultado do planejamento central, e não das iniciativas privadas. Os preços eram mantidos somente ao propósito do planejamento e eram estabelecidos pela autoridade do governo central. Eles não podiam responder às condições de mercado ou ser alteradas pelas próprias empresas. Entre as empresas, não existia concorrência. Cada campo da indústria era unificado em um único monopólio gigante com a administração padronizada. A distribuição e utilização da renda de forma monetária não eram responsabilidade das empresas, mas foram determinadas pelo planejamento

---

100 O conjunto conhecido como “Marxismo-leninismo” com base nas obras teóricas de K. Marx, B. Engels e V. I. Lenin era o único pensamento aceito na teoria econômica da economia socialista tchecoslovaca. Isso não foi por acaso, já que a mesma, logo após a II Guerra mundial, tornou-se uma ideologia central implementada pela União Soviética em todo bloco soviético, sendo uma base dos regimes autocráticos que duraram até o final dos anos oitenta. Ainda assim, o Marxismo-leninismo é considerado como ensino marxista transformado em uma única ideologia do Estado, do partido oficial da URSS - Partido Comunista da União Soviética (PUCS) e de partidos comunistas em todos outros países socialistas do bloco soviético. A ideologia de Marxismo-leninismo constituiu um pensamento fundamental para a “construção do comunismo”, onde a economia era vista como uma grande empresa pertencente ao povo.

101 Veja-se, por exemplo, na imprensa partidária do Partido Comunista da Tchecoslováquia “Rudé Právo”.

estatal. Da mesma forma, a liderança e a gestão das próprias empresas era nomeada pela administração do Estado (ŠIK, 1990).<sup>102</sup>

Por meio de “*Comitê Central do Partido Comunista*” (CCPC), o poder executivo e governamental era controlado pela autoridade central da União Soviética. No campo econômico, a sociedade era dirigida por *Diretivas para o Desenvolvimento Econômico e Social*, sempre adotadas no congresso de CCPC. A partir dessas diretivas, se desenrolavam também os planos econômicos sob o conjunto do conceito da economia centralmente planejada. Esses planos de cinco anos, ou seja, quinquenais chamados “*Pětiletky*” constituíam as leis econômicas básicas de todos os países com o sistema socialista.<sup>103</sup>

Os desequilíbrios no sistema econômico causados por sua rigidez e as subsequentes reformas geraram grandes tumultos e repressões (as reformas foram justificadas pela necessidade de eliminar os restos da burguesia; ao mesmo tempo, paradoxalmente, afetou principalmente os trabalhadores e os intelectuais) junto com impactos externos. Logo ocorreu uma escassez das divisas internacionais necessárias para realizar as trocas comerciais com países capitalistas. O regime estabeleceu uma nova empresa de comércio exterior chamado de “Tuzex” que funcionou até o fim do totalitarismo em 1989. Neste comércio, foram vendidas as mercadorias não disponíveis no mercado interno. As mercadorias foram vendidas por moedas

---

102 Ota Šik (1919–2004) foi um economista e político tcheco, especialista em reformas econômicas. Na Tchecoslováquia, todas as empresas privadas e pequenas foram, logo depois de 1948, nacionalizadas. Na Alemanha Oriental ou na Hungria, por exemplo, não era tão estrito, pois existiam empresas que pertenciam de alguma forma às iniciativas privadas. Dado o fato de que a economia era planejada, ela poderia se concentrar na fabricação de produtos considerados prioritários em termos de necessidades estatais. No começo, este sistema gerou resultados positivos para a Tchecoslováquia e seu desenvolvimento; no entanto, no longo prazo falhou por causa dos aspectos negativos do planejamento ligados à demanda e sua estimação, especificamente em grandes quantidades

103 A economia, ou seja, o desenvolvimento central era organizado com base nesses planos. Estes tinham por objetivo equilibrar a alocação de recursos do orçamento do Estado em nível tanto macro como microeconômico. Os planos também controlavam a produção e as vendas de produtos individuais. Assim era definido pela lei onde e o que seria produzido, a que preço, quais seriam os salários e a alocação dos trabalhadores. Na época de Stalin, com o primeiro plano quinquenal, o setor capitalista foi quase completamente eliminado. A grande maioria das empresas privadas desapareceu e o governo decidiu fazer a primeira fase da coletivização da agricultura. O setor socialista nessa época participava na produção industrial com quase 99% (PRŮCHA, 2009). A ênfase na indústria gerou muitas dificuldades, particularmente a ênfase na quantidade por causa da dificuldade de implementar o avanço tecnológico e existência longa da baixa produtividade de trabalho, dentre outras. Com base nesta confiança irracional na indústria pesada, a indústria leve e a agricultura continuamente diminuía, ou até estagnavam. Assim, em 1953 quando Stalin morreu, os mercados da Tchecoslováquia estavam numa situação indesejável. No ambiente de salários regularmente crescentes e as poupanças existentes, com preços relativamente estáveis, houve uma incapacidade de setor de consumo de satisfazer os clientes. Por isso, o fornecimento de racionamento e o mercado duplo foram anulados e o mercado livre foi reintroduzido. Para resolver esses vários problemas, os comunistas também decidiram implementar a reforma monetária, cujo objetivo foi reduzir a oferta de moeda, a fim de renda e poupança entrarem em linha com o mercado, ou seja, com a oferta limitada de mercado de consumo (idem).

ocidentais conversíveis ou pelos “cupons de Tuzex” – umas unidades de ordem de pagamento obtidas no banco do Estado em troca de moeda ocidental convertível.

O sistema financeiro na Tchecoslováquia funcionava entre 1948 e 1989 com base na gestão cambial. A moeda – coroa tchecoslovaca – não era oficialmente conversível. Em teoria, havia três taxas de câmbio – taxa oficial, taxa turística e taxa não oficial, ou seja, de mercado, chamada também de “taxa preta” (que teve um valor preditivo relevante, devido ao fato de que foi uma taxa do potencial econômico dos países individuais na direção dos países do bloco socialista). A coroa foi limitadamente conversível em países do bloco socialista, mesmo que sob taxa de câmbio extremamente desfavorável. As transações de capital foram proibidas. O isolacionismo do Estado manifestava-se principalmente no comércio exterior, que era basicamente fechado aos ambientes internacionais (fora do bloco soviético). O privilégio de transações de comércio externo era concedido ao Comecon (*Rada vzájemné hospodářské pomoci*). Dentro do Comecon, havia a possibilidade de fazer comércio relativamente livre. Na prática, as empresas vendiam os produtos por marcos alemães orientais e, com estes, compravam outras mercadorias. Os fluxos de comércio eram essencialmente bilaterais. O foco era principalmente na indústria pesada.<sup>104</sup>

Dentro do plano de câmbio feito pelo governo, o banco central (Banco do Estado da Tchecoslováquia, como visto posteriormente) no sistema uni bancário administrava a moeda e, com base nos os planos quinquenais (e sub-planos anuais), fazia a alocação de câmbio para empresas individuais para que elas pudessem fazer comércio com o exterior. O único banco operando de fato na Tchecoslováquia socialista foi o Banco do Estado da Tchecoslováquia (BET) – *Československá státní banka*, que cumpria papel tanto do banco central (executando a política monetária) quanto dos bancos comerciais e os de investimento. Como banco comercial, não fornecia serviços para famílias, apenas para as empresas. Havia outros bancos,

---

104 Para os devidos fins, foram criadas as “Empresas de Comércio Exterior”. Essas foram empresas estatais centralizadas, como monopólios, no sistema. As empresas foram patrocinadas por determinados setores econômicos na sociedade. Havia dois tipos elementares: empresas de mercadorias e empresas de troca (escambo). As empresas de mercadorias concentravam-se em negociações sobre *commodities*. Os produtores de alimentos e agricultores, por exemplo, tinham o Koospol (para setor socialista) e o Unicoop (para setor cooperativo). Para materiais técnicos, automóveis e assim por diante, o Motokos. Para máquinas industriais existiam o Strojeksport e Strojimport. Já que a Tchecoslováquia era uma “superpotência” na produção de vidro, particularmente importante para comércio externo era o Skloexport. Para jóias, o Jablonex, etc. Famosa foi a empresa de comércio exterior chamada de “Tuzex”. Nesta empresa eram vendidas as mercadorias não disponíveis no mercado interno. As mercadorias eram vendidas por moedas ocidentais conversíveis ou por “cupons de Tuzex” - unidades de pagamento obtidas no banco do Estado em troca de moeda ocidental convertível. Estas eram as principais empresas tchecas. A parte eslovaca da Tchecoslováquia tinha suas próprias empresas de natureza semelhante. As empresas de troca, baseadas em *trade-off*, não foram vinculadas a uma mercadoria específica.

no entanto, sem peso relevante (ŽÍDEK, 2006). Mesmo assim, o papel do banco central foi secundário. Os bancos centrais em todo o bloco soviético constituíram, em sua maioria, os instrumentos para alcançar os objetivos do planejamento do Estado. Na prática, o banco central serviu principalmente para fins administrativos e de contabilidade.

Ao longo da época do socialismo burocrático, a economia e a esfera social sofreram por escassez de bens de consumo. Logo, a elite queria mais conforto material. Gradualmente foi criado o sistema rígido que cuidava de uma camada estreita da *nomenklatura*, incluindo os serviços de funcionários (empregados), até o comércio clandestino com mercadorias escassas, principalmente provenientes do Ocidente, indisponíveis para as pessoas das classes sociais médias e baixas. Apesar das tentativas de reformas, até a metade dos anos 1960 houve uma tendência de decadência econômica. Isso tudo exigiu uma liberalização de sistema político, o que se refletiu na Primavera de Praga e trouxe relativo desenvolvimento econômico e social. No entanto, isso se tornou dificilmente sustentável. Em abril de 1969, Alexander Dubček foi substituído por Gustav Husák e começou o período conhecido como “normalização”, visando a restauração da economia centralmente controlada.

Bem no começo dos anos oitenta, a profunda decadência econômica, social e cultural (tendo raízes nos anos setenta) ficou ainda mais visível. Embora a industrialização fosse elevada e a taxa de desemprego oficialmente zero, a eficiência da produção era muito baixa, além de muito danosa ambientalmente. Em termos de matérias-primas, o país dependia de fornecimentos diversos da URSS, que ao mesmo tempo constituía um dos seus maiores parceiros comerciais. No final, foram a liberalização na União Soviética e a *Perestrojka*, que, na segunda metade dos anos oitenta, criaram condições favoráveis para que a própria liderança do Partido Comunista da Tchecoslováquia buscasse formas de melhorar a situação.

O pragmático primeiro-ministro L. Štrougal tornou-se o locutor da *Perestrojka* na Tchecoslováquia. Depois de muita hesitação, os princípios da reforma econômica foram adotados em 1987; no entanto, a palavra reforma não apareceu ali. Sob a influência da revolucionária lei soviética sobre os negócios, as primeiras relações de mercado foram incorporadas ao sistema rígido tchecoslovaco, foram permitidos os traços do comércio privado, as cooperativas agrícolas ganharam o direito à produção industrial associada, que não estava sujeita a um plano central, havia certa entrada de capital estrangeiro, junto com a ampliação da independência das empresas. Mesmo assim, os primeiros passos foram planejados apenas para 1989, quando a elite já tinha outras preocupações (KŘEN, 2019, p. 79).

Assim, após a Revolução de Veludo, todos os objetivos econômicos fundamentais mudavam numa velocidade proporcional ao desejo da sociedade de transitar à nova ordem. Como destaca Fernandes (1999), as características centrais do modelo soviético que foram válidas e eficientes anteriormente perderam sua relevância com o sucesso relativo do próprio modelo. O sistema começou a usar meios capitalistas anteriormente recusados a fim de corrigir as deficiências até que a Tchecoslováquia logo retornou ao ponto do capitalismo a partir do qual emergiu após a Segunda Guerra Mundial. Um provérbio dizia que o socialismo na Tchecoslováquia era o desvio mais longo na estrada do capitalismo para o capitalismo.

Moreover, amid the defeat of radical nationalist and socialist forces, the ever-deepening sclerosis of Communist regimes, and the widespread debt crisis of the 1980s, so many states in the “rest of the world” were led to adopt strategies compatible with their integration into global capitalism (PANITCH, 2012, p. 195).

É importante acrescentar que a transformação econômica da Tchecoslováquia e República Tcheca foi um resultado de tendências mais amplas, descritas no contexto geopolítico acima. Vale ressaltar que o governo inicial, composto pelos “dissidentes”, não estava muito bem equipado para tais mudanças.<sup>105</sup> Artistas e acadêmicos das ciências humanas não entendiam a economia, e certamente não as leis do mundo neoliberal. Isso foi significativo na Tchecoslováquia. Neste sentido, o fator humano desempenhou um papel importante, já que os especialistas estrangeiros foram, nessas condições, muito bem-vindos. Os conselheiros foram enviados aos países da região, muitas vezes jovens economistas, partidários da Escola de Chicago.

A entrada maciça de capital estrangeiro por meio da privatização logo no início foi uma de suas maiores conquistas. Em um período muito curto de 11 meses desde o estabelecimento do Fundo Nacional de Propriedade em agosto de 1991 até o final do mandato do primeiro governo tcheco, mais de cinquenta grandes empresas foram privatizadas nas mãos de investidores estrangeiros. Todos eles, sem uma única exceção, ainda estão prosperando hoje, e muitos deles se tornaram o núcleo em torno do qual uma rede de subcontratados tchecos foi formada. Este sucesso também deve ser atribuído à excelente equipe de assessores americanos financiados pela USAID (ČLOVĚK V TÍSNI, 2006).<sup>106</sup>

A estratégia da Escola de Economia de Chicago foi utilizada na Polônia (mas também no Brasil, Chile, Bolívia e Argentina e outros países latino-americanos) e o caso polonês foi,

---

105 Estudar no exterior havia sido proibido desde os anos 1960 e na Tchecoslováquia não havia quase nenhuma tradição acadêmica de economia. Isso somente apareceu na década de 1980 como dissidência econômica, quando apareceram instituições e organizações como o Instituto de Economia na Academia de Ciências da Tchecoslováquia, a Sociedade Econômica Tchecoslovaca, entre outros.

106 Tradução feita pela autora desta tese. Veja mais em <https://www.thenation.com/article/world/harvard-boys-do-russia/>.

então, tomado como exemplo a todos os demais em termos de “terapia de choque” (como visto mais adiante) econômica. Por outro lado, os chamados *Chicago Boys* ativos na URSS/Europa eram progressistas e arrogantes e receberam críticas e controvérsias consideráveis por suas abordagens. Muitos países tiveram grandes problemas por causa de suas reformas (STAVRAKIS, 1993).

O que foi, nesse sentido, fundamental foi ajuda das instituições internacionais. Entre os atores externos, primeiro mobilizou-se o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Seus relatórios de avaliação recompensaram o ritmo e os resultados da transformação econômica fornecendo assistência financeira. Foram nesses relatórios que os economistas e políticos tchecos buscaram os dados e inspiração para planejar todo o processo. Além disso, já em 1989 ocorreu a conferência em Washington e seu resultado foi o chamado *Consenso de Washington*. Este ofereceu aos futuros Estados pós-comunistas uma alternativa contrastante (ou um “novo caminho”) na forma do *establishment* neoliberal ocidental da década de 1980 (KŘEN, 2019, p. 103). Sua base foi o modelo aplicado anteriormente no Chile ou na Argentina, onde não se tornou muito popular devido aos acontecimentos locais. Então o modelo foi transplantado para países com realidades muito diferentes.<sup>107</sup> Dentro de Consenso de Washington, o objetivo da enorme transformação seria elevar o nível das economias dos estados pós-comunistas, torná-los competitivos no ambiente global, liberalizá-los e “transformá-los” em países ocidentais.

Os Conselhos e Diretrizes de Consenso de Washington forneceram um guia mais ou menos abrangente aos países pós-comunistas ocidentais para serem competitivos no novo contexto da globalização. A base teórica para essa transformação foi uma doutrina neoliberal chamada “fundamentalismo de mercado” mais amplo e geralmente mais duro do que nos países da Europa Ocidental (idem, p. 104).

Em condições macroeconômicas favoráveis conforme descrito acima, a transformação tcheca podia começar paralelamente com as mudanças no campo político. Neste contexto, a questão chave foi a decisão de cada Estado de escolher entre duas estratégias básicas para

---

107 Entre os centros econômicos mundiais surgiu logo uma divisão do trabalho. O FMI se concentrou em problemas financeiros, enquanto o Banco Mundial se concentrou em privatizações e reestruturações. Os maiores fundos foram destinados à Rússia de Yeltsin. Para os países da Europa Central, a primeira ajuda pontual foi a reestruturação da dívida externa da Polônia. Com o tempo, a Comunidade Econômica Europeia também entrou nesse campo, que, apesar da pressão norte-americana pelo discurso neoliberal, manteve alguns dos padrões típicos dos Estados de bem-estar social europeus (idem, p. 104).

a transição econômica. Falamos assim da chamada *teoria gradual* e da *teoria da terapia de choque* (MLSNÁ, p. 117–118).

Nesta visão, a teoria gradualista baseia-se na exigência de que todo o processo de reforma e transformação seja realizado gradualmente de modo que cada etapa da transformação econômica comece somente após a conclusão bem-sucedida da etapa anterior. No entanto, isso não impede que várias etapas sejam realizadas em paralelo. Essa abordagem tem as vantagens de um processo controlado, onde é possível atualizar e adaptar continuamente as reformas às necessidades de toda a economia. A desvantagem dessa abordagem é a crise econômica inevitável que ocorre em uma economia em transformação sob tais condições. Para a maioria da população, este tipo de transformação tem efeitos adversos no contexto de uma crise econômica que se aprofunda, como aumento da inflação, queda dos salários reais, aumento das tensões sociais, etc. Ao mesmo tempo, pode fazer com que os reformadores, por medo, não tomem as medidas de reforma drásticas e necessárias no momento certo.

A essência da chamada “terapia de choque” é a aplicação de reformas em um período de tempo relativamente curto. Encontra-se, entre outras coisas, na disposição da sociedade de aceitar as reformas econômicas em um momento em que a sociedade pode passar por mudanças mais radicais como resultado, por exemplo, da “euforia” revolucionária. A implementação acelerada de reformas traz consigo inicialmente um declínio significativo nos padrões de vida da população, mas ao mesmo tempo pode acelerar a conclusão do processo de transformação. Como desvantagens, são frequentemente citadas também a descoordenação das reformas e a incapacidade do governo de influenciar a sua implementação de acordo com as intenções originais, devido ao curto período de tempo e à amplitude das mudanças.

Desde o início do processo, os reformadores foram da opinião de que a economia da Tchecoslováquia deveria ser transformada num choque, pois passos lentos poderiam, segundo eles, piorar a situação geral. A preferência do governo em adotar o mais rapidamente possível os padrões do Ocidente foi, em parte, obra de um grupo de interesse dos economistas neoliberais reunidos em torno de V. Klaus. Ele afirmou que: “A solução nada mais é do que estabelecer relações de mercado, só elas vão nos mostrar quem realmente merece o quê. Mesmo os eventuais Einsteins ou Van Goghs não se perderão nelas, mas aqueles que pouco acrescentaram ao nosso país e que estavam acostumados a receber demais sem mérito certamente se perderão nelas” (KLAUS, 1990).<sup>108</sup> Ele alertou para a complexidade desses processos e a importância de

---

108 *Literární noviny*, 1.7.1990. Traduzido pela autora desta tese.



sua correta configuração. Ao mesmo tempo, defendia menor envolvimento do Estado no processo.

A ideia de que o Estado deveria parar de interferir na economia do dia a dia foi criticada com bastante intensidade por economistas de “esquerda” como Valtr Komárek, por exemplo. Eles argumentaram que um papel maior do Estado no processo de transformação poderia ajudar a reparar os danos causados durante o sistema comunista. Claro, economistas liberais se opuseram a isso, usando o argumento de que havia sido o próprio Estado a causar esses danos. Em todo caso, a variante do envolvimento do Estado significaria uma tendência à teoria gradualista das mudanças controladas na economia e vice-versa.

Paralelamente, o economista tcheco-americano, atuante nos EUA, J. Švejnar junto com outros especialistas criaram o chamado *projeto de estratégia para a transição para uma economia de mercado do governo federal*. Dentro dela, propunham a adoção de etapas temporárias graduais em vez de reformas rápidas, e somente na fase seguinte eles avançariam no sentido de mudanças sistêmicas (ŠULZ, 1998). Em 1996, L. Mlčoch, economista tcheco e representante de economia institucional, apontou para a complexidade da abordagem do choque, que vai além de puras motivações econômicas:

Gostaria de salientar que o esforço para realizar a privatização o mais rápido possível em nossas condições tchecas (mas isso provavelmente também se aplica de forma mais geral) não encontrou sua justificativa apenas na área da teoria econômica pura do neoclassicismo, do evolucionismo ou informática econômica. As razões eram também – senão principalmente – de natureza política (MLČOCH 1996. In: Hospodářské noviny, 8.10.1996).<sup>109</sup>

A voz decisiva pertenceu a Václav Klaus e os economistas ao seu redor.<sup>110</sup> A forma final da transição foi, no final, uma mistura de ambas as abordagens descritas acima. Os principais problemas com que as reformas econômicas na Tchecoslováquia e, em seguida, na República Tcheca tiveram que lidar foram privatização, liberalização de preços, liberalização do comércio exterior e estabilização macroeconômica,<sup>111</sup> transformação do sistema bancário, entre outros. Isso tudo começou logo no outono de 1990. Como visto antes, em junho de 1992 foi eleita

109 Traduzido pela autora desta tese.

110 Uma forte disputa surgiu entre os economistas Komárek e Klaus no governo federal sobre a estratégia geral da próxima transformação, na qual Klaus aplicou sua terapia de choque, semelhante à reforma polonesa de Balcerowicz. Quando o governo adotou o cronograma para sua aceleração radical em maio, na verdade decidiu sobre o futuro da República, não apenas o econômico. Economistas em torno do governo tcheco de Pithart tinham um conceito diferente e gradualista. Seu trabalho foi a venda da famosa montadora Škoda para a alemã Volkswagen, a privatização de maior sucesso na República Tcheca. No entanto, a instância decisiva foi o governo federal, efetivamente controlado por Klaus (KŘEN, 2019, p. 84).

111 Esta foi vista como condição para a liberalização econômica posterior.

a coalizão de maioria de centro–direita que fez campanha defendendo finalizar a rápida e fundamental transformação. Na mesma eleição, os eslovacos votaram em uma coalizão de centro–esquerda para os parlamentos federal e nacional, o que mostra as diferenças filosóficas sobre a política e o caminho desejável das transições, que foram um dos fatores que levaram à separação.<sup>112</sup> Em outros países da região da ECO, a experiência inicial com a transição levou os eleitores nas eleições parlamentares de 1992–1993 a trazer coalizões majoritárias lideradas por partidos pós–comunistas, opostos a grandes reformas econômicas. Na Polônia, a centro–esquerda dominou o Sjem de 1993 até o início dos anos 2000. Tanto na Polônia como na Eslováquia, muitas das reformas foram abrandadas ou mesmo abandonadas desde 1993.

A área–chave na transformação econômica era a institucional. Isso incluiu a adoção de uma nova legislação que refletiu a transição de um sistema socialista para o capitalismo. Como parte das demandas pela transformação, uma revisão abrangente da ordem jurídica aconteceu a fim de refletir as mudanças políticas e econômicas, ao mesmo tempo que expressava claramente a natureza liberal–democrática e legal do sistema estatal. Uma condição prévia foi a adoção da Carta dos Direitos e Liberdades Fundamentais e da Constituição da República Tcheca como lei básica do Estado. Construir a base legal e institucional para uma economia capitalista funcional foi uma tarefa tremenda que exigiu a reformulação de muitas leis existentes, a redação e a aprovação de muitas novas leis e estatutos e a emissão de inúmeros novos decretos. O processo prejudicou a capacidade dos funcionários do governo de preparar leis de alta qualidade, dos membros do Parlamento para avaliar, alterar e aprovar as leis e dos cidadãos para se orientarem no quadro jurídico em constante mudança.

O governo da Tchécoslováquia que chegou ao poder após a Revolução de Veludo logo declarou, além da introdução de uma economia capitalista, a importância primordial da integração com o Ocidente para restabelecer a prosperidade econômica. A fim de alcançar a desejada estabilidade macroeconômica, os tchecos começaram a transição com políticas fiscais e monetárias bem restritivas, bem como controles de salários rígidos e liberalização dos

---

112 As discrepâncias entre as duas partes da Tchécoslováquia e as duas nações se aprofundaram gradualmente, o que complicou a primeira fase da transformação. Isso afetou as atitudes de ambas as elites nacionais, onde cada parte reagiu de forma diferente. Os tchecos, com uma triste experiência de vinte anos de normalização, olharam para a transformação com esperança, enquanto os eslovacos experimentaram a normalização e a perceberam de maneira diferente. Para eles, não se tratava de estagnação, mas um momento de crescimento econômico. Enquanto em 1948 o PIB eslovaco equivalia a 61% do tcheco, em 1989 era de 86%. Os eslovacos olharam logicamente para o início da transformação com medo de que a sua economia, mais fortemente ligada à União Soviética, não tivesse boas perspectivas nas novas condições. A reforma de Klaus foi considerada benéfica apenas para os tchecos e por foi considerada por muitos eslovacos um ditame tcheco (KŘEN, 2019, p. 87).

preços. No início da transformação, a decisão-chave do governo tcheco foi se deveria seguir o caminho da liberalização de preços pelo choque ou prosseguir com a liberalização de preços gradualmente.<sup>113</sup>

No final, em 1990, o sistema de várias categorias de preços começou a operar na Tchecoslováquia. Estes foram: preços centralmente definidos, preços regulados centralmente e preços de “mercado”. Os preços definidos centralmente representaram cerca de 30% de todos os preços. Houve um aumento significativo dos preços em 1990, com um aumento dos alimentos na média de 25%. Esse foi acompanhado por um aumento dos preços dos combustíveis, relacionado à necessidade de importar petróleo de outras áreas que não apenas a União Soviética (e a preços mais elevados do que sob as condições da “amizade Tchecoslovaco-Soviética”). Alguns preços básicos, considerados particularmente sensíveis pelo público, permaneceram controlados pelo Estado – aluguéis, transporte, eletricidade.<sup>114</sup> Para eles, houve um afrouxamento administrativo gradual durante 1991, o que resultou em um aumento nos preços do carvão em 240%, do gás em 100% e do aquecimento em 320% (FÜRSTOVÁ, 2006, p. 61).

Vale mencionar, ainda, que em 1991, 85% dos preços (não ponderados ao produtor e ao consumidor) foram liberados, junto à imposição do controle dos salários. A inflação em 1991 superou 55%<sup>115</sup> frente aos 30% planejados. No entanto, isso não significa que a liberalização de preços na Tchecoslováquia não possa ser considerada estabilizada. Como resultado de políticas restritivas, a inflação dos preços ao consumidor manteve-se na faixa de 8–10% de crescimento anual desde meados de 1991. Ao mesmo tempo, a inflação foi uma das mais baixas

---

113 O argumento para a liberalização gradual dos preços era que, se a República Tcheca fosse repentinamente exposta à competição estrangeira, não seria capaz de resistir ao hábito do protecionismo da era comunista. Ao mesmo tempo, havia a ameaça de que as empresas tirariam vantagem de posição de monopólio, ditando preços, o que resultaria em aumentos excessivos de preços e alta inflação. No entanto, o impacto da liberalização brusca também poderia recair sobre as próprias empresas, que tiveram que se adaptar às pressões competitivas dentro dos preços livres, tendo que reduzir seus custos de produção rapidamente. De outro lado, a vantagem da liberalização imediata dos preços podia ser a criação de um ambiente competitivo único, em que os preços relativos seriam criados quase da noite para o dia. Aqui, entretanto, a liberalização de preços deveria ser acompanhada por medidas que promoveriam um ambiente competitivo (especialmente regras de concorrência claras) e a liberalização do comércio exterior. Para isso, no entanto, o Estado ainda não estava preparado.

114 Ao mesmo tempo, a livre fixação de preços deveria ser acompanhada por um sistema de livre concorrência, em que o ambiente do mercado não fosse distorcido pela conclusão de cartéis ou pela manutenção artificial da posição monopolista de certas empresas. A primeira lei de proteção da concorrência foi a Lei nº 63/1991 Coll. Pela primeira vez após a Segunda Guerra Mundial, ele definiu formas de distorção ilegal da concorrência. Tratava-se, por exemplo, de acordos relativos à determinação direta ou indireta dos preços de compromissos que restringiam as vendas ou o controle, acordos que dividiam o mercado entre concorrentes etc. Ao mesmo tempo, previa o controle de fusões pelo Escritório Antimonopólio

115 56,6%, mais precisamente (ČESKÝ STATISTICKÝ ÚŘAD, 2005).

de todos os países em transição da região. O crescimento cumulativo do nível de preços na Tchecoslováquia foi três vezes maior, em contraste com a Polônia, Romênia ou Bulgária, onde foi cem vezes maior (MLSNÁ, 2008, p. 137).

Paralelamente à liberalização dos preços, o governo desvalorizou a coroa tchecoslovaca. Imediatamente após a Revolução, a desvalorizou em 20% em relação às moedas conversíveis, reavaliou-a em 10% em relação ao rublo e apertou as políticas orçamentárias para 1990. Após um ano de debates e trabalho preparatório, o governo gradualmente introduziu um grande conjunto de medidas. Começou no outono de 1990 com outra grande desvalorização de 64% em relação ao dólar americano (de 18 Kcs para 29,5 Kcs/USD; hoje em dia está em cerca de 25 Kc/USD). Continuou em 1º de janeiro de 1991 com indexação da coroa a uma cesta de cinco moedas ocidentais (principalmente o marco alemão e o dólar). Ou seja, após as grandes desvalorizações, o governo optou por um regime de câmbio fixo com conversibilidade interna (idem).<sup>116</sup>

A responsabilidade pela estabilidade da moeda era do Banco Nacional Tcheco, que dentro de sua política monetária significativamente restritiva usava ferramentas padrão (determinando a taxa de desconto, requisitos de reservas bancárias obrigatórias e operações de mercado aberto), junto com as ferramentas de administração (estabelecimento do desvio permitido da taxa de desconto para os bancos comerciais, dos limites da expansão do crédito etc.). Vale notar que, com estas medidas, o banco central conseguiu manter uma moeda estável em longo prazo. No entanto, as condições do mercado monetário foram extremamente duras, o que ameaçava a sobrevivência de muitas empresas e, assim, o funcionamento de economia em si.<sup>117</sup>

A transformação do setor bancário na Tchecoslováquia foi justamente ligada à ajuda do sistema financeiro internacional e há várias opiniões sobre os seus motivos. Como Johnson (2016) destaca, a opinião convencional defende a necessidade de atrair os investidores externos, enfrentar a coerção das grandes potências ou alcançar (ou até imitar) as instituições ocidentais. Outra visão afirma que foi a comunidade transnacional de bancos centrais que guiava

---

116 No mesmo momento, a sobretaxa de importação era de 20%.

117 Os departamentos que se focavam em política monetária foram os mais prestigiados na época. Em acordo com os princípios da Comunidade, os banqueiros centrais concordaram em usar instrumentos da política monetária indiretos como operações de mercado aberto a fim de alcançar os objetivos da política monetária. Concordaram que a estabilidade de preços (ou estabilidade monetária em sistemas de segmentação por taxa de câmbio) deveria se tornar o foco de maior preferência. Segundo eles, a segmentação por taxa de câmbio era a melhor estratégia interina para países em transição. De outro lado, os países avançados com melhores mecanismo da política monetária deveriam se concentrar em metas de inflação (JOHNSON, 2016, p. 118).

ativamente a transformação dos bancos centrais pós-comunistas.<sup>118</sup> Essa visão destaca as tentativas dos banqueiros centrais influentes em democracias industrializadas avançadas e seus aliados no FMI de introduzir o modelo de bancos centrais ocidentais em diversos países onde a ordem econômica existente era deslegitimada e onde os líderes buscavam novos caminhos, a fim de organizar e estabilizar seus sistemas financeiros (JOHNSON, 2016).

Foi com vistas a transformar a legislação do banco central que os governantes tchecoslovacos se voltaram (por falta das competências próprias, como mencionado acima) para comunidade internacional. Assim, logo começou a cooperação da Tchecoslováquia com países ocidentais através do Fundo Monetário Internacional, do Banco de Pagamentos Internacionais (BPI) e, eventualmente, do Banco Central Europeu. A entrada nas organizações internacionais e instituições financeiras regionais foi particularmente importante para abertura do sistema financeiro ao sistema internacional.

Ao redor de 1990 e 1991, ocorreram várias conferências e encontros que deram ainda mais poder à essas instituições. O encontro do G10, por exemplo, entre os banqueiros centrais e ministros de finanças dos Estados individuais, deu ao BPI mandato formal para coordenar os esforços de ajuda para bancos centrais a Europa Central e Oriental. Ainda assim, o BPI pediu subsequentemente ao FMI e Banco Mundial para gerenciar a assistência às economias em transição, sendo que todos precisavam urgentemente da estabilização macroeconômica e de uma reforma estrutural massiva (FISCHER, 2003). Cada vez mais, foi também o FMI que forneceu assistência a esses países (através, por exemplo, do Departamento de Banco Central). Essa rede estreitou suas relações até o ponto em que os banqueiros centrais estavam mais próximos dos seus colegas do que dos seus próprios governos, o que foi ainda reforçado pela promoção do Consenso de Washington (JOHNSON, 2016).

Johnson, ainda, chama esse fenômeno de “transplantação do modelo de banco central da Comunidade para o mundo pós-comunista”:

*Established central bankers and their governments had powerful motives to spread their institutional model to the postcommunist world, motives rooted in their position*

---

118 Aqui destacamos o papel dos bancos americanos. “The derivatives activities of these banks were crucial to the making of global capitalism because they could, as Bryan and Rafferty put it, ‘blend together (or make transmutable) different forms of capital, [and] create a market of conversion between fixed and floating rate loans, and between different currencies.’, ou seja, ‘the main purveyors of the new financial instruments, not only on Wall Street but globally, were the rising firms since the 1960s such as Salomon Brothers and Goldman Sachs, which displaced old established ones like Dillon Read and Kuhn Loeb. They were the principal conduits for the massive inflow of capital from abroad, assisted by the removal in 1984 of the final remnant of the tax penalties introduced in the 1960s to protect the dollar. At the same time, the US investment banks not only greatly expanded their operations in the City of London, but also spread out into the European continent, and beyond” (PANITCH, 2012, p. 175).

*in the international financial system. Once the postcommunist states began to open their economies, ensuring systemic stability demanded transnational cooperation and standard setting* (JOHNSON, 2016, p. 24).

A interconexão dos bancos centrais com as organizações internacionais foi ainda facilitada com a entrada da Tchecoslováquia no FMI e no Banco Mundial em setembro de 1990. Em dezembro de 1990, o governo tchecoslovaco, em cooperação com o FMI, estabeleceu o “Acordo de empréstimo de ajuste estrutural”, que comprometeu o governo com a introdução de novas leis bancárias. Esse acordo foi particularmente importante, pois significou a aprovação internacional dessas políticas e permitiu o acesso da Tchecoslováquia aos mercados financeiros internacionais. Esse acordo, junto com outros passos como visto acima, também pode ser considerado uma violação voluntária da soberania como visto por Krasner. Neste caso, vemos o típico exemplo de contrato, junto com convenções.

No mesmo sentido, a fim de retificar a situação, os economistas liderados pelo presidente do Banco do Estado da Tchecoslováquia (BET), Josef Tošovský (desde janeiro de 1990), pediram ajuda para a Comunidade transnacional de bancos centrais. Em dezembro de 1991, foi aprovado em ambas as partes do Parlamento, tcheca e eslovaca, o Ato no Banco do Estado da Tchecoslováquia (com efeito desde fevereiro de 1992). Assim, foi estabelecido um banco central “independente”, tendo como seu maior objetivo a estabilidade monetária.<sup>119</sup> O governador e os membros do conselho foram escolhidos pelo presidente do Estado. Ao BET foi permitido financiar até 5% do déficit orçamentário. O governo, junto com o BET e o FMI, apoiava as políticas monetárias e fiscais conservadoras, então não sentiu necessidade de impor imediatamente um limite legal mais apertado para restringir o governo (REPÚBLICA TCHECA, 1992).

No sentido das restrições de soberania, ainda vale mencionar que esta lei foi muito parecida com a do *Bundesbank* alemão (o mesmo aconteceu na Polônia e na Hungria), mas deu ainda maior autonomia ao banco central do que nos países ocidentais avançados. A propósito, a República Tcheca estava entre um terço dos países que deram mais independência aos seus bancos centrais do que tinha o banco central alemão. Vale ainda destacar que, baseado no consenso internacional, os países pós-comunistas escolheram adotar a independência dos

---

<sup>119</sup> O BET foi responsável pela estabilidade monetária, mas a lei não lhe deu autonomia na elaboração de políticas ou orçamento (REPÚBLICA TCHECA, 1990(a)).

bancos em busca de legitimidade internacional e soberania nacional, sem olhar as condições domésticas particulares (JOHNSON, 2016, p. 49–54).

Mesmo que a transformação do sistema bancário e do papel do banco central tenha sido um grande desafio, na maioria dos países ex-comunistas foi bem-sucedida. Em torno de 1989 havia quatro bancos comerciais de propriedade do Estado – Banco de Retenção, Banco de Negócios, Banco Comercial e Banco de Investimento.<sup>120</sup> Subsequentemente, a criação de novos bancos ocorreu com grande velocidade, pois o pequeno depósito inicial exigido favoreceu os novos fundadores. Foi criado, assim, um número excessivo de bancos novos Myant (2013).<sup>121</sup> afirma que, embora o aumento tenha sido alto, o banco central aceitava apenas cada décima aplicação. Os bancos pequenos tiveram problemas com falta de capital e, por isso, contraíram empréstimos de bancos maiores.

Quando a Tchecoslováquia se dividiu em República Tcheca e Eslováquia, os dois países começaram a criar legislação a fim de estabelecer dois bancos centrais independentes. Assim, a República Tcheca ficou com o Banco do Estado da Tchecoslováquia (desde então Banco Nacional Tcheco – *Česká Národní Banka*). Sua independência foi incluída na nova Constituição de 16 de Dezembro de 1992. Foi estabelecido também o Ato do Banco Nacional Tcheco, baseado no Ato do Banco do Estado da Tchecoslováquia. Foi essa legislação que institucionalizou a independência do BNT e transferiu-lhe os direitos e obrigações de BET.<sup>122</sup> A Eslováquia criou seu próprio Banco Nacional Eslovaco de forma parecida.

Passando para outros elementos da transformação, os mecanismos que tiveram por objetivo buscar políticas macroeconômicas restritivas foram complementados por um forte impulso para uma privatização ampla e rápida, junto com diminuição dos subsídios do governo às empresas, bem como de outras expedições do governo (DYBA; ŠVEJNAR, 1995, p. 24). A transformação de relações de propriedade foi condicionada pelo funcionamento eficaz dos próprios mercados. Portanto, entre várias reformas do início dos anos 1990, as mais importantes foram neste sentido a criação dos mercados livres de bens e serviços, dinheiro, capitais

---

120 Já em 1992, os bancos foram incluídos no processo de privatização. Entretanto, Banco de Retenção, Banco Comercial e Banco de Investimento ficaram majoritariamente sob propriedade do Estado ainda por muito tempo enquanto o Banco de Negócios foi vendido para um investidor alemão em participação majoritária. (ŽÍDEK, 2006) Ainda assim, os bancos não conseguiram de forma eficaz valorizar os empréstimos e não sabiam para quais empresas emprestar. Ao mesmo tempo, eles tiveram segurança que, em caso de problemas financeiros, o Estado os apoiaria. A confiança no apoio do Estado não induziu os bancos a comportar de forma responsável e, como consequência, foi realizado grande número de empréstimos que não tiveram retorno.

121 Olhando o número total de bancos na Tchecoslováquia, este foi de 9 em 1990, 24 em 1991, 37 em 1992, 52 em 1993 e assim por diante (MYANT, 2013).

122 Constituição de 1993, Capítulo 6, Artigo 68.



e trabalho. A privatização ocorreu em três ondas, com base nas leis de privatização. Tratou-se de um processo complicado, já que a Tchecoslováquia não tinha quase nenhuma experiência com esse tipo de atividades. Ao mesmo tempo, ele se mostrou uma área fundamental na transformação das economias dos países da Europa Central e Oriental.<sup>123</sup>

A primeira onda de privatizações ocorreu quando o Estado, no processo de restituição, devolveu para antigos proprietários o que havia sido anteriormente nacionalizado. O segundo passo foi a “pequena privatização”. Esta ajudou a reconstruir o setor de comércio privado, que na Tchecoslováquia praticamente não existia. Neste processo, as pequenas empresas, estabelecimentos de varejo e serviços foram transferidos para atores não-estatais.<sup>124</sup> Os novos adquirentes pagavam sempre em dinheiro, por meio de licitações em leilões públicos. Já que as pessoas nesse momento não dispunham de meios financeiros, foi criada uma regulamentação do governo estabelecendo que os bancos, quando privatizados, tinham que emprestar para indivíduos. No entanto, essas transações não tinham fundos adequados e a maioria dos bancos faliu.

A terceira etapa, a mais dinâmica, foi a “privatização de cupom”. Os cidadãos ganharam a possibilidade de comprar barato os assim chamados “livros de cupom” com um determinado número de cupons (*vouchers*) através dos quais poderiam adquirir participações em qualquer empresa estatal que as autoridades liberaram para a privatização. Assim, as pessoas trocaram esses livros por ações em empresas, o que levou à criação de bolsa de valores na Tchecoslováquia, como veremos adiante. Apareceram novos métodos, como leilões de *vouchers* ou vendas, o que atraiu investidores estrangeiros.

Imediatamente, a maioria das empresas começou a se mover para o setor privado. Como consequência, as Empresas de Comércio Exterior, como conhecidas pelo socialismo gradualmente desapareceram. Suas atividades não foram mais necessárias, pois nesse novo cenário, as empresas realizavam o comércio externo por si mesmas.<sup>125</sup> Isso tudo foi muito importante também do ponto de vista político, pois representou a transferência da propriedade

---

123 Ao mesmo tempo, é difícil reunir dados relevantes e complexos sobre a transição, principalmente no que diz respeito ao setor privado em rápido crescimento.

124 A base jurídica para este processo foi aprovada pela Assembleia Federal por Lei no. 427/1990 Coll., sobre as transferências de propriedade do Estado para outras pessoas singulares ou coletivas.

125 Feromet, por exemplo, foi privatizada por Trinecke zelezarny e tornou-se sua divisão do comércio exterior; Omnipol, que importava e exportava armas, desde então importava e exportava para empresas individuais na indústria de armamentos, negociando também com as forças militares tchecas como uma empresa privada.

dos meios de produção e sua transição para o setor privado que, na visão do governo, determinava a transição do sistema político e seu futuro destino.<sup>126</sup>

Mesmo que no começo não houvesse consenso entre os reformadores sobre se a privatização rápida e em grande escala era um pré-requisito fundamental para lidar com os problemas de propriedade social, esse processo se mostrou crucial, especialmente em comparação com a propriedade dos recursos produtivos de outros países da região. Na Tchecoslováquia socialista, apenas 1,2% da força de trabalho e 2% das propriedades eram de propriedade privada (FUCHS, 2002, p. 41). A velocidade da privatização encontrou vários obstáculos importantes, em particular a falta de capital em recursos próprios. De acordo com os dados de 1990, 1.400 bilhões de coroas foram reservados para privatizações, enquanto as reservas da população na mesma data formavam somente 323,4 bilhões (MLSNÁ, 2008, p. 122). Além disso, a decisão de priorizar as restituições sobre a privatizações resultou, muitas vezes, no bloqueio das últimas por muitos anos.<sup>127</sup>

A transição de uma economia planejada centralmente é frequentemente acompanhada por um declínio significativo na produção. Nenhuma das economias em transformação na região conseguiu evitá-lo. Os maiores declínios nos países do antigo bloco soviético ocorreram na Bulgária e na Romênia. Em geral, os anos de menor produção foram 1992 e 1993. No caso da República Tcheca, o caso mais grave foi registrado em 1991, ou seja, no ano em que se iniciou a liberalização dos preços e do comércio exterior. Em 1990, o PIB *per capita* nominal da Tchecoslováquia foi estimado pelo Banco Mundial em apenas US\$ 3.300 (parecido com Venezuela e Iugoslávia na ocasião, mas apenas ligeiramente acima de um quinto do da Áustria) (DYBA; SVEJNAR, 1995, p. 22).

Ainda neste sentido, em 1991, o Fundo Monetário Internacional previu que o PIB da Europa Central e Oriental cairia 1,3%, mas na realidade caiu em média 12%. Um dos motivos

---

126 A chamada privatização em grande escala tornou-se bastante problemática. Isso ocorreu de acordo com a Lei nº 92/1991 Coll. sobre as condições de transferência de propriedade do Estado a outras pessoas. Tratava-se basicamente de liberalizar a criação de operadores econômicos. A transferência de todos os meios de produção não foi totalmente concluída, pois a onda de restituição de propriedades a indivíduos que haviam sido confiscados pelo regime comunista após 1948 não foi concluída (REPÚBLICA TCHECA (b), 1991).

127 Neste sentido, houve algumas opiniões de que a propriedade do Estado deveria ser transferida para os funcionários das empresas. Um modelo semelhante de estrutura de propriedade é parcialmente aplicado na República Federal da Alemanha, onde os funcionários participam da gestão da empresa da qual são funcionários. Este modelo alemão é considerado uma manifestação do caráter do Estado de bem-estar. Os oponentes dessa abordagem afirmam que isso pode dificultar a transformação e o desenvolvimento, uma vez que os funcionários geralmente preferem manter seu próprio lugar em vez do desenvolvimento da empresa como tal. O sistema de empresas pertencentes aos empregados apresentaria, portanto, deficiências significativas em termos de motivação e esforços para reestruturar as empresas.

foi a queda significativa do consumo privado em 1991, quando houve uma queda extraordinária dos salários reais. Isso também foi afetado negativamente pelo comportamento da população em 1990, que em antecipação à liberalização dos preços e à desvalorização da coroa, adquiriu bens de consumo de longo prazo. Outro fator foi a mencionada liberalização dos preços. Os consumidores numa nascente economia capitalista foram forçados a manter estoques excessivos e, portanto, viram um aumento constante no consumo pessoal desde 1992. Outro fator negativo foi a incerteza quanto ao futuro desenvolvimento da política salarial e a situação do mercado de trabalho.<sup>128</sup> Portanto, as famílias tenderam a aumentar suas poupanças por motivos precaucionais. Em 1991, também, houve um declínio mais profundo na demanda por investimentos. Isso foi causado não apenas pela liberalização dos preços e do comércio exterior, mas também por uma considerável incerteza nas relações de propriedade, uma vez que uma privatização maior ainda não havia ocorrido (MLSNÁ, 2008, p. 124–126).

Outro motivo para o declínio na produção foi a retração na demanda externa por produtos da Tchecoslováquia, causada pelo colapso do sistema de comércio e do pagamento do Comecon e pelo declínio na produção e na demanda por bens em países com economias planejadas centralmente. Assim, no início das reformas, a Tchecoslováquia perdeu grande parte dos mercados em que tinha vendas garantidas. Isso aconteceu não apenas em conexão com a transformação após 1989, mas também com a divisão em 1993, quando a República Tcheca perdeu seu mercado para seus produtos anteriormente vendidos no mercado eslovaco.<sup>129</sup>

Vale ainda mencionar que a importante produção industrial tchecoslovaca caiu na primeira metade da década de 1990 para cerca de 70% do nível de 1989. (idem) Isso não é surpreendente, pois a produção industrial não se adaptou de imediato às exigências do

---

128 Junto com a diminuição da produção chegou o desemprego. A realidade do desemprego nos países da Europa Centro-Oriental foi bem maior do que as previsões. O maior no começo dos anos 90 estava na Polônia (16% em 1993 e 1994, sendo que se esperava 10%), já que lá começou a transformação econômica como primeiro país da região. Na República tcheca não era tão grande. Em 1991 foi ao redor de 4%; em 1990, 1%. Na Romênia, por exemplo, foi de 0% em 1990, 4% em 1991 e 8% em 1992. O maior declínio do emprego se deu na primeira metade dos anos 90 na indústria e na agricultura. (MLSNÁ, 2008, p. 128–129) A estrutura de educação da população tcheca foi um fator positivo que influenciou a taxa de emprego. Em 1989, mais de 50% da população da Tchecoslováquia tinha ensino médio e superior, 15–20% superior à média de outros estados socialistas (ŠVEJNAR, TERRELL, MÜNICH, 1997, p. 237–265). Na República Tcheca também havia uma infraestrutura muito boa para a mobilidade de transporte para o trabalho.

129 Outro fator na redução da produção, ainda, foi a redução ou abolição total dos subsídios públicos. Se as empresas não pudessem pagar por sua produção sozinhas, teriam que reduzi-la. Um fator significativo foi também o “choque gerencial”, quando os representantes do socialismo não estavam preparados para criar seus próprios mercados, pois estavam acostumados a executar ordens dentro do plano econômico do Estado. No entanto, o declínio teria acontecido com os antigos países do Comecon mesmo sem transformação, como pode ser visto no caso da Finlândia, que era fortemente dependente do comércio com a União Soviética e cujo PIB caiu 7% em 1991 e 4% em 1992 (MLSNÁ, 2008, p. 126–127).

“mercado” e a não refletia a saturação das necessidades básicas. A tendência geral de declínio da produção industrial foi menos pronunciada no setor de carvão e produtos petrolíferos, que declinaram apenas em 1993. O interesse pelo carvão e produtos petrolíferos se deveu ao potencial crescente de uma economia em transformação que não poderia prescindir dessas mercadorias básicas na transformação tecnológica. Ao mesmo tempo, o declínio da produção industrial foi muito maior do que, por exemplo, da produção agrícola.<sup>130</sup>

O foco no sistema financeiro depois do fim da Guerra Fria refletiu-se muito na redução da intervenção do governo na indústria. Como Glyn anota:

*Nationalized industries have always occupied an uncomfortable position in capitalist economies. (...) Mainly located in utilities and other basic industries they hovered uncomfortably between operating as a socialistic beachhead on the one hand and supplying cheap inputs which boosted the profits of the private sector on the other. In the former conception nationalized firms could influence the structure of the economy, avoid exploitation of monopoly positions and allow experiments in worker involvement in decision-making. Alternatively, as purveyors of inputs to the private sector, they would be criticized for not being efficient enough and for absorbing government subsidies (GLYN, 2006, p. 37).*

Ao avaliar o alto nível do declínio do PIB, é necessário incluir o contexto de grandes choques externos e mudanças estruturais em toda a região. A absorção da Alemanha Oriental pela Alemanha Ocidental em 1990 representou o primeiro choque, na medida em que a primeira era um importante parceiro comercial da Tchecoslováquia, respondendo por aproximadamente 10% do seu comércio exterior. Outro choque veio do colapso da economia soviética e da recessão na Europa Central e Oriental. A mudança do comércio do Comecon para o comércio exterior com base nos preços mundiais em 1 de janeiro de 1991 também resultou numa mudança significativa nos termos do comércio contra a Tchecoslováquia. Cálculos oficiais apontam para uma piora de 22% dos termos de troca da Tchecoslováquia em 1991. Também não houve melhora em 1992, apenas uma ligeira de 1993 à 1994. Outro choque veio em janeiro de 1993, com a separação da Tchecoslováquia (DYBA; ŠVEJNAR, 1995, p. 32). O crescimento econômico foi retomado em 1994, quando o PIB cresceu 2,5%, e em 1995, com 4,8%. Nos anos 1997 e 1998, quando ocorreu a crise política e econômica no país, foram os únicos anos em que o PIB caiu por menos que 1%. Desde então, ele vem crescendo (com exceção de 2009 – outra

---

130 Vale lembrar que este declínio contrasta fortemente com o rápido crescimento da produção (embora de um nível muito mais baixo) experimentado no mesmo período pela rápida transformação da economia chinesa.

crise estrutural –, e 2020 – com a crise da pandemia) até hoje, com pico de crescimento em 2005 e 2006 (ČESKÝ STATISTICKÝ ÚŘAD, 2022a).

O declínio da produção e dos padrões de vida que aconteceu com a transformação na primeira onda foi muito criticado pelos economistas de “esquerda”, como Valtr Komárek. Estes, desde o começo, temiam que a economia monopolizada não estivesse preparada para a rápida exposição dos produtores domésticos à concorrência estrangeira, ao mesmo tempo em que ocorriam grandes mudanças na liberalização dos preços, o que levaria à alta inflação. Porém, como defendido pela elite conservadora, isso acabou se revelando inevitável em tal processo de transformação. Ainda assim, no caso da República Tcheca, o declínio não foi estrutural, ao contrário do que aconteceu, por exemplo, na Rússia pós-soviética. Os indicadores macroeconômicos do desenvolvimento da economia em transformação tcheca eram de longe os melhores de todos os Estados da ECO Europa Central e Oriental,<sup>131</sup> como visto na tabela 1.

**Tabela 1**  
**Annual Percentual Change in Real GDP in Selected Transitional Economies**

	1985–89	1989	1990	1991	1992	1993	1994*
Czech Rep.	2.3	4.5	-1.2	-14.2	-6.6	-0.3	2.5
Slovak Rep.	2.4	1.1	-2.5	-14.0	-7.0	-4.7	2.9
Bulgaria	–	-3.3	-9.1	-11.7	-5.7	-4.2	0.0
Hungary	–	0.4	-3.3	-10.2	-5.0	-1.5	1.0
Poland	–	0.2	-10.5	-7.5	1.5	4.0	5.0
Romania	–	-5.8	-5.6	-12.9	-13.6	1.0	0.0
Russia	–	–	-20	-9.0	-13.6	-16.0	-12.0

Source: Czech National Bank, EBRD, IMF, OECD, World Bank, taken from Dyba, Svejnar (1995).

\*Estimate

Entre 1991 e 1994, o governo da Tchecoslováquia seguiu as políticas fiscais restritivas, registrando déficits orçamentários de menos de 3% do PIB em 1991 e 1992, como visto na tabela 2. O governo procurava instituir um sistema abrangente de impostos, até que em janeiro de 1993, os impostos de renda de pessoa física e jurídica e um imposto sobre valor agregado foram introduzidos. Temendo uma explosão da inflação, o Banco Central seguiu uma política

<sup>131</sup> Em geral, as medidas introduzidas pelas autoridades tchecoslovacas em Janeiro de 1991 assemelhavam-se às tomadas pelos poloneses um ano antes. Diferenças importantes aqui residiam nas condições iniciais. Por exemplo, em 1990 a Tchecoslováquia era muito menos capitalista que a Polônia em 1989; no entanto, em comparação com a Polônia, a Tchecoslováquia desfrutava de uma posição macroeconômica mais estável e favorável, como descrito acima.

monetária rígida. Dentro desse processo, a inflação aumentou de 1,4% em 1989 para 9,7% em 1990. Houve um surto inflacionário de 56,6% em 1991 com a liberação da maioria dos preços, seguido por um aumento de 11,1% em 1992, 20,8% em 1993 e 10% em 1994 (ČESKÝ STATISTICKÝ ÚŘAD, 2005). Isso coloca a República Tcheca junto com a Eslováquia e a Hungria na categoria de economias em transição com baixa inflação.

**Tabela 2**  
**Taxa de inflação na República Tcheca nos anos 1989–2004**

Ano	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
%	1,4	9,7	56,6	11,1	20,8	10	9,1	8,8	8,5	10,7	2,1	3,9	4,7	1,8	0,1	2,8

Fonte: [https://www.czso.cz/csu/czso/13-7102-04-za\\_1\\_\\_\\_4\\_\\_ctvrtleti\\_2004-mira\\_inflace](https://www.czso.cz/csu/czso/13-7102-04-za_1___4__ctvrtleti_2004-mira_inflace).

**Tabela 3**  
**Fiscal Budget Surplus (Deficit) as a Percentage of GDP in Selected Transitional Economies**

	1989	1990	1991	1992	1993	1994 I-III
Czechoslovakia	–	–	–2.7	–2.6	–	–
Czech Rep.	–	–	–2.1	–0.2	0.1	0
Slovak Rep.	–	–	–	–	–6.8	–5.8
Bulgaria	–1.4	–8.5	–3.3	–6.3	–8.0	–6.7
Hungary	–1.5	0.5	–4.9	–7.0	–7.0	–6.2
Poland	–7.0	–3.1	–3.8	–6.0	–2.8	–4.1
Romania	8.4	1.2	0.7	–7.4	–0.1	–
Russia	–	–	–	–4.3	–10.5	–9.5

Fonte: Czech Nation Bank, EBRD, IMF, World Bank, de Dyba, Svejnar (1995).

Como pode ser visto na tabela 3, ainda, as taxas de juros nominais aumentaram significativamente durante a transição, mas permaneceram bem abaixo da inflação na maior parte do tempo. Esta tabela mostra que o setor bancário em desenvolvimento foi capaz de estabelecer um *spread* considerável entre a taxa de juros sobre empréstimos e depósitos, permitindo assim que os bancos comerciais recém-criados e gravemente subcapitalizados criassem reservas. Este método de aumentar as reservas bancárias ilustra a ênfase colocada na restrição de despesas e transferências fiscais, mesmo às custas da eficiência de curto prazo da alocação de recursos e do crescimento. No entanto, essas políticas foram consideradas pela elite

como uma pré-condição para manter a inflação sob controle e melhorar as perspectivas de crescimento a longo prazo.<sup>132</sup>

**Tabela 4**  
**Average Nominal Interest Rate on Loans and Deposits in Commercial Banks**

	1989	1990	1991	1992	1993	1994*
Loans	5.0	5.9	14.5	13.8	14.1	13.4
Deposits	3.4	2.8	8.1	6.7	7.0	7.2

Fonte: Czech National Bank, de Dyba, Svejnar (1995).

Nota: 1989–1992 se refere à Tchecoslováquia; 1993–1994 se refere à República Tcheca.

\*Estimado

A alocação de crédito passou por grandes mudanças desde o início da transição. Em 1990, o crédito bancário a empresas estatais constituía a maior parte do crédito bancário. Em 1993, no entanto, o crédito bancário para empresas privadas (350,6 bilhões de Kc) ultrapassou o crédito para empresas estatais (275,2 bilhões de Kc). Isso reflete tanto o surgimento de novas empresas privadas quanto a rápida privatização. O crédito doméstico também cresceu. A política governamental de financiamento às empresas privadas constituiu um estímulo importante para a sua criação. O governo também deu continuidade à política de endividamento externo prudente. Durante o governo comunista, em 1989, a dívida externa do país era de apenas US\$ 7,9 bilhões. A dívida aumentou para US\$ 9,5 bilhões no final de 1992, com os empréstimos adicionais servindo estritamente para aumentar as reservas internacionais. A parcela da dívida da Tchecoslováquia/República Tcheca era de 25% do PIB no final de 1992 e declinou à 13,2% do PIB no final de 1993 (CZK 158,8 bilhões a uma taxa de câmbio de CZK 44,7 por dólar), refletindo novamente a política de aumento das reservas externas (MLSNÁ, 2018).

Em 1996, as cooperativas de crédito entraram no mercado tcheco. Desde então, no mercado operavam bancos tchecos, estrangeiros e cooperativas de crédito (MYANT, 2013). Os bancos estrangeiros forneceram empréstimos aos clientes merecedores de crédito e menos

<sup>132</sup> Embora liberalizasse amplamente os preços, o governo inicialmente manteve um sistema relativamente estrito de controles de salários. O sistema foi introduzido em 1991 como parte do pacote de um estabilização abrangente. Seu objetivo era manter o aumento dos salários abaixo da inflação e, assim, complementar a taxa de câmbio fixa e políticas fiscais e monetárias restritivas para extinguir potenciais pressões inflacionárias. Os controles salariais foram implementados por meio de uma assembleia tripartite (o Conselho de Acordo Social e Econômico), composta por representantes do governo, empregadores e sindicatos. A regulamentação salarial foi repetidamente abolida e reintroduzida.



arriscados. Os mais arriscados permaneceram nos bancos pequenos, até que a maioria dos clientes foi incapaz de reembolsar os empréstimos recebidos e esses bancos começaram a desaparecer lentamente (ŽÍDEK, 2006).<sup>133</sup>

Assim, os bancos começaram a se comportar de maneira comum nas condições de mercado e aumentaram juros sobre empréstimos para empresas estatais. Já que o Banco Central autorizou o desvio da taxa de juros dos bancos comerciais para 14% da taxa de desconto (a partir de 10% anteriormente), eles poderiam subir a taxa de juros para 24%. Para as empresas estatais endividadas desde os dias de planificação central, esta foi uma situação insuportável. Mesmo com o Banco de Consolidação, para o qual foram transferidos os empréstimos e a taxa de juros reduzida para 8%, a situação não melhorou (BOUDOVOVÁ, 2008).

Grandes diferenças no nível de taxa de juros na Tchecoslováquia em comparação com outros países complicaram a situação para exportadores de bens de investimento, cujas atividades foram associadas ao fornecimento de empréstimos de longo prazo. Muitas vezes, os exportadores adquiriram estes empréstimos na Tchecoslováquia com taxa de juros maiores do que eles podiam cobrar dos seus clientes. Para aliviar as condições de taxa de juro, contribuiu a criação do Banco de Exportação mencionado acima e a da Agência de Garantia à Exportação. Essas instituições ofereceram garantias sobre empréstimos de longo prazo (idem).

Vale lembrar que desde o começo, o governo tcheco (assim como outros governos de ex-satélites soviéticos) recebeu assistência da Comunidade e, particularmente, do FMI, BPI e, posteriormente, do BCE. Estas instituições forneceram importantes recursos organizacionais, treinamentos e assistência tecnológica. Entre outras instituições importantes que deram ajuda estiveram o *Bank of England*, *Bundesbank*, *The Joint Vienna Institute* e *The Financial Services Volunteer Corps*. No entanto, a supervisão bancária não foi sempre eficiente. Os bancos estabelecidos frequentemente preferiam se focar na estabilidade de preços e das políticas monetárias em vez de supervisionar os bancos comerciais. A má regulação do setor financeiro teve consequências, provocando instabilidade e até crises financeiras sistêmicas, particularmente em 1997–98 e, depois, 2007–2008.

---

133 Além disso, vale mencionar alguns bancos cujo objetivo era melhorar as insuficiências causadas pelo processo de transformação. Este foi, por exemplo, o Banco de Consolidação, que tomava conta de compromissos do período anterior à Revolução e, posteriormente, os maus empréstimos que foram transferidos durante a “limpeza” dos ativos bancários. Outro foi o Banco de Garantia e Desenvolvimento Tcheco-Morávia – *Českomoravská záruční a rozvojová banka*, cuja missão era ajudar as pequenas e médias empresas, fornecer garantias bancárias e empréstimos. Em seguida, o terceiro banco muito importante nesse sentido era o Banco de Exportação, que tinha por objetivo fornecer empréstimos a juros baixos para os exportadores a fim de estimular o comércio externo (idem).

*The spread of central bank independence should be seen as a fundamentally social and political phenomenon, rooted in the logic of organisational mimicry and global norms of neoliberal governance. Organisational models are diffused across borders through the perceptions and actions of people seeking to replicate others' success and legitimise their own efforts at reform by borrowing rules from other settings, even if these rules are materially inappropriate to their local needs (JOHNSON, 2016, p. 54).*

Voltando ainda para a questão de moeda, a completa conversibilidade da coroa foi alcançada no final de 1995, quando foram abolidas as restrições anteriores, por exemplo, as restrições à alocação de divisas para os indivíduos (o limite de compra de moeda estrangeira para cidadãos para fins turísticos aumentou em 1991 de 2000 para 5000, e no início de 1995, para 100.000, o que foi ainda no mesmo ano abolido completamente). Além disso, ocorreu a liberalização dos movimentos de capitais. Vale notar que a República Tcheca foi a primeira das economias em transição da região que alcançou a plena conversibilidade da moeda. Devido à restrição inicial muito estrita feita pela reforma monetária, a República Tcheca logo restaurou o equilíbrio financeiro. Portanto, o Banco Nacional deixou, desde 1993, de aplicar ferramentas administrativas do controle da oferta e demanda de moeda e, gradualmente, mitigou a natureza restritiva de estabilização a curto prazo da política monetária. A taxa de desconto foi reduzida no começo de 1994 de 10% para 8%. A fim de controlar a quantidade de dinheiro em circulação, o Banco Nacional continuou a usar principalmente operações de mercado aberto com exigências de reservas (BOUDOVÁ, 2008).

O que não ajudou a situação econômica que estava piorando ao redor de 1996 foi a crise monetária no Sudeste da Ásia, o que no final levou à desvalorização da coroa tcheca. Dentro da crise monetária, a coroa saiu do câmbio fixo e alguns políticos como Ruml e Kočárník, ministros do Interior e das Finanças, abdicaram das suas funções (RYJACEK, 2008, p. 42–46).<sup>134</sup> Esse também foi um fator importante dentro da crise política da época.

Como visto anteriormente, o mercado de capitais na economia socialista não existia. As normas legais que estabeleceram as regras do funcionamento do mercado de capitais após a queda do regime foram adotadas entre 1991–92. Isso ocorreu em paralelo com a criação de suas principais instituições: Bolsa de Valores,<sup>135</sup> empresas de investimento e fundos e o Centro

---

<sup>134</sup> Tudo isso está ligado ao chamado “ataque especulativo à coroa”.

<sup>135</sup> A bolsa de valores existia já desde 1871 e funcionava até a Primeira Guerra Mundial, ou seja, até 1914. Ela abriu novamente na Primeira República da Tchecoslováquia em 1919. Nessa época, foi muito próspera. O fechamento ocorreu de novo antes da Segunda Guerra Mundial, em 1938. Depois da guerra, no entanto, não foi reaberta, com base no Regulamento do Ministério das Finanças. Em 1990, começou a preparação para a recriação da bolsa de valores. Esta foi recriada em novembro de 1992 como Bolsa de Valores de Praga (*Prague Stock Exchange*) e introduzida como uma sociedade anônima.

de Títulos. Na realidade, o mercado de capitais começou a funcionar durante a privatização de cupom, como mencionado acima.

Em abril de 1993, foram realizadas as primeiras transações. A introdução de primeira emissão de ações na primeira onda de privatização de cupom pode ser vista como o início das negociações na bolsa de valores. Isso ocorreu em junho de 1993. Neste ano foi criado também o mercado balcão chamado de *RM-SYSTEM*, que em 2008 começou a se orientar para investidores pequenos e médios sob o novo nome “*RM-SYSTEM, Bolsa de Valores Inc*” (Prague Stock Exchange, 2013). No mercado de capitais, então, existiam dois mercados de títulos: Bolsa de Valores de Praga e *RM-System*. Na Bolsa de Valores de Praga, os negócios foram realizados através de corretores, enquanto o *RM-System* foi criado para que os proprietários de ações pudessem entrar no mercado de capitais diretamente, sem corretores.

### 2.3.3. Abertura econômica para o mundo

Ao tratar em maiores detalhes dos aspectos da interdependência das economias no sistema internacional, enfatizamos três fatores muito importantes para a Tchecoslováquia (República Tcheca) no contexto geopolítico, conforme já citado anteriormente. Como colocado por Liška e Stavárek (2003), estes seriam: 1) crescente dependência das economias, o que restringe a sua autonomia e soberania, 2) vulnerabilidade das economias devido ao ambiente externo e, 3) aumento da instabilidade do sistema econômico internacional. Destacamos, mais uma vez, a importância da interconexão entre os processos internos e atores e processos externos centrais na transição econômica. Trata-se de um fenômeno que muitos consideram *win-win*:

*Insofar as states often encouraged and supported capitalists in doing this, there was always a specifically national dimension to processes of capitalist internationalization. And as the interaction with foreign capital affected domestic social forces, this in turn contributed to generating that combination of inside and outside pressures through which states came to accept a certain responsibility for reproducing capitalism internationally (PANITCH, 2012, p. 4).*

Com a liberalização política e econômica, apareceram no sistema financeiro tcheco elementos clássicos do capitalismo. Não há dúvidas de que isso andava de mãos dadas com o desenvolvimento dos mercados financeiros internacionais desde os anos 70 e 80, que funcionavam como catalisadores para os processos globalizantes. Nesse contexto, uma das

características maiores da transformação era a abertura para acumulação de capital, como força matriz do desenvolvimento:<sup>136</sup>

*Even more dramatic than the collapse of ISI was the grand opening to capital accumulation that “1989” represented in the USSR and Eastern Europe. The “pioneering” lending strategies of Western banks had already combined with the sclerosis of “actually existing socialism” to turn Poland, Yugoslavia, and Hungary, among other Communist states, into sizable debtor states during the 1970s, thereby initiating “the renewal of East–West economic integration” through a new relationship between “global capital markets and command economies.” The Eastern European states were mostly cut off from new bank loans along with the Third World states that were so severely impacted by the debt crisis in 1980s. (...) Yet the stampede to capitalism in Russia and Eastern Europe generally produced nothing like the flow of foreign direct investment that was going to Latin America and to China by the early 1990s. The interest of international investors depended much less on the adoption of ersatz democracy than on a stable legal framework to guarantee contracts and secure property claims. (...) The neoliberal “shock therapy” of privatizations and plant closures, which the US and Western European states quickly made a condition for extending loans and opening access to their markets, produced “the fragmentation of the Comecon region and its replacement by hub and spoke relations between isolated eastern states and the West (idem, 2012 p. 217–218).*

Assim, esperava-se logo um alto grau de entrada de capital estrangeiro na Tchecoslováquia. No entanto, até 1993, o capital estrangeiro entrava principalmente através de investimentos diretos em empresas. Como visto, a República Tcheca não tinha experiência em negociação de títulos. Assim, os empresários ainda estavam adquirindo conhecimento sobre o funcionamento dos mercados, *marketing* ou sobre os princípios da publicidade. Por esta razão, os investidores estrangeiros no início dos anos 90 não mostravam nenhum interesse em entrar na economia tcheca, nem criavam novo capital no mercado de capitais tcheco (eles apenas adquiriam o capital já existente).

Depois de 1993, houve aumento do nível de participação de capital estrangeiro no mercado tcheco. Em 1998, a República Tcheca começou a desenvolver um programa de incentivos aos investimentos estrangeiros. Foi estabelecida a Comissão de Títulos, cuja criação foi um progresso significativo no funcionamento do mercado de capitais na República Tcheca.

---

136 Como Glyn (2006, p. 86) neste sentido destaca: “Increases in investment are usually the most dynamic element in aggregate demand expansions, particularly on a world scale where one country’s exports are another’s imports. On the supply side the growth of the capital stock is necessary to expand capacity. Investment has a symbiotic relation with new technology, being made more profitable by it and at the same time being the route through which it enters the production system.” Ainda assim: “Desse modo, a chave para entender o processo de acumulação de capital nos países em desenvolvimento é o estudo da complexa interação, em cada período histórico, entre o comércio internacional e o ambiente financeiro econômico, a situação geopolítica associada (que é crucial para entender o acesso aos mercados e finanças) e as políticas de desenvolvimento de cada Estado nacional” (MEDEIROS, SERRANO, 2004, p. 250). Nesse contexto, particularmente importante para o nosso trabalho é observar as condições específicas geopolíticas da Tchecoslováquia, como tratado acima.

Desde então, os investimentos estrangeiros aumentaram. No entanto, o que ainda permaneceu foi a baixa liquidez do mercado.

A bolsa de valores tcheca foi admitida como membro associado à Federação das Bolsas de Valores Europeias de Títulos em maio de 2001. Neste ano, foi emitida a primeira ação internacional. Após a adesão à União Europeia em 2004, a bolsa tcheca tornou-se um membro pleno da Federação das Bolsas Europeias e foi incluída na lista de bolsas não americanas seguras para os investidores. Pela primeira vez, foi também negociada a emissão de ações primárias com *Zentiva* (PRAGUE STOCK EXCHANGE, 2016).<sup>137</sup>

A liberalização do comércio exterior na Tchecoslováquia começou em janeiro de 1991 e, junto com a liberalização dos preços, foi um dos principais objetivos da transformação econômica.<sup>138</sup> A obrigação de depositar a receita cambial das importações no banco central foi removida (MLSNÁ, 2008, p. 139). Naquela época, o Comecon se desintegrou e os antigos países-membros começaram a negociar entre si através de moedas livremente conversíveis, com base em preços gerados mundialmente. O governo da Tchecoslováquia estava ciente de que a liberalização do comércio exterior poderia levar a uma explosão das importações, por isso decidiu impor temporariamente uma sobretaxa de importação objetivando evitar o esgotamento das reservas cambiais. A sobretaxa de importação foi uma medida temporária com o objetivo de proteger o balanço de pagamentos. A sua introdução foi aprovada pelo Fundo Monetário Internacional.

Além de definir o ambiente competitivo, o principal objetivo da liberalização do comércio exterior foi promover uma correção dos preços internos distorcidos, transferindo os preços relativos dos mercados mundiais para a economia tchecoslovaca o mais rapidamente possível. O comércio a preços livremente conversíveis mostrou o estado de competitividade dos produtos tchecoslovacos nos mercados mundiais: eles se tornaram, a princípio, quase não competitivos. O impacto negativo do comércio exterior a preços livremente conversíveis se

---

137 Em 2006, expandiu também a negociação sobre certificados de investimento, futuros e garantias. A Bolsa de Valores de Praga, em 2008, caiu nas mãos do acionista majoritário da austríaca *Wiener Börse AG*. Em 2010, tornou-se subsidiária da holding CEESEG AG (idem).

138 O estabelecimento do comércio exterior da Tchecoslováquia no começo dos anos 1990 foi moldado pelo fato do Comecon ser o único meio de realizá-lo nas décadas anteriores. Como já indicado, o comércio exterior na Tchecoslováquia socialista era muito confuso em termos de sobretaxas de importação e exportação e sua estrutura não correspondia à estrutura do comércio exterior usual nos países capitalistas. A Tchecoslováquia dependia da União Soviética principalmente na importação de matérias-primas estratégicas e concentrava seu comércio exterior em países com moeda não conversível. Exportou principalmente produtos com menor grau de processamento para países com moeda conversível e importou principalmente matérias-primas, produtos químicos e produtos de engenharia dessa área.

refletiu especialmente em produtos de engenharia. Isso não é surpreendente, já que os produtores tchecos tiveram que se adaptar às exigências de novos mercados, reduzindo gradualmente o custo de produção dos produtos e aumentando a sua qualidade. Tudo isso num momento das mudanças fundamentais nas estruturas de propriedade e aumento dos preços dos produtos importados, absolutamente cruciais do ponto de vista da produção industrial. Tratava-se, principalmente, de petróleo importado da ex-União Soviética, que passou a ser comercializado a preços mundiais, o que, devido à desvalorização do câmbio da coroa, levou a um aumento significativo do nível de preços (JONAS, 1997, p. 35–36).

Em vários países em transformação, inclusive a Tchecoslováquia, a falta de fundos em moeda estrangeira logo começou a se manifestar. O comércio exterior também sofreu em conexão com o declínio da atividade econômica das empresas tchecoslovacas e o declínio na demanda interna das famílias e empresas. O declínio nas exportações de máquinas e equipamentos de transporte para os antigos países do Comecon não foi compensado por um aumento nas exportações desses produtos para países ocidentais. Em geral, o comércio exterior foi um dos indicadores macroeconômicos que experimentou uma das maiores quedas depois de 1989 (KŘEN, 2019).

Em outras palavras, o colapso do mercado soviético apresentou aos produtores da ECO uma necessidade extrema de reorientar seus padrões de comércio para os mercados dos países ocidentais e em desenvolvimento. As empresas estatais dos países da Europa Central e Oriental em transformação realizaram essa tarefa com velocidade e vigor impressionantes. Como visto na tabela 4, estima-se que a República Tcheca tenha realizado mais de 60% de seu comércio com os países socialistas em 1989. Essa participação caiu para cerca de 50% em 1990, 40% em 1991 e menos de 20% em 1993. Com base nos dados da OCDE e no recálculo das exportações para o final da década de 1980, estima-se que as exportações reais tenham diminuído 33,5% entre 1989 e 1991. O crescimento desde 1991, por outro lado, foi constante, mas lento, chegando a 7,2% em 1992, 2,4 % em 1993 e cerca de 7% em 1994 (o número de 1993 não inclui o comércio interno anterior com a Eslováquia; o número de 1994 inclui as exportações, incluindo as para a Eslováquia) (ŠVEJNAR, 1995, p. 10–11). Vale ainda dizer que, desde 1995, o crescimento das exportações para as antigas economias socialistas ultrapassou o crescimento das exportações para as economias capitalistas, e a participação dessas nas exportações totais em 1995 caiu cerca de 2% (MLSNÁ, 2008, p. 139).

**Tabela 5**  
**Foreign Trade the Czech Republic**  
 (Billions of Current Kcs, Kc, FOB)

		1990	1991	1992	1993	1994*
	Total	162.5	233.6	248.1	287.7	354
Exports	1. "Formerly Socialist" Countries	72.7	84.7	55.6	57.8	–
	2. Market Economies	89.8	148.9	192.5	239.9	–
	Total	176.2	208.8	293.4	301.4	360
Imports	1. "Formerly Socialist" Countries	78.3	71.1	71.9	62.8	–
	2. Market Economies	97.9	137.7	221.5	238.6	–
Surplus (Deficit)		–13.7	24.8	–45.3	–3.7	–6

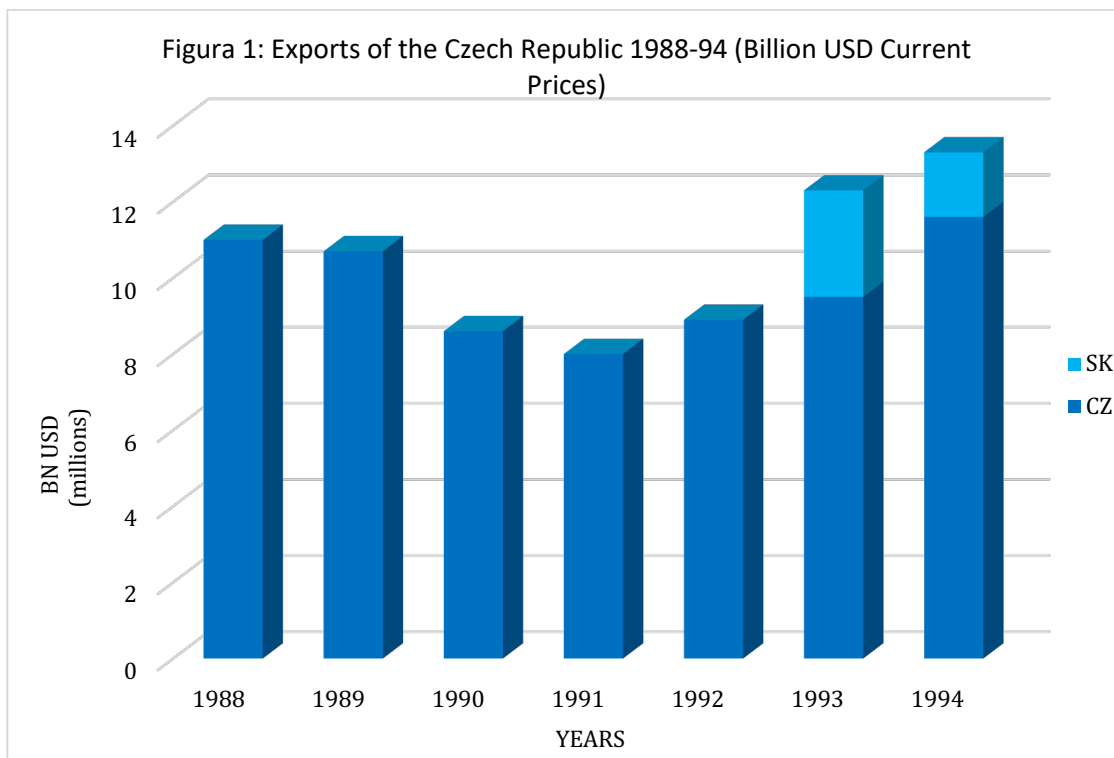
Fonte: Czech Statistical Office, de Dyba, Svejnar (1995).

Nota: Excluindo o comércio com a República Eslovaca.

\*Estimado

Conforme os dados nominais na Figura 1 sugerem, a reorientação geográfica não evitou um grande declínio no volume de exportações. Os dados indicam que, embora as exportações nominais fossem estimadas em US\$ 10,94 bilhões em 1989, elas caíram para US\$ 8,72 bilhões em 1990 e US\$ 8 bilhões em 1991. A virada veio em 1992, quando as exportações aumentaram para US\$ 8,84 bilhões e continuaram a aumentar em 1993, alcançando US\$ 9,64 bilhões, se excluirmos o comércio interno anterior com a Eslováquia, e US\$ 12,15 bilhões se o comércio com a Eslováquia for incluído. Esses números têm aumentado desde então. Os dados reais de exportação correspondentes (deflacionados pelos deflatores de preços da OCDE), por outro lado, mostram as exportações caindo 13,9% de US\$ 10,45 bilhões em 1989 para US\$ 9 bilhões em 1990 e 19,6% adicionais, para US\$ 6,95 bilhões, em 1991. Elas aumentaram 7,2% para US\$ 7,45 bilhões em 1992 e 2,4% para US\$ 7,63 bilhões (excluindo as exportações para a Eslováquia) em 1993. Portanto, de 1991 a 1992, o comércio exterior foi um modesto motor de crescimento (DYBA; ŠVEJNAR, 1995, p. 42–45). No entanto, desde 1995, a República Tcheca experimentou crescimento econômico constante. A demanda interna por produtos estrangeiros também cresceu mais rápido do que a produção.





Fonte: Dyba, Švejnar, 1995, p. 44.

Por volta de 1995, um sério dilema estava surgindo com relação à taxa de câmbio. Embora os investimentos em carteira (*portfolio investments*) e outras entradas de capital aumentassem a pressão para valorizar a coroa tcheca, a valorização real da moeda, impulsionada pela inflação nos quatro anos anteriores, havia sido deletéria para as exportações e uma nova valorização poderia deter o crescimento das exportações existentes. Com as exportações sendo o principal motor potencial de crescimento para uma pequena economia como a República Tcheca, as autoridades tiveram que ser cuidadosas ao fazer essas reavaliações cambiais em resposta aos influxos de capital especulativo (*idem*).

Dentro do Grupo de Visegrad, havia também tendências de desenvolver as relações econômicas a fim de suportar o comércio exterior entre devidos países. Em 1992, a Associação Central Europeia de Comércio Livre (CEFTA) foi estabelecida, como alternativa para o Comecon. Após as mudanças políticas internas na Polônia, Hungria e Eslováquia e com estabelecimento de novos governos, esses países ficaram interessados numa integração mais profunda da região. O que favoreceu o potencial da CEFTA foi o fato de ausência das tensões bilaterais entre os Estados. Vale dizer, no entanto, que o objetivo da CEFTA era (e ainda é) uma associação de países do Sudeste Europeu que pretendiam aderir à UE. É importante

ressaltar que, ao aderir à UE, um país perde automaticamente a sua filiação na CEFTA (Ministerstvo zahraničních věcí České republiky, 2009). “*This agreement hoped to mobilize efforts to integrate into the western European institutions, and eventually join European political, economic, security, and legal systems*” (GLOBALEDGE, 2017).

Assim, a instituição de CEFTA devia, mesmo como outras da época, servir principalmente para ajudar aos próprios Estados a juntar às instituições ocidentais. Ao mesmo tempo, a CEFTA foi criada em tempos quando os Estados do V3/V4 começaram suas próprias negociações bilaterais com vários atores externos, como a própria União Europeia. Os mercados ocidentais foram, para eles, muito mais interessantes do que manter seus parceiros do bloco.<sup>139</sup> Assim, ocorreu nos anos 1990 uma grande reorientação do mercado para o Ocidente e, junto com isso, uma situação paradoxal em que os velhos Estados do Comecon tinham melhores relações com o oeste do que entre si.

Neste contexto, destacamos a importância da integração europeia como ponto muito forte nas políticas de desenvolvimento na Tchecoslováquia/República Tcheca.

*It became increasingly clear that the project of European integration had little or nothing to do with a more progressive variety of capitalism that would challenge the American empire, but was rather part and parcel of the ongoing integration of Europe itself into global capitalism under the aegis of the American empire* (PANITCH, 2012, p. 203).

Neste sentido, é difícil coletar dados relevantes sobre o reflexo da adesão à União Europeia na economia tcheca, especialmente quando este mesmo vai além do nosso período pesquisado. O que vale mencionar foi o apoio financeiro europeu referido várias vezes ao longo do texto. Na expansão da UE por 6 países que estava prevista para 2002, 58.070 milhões de Euros deveriam ser alocados para esses Estados. Ao final, quando 10 Estados aderiram nela, o plano financeiro foi modificado. Ao mesmo tempo, porém, esses fundos não podiam ser usados retroativamente (para os anos de 2002 e 2003, quando os Estados selecionados já faziam parte do processo de integração europeia), de modo que os novos membros tinham direito às chamadas compensações orçamentárias para os anos 2004–2006. Dentro disso, entre 2004 e 2006, a República Tcheca recebeu mais de 1,1 bilhões de Euros apenas nos itens “ajuda de pré-adesão” e “compensação” (KÖNIG, LACINA, PŘENOSIL, 2006, p. 342–344).

---

139 Infelizmente, a própria CEFTA mostra os dados somente desde o 2012, veja em <https://cefta.int/trade-info-centre/statistics/#1510830718353-74124fd4-f2f1>.

**Tabela 6**  
**Receitas e despesas da República Tcheca de/para a UE associadas à adesão**

(MEUR, preços de 1999)

Receitas e despesas	2004	2005	2006	En total
Assistência pré-admissão	181	153	98	<b>432</b>
Agricultura	100	392	483	<b>975</b>
Fundos Estruturais, Fundo de Coesão	168	355	427	<b>950</b>
Políticas internas	51	85	111	<b>247</b>
Compensações	300	270	177	<b>747</b>
Receita total	800	1255	1296	<b>3351</b>
Recursos próprios tradicionais	-66	-105	-105	<b>-276</b>
Percentagem de IVA	-74	-116	-119	<b>-309</b>
Contribuição da RNB	-426	-653	-670	<b>-1749</b>
Pagamento de saldo do Reino Unido	-56	-88	-93	<b>-237</b>
Despesas totais	-622	-962	-987	<b>-2571</b>
Posição limpa	178	293	309	<b>780</b>

Fonte: Comissão Europeia, Delegação da Comissão Europeia na República Tcheca, Ministério das Finanças da República Tcheca, apud: KÖNIG, LACINA, PŘENOSIL, 2006, pp. 343.

Conforme avaliado pela Secção de Assuntos Europeus do Gabinete do Governo em 2014:

A adesão à União Europeia está associada a um crescimento superior anual do PIB real em 2,0 pontos percentuais em média. (...) Mesmo com uma abordagem muito conservadora, a probabilidade de um impacto negativo da adesão à UE na economia checa desde o início da adesão é inferior a 2%. (...) A economia tcheca ganhou cumulativamente 3,1 trilhões de Coroa ao ingressar na União Europeia. (...) No caso de não adesão à União Europeia de acordo com o modelo de convergência analisado acima, a posição relativa da República Tcheca em comparação com outros estados da região e da Europa Ocidental diminuiria drasticamente, embora a economia continuar a crescer em termos de PIB real. Nos dezoito anos desde 1995, não teria havido quase nenhuma mudança na renda real per capita em relação à Europa Ocidental. Em outras palavras, a República Tcheca se desenvolveria tão rapidamente quanto os países ocidentais mais ricos sem convergência. (...) Desde que ingressamos em 2004, teríamos reduzido nossa posição relativa com a Europa Ocidental e, no longo prazo, teríamos parado abaixo ou no nível atual da Hungria, que vem sendo afetada pela crise há muito tempo, e abaixo do padrão de vida da Polónia e Eslováquia. No longo prazo, nos estabilizaríamos em cerca de dois terços da renda per capita da Europa Ocidental em preços de compra e menos da metade em valores nominais. Desde a sua adesão à UE, a República Tcheca tem sido um destinatário líquido de fundos do orçamento da UE, que aumentaram significativamente desde 2007 e desde o início das perspectivas financeiras de 2007–2013. Em 2013, a posição líquida atingiu um recorde de 84,1 bilhões de coroa, graças à aceleração do saque dos fundos estruturais da UE<sup>140</sup> (Sekce Úřadu vlády pro evropské záležitosti, 2014, p. 17–21).

<sup>140</sup> Tradução feita pela autora desta tese.

Adicionalmente, um país importante para o desenvolvimento da economia tcheca foi a Alemanha. Desde o início, a Tchecoslováquia teve um relacionamento de propósito mútuo com este país. Os alemães sabiam que encontrariam mão de obra barata na Tchecoslováquia (os custos da mão de obra tcheca representavam, então, apenas 6% do que os na Alemanha). Basicamente, podemos falar sobre o início da República Tcheca como uma fábrica de montagem estrangeira. E os tchecoslovacos sabiam que a Alemanha era, claramente, o seu parceiro de exportação número um (INGHAM, 2002, p. 55).

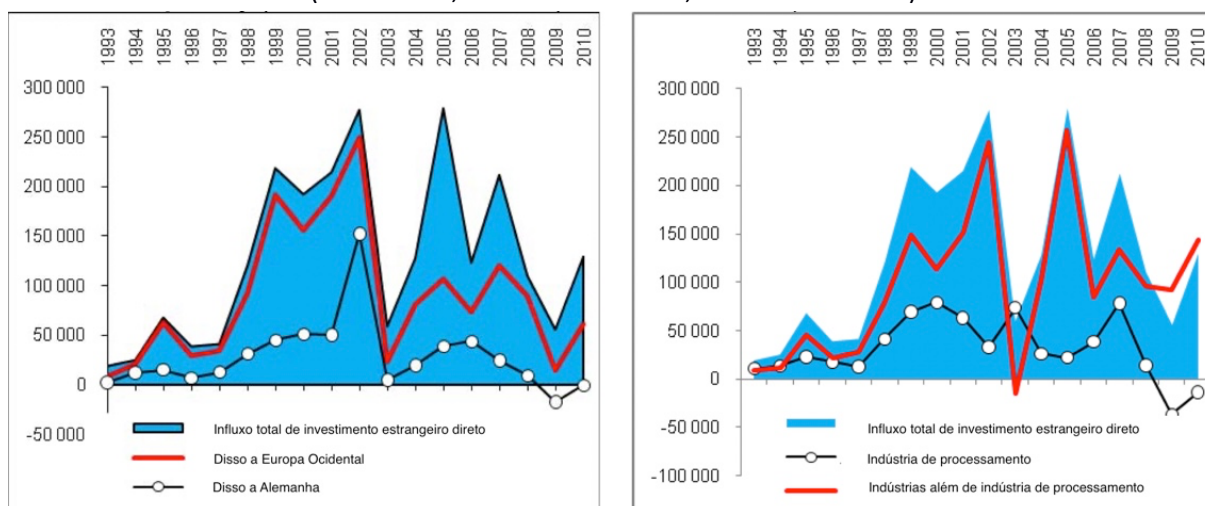
Um capítulo à parte cabia ao comércio com a antiga Alemanha Oriental (RDA). Com a criação de um estado alemão unificado, as relações econômicas entre a Tchecoslováquia e a RDA começaram a entrar em colapso. Assim, houve um desentendimento econômico com a Alemanha Oriental, que deixou de tirar proveito da República Socialista da Tchecoslováquia porque teve que se adaptar rapidamente à Alemanha Ocidental, e a Tchecoslováquia “barata” não era a solução para eles naquela situação. Em 1990, houve uma disputa comercial. A dívida resultante foi objeto de negociações por muito tempo (disputas sobre o fator de conversão) e também foi uma parte importante das negociações da República Tcheca para a adesão à União Europeia.

Além desse problema, os conselhos e ajustes testados e aprovados na Alemanha foram usados na implementação de reformas econômicas no ambiente tcheco. Um exemplo é a decisão do governo da Tchecoslováquia em 1990 de apoiar as relações de comércio exterior por meio dos departamentos econômicos de embaixadas individuais e câmaras de comércio bilaterais. Em outubro de 1990, o acordo sobre promoção e proteção do investimento também foi concluído com a Alemanha (mas não entrou em vigor até agosto de 1992), o que criou um ambiente para uma atividade intensiva de investimentos alemães. Além disso, criticou-se a fragmentação e a opacidade do domínio legislativo tcheco e a limitada capacidade de transferência de lucros para o exterior (PULLMANNOVÁ, 1991, p. 35–36).

Elaboramos, ainda mais em detalhes, a questão do investimento direto estrangeiro na República Tcheca. Dados estatísticos a partir de 1993, reunidos nos dados do balanço de pagamentos do CNB, mostram que inicialmente a entrada de capital estava concentrada na indústria manufatureira, mas isso foi logo superado por investimentos diretos em outros setores da economia tcheca. Durante o período 1993–2000, a entrada de investimento direto estrangeiro na economia tcheca foi em média de 57 bilhões de coroas por ano; nos anos de 2001–2010, foi de 129,2 bilhões de coroas. Em um período de apenas quatro anos, ou seja, 1999–2002,

a economia tcheca recebeu uma média de 226 bilhões de coroas anualmente do exterior na forma de investimentos diretos. Embora o principal afluxo de investimento direto tenha chegado à República Tcheca mais tarde do que, por exemplo, na Polônia ou na Hungria, foi um dos mais altos *per capita* do mundo no início do milênio e tornou-se um estímulo significativo para a economia doméstica. Enquanto até 2002 a força dos investimentos diretos na República Tcheca era determinada pelo capital da Europa (uma parte significativa dos investimentos da Alemanha – a exceção foi o período 1998–2000, quando houve aumento dos investimentos dos outros países da Europa Ocidental), nos anos que se seguiram à entrada do país na UE, começou a ingressar em grande escala o capital de origem não europeia (ČESKÝ STATISTICKÝ ÚŘAD, 2011).

**Tabela 7 e 8**  
**O influxo de investimentos estrangeiros diretos na República Tcheca**  
 (1993–2010, milhões de Coroas, cumulativamente)



Fonte: Banco nacional tcheco, tirado de Český statistický úřad (Czech Statistical Office), idem.

O aumento muito grande do IDE foi percebido entre 1998 e 2004.<sup>141</sup> Como visto, a Holanda fez o maior investimento na economia tcheca entre 1999 e 2004.<sup>142</sup> A participação de seus investimentos estrangeiros variou de 27,1% a 34,1% ao ano. A Alemanha seguiu, mas sua participação diminuiu ao longo dos anos de 29,6% em 1998 para 20,6% em 2004. A terceira colocada sempre foi a Áustria, que variou de 10 a 12%. O investimento dos Estados Unidos subiu acima de 7% somente em 1998 (8,2%) e tendeu a diminuir ao longo dos anos (de 8,2%

141 1998 = CZK 429,2 bilhões; 1999 = CZK 631,5 bilhões; 2000 = CZK 818,4 bilhões; 2001 = CZK 928,3 bilhões; 2002 = CZK 1.165,5 bilhões; 2003 = CZK 1.161,8 bilhões; 2004 = CZK 1.280,6 bilhões (www.cnb.cz).

142 Aqui, no entanto, lembramos que a Holanda é conhecida por servir, muitas vezes, de plataforma de investimentos oriundos de outros países da Europa, funcionando como um *hub* financeiro.

em 1998 para 5,2% em 2004). Do ponto de vista setorial, as finanças e os seguros tiveram uma participação muito forte ao longo dos anos. Seu percentual variou entre 12,6% e 16,8% entre 1998 e 2004 e aumentou ao longo do período. O comércio e consertos teve forte representação também, principalmente primeiro ou segundo lugar (de 9,9% para 15,8%). Entre 1999 e 2002, mais de 10% do IDE foi destinado aos setores de transportes e telecomunicações e, desde 2000, o imobiliário comercial aumentou, sempre se mantendo acima dos 9%. A indústria automotiva esteve sempre entre 5,1% e 8,7% no período analisado (DYBA, ŠVEJNAR, 1995, p. 21–45).

No entanto, maiores fluxos de investimento foram prejudicados pela privatização de cupons, levando a um baixo grau de concentração de propriedade, problemas de compra e venda; pelo número limitado de gerentes e profissionais capazes e motivados que dominassem línguas estrangeiras; e pelo escopo limitado para mudanças fiscais. O fato de que não havia uma abordagem coordenada entre o governo federal e os governos das unidades federativas na Tchecoslováquia, na época, também foi percebido de forma negativa no exterior. Vale ainda mencionar que, na última década, há uma tendência crescente da centralização do capital nas mãos tchecas.

A suscetibilidade da República Tcheca à influência do ambiente externo é demonstrada, ultimamente, pelo reflexo das tensões globais na economia do país.

“A forte desaceleração no comércio global é resultado do acúmulo de barreiras comerciais desde 2018, bem como de fatores mais antigos, incluindo demanda global mais fraca, aumento da substituição de importações em algumas economias, menor participação da produção chinesa destinada à exportação, o encolhimento das cadeias globais de valor e o surgimento de novas tecnologias que impactam a própria natureza do comércio. As tensões comerciais refletem a competição econômica e tecnológica entre China e Estados Unidos, a ruptura do consenso pró-globalização dos anos 1990 e 2000, e críticas crescentes ao funcionamento da Organização Mundial do Comércio (OMC)” (Eclac, 2019, p. 11).<sup>143</sup>

As tensões comerciais entre China e Estados Unidos afetam economias que participam de redes produtivas internacionais. Podemos observar na China a queda nas exportações da Alemanha, que teve um efeito cascata nos embarques dos países da Europa Central e Oriental (idem, p. 15). A importância das cadeias de valor globais e a implantação de um país como a República Tcheca é inquestionável. A incerteza causada pelas tensões atuais está afetando negativamente as economias vinculadas às cadeias de valor globais, como a República Tcheca e outros estados da região. Por exemplo, de 2018 a 2019, as exportações de ferro e aço, produtos de metal, máquinas e equipamentos e as indústrias automotiva e química caíram drasticamente

---

<sup>143</sup> Tradução feita pela autora desta tese.

(por exemplo, as exportações automotivas alemãs afetam os embarques dos países da Europa Central e Oriental que fornecem autopeças e componentes). Países como Áustria, República Tcheca, Alemanha, Hungria, Itália, Polônia e Espanha sofreram reduções simultâneas em suas exportações e importações. Para a República Tcheca, foi de  $-2,1\%$  nas exportações e  $-4,6\%$  nas importações. Houve aumento apenas em alguns países da Europa Ocidental como Reino Unido, Holanda e França (idem, p. 40–41).

Resumindo, a adaptação às instituições e normas ocidentais foi também no campo econômico em nosso período pesquisado grande. Uma das maiores forças motrizes foi, certamente, a ajuda dos atores externos, tanto das próprias instituições (FMI, Banco Mundial, Banco Central Europeu, e outros) quanto dos indivíduos, conselheiros de Escola de Chicago. A própria transição econômica, ainda que tenha se desenrolado relativamente bem, foi motivada pela transformação mais rápida que possível a fim de ser capaz de entrar na União Européia. O fato de a economia tcheca se abrir ao mundo ocidental, sem tentar trabalhar mais com os mercados eslovaco e regional, também desempenha um papel importante na resposta para as nossas perguntas iniciais, já que afirmamos que este poderia apoiar a consistência dos países da ECO na frente da comunidade internacional, promovendo interesses da República Tcheca. Ao mesmo tempo, parece uma opção lógica devido ao fato de que os mercados ocidentais foram, na época, muito mais atraentes.

#### **2.4. A política externa tcheca até 2004: Articulação dos interesses, sua promoção e capacidade da soberania no âmbito internacional**

Passemos agora, com conhecimento do capítulo e das subseções anteriores, para explorar mais em detalhes a dinâmica da formação e funcionamento da política externa tcheca no período estudado. Como vimos, no recentemente criado vácuo geopolítico, este Estado de pequeno peso político e econômico, mas grande valor estratégico, tinha na época supostamente várias opções. No entanto, junto com outros países da região da ECO, decidiu entrar o mais rápido possível nas estruturas ocidentais, correndo para cumprir todas as exigências necessárias para tal objetivo. Afirmamos ainda que, visto a natureza da elite política decorrente, principalmente, da experiência histórica turbulenta, este foi um fator importante para as devidas decisões e no direcionamento do país.

A política externa tcheca foi sempre meio ambivalente. No contexto histórico mais longo, ela na maioria das vezes direcionava-se para a região da Europa Central no que diz respeito à realização de emancipação nacional, à prosperidade econômica e à segurança



nacional (HANDL, KUNSTAT, 2008, p. 61). Por outro lado, assumia uma dimensão supra regional, principalmente, nos momentos de torções e quando o país estava buscando uma solução para a sua relação assimétrica com a Alemanha e a Rússia/União Soviética. Com efeito, o que afetou significativamente a política externa tcheca no contexto do século XX foi o Acordo de Munique, junto com a subsequente ligação estrita às políticas da URSS. Por mais de quarenta anos, o país não teve possibilidade de exercer política externa autônoma, nem mesmo com os países da região pertencentes ao Pacto de Varsóvia ou ao Comecon.

O “complexo de Munique”, como costuma se chamar a decepção com comportamento das grandes potências ocidentais no que diz respeito ao destino da Tchecoslováquia no final dos anos 1930, foi subsequentemente substituído pelo “complexo de 21 de agosto”, ou seja, da Primavera de Praga. Esta trouxe uma aproximação dos países da região, pela primeira vez na sua história. Esta cooperação também ajudou a melhorar a percepção da Alemanha e da Áustria, reduzindo a já mencionada germanofobia. Como consequência, esses dois países foram vistos, cada vez mais, como parceiros. Ao mesmo tempo, vale dizer que a elite tchecoslovaca, de alguma forma, sempre admirou os seus modelos econômicos e sociais (e permanece assim até hoje).

De outro lado, ao longo da história, houve certo tipo de idealismo na percepção da política externa tchecoslovaca em relação à Europa Central. Isso foi dado, primeiro, pelas ideias que apareceram na sociedade sobre a transformação da monarquia dos Habsburgos num Estado federal, a Áustria–Hungria, em 1867; em segundo lugar, com a concepção não–nacional de T. G. Masaryk sobre a Tchecoslováquia como passo para formação de uma a federação democrática europeia. Vale mencionar que uma das ferramentas básicas utilizadas pelos soviéticos para conquistar e manter o poder sobre o território tcheco por tanto tempo foi reescrever a história e construir uma conexão histórica de longa data com a Rússia, embora as terras tchecas historicamente tenham pertencido ao Ocidente.<sup>144</sup>

---

144 Afinal, havia luxemburgueses na Boêmia desde o início do século XIV, quando esta fazia parte do Sacro Império Romano-Germânico. Depois houve o *Interregnum* (hussitas), em seguida os Jagiellões (a dinastia de origem polonesa) e, depois do início do século XVI até 1918, em diversas variações, os Habsburgos. Mas mesmo durante o Iluminismo do século XIX, o país adotava as ideias do Ocidente (Neruda, por exemplo, trabalhou por muito tempo na França; outro escritor famoso, Sládek, na América etc.). As invenções também chegaram ao país pelo Ocidente. A propósito, as lâmpadas de Edison foram instaladas em 1882 no teatro *Na Hradbách* de Brno (hoje Mahenov), e Edison estava presente. Não foram as lâmpadas de Jabloček, como a propaganda soviética afirmou, dizendo que as tinha inventado antes (como fez com muitas outras invenções). Mais do que isso, todo o estabelecimento da Tchecoslováquia em 1918 dependeu dos Estados Unidos, inclusive a constituição que foi adotada a partir da estadunidense. Na cultura, os tchecos foram mais próximos do Oriente do que do Ocidente apenas na forma como celebram o Natal (e, claro, no idioma eslavo).

Ao mesmo tempo, a confiança da República Tchecoslovaca no Ocidente rompeu radicalmente com o mencionado Acordo de Munique. Depois dele, não foi muito difícil para os soviéticos convencerem o povo de sua confiança na URSS e no seu sistema. Como visto acima na parte da política interna, o pensamento político tcheco geral desde a Revolução de Veludo até pelo menos primeira década do século XXI tinha duas correntes principais: realista e liberal–institucionalista. No que diz respeito à postura dos políticos em relação à política externa, concordamos aqui com a visão de Handl (2008, p. 82–84) que define quatro correntes: os internacionalistas, a corrente atlântica, os europeístas e os autonomistas.

Assim chamados “internacionalistas” foram representantes dos círculos dissidentes como Václav Havel e Jiří Dienstbier. Eles promoveram uma política idealista de orientação multilateral. Tiveram ênfase na segurança coletiva e defenderam a supremacia dos valores comuns sobre os interesses nacionais, posturas pró-europeias, pró-atlânticas e “euro–otimistas”, tendo também a ideia otimista do futuro funcionamento da OTAN ao nível mundial. Para eles, a integração europeia não teria apenas uma dimensão econômica, mas sobretudo política. Os internacionalistas encontravam-se em todos os partidos, exceto o comunista.

Os representantes de chamada “corrente atlântica” vieram principalmente dos círculos liberais–conservadores. O centro dela foi formado por um grupo de economistas (neo)liberais, alguns deles também pertencentes a dissidentes. Eles operavam mais do que políticos como especialistas, e frequentemente baseavam seu pensamento no austríaco F. A. Hayek, entre outros. Eles orientavam-se para os EUA e a Grã–Bretanha junto com outras potências da Europa Ocidental, a OTAN e a segurança coletiva. Apoiavam fortemente a adesão à UE, mas principalmente no contexto de integração econômica (não política, diferentemente dos internacionalistas). Pelo contrário, eram contra os seus mecanismos transnacionais e os elementos de solidariedade e redistribuição das políticas da UE. A representação mais forte dessa corrente esteve no ODS, por exemplo, Václav Klaus.

Os “europeístas” defendiam a promoção da integração europeia e da cooperação regional (principalmente o V4) nos domínios econômico e político. Eles concentravam suas ideias principalmente no campo social. A abordagem da questão da segurança foi para eles problemática, já que tendiam a promover instituições de segurança coletiva e tinham dificuldade em aceitar a adesão à OTAN. Eles surgiram majoritariamente da “centro-esquerda” do espectro político.

Os assim chamados “autonomistas” foram a corrente que recusava qualquer forma de ocidentalização ou europeização. As ideias principais deles foram baseadas na ideologia anti-imperialista e na ênfase em valores nacionais, se recusando a aderir tanto à UE quanto à OTAN. Seus partidários estavam nos extremos de “esquerda” e “direita” do espectro político como o KSCM e o Partido Republicano extremista (que não conseguiu representação no Parlamento desde 1998). Vale dizer que esse “enclave” autonomista foi, nos anos noventa, a corrente menos representativa na elite tcheca.

Há também outras abordagens, por exemplo, as correntes “estatal-nacional” e “nacional-federal”. Estas tratam principalmente das abordagens à integração europeia. A primeira vê o Estado nacional como base essencial que não pode ser enfraquecida. Trata-se dos representantes de assim chamado euroceticismo. Foram, por exemplo, os líderes da ODS (Václav Klaus, mesmo que pró-ocidental, ele era muito cético em relação à integração europeia) e do KSCM. A segunda também vê o Estado como importante, mas aceita o fortalecimento da “soberania compartilhada” supranacional no âmbito da UE.

Já que sob o domínio soviético não havia nenhum ambiente favorável para construir uma política externa autônoma, a formulação dos interesses na Tchecoslováquia foi até 1990 moldada principalmente por dissidentes e, subsequentemente, por partidos políticos recém-criados. Os políticos mais ativos neste sentido foram J. Dienstbier e V. Havel, ou seja, os internacionalistas, defendendo os valores do multilateralismo. No que diz respeito à opinião sobre o direcionamento do país, na época houve consenso entre todas as correntes descritas acima, menos os autonomistas, os únicos que se opuseram ao envolvimento no espaço euro-atlântico. Apesar de suas tentativas de ter uma voz ativa no sistema, os autonomistas nunca conseguiram ser muito influentes, tanto pelo fato de que formavam uma minoria quanto pela natureza “extremista” das suas posições, que nunca foram muito populares na sociedade tcheca mais conservadora (mas é verdade que, nos anos 1990, foram relativamente bem presentes na sociedade).

Havia uma parte da corrente dos autonomistas que esteve próxima às ideias realistas (do realismo “cético”, mais em específico), como pode ser visto, por exemplo, no discurso de J. Zieleniec. Ele foi o primeiro-ministro do Exterior após a queda da União Soviética e um dos formadores do ODS.<sup>145</sup> Defendendo o Estado nacional e a sua soberania, as prioridades para

---

145 Ele nasceu na União Soviética. Na sua carreira política, ficou famoso como um dos oponentes de Václav Klaus e como político que ajudou à cooperação tcheco-alemã do pós-Guerra Fria.

ele foram as relações não conflituosas com vizinhos e a estabilidade da região em geral. Ele era cético para os projetos multilaterais que transbordariam o mero objetivo da cooperação dos países a fim de aumentar o poder relativo internacional de cada um (KE KONCEPCI ZAHRANIČNÍ POLITIKY ČESKÉ REPUBLIKY, 1993). No entanto, vale dizer que a influência dessas idéias nunca esteve muito grande na sociedade tcheca, somente quando os autonomistas estavam no poder e mesmo assim as ideias deles não prevaleceram.

Apesar da presença de várias correntes do pensamento no país, a formulação dos interesses externos em geral foi, desde a Revolução de Veludo, moldada no conjunto que se chamou de “retorno para a Europa”. O núcleo desta ideia foi o objetivo da integração nas estruturas ocidentais, esperando ganhar acesso à política continental e global e renascimento da política regional (HANDL, KUNSTÁT, 2008, p. 62). O que variava através da elite influente era a posição quanto ao grau e à natureza desse tipo de internacionalização. No âmbito do pensamento realista, essa “volta para Europa” e a realização das relações bilaterais e multilaterais se dariam através da formulação dos interesses nacionais, principalmente no ramo econômico. Os idealistas estavam abertos para a cooperação mais estrita, até ao nível político, concedendo uma boa parte da soberania do país aos atores externos.

O *slogan* “de volta para Europa” foi também entendido no sentido de se associar novamente com a tradição judaico–cristã e o liberalismo político, o que gerou muitas contradições, pois mobiliza o catolicismo e o protestantismo contra a ortodoxia, esquece a tradição socialista na Europa e a presença crescente dos muçulmanos. Entre outros fatores, isso levou a Tchecoslováquia a se envolver rapidamente nas estruturas ocidentais, proclamando este desejo logo depois a queda do regime. Foi esta tendência que também estimulou a cooperação inicial com a Polônia e Hungria. Como o próprio presidente V. Havel mencionou em Varsóvia em 1990, as primeiras iniciativas da integração regional vieram com o objetivo de colmatar a alienação histórica tradicional dos países vizinhos (PROJEV PREZIDENTA VÁCLAVA HAVLA V POLSKÉM SJEMU A SENÁTU, 1990).<sup>146</sup>

No que diz respeito à sistematização da cronologia da política externa tcheca depois de 1989, ela pode ser dividida em quatro fases – chamamos elas de emancipação, atlântica, de entrada na UE e da europeização (sendo que a última não faz parte do nosso foco). Como fase de emancipação (ou também idealista) é considerada a política externa tcheca até 1992. Dentro

---

146 Tradução feita pela autora desta tese. Vale lembrar, no entanto, que esta alienação não foi tão forte quanto apresentado na sociedade da época.

deste período, foi necessário, primeiramente, retirar as tropas soviéticas da Tchecoslováquia. Isso foi acordado em 26 de fevereiro de 1990; no entanto, as tropas só saíram do país de fato em junho de 1991. A Tchecoslováquia permaneceu como membro do Pacto de Varsóvia até a metade de 1991. Dizia-se na época que a principal tarefa no início da década de 1990 era restaurar a soberania do país e redefinir as relações com a maioria dos atores internacionais. A Federação Tchecoslovaca visava entrar diretamente na Comunidade Europeia e, paralelamente, aplicou para adesão à OTAN, considerando-a um maior fiador de segurança (HANDL, 2008, p. 84–85).

Com os mesmos objetivos, estava paralelamente em andamento a coordenação do Grupo de Visegrad. Mesmo que todos os países interessados tivessem uma motivação grande para se integrar entre si, a reconstrução das relações entre Estados da região (aqui a palavra reconstrução pode ser ambivalente; no entanto, do ponto de vista da sua existência no período soviético, podemos chamá-lo assim) não foi fácil, dadas as já mencionadas grandes diferenças entre eles. Além disso, havia e ainda há assimetria dos seus potenciais e das dependências, especificamente em relação à Alemanha, mas também à própria Polônia. A República Tcheca, por exemplo, automaticamente caiu sob a influência econômica e linguística alemã, o que trataremos mais adiante.

Várias institucionalizações políticas que ocorreram dentro da cooperação entre os países da ECO tiveram, no começo do período estudado, um resultado rápido e eficaz, como mencionadas decisões sobre a saída das tropas soviéticas, a dissolução do Pacto de Varsóvia e do Comecon e a aceleração da conexão com a Comunidade Europeia. No entanto, logo depois a Declaração de Praga (PRAŽSKÁ DEKLARACE, p. 455–457) começaram a se acirrar ainda mais as concorrências e diferenciações internas entre os países.<sup>147</sup> A divisão da Tchecoslováquia e a nova configuração da política interna, além de outras reflexões, acelerou a individualização da política tcheca e das outras da região. A divisão também acentuou o questionamento dos políticos tchecos no que diz respeito à liderança polonesa na região. A mesma coisa aconteceu na Hungria. Lembramos ainda aqui que a divisão da Tchecoslováquia tinha, primeiramente percepção negativa no que diz respeito à política externa do país e às

---

147 Mesmo que havia tendência de promover a “similaridade” dos países da região. Veja, por exemplo, a formulação de *Litomyslske znaky*, que deviam ser os aspectos conjuntos da proximidade dos países da região (VÁCLAV HAVEL, LITOMYŠLSKÉ ZNAKY, in: *Lidové noviny*, 28.4.1994). Ideias parecidas foram bem sucessíveis no âmbito das elites intelectuais ou na mídia. Foi por exemplo a seção regular “centro-europeia” cultural-política feita por *Lidové noviny* na República tcheca, e *Sme e Gazeta Wyborcza* na Polônia.

negociações com os demais parceiros potenciais. No entanto, o fato de que a separação ocorreu de forma pacífica e organizada, junto ao aprofundamento da cooperação regional, melhorou essa aparência.

Os políticos tchecos começaram, logo depois da Revolução de Veludo, a proclamar que se afastaram finalmente da região do Danúbio e das regiões instáveis da Europa do Sul e Sudeste. A linha liberal-idealista na política tcheca foi muito ativa em promover a cooperação entre os países da região, que foi percebido como um fator de estabilização da região da ECO e o caminho para preencher o vácuo geopolítico, como visto, por exemplo, no discurso do V. Havel. No *Sejm* de Varsóvia em janeiro 1990, ele disse: “Pela primeira vez na história, temos uma oportunidade real de preencher o vácuo político que surgiu na Europa Central após o colapso do Império Habsburgo com algo sinceramente significativo”.<sup>148</sup>

Os políticos tchecos mais céticos em relação ao V4 argumentaram que tinham interesse em relações boas com os parceiros individuais da região. No entanto, que o Grupo do Visegrad era uma iniciativa mal concebida e imposta de fora.<sup>149</sup> Como consequência, surgiu uma linha paralela na política tcheca que se focava na adesão à UE e à OTAN a mais rápida possível e se concentrava na preparação individual dos países. Já que os céticos tiveram na época uma voz relativamente alta (mesmo que não prevalecente), a República Tcheca tinha para fora uma imagem do ator com retórica arrogante (pois não foi muito comum ter os oponentes das tendências gerais). Isso é interessante, porque internamente isso não tinha um reflexo maior.

Ao mesmo tempo, a rápida abertura das fronteiras acabou com o longo isolamento e deu aos cidadãos uma visão do cobijado “mundo ocidental”. A conexão com os países vizinhos acontecia, na maioria das vezes, por meio das relações fronteiriças, com dinâmica e espontaneamente. A remoção de barreiras legislativas e administrativas, a construção ou renovação de infraestruturas de comunicações e a descentralização gradual abrandaram a abordagem inicialmente rígida da cooperação transfronteiriça, sendo que com a Eslováquia era mais uma questão de preservar os laços naturais históricos.

---

148 Tradução feita pela autora desta tese.

149 Embora as consideráveis contradições ideológicas internas tenham se refletido no Grupo de Visegrad, especialmente as relacionadas com contas historicamente pendentes (na Eslováquia e na Hungria ligadas a minoria húngara, na República Tcheca a questão dos alemães dos Sudetos e nas disputas entre a Polônia e a Hungria em matéria subsídios de agricultura, entre outros), externamente o V4 apresentou-se majoritariamente de forma positiva. Na mídia europeia e „principalmente na alemã e austríaca o grupo tornou-se um sinônimo de grupo dos Estados transformacionais mais bem-sucedido da Europa Central e Oriental” (KUNŠTÁT, 2003, p. 245 apud KŘEN, 2019, p. 154). Em geral, a iniciativa de Visegrad foi bem percebida no Ocidente, por razões óbvias.

A Tchecoslováquia se estabeleceu relativamente rápido na cena internacional. Em meados da década de 1990, ela se comprometeu a intensificar a cooperação com a Polônia, já que os laços mais estreitos com este país poderiam ajudar a se estabelecer melhor no âmbito global da época e assim se juntar à UE e à OTAN. Já em 1991, concluíram acordos de boa vizinhança e cooperação com todos os seus vizinhos, incluindo a Rússia. Além dos preparativos para as principais instituições internacionais, foram celebrados acordos comerciais com uniões econômicas europeias relevantes (CEE, EFTA – EHS, ESVO), e a reputação do país foi reforçada pela visita do Papa João Paulo II, que foi bem recebida pelo público (KŘEN, 2019, p. 83).

Na fase seguinte da política externa tcheca, ou seja, a atlântica, os temas principais foram, além da entrada no âmbito euro-atlântico, também a normalização das relações com Alemanha, a estabilização da cooperação regional e a intensificação das relações com vizinhos mais próximos – Polônia e Eslováquia. O que achamos muito importante são as análises da ideologização da política tcheca depois de 1993, que mostraram que a identidade da política tcheca foi mais influenciada pela ideologização prevalecente mundial do que em outros países da região (FAWN, 2003, p. 204–205).

Nesta segunda fase, a concentração nas estruturas ocidentais, UE e OTAN, foi uma prioridade absoluta. Foi uma fase em que os mencionados representantes da corrente atlântica desempenharam um papel importante na política tcheca. Na época, como visto acima, estava no poder o governo de centro-direita liderado pelo ODS. Dentro disso, os líderes visavam diferenciar a República Tcheca dos outros países da região por meio de acentuação do argumento de que aquela pertencia ao Ocidente e visava se inclinar geopoliticamente ainda mais nesta direção, continuando a se afastar da Planície do Danúbio. As relações com a Eslováquia e a Alemanha nesta época foram tensas e as relações dentro do V4 bastante frias, ocorrendo somente por meio de CEFTA (HANDL, 2008, p. 86–87).

Embora a República Tcheca criticasse amplamente o V4 e depois de 1992 rejeitasse a sua “instrumentalização” em princípio, em 1997, concordou em coordenar em conjunto os preparativos para a adesão à OTAN. Com isso, o V4 novamente se tornou de pouco em pouco um meio aceitável de atingir objetivos comuns (CZECH–POLISH–HUNGARIAN DECLARATION, 1997). As questões em que os representantes dos países do V4 concordaram foram a necessidade de ultrapassar o peso histórico das demais relações, a cooperação no desenvolvimento da região (no entanto, com diferentes visões sobre sua natureza e amplitude)



e a necessidade de definir o papel do grupo nas relações internacionais a fim de ajudar ao processo de integração europeia (HANDL, KUNSTAT, 2008, p. 63). Todos os países da região proclamaram a prioridade de seguir, principalmente o fortalecimento de rede dos acordos bilaterais e multilaterais, a vizinhança de paz, e a estabilidade, acrescentando os compromissos aceitáveis para todos. Entretanto, dado o desenvolvimento da cooperação do grupo, essas ideias nunca foram colocadas na prática com muito sucesso.

Assim, pelo menos até 1998, a cooperação dos países do V4 foi mais pragmática e não se desenvolveu numa aproximação mais ampla estratégica. Ela se concentrou principalmente em questões da integração europeia e OTAN e não tratava, por exemplo, do futuro da UE, das relações com potências como EUA ou Rússia. Em geral a política externa nos anos 1990 era muito mais multilateral (e bilateral, com parceiros individuais da região), sem uma linha específica que conectaria a região com algum interesse maior conjunto. Para a República Tcheca, especificamente, essa dimensão regional não significou uma alternativa para OTAN ou UE. No caso, as chamadas “políticas de vizinhança” mudaram frequentemente; segundo, não somente as condições no âmbito internacional, mas principalmente dependendo da constelação da política interna que, como vimos, estava bastante turbulenta. Isso é lógico, já que não se podia esperar a priorização dos assuntos da política externa (da vizinhança, no caso), quando havia desequilíbrios grandes no campo interno.

No desenvolvimento, após 1990, a Alemanha desde o início desempenhou o papel de promotora de ajuda à Polônia, Tchecoslováquia e Hungria, por considerar a estabilização da região necessária para a segurança e a manutenção da ordem interna alemã (INGHAM, 2002, p. 55). No caso tcheco, em particular, a natureza da relação entre esses dois Estados era mais econômica e intencional, de propósito mútuo. No longo prazo, no entanto, surgiram complicações, especialmente no que diz respeito ao passado não resolvido. O presidente Havel, desde o início da década de 1990, levava frequentemente em questão as relações tchecas com os alemães dos Sudetos, chegando a definir esta agenda propositadamente como um dos temas dos encontros políticos tcheco-alemães. Como ele proclamou no seu discurso em 1995:

*A relação com a Alemanha e os alemães é mais do que apenas um dos muitos tópicos de nossa diplomacia para nós. Faz parte do nosso destino, até da nossa identidade. A Alemanha é nossa inspiração e nossa dor; a fonte de traumas compreensíveis e os muitos preconceitos e delírios, bem como os padrões com os quais nos relacionamos; alguns veem a Alemanha como nossa principal esperança, outros como nosso principal perigo (HAVEL, 1995).<sup>150</sup>*

---

150 Tradução feita pela autora desta tese.

A diplomacia tchecoslovaca, liderada por V. Havel, também apoiou a unificação da Alemanha o mais rápido possível e não pretendia complicar as negociações sobre ela com suas demandas políticas. Mesmo assim, as relações entre a Tchecoslováquia e a Alemanha foram e ainda são um exemplo da falta de esclarecimento das demandas e dos conflitos da história comum, que continuam a onerar as relações bilaterais. Os problemas históricos dificultaram o caminho de relações mútuas intensificadas (embora, como vimos, não houvesse contradições no campo econômico). Por um lado, os alemães apoiaram a transformação da República Socialista da Tchecoslováquia e, por outro, buscaram melhorar suas próprias condições econômicas.

O primeiro grande sucesso diplomático no esforço para normalizar as relações tcheco-alemãs foi alcançado em 27 de fevereiro de 1992, quando um Acordo de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável foi concluído entre as Repúblicas Federais Tcheca e Eslovaca e a República Federal da Alemanha. A negociação bilateral do acordo foi uma tarefa muito difícil para ambos os lados. Os políticos tchecoslovacos queriam tomar uma decisão clara sobre questões controversas da história e, assim, criar uma "linha espessa" entre o presente e o passado, que lhes permitiria se concentrar na cooperação no futuro. No entanto, os diplomatas não tiveram sucesso por longo tempo, já que o lado tchecoslovaco se agarrou à agenda de longo alcance do passado, em comparação com a postura da diplomacia alemã (KUNŠTÁT, 2011, p. 206). Assim, por iniciativa da Tchecoslováquia, as negociações foram cada vez mais afetadas pelas injustiças associadas à Segunda Guerra Mundial, como a indenização das vítimas tchecas do nazismo ou a avaliação legal da validade do Acordo de Munique.

Subsequentemente, a declaração sobre as relações mútuas e seu desenvolvimento futuro, assinada em 21 de janeiro de 1997, à qual ambas as partes chegaram de novo após uma série de difíceis negociações parciais, visava aliviar ainda mais as relações do fardo do passado. Embora as discussões sobre o passado conturbado não tenham desaparecido completamente, esta declaração marcou um ponto de inflexão, com a determinação de ambos os lados de não retornar a um passado doloroso. Essa decisão permitiu a despolitização gradual desta questão dolorosa. Vale a pena mencionar a Parte VI deste documento, que confirma a declaração de ambas as partes de que a adesão da República Tcheca à UE seria uma espécie de apoio para a continuidade da coexistência dos tchecos e alemães (ČESKO-NĚMECKÁ DEKLARACE O VZÁJEMNÝCH VZTAZÍCH A JEJICH BUDOUCÍM ROZVOJI, 1997).

Paralelamente, estava ocorrendo o litígio comercial acima referido entre a RDA e a Tchecoslováquia. Ele só foi resolvido em 2001 e a sua resolução foi o último obstáculo à normalização das relações tcheco-alemãs de fato. A solução para esta questão também foi importante na relação tcheca com a União Europeia, porque antes da adesão, nenhuma questão controversa deveria estar pendente, já que mais tarde poderia se tornar uma discórdia. A propósito, durante as negociações de adesão à UE em 1998 com todos os Estados, 80% da agenda dizia respeito à República Tcheca e o tema principal eram os decretos do presidente Beneš (que trataram de deslocamento dos alemães dos Sudetos). Alguns membros alemães do Parlamento Europeu queriam reparações para os alemães deslocados; outros queriam resolvê-lo com perdão mútuo (DOMNITZ, 2007, p. 30). Vale ainda dizer que, mesmo com a unificação da Alemanha, os alemães continuavam enxergando os países do V4 como “Estados orientais”.

Com a Áustria, outro vizinho, havia um desejo de alcançar uma nova qualidade das relações comuns. Imediatamente após a revolução, a Áustria foi o primeiro país a abrir suas fronteiras aos tchecos (os ministros das Relações Exteriores Mock e Dienstbier cortaram os fios da fronteira na frente das câmeras). Ao mesmo tempo, havia forte carga emotiva no que diz respeito aos temas conflituosos. O maior (e no começo, o único) ponto de conflito foram os mencionados decretos de Beneš, devido aos quais parte dos alemães dos Sudetos foram expulsos para a Áustria. Por volta da virada do milênio, mais fatores conflituosos surgiram. Sem dúvida, o principal foi a questão da construção da usina nuclear de Temelín na Bohêmia do Sul, contra o qual os austríacos protestaram com veemência e tentaram impedir a construção de todas as formas possíveis. Outra questão foi o sucesso do Partido da Liberdade da Áustria, agremiação populista liderada por Jörg Haider, cujos sucessos eleitorais levaram os austríacos a receber várias vezes sanções da União Europeia.

As relações com a Polônia sempre foram percebidas de forma muito positiva, conforme escrito no site do Ministério das Relações Exteriores da República Tcheca: “A queda do comunismo trouxe uma dinâmica política, econômica e social completamente nova às relações entre nossos países” (MINISTERSTVO ZAHRANIČNÍCH VĚCÍ ČESKÉ REPUBLIKY, 2022).<sup>151</sup> Vale dizer que isso foi em grande parte obra de Václav Havel. Como ele afirmou durante sua primeira visita à Polônia em seu discurso no Sejm em 25 de Janeiro de 1990:

Em primeiro lugar, precisamos aproveitar o fato de que, depois de muitos anos e décadas, a perspectiva da amizade está se abrindo diante de nossas nações. Antigas disputas, rivalidades e animosidades se sobrepõem à experiência comum da totalidade.

---

151 Traduzido pela autora desta tese.

(...) Desta amizade verdadeiramente autêntica, baseada numa boa compreensão do destino que nos foi imposto juntos; na instrução comum que ele nos deu; e principalmente nos ideais comuns que nos unem, uma coordenação realmente boa de nossas políticas deve eventualmente crescer no processo que nós e vocês chamamos de retorno à Europa. Neste ponto, devemos coordenar nossos esforços da melhor maneira possível com a Hungria, para onde irei amanhã com meus colegas – e novamente, não por acaso – e com outras nações de nossa parte da Europa.<sup>152</sup>

No início, os poloneses parecem ter prometido mais do que os tchecos na cooperação do V4. A Polônia sempre deu a impressão de que, em contraste com um claro direcionamento para o Ocidente, queria criar sua própria aliança de Estados de mentalidade regional, que, ao mesmo tempo, teriam animosidade em relação à Rússia.<sup>153</sup> Mas, como visto, isso não deu muito certo. Do lado tcheco, isso se deve principalmente às opiniões de Václav Klaus. Do ponto de vista histórico, os poloneses se ressentem da questão de Těšín<sup>154</sup> e das propriedades que os tchecos se recusam a devolver à minoria polonesa que vive na República Tcheca. Ultimamente, a polarização tem crescido, pois enquanto a República Tcheca tenta se ater ao Ocidente o máximo possível diplomaticamente, a Polônia, com sua abordagem ultraconservadora de questões sociais (por exemplo, aborto etc.). As diferenças começaram a aparecer especialmente a partir da virada do século, como por exemplo, em relação à guerra no Iraque e ao tratado constitucional da UE. Vale ainda dizer que a Polônia, enquanto maior Estado da região, sempre lutou pela sua liderança.

No que diz respeito aos países diretamente tratados neste trabalho, a tendência do direcionamento ao Ocidente era mais ou menos parecida, o que variou foi a rapidez e o sucesso

---

152 Idem. Traduzido pela autora desta tese.

153 Toda a década de 1990 foi marcada pelo desenvolvimento dinâmico das relações bilaterais tcheco-polacas no nível intergovernamental, paralelamente ao desenvolvimento das relações de parceria entre as regiões tchecas e as voivodias (províncias) polacas, bem como entre cidades e municípios de ambos os lados da fronteira. Neste período, foram estabelecidas as chamadas “Eurorregiões”, ou seja, formas regionais de cooperação transfronteiriça ao nível dos governos locais criadas com base em interesses comuns, especialmente com o objetivo de desenvolver a cooperação econômica e a vida social e cultural: Eurorregião Nisa (1991), Eurorregião Glacensis (1996), Eurorregião Praděd (1997), Eurorregião Silésia (1998), Eurorregião Těšínské Silésia (1998) e Eurorregião Beskydy (2000). A Comissão Tcheco-Polaca de Cooperação Bilateral está em funcionamento desde 1994, estabelecida com base no Acordo entre o Governo da República Tcheca e o governo da República da Polónia sobre Cooperação Transfronteiriça datado de 8 de Setembro de 1994 (idem).

154 Após a dissolução da Áustria-Hungria, surgiu uma disputa entre a recém-criada Tchecoslováquia e a Polónia pelo território de Těšín, região mais oriental do país. Após um curto conflito militar e um plebiscito rejeitado pela Polónia, a conferência de embaixadores em Spa decidiu, em 28 de julho de 1920, dividir o território disputado entre os dois Estados. Em 1938, porém, aproveitando-se da anexação da Boêmia pela Alemanha nazista, a Polónia ocupou militarmente e anexou a parte tchecoslovaca de Těšín. A anexação polonesa foi acompanhada de severa “polonização” e remoção da população tcheca, mas durou pouco tempo - após a derrota militar da Polónia, a Alemanha ocupou o território anexado e iniciou a repressão contra tchecos e poloneses. Após a Segunda Guerra Mundial, as fronteiras voltaram ao estado anterior à ocupação polonesa. A disputa foi encerrada pela conclusão de um tratado sobre fronteiras mútuas em 1958.

da transformação, principalmente a econômica. Assim, o caso mais parecido com o tcheco foi o da Polônia, que decidiu transformar sua economia com a assim chamada “terapia de choque” e, após os choques iniciais, experimentou o crescimento econômico mais rápido do bloco pós-comunista. Na Hungria, tudo foi um pouco mais complicado, mas como eles co-criaram o V4 em 1991, seguiram uma direção semelhante à da República Tcheca e dos poloneses.

Por último, até 2000, quando Vladimir Putin tornou-se presidente na Rússia, não há muitos traços na política externa tcheca em relação a este país. No entanto, havia necessidade de redefinição destas relações, mais cedo ou mais tarde, principalmente por causa da dependência energética da República Tcheca. Como vimos, as relações entre países da Europa Central com a Federação Russa têm sido em geral complicadas, influenciadas por reminiscências históricas e problemas bilaterais (por exemplo, a fronteira da Polônia e da Federação Russa, ou seja, região Kaliningrad, onde há apenas um caminho do porto Elblang na Polônia para o mar Báltico, que passa por águas russas perto de Baltijsk, sob o controle russo; a fronteira russo-polonesa também é a fronteira entre a UE e a Rússia) (KOSINSKI, PARIZKOVA, 2017).

A propósito, a dependência energética da Europa toda se mostrou particularmente importante depois da crise do petróleo nos anos 1970 e, assim, logo começou a ser discutida no âmbito das discussões das políticas de segurança dos países europeus. Os anos 1990 trouxeram uma discussão ainda maior sobre a dependência energética, que assim se tornou um tema político (WAISOVÁ, 2008). No caso tcheco, a dependência nacional da importação de fontes de energia vem aumentando desde o fim da Guerra Fria. Enquanto em 1990 a participação das importações de fontes primárias de energia era de 32,1%, em 1995 era de 41,5%, em 2000 44% e em 2005 ultrapassou 45%. Na estrutura do consumo final de recursos energéticos por setor, a participação da indústria foi de 48,0% em 1990, 43,7% em 1996 e 40,9% em 2005. Em contrapartida, o peso dos transportes aumentou para 22,4% em 2005. A participação nos domicílios era de 25,4% do consumo final em 1990, nos anos seguintes o consumo diminuiu e, em 2005, 22,4% do consumo final foi realizado nos domicílios. Entre 1990 e 2005, o consumo de combustíveis sólidos diminuiu (de 47,1% para 20,3%), mas o consumo de gasosos aumentou (de 15% para 38,9%). A eletricidade, por sua vez, se manteve constante entre 1995 e 2005 – sempre pouco mais de 21% (ČESKÝ STATISTICKÝ ÚŘAD, 2006).<sup>155</sup>

---

155 Um ponto fraco no desenvolvimento da economia tcheca continua a ser a sua elevada procura de energia. A redução média da intensidade energética entre 1995 e 2005 foi de 2,0% ao ano. Mesmo assim, do ponto de vista da comparação internacional, a intensidade energética ainda é alta e está entre as mais altas da UE. As principais

A República Tcheca vem dependendo quase exclusivamente das importações de gás natural e petróleo bruto. Entre 1990 e 1995, a quantidade de gás natural importado passou de 222.627 TJ para 298.871 TJ. Um pouco tem sido extraído na República Tcheca, mas a participação é marginal (entre 1990 e 1995 nunca foi superior a 10.000 TJ). Portanto, nesse aspecto, o país é quase 100% dependente das importações. Muitos derivados de petróleo também têm sido importados, mas o petróleo bruto é a única categoria em que a importação teve uma participação tão marcante quanto o gás. Comparado ao socialismo, no entanto, as importações caíram rapidamente. Em 1980 foram de 18,9 milhões de litros, em 1990, 13,3 milhões de litros e em 1995, 7 milhões de litros.<sup>156</sup> Quanto à Rússia, a dependência de importação de energia deste país em 2020 atingiu um valor de 23,7% (não estão disponíveis dados concretos sobre importação dos países específicos até 2004) (ČESKÝ STATISTICKÝ ÚŘAD, 1996).

Voltando para questão da política externa ao nível geral, o primeiro documento oficial e coerente sobre a política externa tcheca foi formulado somente em 1998 e lançado no ano seguinte. Ele definiu tanto os interesses estratégicos quanto os objetivos da política externa do país:

O interesse estratégico da República Tcheca é ajudar a criar e fortalecer um ambiente internacional favorável e se integrar à segurança internacional estável e às estruturas econômicas que permitirão a realização dos objetivos da política externa tcheca. O interesse estratégico da República Tcheca é também a criação de condições externas para o crescimento econômico e a prosperidade do Estado, mantendo e fortalecendo as vantagens comparativas da economia tcheca e fortalecendo a competitividade dos exportadores tchecos. A República Tcheca está interessada no desenvolvimento sustentável e equilibrado de longo prazo da economia mundial e na criação de condições para uma ação eficaz contra ameaças e riscos globais, como degradação ambiental, drogas, crime transnacional e terrorismo. A República Tcheca usará recursos proporcionais às suas capacidades para promover seus interesses estratégicos. (...) Os objetivos da política externa tcheca são baseados nos interesses definidos do Estado. É acima de tudo garantir a segurança externa do Estado, criar condições para o seu desenvolvimento pacífico e prosperidade do Estado e para o desenvolvimento livre e integral dos seus cidadãos. O objetivo da política externa da República Tcheca é incluir o país na comunidade dos países democráticos desenvolvidos, dos quais será um parceiro igual, confiável e confiável, e assumir uma parcela razoável da responsabilidade da comunidade democrática pelo desenvolvimento em Europa e no mundo. A República Tcheca está buscando seus objetivos de política externa desenvolvendo boas relações com os países vizinhos e outros, integrando a República

---

causas da alta demanda de energia incluem principalmente tecnologias de uso intensivo de energia e uma alta participação da indústria na estrutura econômica nacional (idem).

156 Importa ainda referir que a dependência energética da República Tcheca nos anos 2010–2020 continuou a ter uma tendência crescente, passando de um valor de 25,5% em 2010 para um valor de 39,0% em 2020. Em comparação com os 27 países da UE, porém, a República Tcheca mostra baixa dependência de importação de energia. A dependência das importações de combustíveis fósseis sólidos aumentou gradualmente de –15,4% em 2010 para 13,1% em 2020. A dependência de importação de gás natural foi de 86,0% em 2020 e de petróleo, bruto 101,7% (MINISTERSTVO PRŮMYSLU A OBCHODU, 2022).

Tcheca em organizações internacionais que garantem paz, segurança e estabilidade no continente europeu e no mundo, e criando condições para o crescimento econômico e a prosperidade na escala europeia e global. A política externa tcheca busca seus interesses e objetivos em todos os níveis das relações. Trata-se, principalmente, de relações com instituições internacionais, organizações e grupos e sua própria diplomacia ativa dentro deles (diplomacia multilateral), relações com Estados individuais (diplomacia bilateral), apoio às relações econômicas externas (dimensão econômica da diplomacia), apresentação cultural da República Tcheca no exterior (dimensão cultural da diplomacia), bem como o diálogo com ONGs e associações (diplomacia pública e não estatal). A política externa tcheca também enfatiza a cooperação internacional na proteção ambiental (a dimensão ecológica da diplomacia) (MINISTERSTVO ZAHRANIČNÍCH VĚCÍ ČESKÉ REPUBLIKY, 1999).<sup>157</sup>

Neste programa (mas também naquele que seguiu em 2002) dá para ver uma influência clara da mencionada corrente liberal–idealista dos círculos dissidentes. Vemos, também, de que a fim de poder realizar a política externa eficiente, seus criadores consideraram necessário, primeiro, se juntar às estruturas globais estabilizantes. Disso vem um dos argumentos centrais para o nosso tema. Trata se de um “circuito fechado” em que o Estado pequeno não poder ser um ator soberano na política mundial sem política externa coesa. No entanto, a fim de realizá-la, precisa primeiro abrir-se para o mundo e tornar-se um parceiro para as potências maiores (o que significa relativizar ou desistir de sua soberania). O desenvolvimento de relações com vizinhos e os laços multilaterais tiveram, obviamente, um valor grande para os tchecos. Eles enfatizaram o contexto político histórico e atual da região. Essa tendência não parece muito incomum. No entanto, o que desempenhou um papel primordial (pelo menos neste caso) foi a transição ideológica conectada a esse período. Ou seja, vem se mostrando que o desejo de se diferenciar do regime anterior foi tão forte que diminuiu a capacidade de considerar outras alternativas e outros caminhos do desenvolvimento do país.

Voltando para os processos da política externa, depois de 1998, veio a fase de reviver Visegrad para a política tcheca. Chamava-se de “instrumentação positiva” que foi estreitamente ligada à cooperação para adesão à OTAN e UE. Assim, o V4 se tornou o mecanismo de consulta mais intensivo, mas não o único, nas negociações de adesão à UE. Ao mesmo tempo, o governo tcheco de Milos Zeman buscou desenvolver mais esta cooperação a fim fazê-la ir além de uma estrutura puramente instrumental. O novo governo enfatizou a abordagem de solidariedade mútua e o fortalecimento da dimensão multilateral da política externa (Kopeček, 2003, p. 147).

---

157 Tradução feita pela autora desta tese.



Para a política tcheca, no entanto, tais cooperações (como a Cooperação Regional com a Áustria, que nunca atingiu tal nível) tornaram-se uma normalidade e agenda comum, mas não uma prioridade ou questão estrutural e estratégica. É por isso que, por exemplo, na mencionada Concepção de política externa de 2002, o desenvolvimento das relações de vizinhança estava entre as seis principais prioridades do governo somente em 4º lugar. Nela, os políticos declararam seu interesse em dar prioridade à cooperação com países em processo de transformação semelhante e rumo às estruturas europeias e euro-atlânticas (MINISTERSTVO ZAHRANIČNÍCH VĚCÍ ČESKÉ REPUBLIKY, 2002). Dentro do V4, em geral, continuaram as dificuldades de coordenação dos interesses.<sup>158</sup> Os países concentraram-se apenas em alcançar objetivos práticos.

Neste âmbito, Visegrad também desenvolveu relações com parceiros externos, como o Benelux e o Conselho Nórdico. No mesmo sentido ocorreu, também, a proposta da política tcheca e eslovaca para a Alemanha participar ocasionalmente nas reuniões do V4 (ČESKÁ TISKOVÁ KANCELÁŘ, 2000). Desde assim, no entanto, a ênfase dentro do V4 foi dada cada vez mais nas questões culturais e sociais, muitas vezes no âmbito do Fundo Internacional de Visegrad. Vale dizer, no entanto, que a República Tcheca buscou uma cooperação cívica e cultural mais ampla e a preservação do comércio do CEFTA, mesmo após a adesão à UE (DECLARAÇÃO DE BRATISLAVA, 1999).

Resumindo a questão da política externa tcheca até agora, é verdade que historicamente ela se direcionava para a Europa Central com base na visão da proximidade entre os seus países, apesar das suas diferenças e da mencionada idealização da ideia do espaço comum. O mesmo direcionamento aconteceu depois do fim da Guerra. No entanto, desta vez, com vistas a entrar nas estruturas euro-atlânticas. Como visto nos documentos, o país proclamava desde o começo de que seu interesse estratégico era a integração à OTAN do ponto de vista de segurança e à UE de ponto de vista da economia. Afirmamos, ainda, que próprio *slogan* “volta para Europa”, no sentido da ideologização do problema, podia apoiar as mencionadas tendências. Vimos já na parte da política externa as análises que apontaram para a influência das ideias prevaletentes da época na política externa tcheca. Mostramos que o desejo de se diferenciar do regime anterior era tão forte que diminuiu a capacidade de considerar outras alternativas do desenvolvimento do país.

---

158 Por exemplo, no caso de modernização das armas.

Acrescentamos, ainda, que os países do V4 formam a parte central do cinturão estratégico como descrito por quase todas as teorias geopolíticas apresentadas no primeiro capítulo. É verdade que este núcleo não vem ameaçando (diferente de suas partes norte e sul) pela sua instabilidade como visto por teoria de *Shatterbelts*, no entanto, consideramos ela uma parte estratégica e assim, chamamos atenção para falta de um projeto mais amplo que ajudaria os países que fazem parte dela de ganhar mais soberania e voz no âmbito internacional. Vimos que no caso tcheco, havia traços defendendo esta ideia, no entanto, foram na maioria os indivíduos.

As ações do V4 foram obviamente rápidas e eficazes, como visto não somente no começo desta cooperação. Por isso, lamentamos a crescente concorrência entre os países, pela qual a República Tcheca apoiou pela individualização das suas políticas. Aqui, aparece um paradoxo muito importante para a nossa tese. Mesmo que houvesse na sociedade tcheca presente voz dos críticos à internacionalização total da política externa e abertura para o mundo ocidental (e esta resistência foi pela sociedade internacional vista como forte a até ameaçante), os mesmos políticos rejeitavam qualquer tipo de cooperação, até a regional que poderia ajudar com seus objetivos do projeto nacional soberano. Elaboraremos todos esses fatores mais em detalhes nas subseções seguintes.

#### **2.4.1. Primeira meta: Adesão à OTAN em 1999**

A adesão à OTAN, no contexto do nosso trabalho, deve ser compreendida a partir da pressão constante exercida pelas demais potências do leste e oeste aos países da ECO, quanto pelo fato de que a estabilidade no âmbito internacional após o fim da bipolaridade não é mais atingida pelo consenso dos interessados, mas sobretudo pela harmonização dos interesses pela via do poder, como mencionado acima. Dentro do nosso enquadramento conceitual, consideramos, dentro do sistema internacional, a segurança como um fator essencial para o Estado–nacional.

No caso de países pequenos como a Tchecoslováquia / República Tcheca e outros da região as consequências posteriores à queda da União Soviética e a dissolução do Pacto de Varsóvia, demonstraram a centralidade da segurança como uma questão que vai além do aspecto puramente militar, incluindo ainda mais as questões econômicas e diplomáticas. A segurança da região no período tratados nesta tese, incluiu uma grande porção dos aspectos não militares, que têm impacto cada vez mais significativo na sociedade em geral (CABADA;

WAIŠOVÁ, 2018, P. 21–22). Além disso, atualmente, os estudos da segurança mal se concentram somente em fatores militares, como visto já no primeiro capítulo.

Nesse sentido, Krejčí (1997) destacou que para alcançar a segurança tcheca da época, tinha-se nas condições geopolíticas e econômicas um meio realmente eficiente – uma diplomacia sábia, junto com o pragmatismo socialmente responsável internamente. Tudo isso, segundo ele, era moldado pelo fator muito importante, isto é, o desejo dos tchecos (e eslovacos) de pertencer a algum lugar e de fazer parte de algum agrupamento. É um desejo que está na raiz da cultura tcheca há séculos e, que, nas condições do pós-Guerra Fria aumentou bastante. Tal desejo vem na mesma direção da “ideologização” como fora formulado no final da subseção anterior. Parece-nos que, como consequência, em vez de promover as iniciativas regionais para o Ocidente e analisar detalhadamente a nova situação na região combinada com a identificação de oportunidades, o país rapidamente adaptou-se à situação atual prevalecente, assinando acordos como a Parceira para Paz que, do ponto de vista de garantias e da proclamação da postura do país na direção das potências externas, foram vagos em certa medida.

A primeira discussão mais séria sobre a segurança do Estado ocorreu na República Tcheca logo após da dissolução da Tchecoslováquia. As questões de segurança foram abordadas pelo Conselho de Defesa do Estado (*Rada obrany státu*), a autoridade administrativa central responsável pela implementação de políticas de segurança na época. Essas responsabilidades foram subsequentemente transferidas para o Ministério de Defesa.<sup>159</sup> No entanto, mesmo que houvesse esforços para estabelecer a identidade nacional de defesa e de segurança, não foi fácil moldá-la. É interessante notar que, no começo, os políticos não consideraram as questões de defesa e segurança como as mais urgentes. Seus principais objetivos permaneceram relacionados à criação de instituições e regras democráticas e à supervisão sobre a transição da economia tcheca para uma economia de mercado. Isso pode ser um efeito colateral de todo o processo – a negligência (ou invisibilidade) de problemas de segurança, especialmente para atores como os políticos da Tchecoslováquia naquela época que ficaram espantados e paralisados com as condições radicalmente novas.

Entretanto, logo começaram a aparecer várias iniciativas para reforçar a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa. À medida que surgiam novos polos de tensão (como no caso do Golfo Pérsico, a desintegração da Iugoslávia, uma tentativa do golpe na URSS em 1991), criava-se imediatamente uma sensação de vácuo de segurança, acrescentada ao

---

<sup>159</sup> Entre elas, a regra de que o ministro de defesa deveria ser civilista.

mencionado desejo dos tchecos de pertencimento. Desde 1994 há uma clara prioridade de adesão à OTAN, como elemento de política externa, conforme demonstram as análises (ANALÝZA RIZIK A KONCEPCE ČESKÉ BEZPEČNOSTNÍ POLITIKY, 1996). Ligamos essa época com a segunda fase da política externa tcheca como descrito acima. Na metade dos anos 1990, a segurança emergiu pela primeira vez como um item de destaque na agenda do governo tcheco e em 1996, o governo tcheco proclamou claramente o desejo de compartilhar os papéis, os riscos e os custos ligados à adesão à OTAN.

As negociações começaram a partir de convite à cúpula da OTAN em Madrid em 1997. Como já mencionado acima, esse convite teve um efeito de reconciliação da cooperação no V4 (menos Eslováquia, cujo convite foi adiado). Os esforços diplomáticos tchecos têm sido grandes nesse sentido, mas os esforços para reformar as forças armadas ficaram muito para trás. Esse fato é relevante, já que no começo a República Tcheca não atendia a todos os critérios necessários para sua adesão (políticos, legislativos, de defesa – planejamento de defesa, interoperabilidade, infraestrutura e indústria de defesa, os recursos humanos e econômicos, segurança das informações e o apoio público).

Acrescentamos a isso, o fato de que a própria adesão à OTAN era um assunto controverso, tendo levantado muitas críticas na sociedade tcheca. Segundo as análises da época, não havia um apoio amplo da população. Em 1995, 59% da população apoiava a entrada, em 1996 o apoio foi de apenas 51%. Ao mesmo tempo, a postura favorável ficou demonstrada nas respostas aos questionamentos. Respostas muito vagas e pouco sólidas, quando se perguntava mais em detalhes (USIA, 1996, p. 2–3).

O público, que não pôde comentar no referendo para adesão à OTAN, acabou apoiando a adesão à Aliança por uma pequena maioria. Segundo Handl (2008, p. 86–87), um dos motivos para isso, foi o posicionamento bem-sucedido das tropas tchecas em missões de manutenção da paz na Croácia e na Bósnia e Herzegovina, onde trabalharam em estreita colaboração com as tropas da OTAN, especialmente com as tropas da Grã-Bretanha. Para complementar, se olharmos as pesquisas da opinião pública do mundo na época, observaremos que 44% dos americanos responderam sim para o alargamento da OTAN e 47% foram contra (THE NEW EUROPEAN SECURITY ARCHITECTURE, 1996, p. 31), sendo que a vontade de realmente lutar em guerras para proteger os novos Estados membros foi ainda menor.<sup>160</sup>

---

<sup>160</sup> No caso da Polônia, o Estado mais interessante geopoliticamente para a OTAN, seria apenas 32%. No que diz respeito ao alargamento pela República Tcheca, Polônia e Hungria, o voto na Inglaterra foi 63% a favor (23% contra), na França 52% a favor (37% contra) e na Alemanha 48% a favor (40% contra). Sobre o mesmo tema, com

Também havia na época a importante questão do financiamento da entrada à OTAN. O orçamento para segurança do país entre 1990 e 1994 foi, na média, cerca de 3% do PIB. Em países como Grã-Bretanha, EUA e Grécia, esse percentual ficou entre 4% e 5%, enquanto na Áustria, por exemplo, foi de apenas 1% (KREJCI, 1997, p.22–23; SIPRI, 1996, p. 371–373). O congresso americano estimou que os custos ligados à entrada dos quatro Estados da região ECO na OTAN no período de 1996 a 2010 somaria entre 42 e 51,8 bilhões de dólares. Isso foi significativo para que os países aumentassem seu orçamento de segurança em cerca de dois terços (JANDA, EICHLER, 1996, s. 124).

Além da ampla desconfiança do povo sobre as operações e as obrigações dos Estados-membros (presente também em outros Estados da região) e sobre os altos custos relacionados, havia dificuldades na transformação e interoperabilidade do exército tcheco para que ele se tornasse um exército plenamente profissional, que foi concluído somente em 2005. Um dos momentos mais críticos ocorreu na primavera de 1999 com a situação em Kosovo e o lançamento de novas operações de OTAN. A República Tcheca, mesmo como outros Estados, teve que tomar a decisão sobre apoiar ou não os ataques aéreos. Com isso, os políticos tchecos dividiram-se em dois campos.

Junto ao Presidente do Parlamento Václav Klaus (e junto a grande parte do ODS e do CSSD), grande parte da população se opôs a esses ataques. O primeiro-ministro Zeman não afirmou explicitamente o seu desacordo, apenas o escondeu diante da alegada falta de informação por parte da OTAN. Em contrapartida, o então presidente Havel (humanista), o ministro das Relações Exteriores Kavan e políticos do KDU-CSL foram a favor do bombardeio. No final, o governo tcheco apoiou, com reservas, o bombardeio, já que não se recusou em consentir com os ataques aéreos, permitiu voos sobre o seu território e o transporte ferroviário de tropas americanas (HANDL, 2008, p. 90). O lançamento de ataques aéreos em março de 1999 dividiu fundamentalmente não somente a política tcheca, mas toda a sociedade. Sobretudo porque, no mesmo mês, a República Tcheca aderiu oficialmente à OTAN. Vale dizer, no entanto, que apesar das discrepâncias, a adesão à OTAN foi em geral percebida pela elite como um passo importante para segurança do país (KREJČÍ, 2005, p. 408).

---

Bulgária e Romênia, na Inglaterra 49% estiveram a favor (34% contra), na França 45% a favor (44% contra) e na Alemanha 32% a favor (53% contra). Interessante é que quando perguntar a mesma coisa sobre a Rússia, na Inglaterra foi 47% a favor (33% contra), na França 46% a favor (45% contra) e na Alemanha 39% a favor (57% contra). Na Rússia, 15% do povo foi a favor e 34% contra; e entre a elite 20% a favor e 54% contra. Dizia-se na época, que foi a única questão da política externa onde teve a concordância entre o povo e as elites (ibid., pp 33–42).

Do ponto de vista da OTAN, a posição da República Tcheca foi considerada problemática, porque esteve à beira do consenso. Em uma perspectiva mais ampla de longo prazo, essa postura não se desviou da postura adotada por outros Estados membros, que, dentro da máquina multilateral, procuraram preservar sua própria opinião, mas ao mesmo tempo se comportaram solidariamente com os aliados (HANDL, 2008, p. 90). No entanto, a abordagem mais reservada da República tcheca junto a suas disputas internas sobre adesão à OTAN e suas ações não foram recebidas muito bem no ocidente. O ministro do exterior J. Kavan tentou equilibrar a participação da República Tcheca com uma iniciativa tcheco–grega (anunciada em Pequim em maio de 1999), que se propôs a contribuir para uma solução política para a crise (INTERPRETACE INICIATIVY ZE STRANY KAVANA, 1999). Essa época foi particularmente complicada para que os políticos mantivessem uma imagem do Estado como um parceiro forte para a OTAN (KHOL, 2004, p. 35). De forma geral, a experiência do Kosovo abriu novas discussões sobre a segurança europeia, principalmente no âmbito da UE. Vale mencionar que um mês depois do começo da operação aérea foi lançado o novo conceito estratégico da OTAN. Esse conceito que deu ênfase à prevenção e gestão de crises, ou seja, os famosos *crisis prevention* e *crisis management* (NORTH ATLANTIC COUNCIL, 1999).

Como visto no primeiro capítulo, uma das suas reflexões maiores foi que sua viabilidade era cada vez mais medida pela capacidade de intervir em áreas de tensão internacional que a afetavam. Isso significava uma flexibilidade geográfica de atuação, desde que fossem ameaçados os “interesses vitais” de países membros, e ainda incluiria as “novas ameaças” propagadas pela agenda dos EUA (ibid., 1999). Lembramos também a busca da OTAN por novos espaços para construção de sua fronteira com o “mundo externo”, o que exatamente corresponde com a RT e outros países da ECO naquela época.

A elite tcheca considerava OTAN como uma aliança de defesa da Guerra Fria, conforme declarado no Artigo V do Tratado do Atlântico Norte – Artigo de Defesa. Segundo a própria OTAN, o foco das atividades dela deveria ter ido cada vez mais para além deste artigo e, no contexto do Artigo VII deste mesmo Tratado, deveria ser cada vez mais transformada em um pressuposto instrumento de segurança internacional. O governo da República tcheca lançou em 1999 e 2001, respectivamente, a Estratégia Militar da República Tcheca e a Estratégia de Segurança da República Tcheca, que veem como ameaça potencial para o país os eventos contra a segurança tcheca nas áreas relacionadas às áreas política, econômica, social, cultural e do meio ambiente. As revisões dessas estratégias ocorreram em 2002 e 2003, respectivamente,

e declaravam que a República Tcheca “*supports the view that operations in support of peace, security and stability should be decided on the basis of a mechanism of consultation agreed between NATO and the EU*” (MINISTERSTVO ZAHRANIČNÍCH VĚCÍ ČESKÉ REPUBLIKY, 2003, p. 12). Assim, o país proclamou a necessidade de consultar (e compartilhar) os assuntos de segurança junto a UE e a OTAN e participar nos seus assuntos, inclusive os das Nações Unidas. É uma outra amostra da concessão da sua soberania aos atores externos.

Paralelamente, vários acontecimentos ocorreram a fim de que República Tcheca mostrasse sua credibilidade diante da OTAN. Em 2001, o governo de CSSD lançou uma ampla reforma nas forças armadas, cujo objetivo era possuir exército profissional entre 30 e 35 mil homens. A cúpula da OTAN ocorreu em Praga em 2002, um momento importante para os tchecos mostrarem a prontidão para os desafios futuros. Subsequentemente, em 2003 com a crise no Iraque, o país confirmou o desejo de se tornar um sólido parceiro estratégico dos EUA. Isso ocorreu quando a República Tcheca se opôs à coalisão Europeia contrária à invasão. Entretanto, não esqueçamos que o país não mudou nem seu tamanho, nem a capacidade militar, então mesmo que se provasse como parceiro legítimo da OTAN, nunca foi o centro de sua atenção.

Do ponto de vista teórico, levantamos aqui as três teses fundamentais que Krejčí (1997, p. 30–31) destacou dois anos antes da entrada da República Tcheca na OTAN. A primeira foi de que a adesão da República Tcheca (e outros países do velho bloco soviético) à OTAN seria um fator de desestabilização para a Europa, pois do ponto de vista da paz criaria as reações contraditórias por parte da Federação Russa. Segundo, que a adesão da República Tcheca à OTAN não resolveria sua questão de segurança, já que esse país não se encontrava em perigo direto (ameaçado). Ainda neste sentido, em caso de qualquer ameaça militar, a OTAN não asseguraria uma proteção real do Estado, já que (a) o preço da confrontação com a Rússia seria muito maior para as potências ocidentais do que o valor do território da República Tcheca, (b) em potenciais conflitos com Alemanha, a OTAN sempre se juntaria com Alemanha. Terceiro, que a adesão da República Tcheca à OTAN seria um meio mais caro de ganhar a pressuposta segurança do Estado.

Em retrospectiva, podemos afirmar que mesmo que a primeira tese dele não estivesse muito certa do ponto de vista do curto prazo, as outras duas parecem permanecer muito relevantes até os dias de hoje. Aqui é necessário lembrar que na cultura política tcheca há um



fator importante nos processos de decisões. São os mencionados estereótipos ideológicos, que influenciam muito as decisões políticas. O mesmo aconteceu com a OTAN. Como visto no primeiro capítulo desta tese, mostrou-se que não dá para dirigir o mundo nem de forma exatamente democraticamente, nem de forma exatamente autocraticamente, mas pela hegemonia, que é suplementada pelos subsistemas regionais como balança do poder. Assim, para manterem a hegemonia, os EUA precisam de aliados, idealmente fortes e disciplinados que são, no entanto, mantidos por meios diplomáticos (e melhor, ideológicos), mesmo que se trate de uma organização de segurança coletiva. Em todos esses aspectos, a República tcheca aparenta ser um “alvo” fácil.

Opiniões mais radicais defendem a mesma ideia já foi mencionada no primeiro capítulo, de que o problema de segurança na República tcheca não vem das relações políticas, jurídicas e institucionais, mas do fato de que esse país tem um peso político muito pequeno. Há autores como Krejčí que, nesse sentido, afirmam que o território tcheco seria importante somente para os tchecos e o único poder com interesses geopolíticos em seu território seria a Alemanha (KREJČÍ, 1997, p. 18–20). A pequena capacidade de criar uma política externa soberana no país também seria, para ele, uma consequência disso. Ela poderia ser feita somente com base na balança dos interesses das potências ao seu redor. No entanto, aqui chamamos atenção para uma coisa importante para a finalidade de nossa tese. É inegável que a localização geográfica da República Tcheca atribui um valor estratégico (geopolítico) ao território tcheco. Isso é particularmente importante que seja distinguido em nosso caso, já que obviamente as duas características, grande valor estratégico e pequeno peso político e econômico, podem existir paralelamente ao mesmo tempo. O pequeno peso político, em nossa opinião, tem como consequência uma maior suscetibilidade à influência por meio de ideias e ideologias. Esse fato se mostrou particularmente importante no desenvolvimento do país no período do pós-Guerra Fria.

Para explicar melhor a justificativa da OTAN no território da região da Europa Centro–Oriental, é preciso voltar para ao seu começo. A OTAN foi criada como instituição de segurança coletiva, que visava a proteção de seus Estados–membros. Isso, ainda na época da Guerra Fria, mas esse mesmo perigo, supostamente desapareceu com a dissolução da União Soviética. A Federação Russa seria um ator militar potencialmente parecido. No entanto, seus conflitos internos, junto a declaração da amizade em direção dos países membros da OTAN, não a fizeram um “inimigo” de fato. Então, o propósito da OTAN não foi mais assegurar a defesa

contra o inimigo, mas assegurar o Estado do poder existente. No discurso dos políticos tchecos, a importância da OTAN foi frequentemente denotada como “necessidade de evitar a ameaça da nova Rússia”, embora isso não fosse tão explícito.

Já vimos que os tchecos estavam principalmente interessados em se tornar membros de algum grupo puramente ocidental, que foi figurativamente contra a Rússia, mas ao mesmo tempo queria cooperar com ela. A Rússia e a OTAN assinaram em 1997 (ou seja, quando se discutia a entrada da República Tcheca na OTAN) o Ato Fundador sobre relações mútuas, cooperação e segurança entre a OTAN e a Federação Russa, entre vários outros acordos de cooperação. Eichler, um dos mais reconhecidos analistas de segurança na República Tcheca, descreveu em 2019 que:

Na época em que a discussão sobre a expansão da OTAN começou, ninguém escondeu o fato de que a Rússia estava principalmente preocupada com seus próprios problemas e não representava uma ameaça militar específica para a região da Europa Central. No entanto, as opiniões divergiram no que diz respeito ao próximo desenvolvimento. De acordo com uma previsão, é apenas uma questão de quando (mais cedo ou mais tarde) a Rússia voltará a se inclinar para políticas autoritárias, nacionalistas e expansionistas que possam ameaçar seriamente a estabilidade e a segurança da região de Visegrad. Deste ponto de vista surge a abordagem de que a OTAN não deve esperar por mudanças negativas na política da Rússia e não deve perder o momento mais oportuno para a sua expansão. No entanto, não foi e ainda não é fácil para os defensores desta abordagem encontrar argumentos a favor da afirmação de que a Rússia poderia voltar a ser uma ameaça militar para os países de Visegrad e uma razão para a sua admissão o mais rápido possível na OTAN. Apesar da existência de muitos riscos e da grande ambiguidade dos desenvolvimentos na Rússia, ainda não há razões urgentes para a expansão da OTAN (EICHLER, 2019, p. 20–21).<sup>161</sup>

Isso corresponde à ideia apresentada no primeiro capítulo. A de assegurar dois cinturões geográficos, ou seja, “arcos da instabilidade ou vácuo de poder”, proclamando a necessidade de estabilizá-los. Um entre Alemanha e Rússia, desde Báltico polonês até Adriático iugoslavo, e outro indo através da África do Norte, oriente médio até Caxemira.

Se olharmos as análises do ministério de defesa tcheco na época, foram definidos quatro tipos de perigo que causariam a necessidade de desenvolver o exército: as ondas migratórias vindo do oriente causadas pelos conflitos lá; o potencial perigo militar-político caso a Rússia trocasse de orientação; o terrorismo; e as sabotagens, a instabilidade da política interna. Qualquer ameaça potencial vinda dos conflitos políticos no ocidente não foi definida como ameaça, mas somente como risco. Como efeito, por exemplo, do protecionismo econômico de longo prazo. Nenhuma destas análises pressupõe algum conflito da natureza global, nem

---

<sup>161</sup> Tradução feita pela autora desta tese.

ameaça ao Estado pelas reivindicações territoriais dos seus vizinhos. Mesmo assim, chamaram a responsabilidade para a OTAN, que abstratamente protegia o país contra a ameaça russa (KREJCI, 1997, p. 9).

A propósito, é importante lembrar que o discurso “das necessidades” (que desempenhava um papel parecido como a mencionada “volta para Europa”), que foi nos anos 1990 muito popular entre os tchecos, foi baseado na manutenção da ideia do “ocidente contra oriente”. Isso ocorria paralelamente ao proclamado fim da bipolaridade. No entanto, a própria ideia da luta dos valores “ocidentais” contra os valores “orientais”, poderia ser considerada como elemento de manutenção ou construção de uma nova bipolaridade. Também é preciso lembrar que os tchecos sempre foram suscetíveis às proclamações ideológicas desse tipo, como ficou demonstrado no período do pós-segunda Guerra Mundial. Tanto com a decepção com ocidente e a subsequente forte apelo russófilo da nação. Esse foi, no pós-Guerra Fria, substituído pela russofobia e o renascimento de uma atitude positiva em relação ao Ocidente. Parece que a fatalidade geopolítica da República Tcheca (Tchecoslováquia) tem levado consigo uma decepção que vem ainda fortalecendo as devidas variáveis geopolíticas. Nessas condições e junto a natureza da elite política, fica difícil imaginar que na República Tcheca houve de fato outra opção além da adesão à OTAN e às estruturas euro-atlânticas.

Ao mesmo tempo quando consideramos a experiência histórica, se o objetivo fosse realmente a segurança em âmbito mundial e Europeu, teoricamente, a Rússia deveria ser convidada a participar da OTAN. Além disso, junta-se o fato de que a Europa da última década do século XX esteve mais segura do que nunca. Dessa forma, o argumento da segurança, que justifica o alargamento da OTAN na região pode ser devidamente questionado. Krejčí (1997) argumentou ainda que isso só aumentaria a desconfiança da Rússia para as potências ocidentais, o que também posteriormente aconteceu. Assim, o alargamento da OTAN à época não pode ser visto tanto como um passo para estabilidade,<sup>162</sup> mas como uma extensão do poder dos EUA, e, aliado a isso, um passo para piorar a postura da Rússia nas relações internacionais e aumentar suas dúvidas. Assim, podemos concluir que a segurança da Europa, dadas essas questões, não melhorariam. Pelo contrário, iriam se tornar, conseqüentemente, relações cada vez mais tensas (o que estamos vendo na realidade até dias de hoje).

---

<sup>162</sup> Havia também argumentos que se fosse realmente uma operação da paz, como era proclamado, isso podia acontecer somente com o acordo da ONU. Assim a Rússia achava melhor cumprir o mandato das operações da paz da ONU por meio da OBSE (esta teria três pilares – UE (União da Europa Ocidental), EUA e Rússia) – mas com isso os EUA perderiam (idem).

Ao mesmo tempo, devemos nos lembrar que a Rússia na época pós-Guerra Fria tinha poucos recursos para financiar uma guerra ou qualquer conflito desse tipo. É claro que para a Rússia o alargamento da OTAN foi visto como passo diretamente contrário a ela. Ela também viu a OTAN como uma instituição própria da Guerra Fria. Com a inclusão da Europa pós-soviética, as forças se moveriam muito mais em favor do ocidente, então ela foi vista como um elemento de desestabilização direta quando, muito fácil para atingir a Rússia. Ainda assim, o expansionismo russo tem sido uma questão central para as demais potências externas quando planejam seus passos estratégicos – o que com acontecimentos de hoje torna-se ainda mais relevante. Vale mencionar, ainda que brevemente, que havia argumentos sobre a natureza “democrática” da Rússia (“se ela for democrática, vamos incluir ela na OTAN”). Mas isso também foi uma ideologização, pois até os Estados supostamente democráticos podem ser (e muitas vezes são) expansionistas.

A propósito, todos esses passos são coincidentes com as ideias dos geopolíticos mencionados no primeiro capítulo. Foi também Kissinger, que pregou a criação da linha de segurança na Europa oriental afim da Rússia não poder mais se expandir. Neste caso seria importante dar aos devidos Estados uma participação política livre, o que aconteceu. Além disso, Brzezinski, como vimos, defendeu a estratégia de continuar desestabilizando a Rússia ativamente e assim isolar a Europa Centro-Oriental, fortalecendo e apoiando os devidos Estados, incluindo-os na OTAN. Isso, segundo ele, daria trabalho para a Rússia, que precisaria criar balanças regionais de poder por meio, por exemplo, da Ucrânia, o que tornou-se muito relevante nos últimos anos e meses. Entretanto, para os fins da nossa tese, mostra-se aqui um fator essencial: tudo isso aconteceu “de mãos dadas” com os desejos da República tcheca à época. Por isso, também consideramos importante explorar o fator da ideologização e da mídia.

Nesse mesmo sentido, temos ainda a discussão sobre o suposto valor da República tcheca para o ocidente no caso de um conflito. Havia ainda (e há), a questão se os países da região da Europa Central valem a pena para o OTAN tanto ao ponto de arriscarem as relações da OTAN com a Rússia. Vale dizer aqui, que o princípio analisado na época era exatamente o oposto – o problema era o futuro da Rússia. Parece-nos que a esse respeito, todos os Estados foram o apenas meios necessários para alcançar a estratégia planejada.

Em suma, a adesão da República Tcheca à OTAN levantou muitas questões na sociedade, questões importantíssimas para a nossa tese. Primeiro, em longo prazo a adesão

trouxe algum grau de desestabilização para Europa, que pode ser observada até hoje. Segundo, no curto prazo a adesão não resolveu a questão da segurança, principalmente pelo fato de a República tcheca não estar ameaçada à época. Ao mesmo tempo, colocamos uma questão contestável. Caso ocorresse um conflito aberto (sabendo que o estatuto da OTAN prevê a obrigação da defesa mútua no caso do ataque de um membro), o preço pela confrontação com a Rússia não seria grande demais? E em caso de desacordos com Alemanha, a OTAN não favorecia o Estado maior? Ao olhar para a história, devemos constatar que o exército nunca salvou os tchecos. Ademais, na história, sempre revelou que o ponto forte dos tchecos não é militar, mas em cultura, ciência e tecnologia, como, por exemplo, na indústria (o que o país vem perdendo atualmente também).

Por último, a fim de manter a segurança do país, a República Tcheca tinha outras opções, como criar um exército não convencional que não participasse diretamente da corrida armamentista e pensasse em uma estratégia para o futuro. Ou, ainda, voltar para o pacifismo. Isto é, criar um Estado pacifista, entre outras possibilidades. Nada disso aconteceu. As forças do discurso de necessidades e da sensação da inevitabilidade de criação da defesa por meio da OTAN prevaleceram. Mostraram-se, neste caso, exatamente os estereótipos ideológicos que são muito típicos para a política tcheca. São eles que frequentemente evitam uma abordagem mais analítica afim de projetar um “interesse nacional” sólido. Ao mesmo tempo, hoje em dia com guerra na Ucrânia, levanta-se urgentemente a questão sobre o que aconteceria se a Rússia atacasse um dos “países pequenos” da OTAN.

#### **2.4.2. Segunda meta: Adesão à União Européia em 2004**

Como vimos, o processo de busca da identidade tcheca no âmbito internacional depois de 1989 ocorreu em nome da “volta para a Europa”. Esta foi principalmente ligada ao processo de transformação e modernização do país de acordo com as normas e princípios do âmbito ocidental. Sendo que, os principais e mais gritantes defensores, assim chamados “internacionalistas”, vieram dos círculos dissidentes. Assim, a Tchecoslováquia começou a direcionar-se à Comunidade Europeia logo depois a Revolução de Veludo, o que ficou evidenciado a partir de uma carta do Primeiro-Ministro Marián Čalfa, de dezembro de 1989, dirigida ao Presidente da Comissão Europeia, Jaques Delors. Nela, o interesse da Tchecoslováquia em se tornar membro da Comunidade Europeia ficou claramente expresso (MULLER, 2004, p. 15).

Mesmo assim, a política externa em relação à União Europeia foi ativada mais lentamente do que à OTAN. Isso foi porque quando esta questão se tornou atual (na época da segunda fase da política externa tcheca – a atlântica), estava no poder o referido governo de centro–direita sob a liderança de Klaus, que foi bem reservado no que diz respeito à Comunidade Europeia. Ao mesmo tempo, foi um período em que os realistas tiveram voz bastante forte na política tcheca. Um dos pontos mais marcantes nesse desenvolvimento aconteceu em outubro de 1993 quando Klaus foi relutante em negociar um novo “Acordo europeu” com a Comunidade Europeia. Tratava-se de uma nova geração de contrato e acordos com os Estados do antigo bloco europeu e continha cláusula suspensiva em caso de descumprimento de direitos humanos (HANDL, 2008, p. 85–87). O Acordo foi negociado junto a outros países do V4 e deveria transferir o país à posição de membro associado. As perspectivas de adesão plena não estavam incluídas neste Tratado.

Em 1994, foi criado dentro do V4 o Comité Permanente para a Integração Europeia, presidido por Primeiros-Ministros, em cooperação com ministros individuais. Klaus, junto a outros representantes do ODS e ODA (na sociedade chamados de “eurocéticos” identificados com o conceito de integração de Margaret Thatcher), até o final da década de 1990 preferiram soluções alternativas de integração, como o acesso à EFTA ou à NAFTA. Foi formulada, nesse sentido, uma corrente chamada “eurorrealismo”, que questionava as motivações para adesão às estruturas europeias. No seu manifesto, criado por uma parte do ODS, clamava-se para uma análise e debate mais detalhada que consideraria as possíveis consequências para o país. Ele criticava que o processo se restringiu à questão principalmente técnico–administrativa ao nível comunal, junto a tempestade midiática que estava dividindo a sociedade em “europeístas” e “antieuropeístas”. Como está escrito no Manifesto do eurorrealismo tcheco:

Será a mais ampla rendição voluntária moderna de parte de nossa soberania estatal ao “nível transnacional”. Portanto, hoje não podemos mais nos contentar com um entendimento desanimador de nossa adesão à UE apenas como um ponto definitivo e simbólico por trás de nossa permanência no antigo império socialista ou no espaço temporário pós–comunista de hoje. Precisamos de saber em que condições entraremos, qual é o estado atual e o provável desenvolvimento futuro da UE, qual a sua forma mais vantajosa para nós e a qual menos, que modelo de UE vamos promover após a nossa adesão (MANIFEST ČESKÉHO EUROREALISMU, 2001).<sup>163</sup>

As críticas à concepção da EU, conforme definida pelo Tratado de Maastricht, influenciaram subsequentemente o comportamento do governo. Como consequência das

---

<sup>163</sup> Traduzido pela autora desta tese.

discordâncias internas, o pedido de adesão foi apresentado dois anos mais tarde do que o apresentado por outros Estados do V4, ou seja, em janeiro de 1996. Além disso, o memorando continha alegações (mesmo que menores) contra a Comunidade Europeia, que ficou bem surpresa com isso. De outro lado, vale dizer que essa postura costumava fazer parte integrante da imagem do primeiro-ministro Klaus e de fato fortalecia suas simpatias pessoais e preferências dos eleitores.

Entre 1996 e 1997, os esforços de integração aumentaram. Primeiramente pelo fato de que os eurocéticos já não estavam tão fortemente presentes nos partidos governantes (como já mencionado, os pequenos partidos como o KDU e a ODA deixaram a coalizão, seu forte defensor e ministro do exterior J. Zielinec saiu do ODS etc.). Segundo, porque foi criado em 1997 o Gabinete de Transição cuja única tarefa foi concentrar-se na adesão (por meio da legislação, principalmente). Na cúpula do Luxemburgo, em dezembro de 1997, a República Tcheca aceitou o convite para começar as negociações de adesão à UE. Movimento oficialmente inaugurado em 31 de março de 1998.

Subsequentemente, o Governo de Transição do CSSD, que foi favorável à adesão, chegou ao poder após as eleições em 1998. Assim, apesar de outros problemas políticos internos como os descritos acima, a principal tarefa do governo na virada do novo milênio foi alcançar outros países candidatos na preparação para a adesão à EU. Logo na primeira onda do chamado “alargamento oriental”. A pressão crescente de negociações e o interesse geral no sucesso da adesão ainda fortaleceram. Novamente, a postura internacionalista tornou-se abordagem prevalecente na política externa.

Como escrito na mencionada Estratégia da política externa de 1998 (1999):

O objetivo da República Tcheca é preparar-se para a adesão à União Europeia em 2003. Isto envolve uma série de tarefas importantes. Estas incluem, em particular, a tarefa de transpor, implementar e fazer cumprir o vasto leque de normas jurídicas que constituem o acervo comunitário. O Governo da República Tcheca criou as pré-condições institucionais e organizacionais necessárias para isso e envolveu todos os ministérios da administração estatal na preparação. Preparou o Programa Nacional de Preparação da República Tcheca para a adesão à UE e implementa o programa de Parceria para a Adesão formulado para a República Tcheca pela Comissão Europeia de acordo com o documento Agenda 2000. O governo está também a criar mecanismos eficazes e a afetar fundos à utilização eficiente dos recursos que a União oferece aos candidatos à pré-adesão – nomeadamente ao abrigo do programa PHARE e dos programas a estabelecer após 2000 para a agricultura e a política regional (Fundos Estruturais). A República Tcheca também está interessada em aproveitar as oportunidades de empréstimo oferecidas pelos programas do Banco Europeu de Investimento. Nas negociações de adesão à União Europeia, a República Tcheca se esforçará por conseguir condições que estejam em conformidade com os interesses da sociedade em transformação tcheca. Em particular, trata-se de prever períodos de transição num número limitado de domínios em que a assunção imediata de compromissos ao abrigo



do acervo comunitário suscitaria sérias dificuldades. (...) Com a adesão à OTAN e, posteriormente, à União Europeia, há uma mudança significativa nas relações bilaterais da República Tcheca com os países membros individuais dessas organizações. As relações mútuas estão assumindo o caráter de relações entre países aliados, ampliando-se, intensificando-se e abrangendo novas áreas. As relações bilaterais são complementadas por consultas constantes e tomadas de decisão conjuntas dentro das instituições conjuntas. A República Tcheca terá de considerar uma série de questões, não apenas da perspectiva de um Estado da Europa Central de médio porte, mas também da perspectiva de um Estado membro da Aliança do Atlântico Norte e da União Europeia. Os interesses da República Tcheca assumem assim o caráter de interesses europeus e euro-atlânticos. Após a adesão da República Tcheca à União Europeia, as relações com os Estados-Membros da União sofrerão alterações ainda mais substanciais do que no caso da integração na OTAN. Passarão do nível das relações interestatais para o nível das relações intra-UE, nas quais, para além dos Estados-Membros individuais, as instituições da União Europeia também desempenharão um papel importante. A importância da comunicação constante nos níveis bilateral e multilateral aumentará significativamente.<sup>164</sup>

Desde abril de 1998 até Agosto de 1999, o foco maior foi na chamada *screening*, ou seja, em determinar a compatibilidade da legislação tcheca com a legislação da UE. Essa fase principal terminou em julho de 1999 e as negociações sobre 31 capítulos temáticos individuais começaram logo depois. Pela sua natureza (semelhante ao procedimento de admissão de um novo sócio em clube fechado), o processo foi altamente assimétrico. No entanto, a equipe de negociação tcheca ganhou a reputação de parceiro competente e exigente. Até maio de 2000, 28 capítulos foram abertos, e 10 foram provisoriamente encerrados. A imagem da República Tcheca se beneficiou do fato de que, na alta fase das negociações, conseguiu reduzir para quase metade o número de períodos de transição necessários. Isso tornou-se alvo de críticas da direita e da esquerda, que acusaram o governo de vender e defender insuficientemente os interesses da República Tcheca. Ao contrário, o governo enfatizou seus esforços para apresentar a República Tcheca como parceiro liberal, para evitar conflitos perdidos e para aumentar as chances de atingir os principais objetivos das negociações (HANDL, 2008, p. 88–95).

Após dois relatórios de avaliação muito críticos da Comissão Europeia em 1998 e 1999, as instituições tchecas responsáveis pela coordenação das relações com a UE foram reorganizadas. Nesse sentido, e de forma subsequente, entre 1999 e 2002 a UE dirigiu ao país repetidas críticas aos seus relatórios. Finalmente, governo tcheco foi capaz de responder a todos esses comentários, apesar das contínuas diferenças internas de opinião. Isso foi principalmente graças à chamada “patente de tolerância”, um acordo entre o governo CSSD e a oposição ODS em 26 de janeiro de 2000. Entre outras coisas, havia um acordo sobre a preparação da República

---

<sup>164</sup> Tradução feita pela autora desta tese.

Tcheca para a adesão à UE, o que acelerou significativamente o processo legislativo associado às necessidades de adesão. Porém, como reduzia a influência de partidos menores, era frequentemente alvo de críticas.

Na cimeira de Copenhagen, que praticamente encerrou as negociações e ocorreu entre 12 e 13 de dezembro de 2002, o primeiro-ministro Špidla conseguiu melhorar as condições financeiras para a adesão tcheca através de negociações difíceis (e à custa de perturbar a presidência da época). Vale dizer que a República Tcheca recebeu assistência financeira inferior à de outros países aderentes devido a diferenças estruturais. O país foi parcialmente prejudicado pelos critérios utilizados para prestar apoio (a República Tcheca foi o único país aderente que não tem fronteira externa com a EU; Praga ficou bem acima da média da renda da EU etc.). No entanto, conseguiu negociar uma série de exceções, como uma restrição temporária à livre circulação de capitais (os estrangeiros não podiam comprar florestas e terras por 7 anos e residências secundárias por 5 anos). Isso tinha natureza econômica e política, baseada em preocupações com a venda de bens imóveis a cidadãos mais ricos da UE e, especialmente, aos alemães dos Sudetos. As outras exceções diziam respeito à agricultura, transportes, ambiente, energia e política fiscal (HANDL, 2008, p. 95–96).

Mesmo como os outros candidatos, a República Tcheca não foi capaz, apesar dos seus esforços, de reverter a introdução de períodos de transição. Isso foi visto como uma desvantagem injusta para os parceiros mais fracos em uma UE forte. Duas questões políticas dificultaram gravemente o já difícil processo de adesão à UE e ameaçaram bloqueá-lo. Uma foi a tentativa da Associação de Compatriotas Alemães dos Sudetos e da CSU da Baviera de forçar a revogação dos decretos do pós-guerra do presidente Beneš, bem como as preocupações da Áustria sobre a usina nuclear de Temelín (VYJÁDŘENÍ KOMISAŘE PRO ROZŠÍŘENÍ EU GUNTERA VERHEUGENA, 2004). Vale dizer que a UE desempenhou um papel importante de mediação em ambas as questões. Também, entre 1998 e 2001, o governo adotou a cada ano um Programa Nacional de Preparação para a Adesão à UE. Destes, o programa de 2000 foi o plano mais abrangente de mudanças e medidas necessárias em todas as áreas relevantes, mostrando de novo o quanto a República Tcheca tinha que desistir de sua soberania afim de pertencer ao agrupamento maior (NÁRODNÍ PROGRAM PŘÍPRAVY ČESKÉ REPUBLIKY NA ČLENSTVÍ V EVROPSKÉ UNII, 2000).

Na fase final do processo de adesão, a política tcheca participou ativamente nas negociações sobre a Convenção sobre o Futuro da União Europeia (2002–2003) e assinou

o Tratado Constitucional Europeu (Roma, 29 de Outubro de 2004). Durante as negociações, ela promoveu posições próximas das dos pequenos e médios Estados-Membros da UE, tentando opor-se aos esforços dos grandes países para reforçar a sua influência na UE. Ao mesmo tempo, porém, prestou atenção considerável à melhoria da cooperação em nível regional e procurou desenvolver todo o potencial do V4. As ambições da relação Visegrad-UE de consulta mútua, troca de informações e experiências não foram concretizadas (HANDL, 2008, p. 98). Principalmente, a partir a criação do referido Fundo Visegrad e, assim, no desenvolvimento da cooperação cultural e científica, como mencionado acima.

A adesão da República Tcheca à UE teve várias reflexões na sociedade. Ela levantou bastante preocupações entre a população (por exemplo, especulações sobre aumentos drásticos de preços, restrições à produção etc.). O fato de a República tcheca entrar na União Europeia foi decidido no referendo que ocorreu entre 13 e 14 de junho de 2003. Nele, os 77,33% dos cidadãos apoiaram a entrada, com participação eleitoral de 55,21%; 22,67% votou contra (VOLBY.CZ, 2003). No que diz respeito aos círculos políticos, o ODS se pronunciou a favor da adesão com algumas recessões (o chamado sim suave), enquanto o KSČM, por outro lado, se opôs “nas condições atuais” contra (o chamado não suave). O presidente Klaus como maior oponente não foi a favor, mas não via nenhuma alternativa para a entrada. Nestas condições, ele não apelou aos cidadãos para apoiarem a entrada, nem expressou o seu apoio. Elaboraremos este referendo mais em detalhes no último capítulo.

Com isso, em 1 de maio de 2004, a República Tcheca tornou-se membro da UE. Após a adesão, registou apenas um ligeiro aumento dos preços, mas uma recuperação significativa das exportações para a UE, e um crescimento económico global de cerca de 6% do PIB por ano. Sendo que os valores entre 2004 e 2007 foram claramente os maiores aumentos percentuais da história de toda a República Tcheca até agora (ČESKÝ STATISTICKÝ ÚŘAD, 2022c). Nas eleições para o Parlamento Europeu, porém, a população vem mostrando um distanciamento da UE representado por sua participação eleitoral muito baixa. Ao mesmo tempo, a República Tcheca na UE é geralmente representada por defensores do atlantismo e autonomistas; e por personalidades conhecidas publicamente, em vez de especialistas.

Voltamos aqui, ainda, para a questão da segurança no âmbito da UE. Conforme mencionado, a experiência do Kosovo abriu, em certo sentido, uma nova era no desenvolvimento da segurança europeia. A necessidade de uma política de segurança e defesa separada começou, então, a emergir. Sob o acordo franco-britânico em St. Malo em dezembro

de 1998, e no âmbito da Decisão da UE de Colônia em Junho de 1999, a UE concentrou-se pela primeira vez na aquisição de capacidades militares e institucionais para conduzir “ações autónomas” independentemente da OTAN. Os novos órgãos da UE foram criados – o Comité Político e de Segurança, o Comité Militar e o Estado-Maior Militar. O chamado “objetivo principal europeu” foi adotado, com um objetivo de criar uma unidade de ação rápida com cerca de 50 a 60 mil homens (HANDL, 2008, p. 90).

Deste ponto de vista, as estruturas atlânticas tiveram responsabilidades militares, e as estruturas europeias asseguravam uma integração económica gradual e, cada vez mais, política. No entanto, as mencionadas questões sobre o papel de uma estrutura militar paralela que começaram a surgir na União Europeia. Lembremos aqui que a questão de a EU formar uma força militar própria fora da OTAN se opõe aos interesses estratégicos dos EUA e nunca prosperaram, mesmo após o acordo de Lisboa em 2005. A opinião era de que a UE e a OTAN deviam continuar a complementar-se, principalmente porque era claro que, num futuro previsível, a UE não seria capaz de conduzir operações de combate independentes de maior dimensão e preferiria concentrar-se em ações de estabilização de polícia.

Com isso, as visões conflitantes surgiram novamente na sociedade tcheca. Os defensores do atlantismo, especialmente do ODS, enfatizaram ainda mais a necessidade de garantir o envolvimento americano na Europa e, portanto, temiam qualquer coisa que pudesse levar à criação de um exército europeu. Ao contrário, os europeístas estavam abertos a cenários alternativos, a chamada competição institucional, ainda mais com um afastamento crescente da política externa americana de George W. Bush. Opiniões divergentes prevaleciam não apenas dentro dos partidos políticos, mas também ao nível burocrático. O Ministério da Defesa e o Departamento de Política de Segurança do Ministério das Relações Exteriores seguiram um curso primordialmente pró-Atlântico (“*US-policy first*”). O Ministério das Relações Exteriores e, especialmente, sua seção europeia tentaram combinar as dimensões europeia e atlântica, enquanto alguns políticos preferiam o fortalecimento da UE como um contrapeso à hegemonia dos EUA (especialmente em relação à guerra no Iraque). Aqui aparece novamente a tendência de divergência de opiniões entre os políticos tchecos, que não têm sido capazes de reagir soberanamente. Afirmamos que isso é normal em uma política do Estado, no entanto, os políticos em Estados pequenos devem ser internamente conscientemente coesos para tornar o Estado mais forte externamente.

A invasão ao Iraque causou um racha em tudo isso. Ao final de seu mandato, o presidente Havel se pronunciou a favor da invasão. Ele assinou uma carta de oito estadistas europeus, que foi posteriormente publicada no *The Times* e nos principais jornais europeus em 30 de janeiro de 2003, expressou ali seu apoio à política dos EUA em relação ao Iraque. Em contrapartida, Klaus, já na presidência, tomou posição negativa sobre a invasão e protestou contra ela junto ao embaixador americano. O governo como um todo tomou postura neutra à invasão e não participou diretamente dela. Em geral, a invasão não teve o apoio inequívoco da política tcheca, e a maioria da população tcheca a rejeitou. Isso também será analisado mais em detalhes no último capítulo.

A guerra ao Iraque dividiu a sociedade tcheca tanto quanto o bombardeio da Iugoslávia, e foram os próprios EUA que ajudaram nisso. Assim, a percepção sobre a OTAN na virada do século não foi muito boa. O enfraquecimento do multilateralismo americano também preocupou a relação com a OTAN. O Ministro da Defesa Rumsfeld apresentou uma visão para “*NATO as a tool-box*” e “*mission defines the Coalition*”. Isso, junto ao alargamento da OTAN, indicava a diluição da Aliança. A República Tcheca lutava para lidar com o conceito de ataques preventivos, que os EUA integraram à sua estratégia de segurança em setembro de 2002. Nesse caso, a República Tcheca assumiu uma posição semelhante aos outros países da UE. No entanto, nem a nova estratégia de segurança tcheca nem europeia mudaram ou impediram os ataques preventivos (MINISTERSTVO ZAHRANIČNÍCH VĚCÍ ČESKÉ REPUBLIKY, 2003). Desde 2001, a República Tcheca também vem participando nas operações europeias na UE, começando com a Operação Concordia na Macedônia e, por exemplo, Althea na Bósnia e Herzegovina.

Externamente, o país sempre apoiou a busca pela cooperação entre a Aliança e a UE, especialmente a implementação prática do modelo *Berlin+*. Este foi um acordo-quadro entre a OTAN e a UE lançado na primavera de 2003. Era principalmente de natureza técnica e regulamentava, por exemplo, as condições de utilização das capacidades da aliança para as operações europeias. No entanto, exigia o acordo político de todos os envolvidos e, portanto, um compromisso entre os conceitos eurocêntrico e atlântico.

O que em certa medida preencheu a lacuna entre as abordagens dos que defendiam o atlantismo e os europeístas na República tcheca foi a luta que se seguiu contra o terrorismo e que se tornou o foco da questão de segurança no mundo. A Estratégia de Segurança de 2003 enfatizou que essas duas direções políticas deveriam ser complementares (MINISTERSTVO

ZAHRANIČNÍCH VĚCÍ ČESKÉ REPUBLIKY, 2003). Também por causa disso, a República tcheca foi o primeiro Estado do antigo Pacto de Varsóvia onde ocorreu a cúpula da OTAN, como mencionado acima. Isso, novamente durante o governo de centro–esquerda. Entre outras coisas, os *Prague Capability Commitments* foram formulados nele e foi decidido criar *NATO Response Force*, que desempenhou um papel importante no desenvolvimento posterior da Aliança. Nesta cúpula, foi decidido também aceitar a Eslováquia na OTAN.

Além disso, o 6º Hospital de Campo foi implantado na ISAF (conduzido pela OTAN com o consentimento das Nações Unidas). Isso ocorreu com amplo acordo político (apenas o KSCM foi dividido). Na primavera de 2004, uma pequena unidade de combate das forças especiais foi implantada nas montanhas afegãs como parte da operação USA “Liberdade perpétua”. Ao nível mais geral, foi muito bem percebido no âmbito internacional o fato de que, pela primeira vez na história, um representante tcheco (o ex-ministro das Relações Exteriores Kavan) foi eleito presidente da Assembleia Geral. A Presidência tcheca tinha uma iniciativa grande no domínio da prevenção de conflitos armados na 57ª Assembleia Geral da ONU (a iniciativa resultou na Resolução 57/337 da Assembleia Geral da ONU de 3 de julho de 2003).

#### **2.4.3 Nota final sobre a estratégia nacional da República tcheca**

Resumindo a parte da política externa tcheca no contexto de todo o texto, basta dizer que o assim chamado projeto nacional tcheco, após o fim da Guerra Fria, consistia em um claro objetivo de ocidentalização do país por qualquer meio possível. É verdade que políticos, ou seja, a elite do país, foi dividida, assim como foram os seus cidadãos. A enclave mais crítica e realista estava relativamente forte no país, em comparação com outros Estados da região. Mesmo assim, isso não criou espaço para abrir uma discussão mais detalhada sobre a constituição da soberania do país por outros meios, como, por exemplo, uma cooperação regional mais estrita que facilitaria a criação do agrupamento mais autônomo para fora. Não há nenhuma evidência que os tchecos foram proativos na busca de outras formas de cooperação além daquelas que estavam sendo oferecidas. Então, podemos afirmar que a estratégia tcheca de política externa continuou a ser de natureza vassala, mesmo que nas diferentes condições econômicas, ideológicas e na diferente balança do poder internacional.

A postura de vassalagem é evidenciada ao olharmos os eventos na República Tcheca no período estudado, no entanto, esta questão é muito mais complexa e está ligada, na nossa opinião, aos mencionados conceitos de nação, interesse nacional e nacionalismo. Esses, devido às constantes mudanças tanto no território, quanto na composição da sociedade e do próprio

povo tcheco, nunca foram muito fortes. Se vale a premissa do historiador Eric Hobsbawm que Darc Costa cita em seu livro, de que são o Estado e o nacionalismo que formam a nação (COSTA, 2009, p. 411), é difícil achar que a República Tcheca possa mostrar um forte sentimento de Estado nacional e o mencionado coletivo e solidariedade necessários para alcançar o “sonho de nação”. E com isso, é difícil encontrar um interesse nacional forte, com ênfase na soberania do Estado e de seu povo.

Voltando para as três alternativas do D. Costa (2009),<sup>165</sup> vale dizer que a primeira alternativa, a elite tcheca decidiu adotar logo, conforme vimos neste capítulo. Consideramos ela um passo lógico nas devidas circunstâncias, dado o mencionado vácuo geopolítico que ocorreu na região. Isso foi fortalecido pelo fato que a experiência do Estado há mais de quarenta anos era de estar sob guarda-chuva de um ator maior, que mantinha a rede de “cooperação” com Estados em sua esfera de influência. É discutível se a mesma alternativa pode ser considerada válida no caso da integração regional sob o V4, entre outros. É verdade que os Estados vêm buscado a cooperação entre si a fim de aproveitar-se da possibilidade de realização de trocas econômicas e outras, no entanto, como vimos, nem o V4 nem outros tiveram impacto maior (pelo menos no campo econômico, devido à concorrência crescente, mas podemos dizer que sim no campo cultural e educacional). A segunda pode ser entendida principalmente no contexto da cooperação europeia, já que as iniciativas regionais tiveram por objetivo buscar a implementação dos devidos países nas estruturas ocidentais. Já a terceira, ou seja, a evolução para uma solução contratual em nome de uma autoridade superior (Megaestado) também ficou evidente no caso da integração sob UE, no entanto, esta, já fora criada na época e os demais Estados visavam se integrar à ela. Ao mesmo tempo, acrescentamos que esta não chegou ao ponto anteriormente esperado.

De qualquer forma, a maior (e na verdade única) característica da política externa tcheca, a formulação do assim chamado “interesse nacional” na frente do âmbito internacional, foi o interesse de integração às estruturas e instituições ocidentais. Sendo que os principais objetivos da política interna foram a criação das instituições e regras democráticas e a supervisão sobre a transição para economia de mercado. Isso significou de fato,

---

165 Buscar a cooperação com outros Estados, visando aproveitar-se da possibilidade de realização das trocas econômicas e de outras naturezas, decorrentes desta postura; Buscar evoluir esta cooperação para um estágio de associação, visando à adoção de políticas comuns entre si e inacessíveis a outros Estados; e Evoluir nesta associação para uma solução contratual, com a criação de uma federação, deixando, formalmente, de serem Estados, passando a reconhecer uma autoridade superior, que nomeio como Megaestado (ibid., p. 406–416).



principalmente no caso da adesão à EU, grandes concessões da soberania do país. Ao mesmo tempo, nas decisões políticas no ramo interno mostrou-se uma ampla inconsistência que continua presente na política tcheca de alguma forma até hoje. Isto é a priorização momentânea de conflitos e preferências individuais, em vez de cooperar por um interesse maior, como estabelecer um Estado sólido na cena internacional. Aqui aparece uma questão importante, e isso é se um governo é capaz de formular uma política externa coesa se não consegue harmonizar-se internamente.

A realidade de não considerar outras opções além da ocidentalização do país nos parece tanto uma herança do fato de que não havia nenhuma possibilidade de formular os interesses anteriormente por muito tempo, quanto um resultado das ações dos dissidentes, ou seja, assim chamados internacionalistas abertos para qualquer abertura para o mundo ocidental. De outro lado, não queremos cair na crítica pura dessas tendências, já que consideramos o ramo geopolítico o mais complexo e decisivo em todos os processos, principalmente para um país pequeno como República Tcheca, dadas suas condições.

É verdade que a elite podia decidir depois de muito tempo livremente qual será o caminho do país, no entanto, há alguns aspectos essenciais que encaixaram o desenvolvimento do país na proposta da geopolítica como descrita no primeiro capítulo: a natureza da elite; a cultura política; e a “troca de casacos” dos políticos; o foco nos conceitos ideológicos em vez de se concentrarem em uma imagem mais ampla; o desejo histórico de povo pertencimento; também talvez o sentimento contínuo da necessidade de defesa de um ator maior e, ao mesmo tempo, de ter uma guarda-chuva de atores e instituições maiores e mais fortes (e isso muito mais do que qualquer tipo de nacionalismo e patriotismo). Assim, a tese de pouca capacidade de defender (até formular) o interesse nacional parece válida.

Vale ressaltar, ainda, que com outros Estados do cinturão estratégico da Europa Oriental além do seu “núcleo”, a RT teve poucas relações. Com países vizinhos ocorria além das iniciativas regionais uns acordos bilaterais, mas isso também em nossa opinião existia principalmente com fim de tornar-se ator mais relevante para o mundo ocidental e juntar-se mais rapidamente à OTAN e à UE. Ao mesmo tempo, as cooperações regionais tornaram-se ao longo do tempo mais uma normalidade e agenda comum, e não uma prioridade ou questão estrutural e estratégica. A todo esse conhecimento, acrescentamos o mencionado “circuito fechado” em que o Estado pequeno, a República tcheca neste caso, não pode ser um ator soberano na política mundial sem que tenha uma política externa coesa. No entanto, afim de

realizá-la, precisa primeiro abrir-se para o mundo e tornar-se um parceiro para as potências maiores (o que no caso do Estado pequeno significa relativizar ou desistir de sua soberania). Agora entraremos em mais detalhes sobre a dinâmica da entrada às estruturas euro-atlânticas.

Em geral e de forma resumida encontraram-se três fatores. Primeiro, o fato de que a RT é um país de pequeno porte com pouca importância geopolítica em si (a região é estratégica, mas isso perde a relevância para os Estados quando não coopera mais estrategicamente em si). Segundo, a existência da ideologia internacional prevalecente no mundo com queda da URSS (o mundo unipolar). Terceiro, o fato de que a Tchecoslováquia pertenceu anteriormente à URSS e não gostava disso. Como consequência, ocorreu um “efeito de disparo” e o país correu para o ocidente por qualquer “preço” o mais rápido possível.

Por fim, e abrindo o último capítulo, o que mostrou-se essencial para os devidos processos já na análise atual foi a ênfase nos princípios do neoliberalismo e no discurso pró-ocidental como forma de defender-se da época anterior. Parece-nos que, quanto maior fosse o desejo da elite e também do povo de sair mais rápido e longe possível da influência soviética, maior eles seriam suscetíveis aos (muitas vezes vazios) conceitos ideológicos. Temos por hipótese a presença da forte ideologização da situação do país tanto internamente quanto externamente, junto a influência da mídia por meio de sua propriedade e aceitação da legislação do tipo ocidental, restringindo, assim, ainda mais a soberania do país. A propósito, é importante lembrar que o discurso “das necessidades”, muito popular entre os tchecos nos anos 1990, foi baseado na manutenção da ideia do “ocidente contra oriente”. Assim, resta-nos explorar mais em detalhes a dinâmica da mídia como quarto poder no último capítulo. Além dos fatores já mencionados neste parágrafo, elaboraremos também a questão do consenso sobre a entrada à OTAN e à UE como formulado em nossa última hipótese, já que por enquanto aparentemente ela será negada.

### 3. QUADRO DAS IDEIAS: QUADRO DAS VISÕES DOMINANTES EM TERMOS TEÓRICOS–IDEOLÓGICOS NO TEMA

Incorporaremos agora ao nosso trabalho o nível das ideias, especificamente a mídia como meio efetivo de poder. Assim, visaremos abordar de forma mais detalhada a questão do poder (e em uma de suas variáveis), servindo ao mesmo tempo um guia para tal pesquisa. Argumentando nesse sentido que, dado o desenvolvimento tecnológico e a interconexão no mundo, torna-se necessário considerar outros fatores além do puro poder político, econômico e militar. Como vimos na questão do quadro interno, temos presente uma forte ideologização do problema, que espalha rapidamente as ideias do neoliberalismo por toda a sociedade tcheca, e, assim, influencia na formação da identidade da região.

Neste capítulo, analisaremos a influência externa exercida a partir da propriedade da mídia e, que consideramos, em ambos os casos, elementos que confirmam tal influência ou, pelo menos, a possibilidade de intervir em assuntos de mídia a partir de fora. Como houve um forte desejo de ingressar nas estruturas euro-atlânticas, é esperado que o ingresso nestas instituições tenha ocorrido a partir de um consenso no âmbito de toda a mídia, mesmo que o caso da entrada à OTAN podia ser mais complicado, dada a ruptura na sociedade tcheca que ela causou.

Como vimos acima, o tema da mídia e dos meios de comunicação em geral não é questão exclusiva do campo da Comunicação, já que diferentes autores da Ciência Política e das Relações Internacionais defendem a importância do seu papel em determinados processos. O tema da mídia e sua importância em devidas sociedades aparece meio solto na pesquisa contemporânea. Há duas correntes principais entre os que defendem o papel da mídia na sociedade e nos processos em Estados (tanto ao nível interno quanto no âmbito internacional). Na primeira, há autores com pesquisas político-econômicas e geopolíticas que proclamam sua importância, no entanto, sem abordá-la mais detalhadamente. Entre tais autores, encontram-se E. Carr, A. Gramsci, R. Cox, entre outros. Na segunda corrente, encontram-se há autores das Ciências Sociais cujo núcleo de pesquisa é a mídia, como os autores D. McQuail, W. Lippmann, e E. Noelle-Neumann. Esses autores, geralmente mostram abordagens “midiacêntricas”, que, inclusive, estão ausentes em abordagens de contextos mais amplos, que, porém, em nossa opinião são essenciais para compreensão dos devidos processos.

Por contextos mais amplos, consideramos mencionadas variáveis sociopolíticas, econômicas e geopolíticas.<sup>166</sup> Esta tese, portanto, visa a incorporação da pesquisa da mídia na análise geopolítica anterior, assim como na política e economia interna da Tchecoslováquia (República tcheca). Em geral, a mídia tem neste país uma tradição de desempenhar um forte papel durante os momentos de crise e de mudanças, como, por exemplo, demonstrou-se em 1968. Nesse sentido, a troca do regime no âmbito do fim da Guerra Fria além de ser considerado um grande exemplo do papel da mídia na sociedade, reforça nosso argumento.

### 3.1 Relação entre poder e mídia: Conceitualização da mídia no contexto do nosso tema

O papel e a função da mídia têm sido pontos importantes nos debates sobre a sociedade. Inclusive no conhecido paradigma social entre aqueles que governam desejam controlar e aqueles que não governam não querem ser controlados não mudou ao longo da história.<sup>167</sup> Ele foi pesquisado em quase todas as disciplinas e áreas de pensamento e, em termos de nosso trabalho, não só é relevante, mas assume uma dimensão maior. Um dos atributos importantes da mídia é que ela pode ser um dos principais pilares de uma sociedade democrática, ou seja, um instrumento do cidadão. Ao mesmo tempo, pode ser um instrumento de poder muito poderoso daqueles que governam. Desde a existência da assim chamada mídia de massa, não haja, talvez, um exemplo sequer para refutar essa tese.<sup>168</sup>

O interesse de ciências sociais em pesquisar a mídia muitas vezes se baseia na hipótese básica de que a mídia tem capacidade de influenciar a sociedade como um todo, todos os indivíduos que a constituem, e, portanto, com isso uma influência considerável.<sup>169</sup> Diante disso,

---

<sup>166</sup> Há autores, que recentemente, abordaram todos os níveis como. Entre eles por exemplo, B. Bagdikian, autor que se concentra no aspecto econômico da mídia contemporânea.

<sup>167</sup> É neste momento que a luta clássica sobre o poder, o dinheiro e a guerra, compões a gênese do mundo moderno, como descreveu o Fiori (2014).

<sup>168</sup> Neste trabalho, a mídia é principalmente considerada a mídia de massa (devido ao período pesquisado, já que a mídia digital, que em 2004 ou inexistia ou ainda era incipiente, ainda não foi muito usada como fonte de informação). Periódicos, emissões de rádio e televisão e comunicações na Internet, são formas historicamente condicionadas de comunicação social disponíveis a um número cada vez maior de destinatários (devido às possibilidades técnicas, organizacionais e de distribuição), e que oferecem conteúdo para os usuários de forma contínua ou regular. Situação na qual sua existência depende do interesse e das necessidades de seus usuários (JIRÁK; KÖPPOVÁ, 2009, p. 21).

<sup>169</sup> Apesar disso, no entanto, nunca foi fácil definir com clareza a natureza e o grau dessa influência. Não é o objetivo de nosso trabalho analisar a recepção de informações da mídia pelo destinatário ou o impacto específico sobre os indivíduos. Ao mesmo tempo, não conseguiremos incorporar a questão dos públicos da mídia que é muito importante na pesquisa. O público é um grupo que recebe a informação midiática, de alguma forma lida com ela e potencialmente tem a oportunidade de mudar questões mais gerais por meio desse manejo. Existem muitas abordagens para isso. Importante para o nosso trabalho é o fato de que a pesquisa inicial de público evoluiu em duas direções desde o início - uma que vê o público como um receptor passivo de conteúdo de mídia e outra mais recente que considera o público como um elemento ativo que tem a capacidade de mudar fluxos de informação. Nesse sentido, tanto JiráK; Köpplová (2009, p. 218 - 231), como J. Curran (2002, p. 157) apontam que

a mídia pode ser legitimamente considerada um quarto poder. Apesar da amplitude dos temas ligados aos meios de comunicação, nosso objetivo se concentrará, principalmente, nas formas e nos meios a partir dos quais a informação pode ser usada como instrumento de poder. Um meio de transmissão de uma hegemonia com forma de prevalecer em determinada sociedade por meio da moldagem da opinião pública e ao mesmo tempo – talvez – por meio da amplificação da voz dos cidadãos. É importante ressaltar a relevância do contexto histórico e, ao mesmo tempo, estarmos cientes de que toda dinâmica entre poder, cidadãos e mídia está estreitamente ligada ao contexto histórico de cada caso.

### **3.1.1. Mídia, poder e a opinião pública**

As funções básicas da mídia foram descritas de forma abrangente, por exemplo, por Denis McQuail (1999). Segundo ele, seriam elas: 1. Função de informação – fornecer informações sobre o que está acontecendo em uma determinada sociedade e indicar as relações de poder prevalentes; 2. Função de correlação – descrição e resposta a eventos importantes e suporte à autoridade central, apresentando padrões e construindo consenso; 3. Função de continuidade – preservação da cultura dominante, apoio e manutenção dos valores geralmente aceitos; 4. Função de entretenimento – uma fonte de entretenimento e distração; 5. Função de mobilização – influenciando a favor das forças sociais das esferas políticas, guerra, desenvolvimento econômico, trabalho e religião (MCQUAIL, 1999, p. 103).

Essa teoria sugere que aqueles que estão no poder têm a oportunidade de usar a mídia em benefício de sua função. Ela foi inspirada em uma abordagem funcionalmente estruturalista que tem sido repetidamente criticada. No entanto, consideramos essa premissa relevante para o nosso tema. Além das estruturas políticas, há cidadãos que desejam participar na vida pública sem serem controlados excessivamente pela autoridade e pela própria informação. A opinião pública é a maior ferramenta comum neste contexto. Não é por acaso que aqui surge um conflito que tende naturalmente a ser assimétrico e relativo, visto que na maioria dos casos a autoridade central tem a capacidade de controlar a mídia a ponto de impactar a sociedade como um todo.

---

há duas visões contrastantes sobre o poder da mídia na sociedade: em uma, a mídia domina seu público, no outro é o oposto. Nos cabe, ainda, citar as visões sobre a possibilidade de regulação dessa atividade e a passividade do público, conforme descrito, por exemplo, pelo autor alemão H. M. Ezensberger (1970). Segundo ele, as condições de produção do conteúdo midiático são determinantes, já que os meios de comunicação podem ser usados de forma repressiva (ou seja, de forma centralizada e controlada) ou emancipatória (descentralizada, ou seja, obras de autorregulação).

Dentro desta complexidade, encontra-se a finalidade da nossa tese. A de focar a relação entre a mídia, a autoridade central e os cidadãos (entendendo-os não como mero público, mas em relação ao Estado). O papel principal da mídia, uma "concessão" pública, que tem o potencial de desafiar a autoridade do estado não pode ser contestado. Essa característica tornou os meios de comunicação um dos principais pilares das sociedades democráticas. Por outro lado, é inegável que, se o governo controlar a mídia, ela pode se tornar uma ferramenta de divulgação dos interesses do governo. Em outras palavras, haveria, assim, uma certa ambiguidade na função da mídia. E esta precisa ser levada em conta na pesquisa. Ademais, há ainda um terceiro fator que influencia – talvez mais – o funcionamento da mídia em certa sociedade: sua propriedade, já que seus proprietários detêm sempre a capacidade de determinar seu conteúdo. Na verdade, a propriedade da mídia nas sociedades capitalistas é um meio ainda mais efetivo de controle da informação. Surge, assim, um triângulo da *mídia – autoridade central (ou proprietários) – cidadãos (opinião pública)*.

Sendo que é a última que pode consolidar toda a relação ou, de forma oposta, fragmentar essa relação. A problemática da opinião pública está estreitamente ligada ao nome de Walter Lippmann em seu livro *Public Opinion* (1922). Lippmann vê a mídia como “janelas” para um mundo além de nossa experiência imediata e diz que ela representa um mapa cognitivo de nosso próprio mundo. A opinião pública, então, não reage ao ambiente real, mas ao chamado pseudo-ambiente criado pela mídia. (LIPPMANN, 1922, p. 18–22) A propósito, foi ele que primeiro usou no seu livro o termo “fabricação de consentimento”:<sup>170</sup>

Ninguém negará que a fabricação de consentimento pode levar à grande sofisticação. O processo de geração de opinião pública certamente não é mais fácil do que mostramos até agora, mas as oportunidades de manipulação são óbvias para todos os que entendem desse processo. A construção do consentimento não é uma arte nova. É um procedimento muito antigo que devia ter terminado com o advento da democracia. No entanto, não desapareceu (ibid., p. 201).<sup>171</sup>

Lippmann chama atenção para a importância de símbolos transmitidos por meios de comunicação que se enraízam na mente das pessoas. Diante disso, ele vê como essencial a pessoa de mediador – uma pessoa ou “aparelho” que medeia esses símbolos, como uma autoridade. Isso cria uma transmissão de estereótipos e padrões de comportamento:

Certas formas de perceber e agir são transmitidas de pai para filho, do prelado ao noviço, do instrutor ao cadete. Essas formas são, em última análise, familiares, e a massa dos

170 Os pensamentos de Lippmann foram assumidos por N. Chomsky e E. S. Herman, por exemplo, que batizaram seu livro de 1988, *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media* (1988), com base na ideia de “fabricação de consentimento”.

171 Tradução feita pela autora da tese.

não iniciados as reconhece como tal. Por uma questão de distância mútua, seria estranho se as massas pudessem cooperar em qualquer assunto complexo sem um aparato central controlado por apenas um pequeno número de pessoas (ibid., p. 182–186).<sup>172</sup>

Uma das referências importantes à questão da opinião pública nas ciências sociais em geral é a teoria da espiral do silêncio formulada por Elisabeth Noelle–Neumann. De acordo com Neumann (1991, p. 372), os meios de comunicação de massa desempenham um papel importante na formação e expansão da opinião pública. Em um dos seus artigos, a autora resume que os indivíduos na sociedade tendem a expressar apenas as visões aceitas pela maioria da sociedade em temor ao isolamento social e, no mesmo sentido, porém de forma inversa, para ocultar visões que não seriam necessariamente aceitas. Com isso, aprofunda-se a chamada espiral do silêncio. Como uma das consequências, a mídia que repetidamente e unanimemente apoia um lado do debate público, contribui muito para que o público aceite as opiniões deste partido/entidade e para que o outro lado seja abandonado por essa espiral de silêncio (ibid., p. 373–376).

Dado o papel da mídia na cristalização da opinião pública, o acesso à mídia é crucial para quem deseja moldar as crenças públicas. Não é mais suficiente que os líderes potenciais tenham posições ponderadas e a coragem de suas crenças. Eles devem estar preparados, dispostos e capazes de chamar a atenção da mídia (ibid., p. 375).<sup>173</sup>

Como mostrou a prática política, pode-se entender que a opinião pública depende em grande medida do contexto em que é formada. Segundo a mesma autora, os indivíduos tendem naturalmente a aceitar a opinião prevalecente ao invés do risco do isolamento. Como resultado, a opinião pública pode, até certo ponto, estar se estabilizando dentro da sociedade, pois não criará conflitos que poderiam surgir quando houver um peso maior de contrapontos. Entendemos, dentro do nosso tema, que isso vale tanto no âmbito interno de Estado quanto no âmbito internacional.

O conceito da espiral do silêncio é frequentemente usado em um contexto político, especialmente quando se trata de campanhas eleitorais. Para o nosso trabalho pode ser importante perceber que o acordo com arranjos e mudanças prevalentes, aliado à ausência de opiniões contra as tendências predominantes, em certa sociedade, não significa necessariamente que eles não existam. Noelle–Neumann menciona que, dado o mecanismo da espiral do silêncio, a visão predominante na sociedade não precisa ser necessariamente a mais forte. Ela

---

<sup>172</sup> Tradução feita pela autora da tese.

<sup>173</sup> Traduzido feita pela autora desta tese.



vê a espiral do silêncio como um mecanismo presente nas sociedades democráticas, onde pode formar um falso consenso por meio da mídia (ibid., p. 375). Isso é particularmente interessante para o contexto de nosso trabalho, especificamente no que diz respeito à predominância dos valores “ocidentais” e “neoliberais” e a pouca presença de valores alternativos – pelo menos no discurso das elites. Analisaremos isso mais adiante.

Passando de autores de comunicação mais para aqueles de ciência política e relações internacionais, olharemos mais detalhadamente o autor que forneceu uma visão interessante sobre a relação entre a autoridade central, a mídia e os cidadãos. Edward Carr, foi um cientista político britânico e defensor do realismo nas relações internacionais, que, inclusive, atribuiu à opinião pública um papel fundamental na sociedade. Escolhemos esse autor principalmente por seu argumento da indissociabilidade de três tipos de poder dentro da política de um determinado Estado: o poder econômico, o poder militar e o poder sobre a opinião pública. Tal divisão poderia, segundo o autor, ser observadas tanto em níveis nacionais quanto supranacionais.

Em seu livro *The Twenty Years' Crisis 1919 –1939: An Introduction to the Study of International Relations* (1946 [1939]), ele introduz o conceito da palavra “política”, que em sua opinião está ligada a todas as atividades que envolvem um “conflito de poder”. Isso significa que, quando está em jogo a questão do poder de Estado em relação ao outro poder, o assunto torna-se automaticamente político. Em outras palavras, o poder, segundo Carr, é sempre um dos elementos mais essenciais da política (CARR, 1946).

É importante para o nosso trabalho que, além de outras formas básicas de poder – econômico e militar –, ele considere o “poder sobre a opinião pública” como elemento essencial. Segundo o autor, ele seria importante para todos os grupos que buscam conquistar e manter o poder. O fundamental para esta forma de poder é o uso do discurso universal, que permitiria que um certo grupo alcançasse seus interesses sem usar a força ou a violência:

O poder sobre a opinião pública não é, portanto, menos importante para fins políticos do que o poder militar e econômico e sempre esteve intimamente ligado a eles. A arte da persuasão sempre foi parte essencial do equipamento de um líder político. A retórica tem um longo e respeitoso histórico nos anais do Estado. No entanto, a visão popular, que vê a propaganda como uma arma obviamente moderna, não é menos substancial e correta (CARR, 1946, p. 132).<sup>174</sup>

---

<sup>174</sup> Tradução feita pela autora desta tese.

Carr formulou sua teoria antes da Segunda Guerra Mundial e já mencionou que o poder sobre a opinião pública é um instrumento moderno que se estabeleceu como instrumento normal de política externa. Isso seria crucial em um momento em que o poder político de uma determinada sociedade precisa ser consolidado, podendo ser feito de duas maneiras: por meio da educação (que define tradições, cultura, fé e instituições dentro do Estado) e por meio de meios de comunicação, onde os meios de comunicação são usados para formar a opinião pública. Importante ressaltar que, segundo o autor, haveria uma tendência convergente entre esses meios e o próprio Estado, pois é o Estado que permite o funcionamento deles (CARR, 1946, p. 132).

Assim, a opinião pública seria vista em sociedades democráticas como elemento-chave para manter a democracia. Às vezes sua função sendo identificada, inclusive, com a dos próprios partidos políticos de oposição. É importante estar ciente da mudança na natureza dessa função no caso de monopolização das estruturas da mídia e concentração da mídia em mãos privadas (crescente atualmente). Há opiniões sobre a crise em curso no papel dos meios de comunicação como “guardiões” sociais, visto que a democracia não pode funcionar sem um papel compensatório para a opinião pública (MORAES; RAMONET; PASCUAL, 2013).

De acordo com Carr, o papel da opinião pública na política é resultado tanto da expansão histórica das políticas públicas nas sociedades (que por sua vez aumentou o número daqueles cujas opiniões eram politicamente importantes) quanto do desenvolvimento da tecnologia. Devido ao desenvolvimento de técnicas econômicas e militares, a produção individual foi substituída pela produção em massa. Isso tudo vem tornando a política dependente das massas de pessoas que têm uma consciência política. No entanto, vale dizer que esta consciência depende em grande medida da educação já mencionada acima.

Carr também responde à visão prevalente nas diferenças da opinião pública entre regimes democráticos e totalitários. A ideia geral é que a democracia segue e se adapta à opinião pública, enquanto os regimes totalitários estabelecem padrões e obrigam o público a submeter-se a eles. Na prática, esse contraste não é tão notório. Para que um regime totalitário seja capaz de estabelecer uma determinada política, os Estados totalitários procuram apresentar as necessidades de suas massas (e não de forma totalmente injustificável). Por outro lado, nas democracias, os grupos no poder não são completamente inocentes na arte de formar e dirigir as opiniões das massas e do público em geral (CARR, 1946).

Carr transcende as fronteiras de um Estado e ao mesmo tempo aborda a questão da opinião pública ao nível internacional, especificamente a partir do exemplo da União Soviética, que, segundo ele, foi pioneira ao introduzir a propaganda como uma ferramenta clássica no cenário de relações internacionais (CARR, 1946, p. 179–180). Em sua conclusão, o poder sobre a opinião pública em maior escala não pode ser separado de outras fontes de poder – como o econômico e o militar, o que significa que o poder, em escala global, não pode ser internacionalizado, já que existe uma coisa chamada opinião pública internacional em política internacional. A propaganda internacional seria, portanto, a mesma ferramenta que, por exemplo, um exército composto por vários Estados (ibid., 1946).

Apesar de Carr não ser determinista em suas visões sobre o poder sobre opinião pública e de enfatizar que a conexão com o poder econômico e militar é absolutamente fundamental, o autor ainda destaca o aspecto da luta pelo poder. Para ele, a política internacional é sempre e sem reservas uma política de poder, pois não é possível separar as duas variáveis como visto acima. O fato de a propaganda nacional poder estar oculta por trás do que chamamos de ideologias internacionais prova a existência de um conjunto de “ideias comuns em nível internacional”. Portanto, Carr acredita que embora essas ideias possam ser fracas e limitadas, elas podem ter o potencial de apelar para valores comuns que vão além dos interesses nacionais. Isso é importante para a nossa tese, já que pode de algum jeito corresponder com alto grau de “ideologização” no desenvolvimento tcheco depois de 1989, nos níveis político, econômico e, particularmente, nos de política externa do país.

### **3.1.2. Quem controla a mídia: apoio à hegemonia**

Nesta subseção, aprofundaremos a questão do potencial da mídia para apoiar o poder, ampliando a visão de Carr e outros apresentados na subseção anterior. Como visto anteriormente, a mídia tem capacidade de definir agenda para debates políticos e econômicos em todo o mundo e, mais importante, tem a capacidade de consolidar (e preservar) as estruturas de poder existentes (MCQUAIL, 1999). Pode-se assim assumir que ela tem capacidade de fortalecer a posição daqueles que governam e ajudar a manter seu domínio no sistema por meio da formação de estruturas hegemônicas. Isso é especialmente importante no que diz respeito à perspectiva internacional.

O conceito de hegemonia está ligado aos conceitos políticos e econômicos em nível nacional e supranacional, como visto acima. Entretanto, a hegemonia é analisada não apenas do ponto de vista político e econômico, mas também do ponto de vista social e cultural – como

a dominação ou predominância de grupos sociais dominantes em uma determinada sociedade. Isso tem grande importância para a nossa pesquisa, pois nos ajudará a entender mais detalhadamente como pode ser criado certo tipo de domínio das ideias e como pode ajudar aqueles que estão no poder (tanto nacionalmente quanto internacionalmente). McQuail (1999) define a hegemonia a partir da perspectiva da mídia como:

Um conjunto vagamente entrelaçado de ideias predominantes que se espalham pela sociedade. (...) essas ideias são difundidas de tal forma que o exercício de poder e os valores estabelecidos parecem naturais, evidentes e geralmente razoáveis. A ideologia dominante não é cumprida, mas dá a impressão de que existe por meio de um acordo inquestionável (MCQUAIL, 1999, p. 123).<sup>175</sup>

Defendemos aqui a visão de que a hegemonia é, no sistema nacional e internacional, criada por meio de diversas ferramentas. A posição de liderança dos instrumentos militares e econômicos é clara, no entanto, percebemos os meios de comunicação como fator muito importante com base no pano de fundo já descrito acima. Assim, destacamos a capacidade dos meios de comunicação de intervir ao influenciar ou direcionar as percepções da realidade (ou seja, como os eventos políticos são transmitidos para o público e como os cidadãos os veem), bem como influenciar a opinião pública e, assim, influenciar a estabilidade de toda a sociedade.

Nesta parte, usaremos ideias da Escola de Frankfurt e teoria crítica que descrevem o papel integrador da mídia na vida de um indivíduo em sua sociedade. Segundo autores tchecos J. Jiráček e B. Köpplová (2003), os meios de comunicação contribuem para a estabilidade da sociedade. Se por um lado oferecem uma fuga diária, por outro são ferramentas de controle social e, o que é mais importante para o nosso trabalho, contribuem de forma não violenta para a hegemonia. Dois outros autores apresentam uma visão que também considera a mídia como uma ferramenta essencial para a manutenção das estruturas de poder vigentes, A. Gramsci e R. Cox. Para esses autores, fundamental para manter a hegemonia no sistema internacional não é apenas o componente material do poder (ou seja, a coerção), mas também o consenso dos grupos subordinados.

A concepção de hegemonia de Gramsci explica a forma como o grupo dominante na sociedade exerce seu poder. O político e teórico italiano Antonio Gramsci (1891–1937) concentrou sua análise na dominação cultural e política. Ele é conhecido pelo conceito de “hegemonia cultural” como ferramenta para a manutenção do poder na sociedade capitalista. Para Gramsci, a hegemonia cultural é o primeiro passo para garantir o poder político. Em sua

---

<sup>175</sup> Tradução feita pela autora desta tese.

opinião, toda classe (grupo) que aspira à hegemonia no mundo moderno deve se distanciar de objetivos puramente sociais e econômicos e se esforçar para alcançar uma liderança moral e intelectual para que, com isso, seja capaz de reconciliar forças opostas dentro da sociedade (GRAMSCI, 1971).

Para Gramsci, dois fatores são absolutamente essenciais para alcançar hegemonia dentro de uma sociedade: coerção e consenso. A combinação deles é chave para garantir estabilidade e liderança, embora, na visão do autor, um deles sempre prevaleça sobre o outro. Essa combinação indica a força ou fraqueza da hegemonia em si. Deste ponto de vista, portanto, a hegemonia não depende apenas dos componentes materiais do poder, mesmo que eles formem a base para seu funcionamento. Para a hegemonia, existe uma necessidade básica e intangível de construção de consenso, ou seja, o consentimento de grupos subordinados por meio de meios de comunicação. Isso criará hegemonia sem ela ser muito visível, impedindo criar um potencial conflito.

Assim, segundo Gramsci, a hegemonia resultante é igual à soma da coerção e do consenso. No entanto, o consenso é um fator que legitima a hegemonia e, portanto, deve prevalecer sobre a coerção. Qualquer coisa contra o consentimento geral poderia colocar a hegemonia em risco. Quanto menor a coerção necessária, mais estável será a hegemonia. Caso a coerção tenha que prevalecer em um determinado momento, seria um sinal de que a hegemonia está enfraquecida (ibid., 1971). O mesmo conceito pode ser encontrado, por exemplo, nas reflexões de I. Wallerstein, que afirma que quanto mais poder o Estado precisa usar contra seu povo e externamente, mais fraca é sua hegemonia de fato (WALLERSTEIN, 1996).

Gramsci, ainda, refere-se ao Príncipe de Maquiavel, ao mencionar seu caráter utópico, sob o argumento de que suas visões nunca tiveram validade histórica e, portanto, seria mais uma teoria abstrata (HOARE, 1999, p. 341). Ele também trata do tema líder – governante. Para Gramsci, dentro da sociedade de classes e com base no raciocínio hegeliano, os principais elementos da política são os governantes e os governados (os líderes e aqueles que estão sob o controle). No momento em que esses dois elementos se mostram presentes na sociedade, os partidos políticos despontariam como a principal ferramenta para a formação dessas lideranças (HOARE, 1999, p. 349).

Deve-se notar que Gramsci pensou no contexto da construção comunista e se concentrou principalmente nos regimes totalitários. Apesar de esse fato omitir o tema de nossa tese,

consideramos as reflexões de Gramsci importantes, dadas suas conclusões. Para ele, um partido político é a expressão de um determinado grupo social que tem a ambição de equilibrar os interesses de si mesmo e de outros grupos sociais. Isso está relacionado às ações dos partidos políticos, que sempre representam interesses diferentes entre as sociedades e estão divididos em facções (mesmo que o partido seja independente). Nesse caso, a função de um “Estado superior” seria essencial, pois pode operar sobre todas as “subfrações” e eventos. O argumento do autor vai no sentido de que a função de um partido político não deve ser tão diferente da dos meios de comunicação é significativa. A esse respeito:

Essa função pode ser estudada com mais precisão se começarmos com um ponto de vista de que um jornal (ou grupo de jornais), críticas (ou grupo de críticas) são um “partido” ou uma “facção de um partido” ou uma “função de um determinado partido”. Pense no papel do *The Times* na Inglaterra; ou o que o *Corriere della Sera* já teve na Itália; ou ainda o papel da chamada “imprensa da informação” que se afirma “apolítica” (...) Ou seja, as questões políticas disfarçam-se de culturais e, como tal, tornam-se insolúveis (HOARE, 1999, p. 354–355).<sup>176</sup>

Um dos aspectos mais importantes do raciocínio de Gramsci para esta tese é sua análise da hegemonia em nível internacional. Ele leva em consideração as “superpotências” (Estados hegemônicos), no contexto da subordinação de algumas nacionalidades a outras. Mesmo naquele nível, a importância de manter um equilíbrio de poder por meio do consenso se aplica à hegemonia. Uma superpotência, ou seja, um hegemon, é um Estado que governa um sistema de alianças e acordos, exercendo controle autônomo e influência sobre outros Estados dentro da hierarquia internacional. Para Gramsci, existem três elementos principais que afetam essa hierarquia: área territorial e posição geográfica; poder econômico; e poder militar. No entanto, é de novamente um fator ideológico a chave para a paz interna e a prevenção de conflitos externos (GRAMSCI, 1991). Acrescentamos aqui ainda o argumento de Luís Althusser, que nenhum grupo não seria capaz de manter o poder no Estado se não exercesse a hegemonia sobre o aparato ideológico deste Estado (ALTHUSSER, 1971).

A concepção de hegemonia de Gramsci foi posteriormente explorada por vários teóricos. Nesse sentido, a teoria crítica criou uma das principais trajetórias. Um de seus representantes principais, autor de relações internacionais Robert Cox (1926–2018), baseou sua análise da hegemonia no mesmo argumento de que “(...) qualquer organização geral do poder não apenas cria instituições e mecanismos políticos, mas também promove as ideias que os

---

<sup>176</sup> Tradução feita pela autora desta tese.

legitimam”<sup>177</sup> (COX, 1979, p. 259). Cox amplia a percepção de hegemonia de Gramsci no nível global para explicar a dimensão vertical do sistema internacional e as relações entre as grandes e as pequenas potências (COX; JACOBSON, 1977).

Segundo Cox, diferentes Estados comportam-se diferentemente no plano internacional, pelo fato de terem diferentes formas de interação entre o próprio Estado e sua sociedade civil. Cox formula uma crítica ao realismo por meio do raciocínio de Gramsci. Ele o descreve como uma teoria que busca basicamente a neutralidade, é parcialmente a-histórica e, portanto, incapaz de descrever mudanças sistêmicas. Cox não percebe a hegemonia como resultado da dominação imperial. A teoria crítica percebe a formação de uma hierarquia mundial vertical (ou seja, a superioridade de certos Estados sobre outros), em vez do resultado de uma própria combinação de consenso e coerção.

De acordo com essa teoria, os Estados líderes (as grandes potências) estão, portanto, tentando encontrar uma combinação de recursos materiais, ideias e instituições, a fim de convencer outros Estados da adequação da ordem mundial estabelecida. Nesse sentido, o tema da hegemonia inclui processos de institucionalização e construção de legitimidade que garantam o papel de líder aos grupos dirigentes nas mais importantes áreas da política mundial. Essa consideração do raciocínio de Gramsci nos permite enfatizar o papel das instituições e ideias no processo de criação de uma nova ordem Estatal e, assim, torna-se particularmente interessante para o nosso tema, dadas as descobertas dos capítulos anteriores.

Cox adota uma abordagem histórico-dialética – baseada em historiadores como Collingwood, Barraclough e Braudel – e enfatiza a necessidade de analisar estruturas individuais em eventos específicos que ocorreram em “condições hegemônicas”, como no caso do nosso trabalho. Como Leyesens (2008) resumiu:

Hegemonia (ou sua ausência) é o contexto no qual o potencial de mudança precisa ser percebido. Além disso, a hegemonia requer que pensemos no poder em termos de capacidade material e da ideologia. A hegemonia é baseada na coerção e no consenso. As contradições (provavelmente levando a conflitos) no sistema mundial podem ser vistas em termos da fragmentação das forças sociais associadas à produção nos principais Estados e à marginalização na semiperiferia e na periferia. A hegemonia pode ser analisada em termos das relações Estado-sociedade, mas também pode ser examinada no nível internacional. É o caso, por exemplo, quando os organismos internacionais refletem a atual estrutura hegemônica. Disto podemos deduzir os seguintes fatos: • Contradições (a lacuna entre a ideologia prevalecente e as condições materiais) podem levar à mudança / conflito. • A possibilidade de mudança / conflito depende da “mudança da compreensão intersubjetiva” e da aceitação da “imagem contrastante da sociedade” dos desafiadores. • Mudanças nas relações de poder entre grupos dentro da sociedade afetam a forma do Estado. • Mudanças na forma do Estado

---

<sup>177</sup> Tradução feita pela autora desta tese.



estão relacionadas a mudanças no sistema internacional. • A transformação ou mudança pode ser explicada examinando se a hegemonia prevalece (LEYSSENS, 2008, p. 33).<sup>178</sup>

Colocando isso no contexto da sociedade da Tchecoslováquia na época estudada, não tem como negar que, no primeiro caso, foram sim as contradições entre a ideologia prevalecente e condições materiais que levaram à conflito, ou melhor, mudança. Em segundo lugar, como já foi indicado, havia presentes na sociedade tcheca imagens contrastantes dela mesma, por meio de iniciativas divulgadas em grande medida por meios de comunicação e, subsequentemente, nas próprias ideias dos políticos atuantes. A mudança da compreensão intersubjetiva seria muito difícil de provar. Os dois argumentos de que as mudanças nas relações de poder afetam a forma do Estado e que as mudanças na forma do Estado estavam relacionadas a mudanças no sistema internacional foram, certamente, conservados em nosso caso. O último fator da explicação da mudança por meio de examinar se a hegemonia prevalece é uma abordagem complexa, que fugiria ao escopo deste trabalho. Seja como for, o que ainda entra como um dos fatores fundamentais no nosso caso e em nosso tempo, é a questão econômica dos meios de comunicação, ou seja, da propriedade dela. Este entra na fortemente mencionada relação mídia–poder–opinião pública, como visto mais adiante.

Voltamos logo aqui para a nossa pergunta inicial sobre a forte ideologização do problema geopolítico no pós-Guerra Fria que se refletia ao nível interno do país. Vimos no segundo capítulo que havia sim uma forte ideologização, como demonstrado em vários exemplos. Até então, os autores mencionados na parte da mídia, principalmente Carr, Gramsci e Cox, mas não só, mostram que a mídia é elemento fundamental na construção da ideologização, tanto ao nível nacional quanto ao internacional, ao buscar a manutenção de certas estruturas do poder.

Isso demonstra a validade de nossa suposição. Ao mesmo tempo, achamos muito difícil provar exatamente como isso foi feito no caso Tcheco. Seria uma pesquisa tão ampla que caberia uma tese inteira, principalmente no campo da comunicação, e ainda com resultados incertos, já que em geral é muito difícil determinar “certa influência de algo ou alguém e outrem”. Poderíamos identificar o transmissor, no entanto, não saberíamos dizer qual reação exatamente a mensagem cria em um recipiente. Entretanto, as próprias ideias apresentadas anteriormente sobre existência de algo como ideologia internacional e hegemonia mantida por meio do consenso junto com fatos mencionados no segundo capítulo desta tese são suficientes

---

<sup>178</sup> Tradução feita pela autora desta tese.

para afirmar que havia sim a ideologização e sua presença foi espalhada (não somente) por meio da mídia.

### **3.1.3. Aspecto social e econômico da mídia**

As subseções anteriores delinearão abordagens teóricas para o estudo da mídia como uma ferramenta de poder. Como já mencionado, essas teorias não podem ser aplicadas fora do contexto histórico e social em que foram formadas e vice-versa. O uso dos meios de comunicação é considerado um tipo soberano de comunicação social, que sempre ocorre em uma subsociedade em um contexto histórico concreto. Em sua forma específica, a comunicação sempre ocorre dentro de certas condições históricas, sendo, portanto, considerada um fenômeno historicamente condicionado (ROSENGREN, 2000). Simplificando nosso argumento, poderíamos dizer que o papel da mídia na sociedade muda com o contexto social, político e econômico mais amplo. Hoje em dia, na sociedade capitalista, o aspecto social e econômico da mídia não pode ser negligenciado, mas de forma oposta, é, sobretudo, um dos fatores essenciais.

O que causou a revolução da transferência de informações foi a invenção da impressão mecânica de livros por Gutenberg no século 15. Ela deu início ao desenvolvimento de tecnologias, graças às quais a disseminação da informação não era mais um privilégio apenas das classes mais altas da sociedade europeia, mas poderia começar a atingir uma população maior. O acesso à informação dependeu cada vez mais não apenas da prevalência da educação, mas principalmente de tecnologia e infraestrutura. A partir do século XV, com invenção de Guttenberg, falamos sobre chamada “época da imprensa”, seguida pela “época da comunicação de massa”. Os primórdios da segunda podem ser datados ou no início do século XIX, com o surgimento da imprensa das “pessoas comuns”, ou no início do século XX com a descoberta e o desenvolvimento do cinema, do rádio e da televisão (DEFLEUR, BALL-ROKEACH, 1996 apud JIRÁK; KÖPPLOVÁ, 2009, p. 49).

A mídia aos poucos tornou-se um meio acessível de informação e, cada vez, mais também de relaxamento. Esse desenvolvimento está estreitamente ligado ao termo “sociedade de massa”, considerado válido na área até o final do século. O termo apareceu pela primeira vez na década de 1930, após questões crescentes sobre o poder da mídia na sociedade:

Nem mesmo o primeiro terço do século se passou, e a noção de que o esclarecimento das massas tem poder suficiente para controlar as nações e influenciar a forma das relações e alianças internacionais está claramente formada e firmemente arraigada. As condições que permitem que os meios de comunicação exerçam seu poder foram geralmente considerados como: uma indústria de mídia de âmbito nacional capaz de

atingir a maioria da população, um grau de monopólio ou controle autoritário da mídia de cima ou de centro e, finalmente, uma audiência que é tendenciosa e atraída pelos desafios manipulativos (MCQUAIL, 1999, p. 55–56).<sup>179</sup>

O desenvolvimento do cinema, do rádio e da televisão apoiou imediatamente essas tendências. Embora o conceito de sociedade de massa esteja em grande parte obsoleto hoje, é importante em nosso trabalho entender como a informação, se for bem direcionada, pode afetar grande número de destinatários em um curto espaço de tempo, tornando-se potencialmente uma ferramenta influente para aqueles que a enviam. Devido às mudanças econômicas, tecnológicas e, por último, mas não menos importantes, políticas, surgiram novas abordagens e percepções sobre o funcionamento da mídia. Passamos a ouvir e a falar sobre fenômenos como a sociedade da “informação”, “pós–informação” ou “pós-industrial”. Todos eles enfatizam o papel das tecnologias atuais e de “novas mídias” (digitais, convergentes etc.), que remodelaram totalmente a relação entre transmissor e receptor.

Com tudo isso, surgiram dois fenômenos principais que mudaram o cenário da mídia e, portanto, seu papel na sociedade: 1) devido à crescente globalização, aumentou o papel econômico da mídia, remodelando totalmente os mapas de propriedade da mídia, levando-a a uma concentração de nível internacional, e 2) devido ao desenvolvimento tecnológico, surgiram os chamados novos meios de comunicação com suas principais características como a origem incerta da informação e a possibilidade de interação dos destinatários.<sup>180</sup> Principalmente o primeiro ponto deve ser entendido no contexto das mudanças econômicas ao nível global como descrito no segundo capítulo. Aqui, podemos considerar a mídia tcheca como uma amostra de um objeto que, de forma similar, influenciado amplamente pelas mudanças econômicas mundiais.

Destacando o aspecto econômico da comunicação, afirmamos que ele se torna cada vez mais importante, principalmente, a partir das mencionadas transformações do mercado em escala global. Assim, a mídia surge como concessão pública que enfrenta a monopolização não mais apenas por parte dos governos, mas também por parte das mãos privadas, ou seja, dos conglomerados de mídia que operam com informações no mercado. No sistema interestatal

---

<sup>179</sup> Tradução feita pela autora desta tese.

<sup>180</sup> Esse fenômeno vem surgindo desde o final do século XX com o desenvolvimento da tecnologia que mudou as configurações anteriores e a relação entre a mídia e os destinatários. Devido à presença de tais meios, a informação pode ser espalhada em ainda menos tempo para ainda mais destinatários. Porém, devido ao período estudado, esse não é o nosso foco.

capitalista, como produto da expansão dos mercados e do capital onde os objetivos das unidades de poder são monopolizar posições de poder e acumular riquezas (FIORI, 2015), a informação passou a ser utilizada como instrumento dessa acumulação. A informação tornou-se uma mercadoria. Este não é um fenômeno novo, já esteve aparente no final do século XVIII. Porém, a globalização e as transformações atuais vêm transformando esta relação.

Assim, hoje em dia, quando a mídia está principalmente nas mãos de grandes corporações e quando observamos a crescente concentração monopolística, há uma grande intersecção entre o capital financeiro e o capital midiático. Essas grandes corporações frequentemente operam em um sistema monopolista (ou oligopolista) em constante expansão e, para preservar esse sistema, que objetiva “(...) uma ampla centralização de capital, que busca o domínio por meio de poder financeiro, economias de escala e posição de mercado, e a ávida proteção de vantagens tecnológicas” (HARVEY, 2004 apud MORAES, 2013, p. 22). Ao considerarmos que a informação deve estar disponível para um público amplo, entendemos como fundamental (apesar de sua dificuldade e, até mesmo, se existe tal possibilidade) que ela esteja livre das influências políticas que poderiam surgir a partir da concentração num mercado capitalista.

Neste contexto chamamos atenção para o fato de que a concentração proprietária da mídia pode alocar poucos assuntos midiáticos na mão de um pequeno número de proprietários e, posteriormente, difundir a mesma informação pelo país/mundo. Consideramos isso muito alarmante, pois os objetivos econômicos podem andar de mãos dadas com os políticos. Isso também se refere a questão das agências de notícias, que atuam nacionalmente e internacionalmente para tornar mais eficaz o fluxo de informações e principalmente para diminuir custos. Assim, as informações são produzidas em alto nível, e, posteriormente, disponibilizadas para qualquer imprensa assinada. Neste esquema, o jornalista simplesmente baixa informações do sistema, cortando-as ou utilizando qualquer parte como quiser. Todos esses fenômenos rompem com a diversidade das informações, que é proclamada como um fator fundamental nas sociedades democráticas.

Ben H. Bagdikian é uma das principais referências sobre a concentração da mídia nas mãos de proprietários multinacionais. Em seu livro *The New Media Monopoly* (2004), ele descreve a crescente concentração da propriedade da mídia (ou seja, aumento significativo de fusões e aquisições de empresas de mídia comercial e entretenimento) principalmente nos Estados Unidos desde a década de 1980. Ele é cético quanto à visão comum de que

o desenvolvimento da mídia de massa e da digitalização no contexto da transformação das relações políticas e econômicas têm apoiado os princípios democráticos e liberais da sociedade. Pelo contrário, ele vê essa tendência como um efeito negativo sobre a independência do jornalismo e a liberdade de expressão (BAGDIKIAN, 2004).

Bagdikian vê o ganho econômico como motivo predominante para concentração, mas enfatiza a mencionada estreita ligação entre o poder da mídia e o poder político, que transcende os Estados-nações:

Na escala da experiência humana, a mudança veio muito rapidamente. Um mundo criado por pessoas em nosso próprio tempo. Na sua criação, foi obra de indivíduos curiosos e engenhosos. Mas suas criações foram aceitas por empresas e governos com objetivos diferentes – para alguns, eram puros benefícios para a ciência, educação e satisfação pessoal; para alguns, por lucro, condicionalidade social, autocensura e controle. Em comparação com a longa história do contato humano face a face, foi um período muito curto para distinguir entre o que é perdoador na mídia e o que é prejudicial, o que é destinado aos privilegiados, o que é para o bem comum (BAGDIKIAN, 2004, p. XIII).<sup>181</sup>

Entender o papel da mídia em diferentes arranjos e regimes de poder é ambivalente. Já vimos que nas sociedades democráticas, os meios de comunicação são considerados um dos principais elementos para manutenção de sua existência.<sup>182</sup> Os cidadãos deveriam ter a oportunidade de expressar suas opiniões, consentimentos ou desacordos com o exercício do poder político de forma aberta, dada a falta de censura, junto com liberdade de expressão e desregulamentação do espaço midiático. Porém, devido às mudanças tecnológicas e de propriedade, o papel dos meios de comunicação como “impulsionadores” da democracia deixou de ser tão claro e transparente. Como J. Curran coloca:

Muitas das ideias aceitas sobre o papel democrático da mídia vêm do mundo anteriormente simples, onde a 'mídia' consistia principalmente de pequena circulação, publicações políticas e um estado dominado por uma elite designada. O resultado é um legado de antigas visões que têm muito pouco a ver com a realidade atual. Eles devem ser reconsiderados (CURRAN, 2002, p. 217).<sup>183</sup>

Observamos assim de acordo com McChesney (1999) “(...) a discrepância entre o lucro, um sistema de mídia corporativa altamente concentrado e saturado de publicidade e os requisitos de comunicação de uma sociedade democrática” (MCCHESENEY, 1999, p. XI).<sup>184</sup> Portanto, o desenvolvimento da mídia, tanto tecnológico quanto econômico, pode ter efeitos

<sup>181</sup> Tradução feita pela autora desta tese.

<sup>182</sup> Mesmo que a experiência da Tchecoslováquia do século XX, por instante, mostrou o oposto. Para isso, veja a dissertação da autora desta tese.

<sup>183</sup> Tradução feita pela autora desta tese.

<sup>184</sup> Tradução feita pela autora desta tese.

conflitantes em um determinado contexto social. Em outras palavras, quando a grande mídia se tornou mais concentrada e monopolizada a diversidade da informação apresentada diminuiu, pois a seleção da informação depende principalmente de seus proprietários e anunciantes.

*It is much more difficult to see a propaganda system at work where the media are private and formal censorship is absent. This is especially true where the media actively compete, periodically attack and expose corporate and government malfeasance, and aggressively portray themselves as spokesmen for free speech and the general community interest. What is not evident (and remains undiscussed in the media) is the limited nature of such critiques, as well as the huge inequality of the command of resources, and its effect both on access to a private media system and on its behavior and performance (CHOMSKY; HERMAN, 1988, p. 14).*

A censura formal não existe mais na maioria dos países do mundo. No entanto, devemos enfatizar aqui o termo “censura de mercado”, ou seja, censura dirigida pelo próprio mercado. Isso significa que a grande mídia, dependente de seus lucros, naturalmente tende a evitar a reação de seus proprietários e anunciantes. Eles, portanto, podem ser descritos como autocensurados. Ao mesmo tempo, essa conexão não pode ser explícita, porque “*if audiences were told that the ideas represented explicit demands of corporations who advertised, the messages would lose their impact*” (BAGDIKIAN, 2000, p. 155).

De qualquer forma, sabendo que a mídia tem a capacidade de fortalecer por meio do consenso a posição daqueles que estão no poder, tanto ao nível nacional quanto internacional, e vendo que a mídia vem se concentrando dentro das mudanças das condições econômicas cada vez mais em menor número de proprietários, afirmamos que esta é uma situação muito favorável para espalhamento de ideias e até ideologias pelo mundo de forma rápida e eficiente. Isso cabe à proposta desta tese, ou seja, corresponde com nossa visão sobre espalhamento das ideias neoliberais até a região da ECO, a fim de ampliar a zona de influência estadunidense e, assim, ampliando a zona euro-atlântica ocidental, ganhando, com isso, o cinturão da Europa Oriental, ou pelo menos sua parte central.

### **3.1.4. Discurso neoliberal e seu espalhamento**

Entraremos, nesta parte, em mais detalhes na questão concreta do discurso neoliberal e sua promoção pelo mundo. Esta é uma questão muito complexa, no entanto, tentaremos descrever as tendências prevaletentes neste contexto. Partimos neste lugar das ideias dos autores apresentados acima como, por exemplo, Gramsci e Cox, sobre a promoção das ideias que legitimam o poder atual, ou seja, suas instituições e mecanismos políticos, isso também ao

nível internacional, o que consideramos particularmente importante para o nosso tema.<sup>185</sup> O discurso seria entendido como visto por M. Foucault, por exemplo. Segundo ele, toda sociedade controla, seleciona, organiza e distribui sua produção discursiva de acordo com determinados procedimentos. Uma delas é a proibição, outra é a recusa ou o silêncio.<sup>186</sup>

Aqui aparece o discurso neoliberal como parte integrante das sociedades capitalistas após o fim da Guerra Fria. Como descreveu Křen (2019, p. 47), a economia é o alfa e o ômega do discurso neoliberal e com ela a nova ou velha filosofia de vida, consubstanciada na afirmação típica de M. Thatcher: “Não existe sociedade. Existem apenas homens, mulheres e famílias individuais.” Para o neoliberalismo, o *homo economicus* é mais do que *zoo politikon*. É um indivíduo racional responsável por si mesmo, capaz e obrigado a cuidar de si mesmo. Não é surpreendente que a ideologia neoliberal, ou melhor, sua estratégia política, e principalmente econômica, diminua o papel da unidade básica da ordem mundial, ou seja, os Estados-nação.<sup>187</sup>

Intimamente ligado à ideologia neoliberal e sua disseminação pelo mundo está o discurso dos Estados Unidos, que se baseia na hegemonia unilateral da América como sua missão moral. Associada a isso está uma visão de confronto da polaridade do mundo, dividido em bem e mal, amigos e inimigos etc. Como já foi descrito no primeiro capítulo, foi presidente

---

<sup>185</sup> Aqui aparece a questão da ideologia e ideologia internacional, o que é um tema muito abrangente, especialmente no que diz respeito à consideração da natureza internacional da ideologia. Para os fins do nosso estudo, nos apegamos aos autores acima. Ao mesmo tempo gostaríamos de mencionar a referência de A. Cassels, que discute amplamente esta questão no seu livro *Ideology and International Relations in the Modern World* (1996). „*That ideology has played an important part in modern international relations is generally taken for granted. Yet the precise role played by ideology on the world stage has never been systematically analysed. Social scientific and philosophical works on ideology make only glancing and generic reference to foreign policy. On the other hand, historical studies which touch on the role of ideology do so only within the framework of case studies, and in addition tend to use the term ideology in a rather vague way. The present book aims to identify the ideological component in the actual conduct of international affairs on a broad canvas. (...) And, in truth, this study is not so much concerned with the content of ideologies as with the more generic phenomenon of ideological thinking, and with how the cast of mind recognizable as ideological has shaped foreign-policy making. The starting point is the late eighteenth century because coinage of the word ideology in the French Revolution signalled also the onset of the use of ideas for political ends within a context of mass politics. (...) Also observable along the way will be less coherent foreign policies of conviction, especially those bearing a nationalistic stamp, which none the less betray the ideological mentality. In other words, we shall be dealing with what have been called 'partial' ideologies or mentalités as well as 'total' ideologies*” (CASSEL, 1996, p. XI–XIII).

<sup>186</sup> A enciclopédia sociológica do Instituto de Sociologia da Academia de Ciências da República Tcheca define discurso como “fala, expressão, debate. (...) Atualmente, o discurso é entendido como um conjunto ordenado de frases sobre um determinado assunto, uma forma concreta de conhecimento. O defensor mais radical do termo discurso nesse sentido é M. Foucault. Segundo ele, o discurso é anônimo, não tem sujeito nem autor no sentido usual da palavra. O discurso típico de uma determinada episteme perpassa todas as suas obras científicas, literárias, artísticas e outras. Se tentarmos conhecê-lo, autores individuais, descobridores, pensadores, cientistas não são importantes para nós. No exame do discurso, eles não aparecem como criadores, mas apenas como usuários do discurso de determinada época. (...) (SOCIOLOGICKÁ ENCYKLOPEDIÉ SOCIOLOGICKÉHO ÚSTAVU AKADEMIE VĚD ČR; [on-line] [cit. em 12.1.2023]; Disponível em: <https://encyklopedie.soc.cas.cz/w/Diskurs>).

<sup>187</sup> Foi isso que no caso da região da ECO condicionou os esforços de integração, e, no caso tcheco por meio de V4 subsequentemente apoiou o próprio arranjo neoliberal.



Bush que assumiu a designação de Reagan da União Soviética como um império do mal e agora declarou os Estados do Irã, Iraque e Coréia do Norte, que ele acusou de apoiar o terrorismo, como o “eixo do mal” (KŘEN, 2019, p. 150–152).

Křen ainda menciona que foram os próprios governos social–democratas em toda a Europa que apoiaram amplamente a ideologia neoliberal, pois fizeram o que o neoliberalismo queria (mencionando a Noruega, a Alemanha e, afinal, o próprio *New Labour* britânico de 1996). E quando estavam na oposição, defenderam fortemente as duras reformas neoliberais. Em suma, o discurso neoliberal dominou todo mundo ocidental. Ao mesmo tempo, é interessante que a Alemanha não tenha se tornado um modelo para os países da região tanto quanto para as ideias dos Estados Unidos e sua hegemonia. Assim, os países ajudaram a criar uma nova construção exemplar da ordem socioeconômica neoliberal.

Considerando a mídia como meio amplamente utilizado afim de manter a dominação, ou seja, hegemonia, e apoiar certas estratégias de política internacional, enfatizamos aqui seu potencial de disseminar a ideologia internacional (neste caso o discurso neoliberal). Nesse sentido, Noam Chomsky (2013) destaca o fato de que a conjuntura norte–americana em curso, tanto em nível nacional quanto internacional, é um processo recorrente. Segundo o autor, em um ambiente de crise econômica e social, com a falta de projetos sustentáveis, um dos elementos–chave seria a criação de consentimentos para convencer as pessoas de que as estratégias adotadas são inevitáveis.

Sugerimos que há duas maneiras principais pelas quais os Estados Unidos têm usado a mídia como ferramenta para promover sua hegemonia. A primeira seria a existência dos meios de comunicação estadunidenses de alcance global (em decorrência do recente avanço da tecnologia e da globalização), buscando justificar sua política internacional perante o mundo. Em segundo lugar, destacamos o fato de que a influência indireta pode ser exercida por meio da mídia, como visto por exemplo nas ideias de A. Korybko. Aqui, isso seria não diretamente por meio da propriedade, mas encontrando outros jeitos de alcançar certo público em certo país.

O funcionamento da mídia nos Estados Unidos é considerado um dos mais liberais e livres entre os países do mundo (HALLIN; MANCINI, 2004). Nos EUA existem meios de comunicação públicos e privados operando no mundo inteiro. Considerando que existem mais de 2 bilhões de falantes de inglês no mundo como público potencial e considerando o fato de que os próprios políticos dos EUA proclamam a importância de usar a mídia para promover

interesses externos (como visto mais adiante), afirmamos que tais operações de mídia tem consequências significativas.

Foi a antiga Agência de Informação dos Estados Unidos (*United States Information Agency – USIA*), que existiu entre 1953 e 1999 e foi estabelecida pelo presidente D. Eisenhower com o objetivo de “entender, informar e influenciar públicos estrangeiros na promoção do interesse nacional e ampliar o diálogo entre americanos e instituições americanas, e suas contrapartes no exterior” (USIA, 1998). Ela fez parte importante da estratégia dos EUA durante a Guerra Fria, usando várias ferramentas de propaganda.

Subsequentemente, foi o *Broadcasting Board of Governors* (BBG) que foi estabelecido em 1999 como nova agência oficial do governo dos Estados Unidos concebida para:

(...) deliver accurate news and pieces of information to significant and strategic audiences overseas...and to serve as a trustworthy source of news and as well as an example of free, professional press in countries which lack independent media (BBG, 2015, p. 1).

Trabalhando na mesma base que as agências de notícias de outras grandes potências e organizações que recebem financiamento público ou compulsório (*BBC World Service, Deutsche Welle, Euronews* e muitos outros), o próprio governo dos EUA afirma que mantém o aparato inconstitucional para promover seus interesses em todo o mundo. Uma de suas principais tarefas tem sido estabelecer um *firewall* entre o Departamento de Estado e os canais de notícias financiados pelo governo. Mesmo que o BBG em 2018 tenha mudado seu nome para *U.S. Agency for Global Media (USAGM)* e tenha passado por muitas mudanças ligadas aos desafios do sistema internacional atual, ele pode ser usado como exemplo para os fins desta tese. Concretamente levamos em consideração o estado da instituição em 2015, usando o artigo existente da autora desta tese.<sup>188</sup>

O BBG tem oferecido várias operações, como *Voice of America, Radio Liberty* e *Radio Free Europe*, incluindo redes de transmissão do Oriente Médio, *Radio Free Asia, Office of Cuba Broadcasting* e muito mais. Todos eles são sujeitos independentes sem fins lucrativos que recebem subsídios do governo com orçamento anual de \$ 750 milhões, em 2015. De acordo com o relatório oficial de 2015 do BBG, 226 milhões de pessoas em todo o mundo consumiam a programação do BBG em 61 idiomas. (BBG, 2015) O BBG tem chamado a atenção por derrotar uma propaganda internacional liderada principalmente por países do Oriente Médio,

---

<sup>188</sup> PAŘIZKOVÁ, N. (2016). *Media and strengthening the hegemony: Discussion on recent strategy of the United States*. Artigo apresentado no ENEPI, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Rússia e China (por canais como Al Jazeera Arabic do Catar, RT da Rússia, CCTV da China e Press TV do Irã), enfatizando sua “opressão da informação democrática e livre”.

A retórica extremista e o incitamento à violência ameaçam diretamente os interesses de segurança nacional dos EUA no Iraque, Síria, Afeganistão, Fata, Magrebe, Sahel, Iêmen, Somália e outros lugares, enquanto a adaptação surpreendentemente hábil de mídia digital e social por organizações não estatais hostis atores em todo o mundo, incluindo o Estado Islâmico, Boko Haram, Al Qaeda e outros, ameaçam os valores centrais dos EUA de liberdade e democracia e respeito pelos direitos humanos enquanto procuram inculcar medo e intimidação entre as populações locais. O jornalismo credível, factual e localmente relevante das marcas BBG combate essas mentiras e meias-verdades e combate o extremismo violento. Para responder a esses desafios, o BBG está focado em atingir as principais esferas de influência alinhadas à política externa dos EUA e em ter um impacto demonstrado (ibid., p. 14).

Um bom exemplo, nesse sentido foi dado por volta de 2015 ao enfatizar a importância da guerra de informação por meio de canais públicos de transmissão mundial como no caso da Ucrânia. Citada como uma coisa séria em seu relatório oficial de 2014, o BBG pediu ênfase à propaganda russa encabeçada pelo canal *Russia Today*, emissora internacional que transmite em diferentes idiomas e que tem uma audiência significativa até mesmo nos Estados Unidos. Como disse S. Enders Wimbush, ex-presidente do BBG e diretor da *Radio Liberty*, a crise na Ucrânia é "o desafio mais sério que a transmissão internacional dos EUA enfrentou desde a queda da União Soviética". Desde que a Rússia se mudou para a Crimeia em fevereiro de 2014, o BBG criou ou expandiu 25 programas, a maioria em russo. O orçamento para programação em russo foi em 2015 de US\$ 23,2 milhões (um aumento de 49% em relação ao ano anterior) e houve solicitação de US\$ 15,4 milhões adicionais para 2016 (BBG, 2015).

Da mesma forma, aumentaram-se os esforços do *Russia Today*, que reivindicava um alcance global de 630 milhões. Em 2015, o financiamento do governo aumentou em mais de 50%, para quase US\$ 400 milhões (VAN HERPEN, 2015).

Isso foi seguido pelos esforços do Serviço Europeu de Ação Externa (*European External Action Service – EEAS*) para enfrentar a propaganda russa na UE e especialmente na Europa Oriental. Como afirmado em uma resolução de palavras fortes do Parlamento Europeu em janeiro de 2015: “Os eurodeputados pedem à UE que preste atenção especial à ‘guerra de informação’ perseguida pela Rússia e pedem à Comissão que proponha, dentro de dois meses, uma estratégia de comunicação para combater a campanha de propaganda russa dirigida à UE, aos seus vizinhos orientais e à própria Rússia” (EUROPEAN PARLIAMENT, 2015).

Ainda que nesta época, a sustentabilidade das operações do BBG fosse criticada pelo próprio governo dos EUA, alegando que não estava conseguindo cumprir sua missão, seu

orçamento aumentou. Sua principal operação ainda foi a *Voice of America*. O número de pessoas que ouviram esta estação aumentou 40%, saindo de 143 para quase 188 milhões de pessoas em 45 idiomas desde 2011. Seu orçamento anual foi em 2015 de US\$ 212 milhões. (BBG, 2015). Como uma organização independente e sem fins lucrativos, operações como a *Voice of America* deveriam se distinguir de empresas internacionais dirigidas para obter lucro, o que nem sempre fica tão claro. Além disso, o próprio BBG vem afirmando que suas operações não são conduzidas por fins de propaganda, chamando a atenção para a centralização de canais financiados por governos de outros países (principalmente os da China e da Rússia, ultimamente).

A VOA é um esforço para aproveitar e direcionar o poder brando da nação, exportando jornalismo verdadeiro e equilibrado. Este é um modelo de transmissão estatal com uma longa história, creditado por contribuir para o fim pacífico da União Soviética. Há vozes influentes em Washington, no entanto, pedindo mudanças. Eles fariam da VOA uma defensora ferrenha da política americana. O argumento deles é que na era digital, quando há centenas de vozes por aí, todo mundo vai ter que “girar” para ter um impacto real. O modelo tradicional de jornalismo a serviço da objetividade e do equilíbrio está, dizem, ultrapassado. Premem repetidamente para mudar a missão da VOA (ENSOR, 2015, p. 3–4).<sup>189</sup>

Para ilustrar ainda melhor o potencial da mídia, a secretária de Estado Hillary Clinton declarou em 2011 perante o Congresso a necessidade de arrecadar fundos para a propaganda norte-americana a ser veiculada nas novas mídias, afirmando que o país está perdendo a “guerra da informação”.<sup>190</sup> No ambiente em que o monopólio da mídia ocidental (principalmente CNN e BBC) estava perdendo espaço, acompanhando o surgimento de canais alternativos com voz forte no sistema internacional, Clinton clamava por uma retomada da ênfase na propaganda para que os EUA pudessem promover seus objetivos internacionais de forma mais eficaz:

*We are in an information war and we are losing that war. (...) Al Jazeera is winning, the Chinese have opened a global English-language and multi-language television network, the Russians have opened up an English-language network. I've seen it in a*

<sup>189</sup> Tradução feita pela autora desta tese.

<sup>190</sup> Ou seja, uso de tecnologia de informação e comunicação com o objetivo de obter vantagem sobre o adversário. A guerra de informação é, neste sentido, vista como um meio de atingir determinados objetivos políticos ou militares por meio do uso da informação, principalmente por meio de técnicas como a desinformação e a propaganda. Ligada ao “soft power” ou “soft war”, a guerra de informação não é um meio de força, porém tem sido comumente utilizada por atores do sistema internacional. De acordo com a declaração oficial do Departamento de Defesa, a guerra de informação são todas as “operações de informação conduzidas durante o tempo de crise de conflito para alcançar ou promover objetivos específicos sobre um adversário ou adversários específicos” (DEPARTAMENTO DE DEFESA, p.209). Foi Rothrock (1977) que enfatizou o fato de que o uso da informação muda a forma como a sociedade entende e lida com os conflitos, apontando que, assim, a sociedade precisa atuar em três áreas distintas: ação ofensiva contra as capacidades de informação do inimigo; proteção defensiva de nossas próprias capacidades de informação; e capacidades para usar informações de forma mais eficaz do que nossos inimigos (ROTHROCK, 1977, p. 225). Apenas para observar, em 1994, o orçamento dos Estados Unidos era de US\$ 300 bilhões por ano (SCHWARTAU, 1994).

*few countries, and it is quite instructive. We are cutting back, the BBC is cutting back. (...) During the Cold War we did a great job in getting America's message out. After the Berlin Wall fell we said, 'Okay, fine, enough of that, we are done,' and unfortunately we are paying a big price for it. Our private media cannot fill that gap (HILLARY CLINTON, SPEECH IN CONGRESS, 2.3.2011).<sup>191</sup>*

Esta declaração aponta para dois fatores principais. Primeiro, que o uso da informação é uma ferramenta de guerra reconhecida por diferentes atores do sistema internacional e dos próprios Estados Unidos que vem exigindo uma ênfase crescente nela. Segundo, que não apenas a mídia privada é amplamente utilizada para promover certos interesses em todo o mundo, mas também da necessidade de haver canais alternativos como reação ao desenvolvimento recente de tecnologias e meios de comunicação.

Por outro lado, é muito difícil descobrir como exatamente esta ferramenta é utilizada. Esta seria uma preocupação de uma análise mais aprofundada (utilizando-se métodos da sociologia) voltada para como os eventos reais específicos têm sido cobertos na mídia internacional. Noam Chomsky tem se concentrado neste tema, especialmente na política dos Estados Unidos para a região do Oriente Médio e na chamada “guerra ao terrorismo”. Ele apresenta exemplos de como a mídia tem sido usada para criar opinião pública favorável em nível global, ao mesmo tempo em que justifica movimentos de política externa.

*In truth, people unfairly criticize George Bush for failing or articulate what is in fact coercing us now. Before the mid-1980s, when the person was apathetic, it was enough to touch the chorus" The Russians are coming. "But as it no longer has this feature, you must invent others, just as the machine of public relations Reagan did in the 1980s Then it was the turn of international terrorists, drug traffickers and crazed Arabs, and even Saddam Hussein the new Hitler who would rule the world. (...) Then you gain a magnificent victory over Grenada, Panama or some other defenseless Third World army that can grind a glance – which was exactly what happened. (...) Everything always begins with an ideological offensive that creates an imaginary monster, followed by the campaign to destroy it (CHOMSKY, 2013, p. 45-46).*

Ele ainda sublinhou, que as ideias da opinião pública são de natureza propagandística nacional, contudo, muitas vezes confundem-se com ideologias de carácter universal. Técnicas comuns são usadas como a de “olhar para os crimes dos outros e não para os nossos” e falsificar a história com objetivo de construir a imagem desejada dos inimigos. Ele enfatiza que a mídia

---

<sup>191</sup> Vale dizer que na metade da década passada, o Departamento de Estado dos Estados Unidos dispunha de um orçamento de US\$ 5,8 bilhões para conter a propaganda islâmica, já que o *Defense Authorization Act* foi aprovado em 2016, a autoridade só ganhou em recursos (U.S. CONGRESS, 2016). O comunicado de imprensa oficial emitido pelo Departamento de Estado e pela Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional mostra que seu orçamento para 2016 também “*provides support for democracy and anti-corruption measures, national unity, European integration, trade, energy security, and public diplomacy strategies to counter Russian propaganda throughout Europe and Central Asia*” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2015).

dos EUA geralmente reporta de maneira muito crítica e apropriada quando se trata de políticas e questões geopolíticas de outras nações. No entanto, quando se trata de suas próprias questões geopolíticas, segue mais o chamado modelo de propaganda de comunicação que descreve como “*money and power are able to filter out the news, ... marginalize dissent, and allow the government and dominant private interests to get their message across to the public*” (CHOMSKY, HERMAN, 1988, p. 2).

Um bom exemplo de propaganda sucessiva em nível nacional e internacional, onde a mídia desempenhou um papel fundamental, é a Guerra do Golfo. Segundo a análise de Chomsky (2013), os Estados Unidos utilizaram amplamente a mídia para chegar ao consenso e estabelecer princípios de que a ocupação ilegal e a violação dos direitos humanos precisam ser combatidas pela força. Analisando a cobertura da guerra na mídia norte-americana entre agosto de 1990 e março de 1991, ele descobriu que não havia nenhuma menção a uma oposição democrática no Iraque que atuasse a partir do exílio (a mesma oposição que foi a Washington pedir ao presidente Bush que ajudasse a instalar a democracia parlamentar no Iraque).

Outro exemplo de como a mídia internacional poderia cobrir alguns eventos para criar consenso e justificar políticas externas é a “guerra ao terror”. Segundo Chomsky (2013), ela não foi declarada com os acontecimentos de 11 de setembro, mas foi reafirmada nos mesmos moldes de como vinte anos atrás pelo governo do presidente Reagan como um núcleo da política externa, visando o mundo islâmico e os países da América Central. Um estudo independente da *Associated Press* comprovou que o terrorismo na região do Oriente Médio foi o tema jornalístico mais discutido do ano de 1985 em toda a mídia norte-americana. O terrorismo na América Central parecia menos importante na época. Posteriormente, em 2001, o Oriente Médio e o terrorismo voltaram a aparecer como o tema mais discutido (ibid., 2013).

Para ilustrar de forma ainda melhor o potencial da mídia americana promover seus interesses globalmente, gostaríamos de revelar a lista das maiores empresas de mídia do mundo, utilizando dados de 2015.



**Tabela 8**  
International Media Corporations de acordo com sua receita em 2014

Top 20 International Media Corporations in 2015		
1.	Comcast (Philadelphia / USA)	€ 51.769 billion
2.	Google Inc. (Mountain View/ USA)	€ 49.681 billion
3.	The Walt Disney Company (Burbank / USA)	€ 35.308 billion
4.	News Corp. Ltd. / 21st Century Fox (New York/ USA)	€ 30.441 billion
5.	DirecTV, LLC (El Segundo/ USA)	€ 24.318 billion
6.	Viacom Inc./CBS Corp. (New York / USA)	€ 20.767 billion
7.	Time Warner Inc. (New York / USA)	€ 20.594 billion
8.	Sony Entertainment (Tokyo / JP )	€ 20.169 billion
9.	Bertelsmann SE & Co. KGaA (Gütersloh/GER)	€ 16.675 billion
10.	Apple Inc. (Cupertino / USA)	€ 13.596 billion
11.	Cox Enterprises Inc. (Atlanta /USA)	€ 11.972 billion
12.	Liberty Media Corp./Liberty Interactive (Englewood, CO / USA)	€ 11.253 billion
13.	Dish Network Corporation (Englewood, CO / USA)	€ 10.990 billion
14.	Vivendi S.A. (Paris/ FRA)	€ 10.089 billion
15.	Tencent (Shenzen/ China)	€ 9.643 billion
16.	Thomson Reuters Corporation (New York / USA)	€ 9.484 billion
17.	Facebook, Inc. (Palo Alto/ USA)	€ 9.384 billion
18.	Rogers Comm. (Toronto / CA)	€ 8.765 billion
19.	The Hearst Corporation (New York/ USA)	€ 7.753 billion
20.	Microsoft Corporation (Redmond/ USA)	€ 7.247 billion

Fonte: <http://www.mediadb.eu/en.html>; elaborada pela autora.

Quinze das vinte maiores empresas que constam da lista foram na época conglomerados transnacionais financiados pelos EUA. A *Comcast*, reivindicando o primeiro lugar, com receita de quase US\$ 52 bilhões, fornecia uma variedade de canais de televisão a cabo e televisão e rádios em todo o mundo. A *Google Inc.* foi a segunda maior com quase US\$ 50 bilhões, sendo a *The Walt Disney Company* a terceira com mais de US\$ 35 bilhões. O quarto lugar foi de *NewsCorp./21st Century Fox* – o maior e também o mais controverso conglomerado de mídia de massa de propriedade de Rupert Murdoch, que fornecia jornais e canais de TV em todo o mundo.

Além disso, de acordo com um estudo independente feito em 2011, seis grandes empresas controlavam naquele ano 90% do conteúdo de mídia nos Estados Unidos. Naquela época, foi *GE*, *News Corp*, *Disney*, *Viacom*, *Time Warner* e *CBS*. A receita total dessas seis empresas em 2010 foi de US\$ 275,9 bilhões. Todas essas empresas operavam ao mesmo tempo em todo o mundo (SHAH, 2012).

Dada a óbvia conexão entre a estratégia dos EUA e o desenvolvimento da União Europeia, gostaríamos de enfatizar a influência da mídia por meio de sua propriedade. A influência americana na mídia europeia tem suas raízes pelo menos no final do século XIX (HALLIN, MANCINI, 2004). Com o desenvolvimento mais recente, o número de meios de comunicação financiados pelos EUA que operam na Europa aumentou ainda mais. Tomemos



como exemplo a já mencionada *News Corp*, proprietária dos principais jornais em três continentes, com *The Times*, *The Sunday Times* e *The Sun* na Inglaterra.

Além das TVs, rádios e jornais públicos e privados que operam no mundo inteiro, chamamos a atenção para outros possíveis assuntos de mídia que podem ter um alcance significativo. Na era da internet e das novas mídias, existem muitos sites cuja origem nem sempre é clara. Além disso, são as redes sociais por onde a propaganda pode ser veiculada de forma muito mais eficaz, eficiente e pouco transparente, como já descrito acima.

Em suma, há evidências claras de que os Estados Unidos, como superpotência mundial, enfatizam o uso da informação para promover seus interesses em mundo inteiro, a fim de atingir seus objetivos estratégicos e manter sua hegemonia por meio do consentimento, ou seja, não utilizando-se, para isso, diretamente da força. Voltando ao tema da estratégia geopolítica que vem sendo adotada recentemente, afirmamos que tanto na ascensão das potências regionais (Rússia, China e muitas outras) quanto no controle dos recursos energéticos (Oriente Médio), a mídia global, pública e privada, é um instrumento eficaz para atingir esse objetivo, pois todos os poderes envolvidos estão usando táticas parecidas.

Nesse sentido, mencionamos que a ascensão dos poderes regionais, ou seja, de seu poder econômico e militar, não envolve necessariamente um conflito visível, mas pode perturbar a ordem mundial estabelecida e, portanto, a hegemonia do próprio “líder”. Sugerimos que a fim de manter a posição de liderança no sistema internacional, as grandes potências podem enfraquecer outros Estados por meio da inserção indireta por meio da mídia. Isso é frequentemente discutido no que diz respeito ao desenvolvimento de países da América Latina e América Central, como nos casos da Colômbia, Venezuela, Argentina e muitos outros. Exemplos, nesse sentido foi não só o golpe brasileiro em 1964, mas também os desenvolvidos já no século XXI.

*One of the U.S. empire’s tried and true methods of destabilizing a targeted country is through manufacturing and promoting political scandals and/or political movements that appear oppositional but whose interests, whether consciously or not, align with the ruling establishment in the West. Both of these elements are at play in Brazil, which has been moving toward increased economic, and consequently political, independence in recent years. In Brazil, the government of Dilma Rousseff is facing a major destabilization campaign orchestrated by powerful right-wing elements in the country and their U.S. backers. Under the always convenient banner of “anti-corruption”, millions have turned out in the streets to demand the ouster of the twice-elected Rousseff government on the heels of a series of revelations about alleged corruption pertaining to the quasi-state, quasi-private Petrobras oil company (DRAITSER, 2016).*

Neste contexto voltaremos ao autor A. Korybko que, em seu livro *Guerras Híbridas* (2015), faz referência a autores clássicos da geopolítica (como Mahan, Mackinder, Spykman e Brzezinski), além de outras teorias apresentadas em nosso trabalho, como a de *Shatterbelts*. Além disso, ele destaca a teoria da “guerra de quarta geração” de W. Lind, como uma correspondência com sua guerra não convencional, prevendo uma maior ênfase na guerra de informação e nas operações psicológicas. Citando Lind:

*Psychological operations may become the dominant operational and strategic weapon in the form of media/information intervention... A major target will be the enemy population's support of its government and the war. Television news may become a more powerful operational weapon than armored divisions* (LIND, 1989 apud KORYBKO, 2015, p. 19).

Criando uma base sólida de teorias que suportam o argumento dele de existência de meios de guerra indiretos, ele destaca o papel da mídia social e espalhamento das ideias nas mudanças de regimes. Analisando o papel da propaganda e da fabricação do consentimento como algo, que ajuda controlar a mente das massas. Ele as vê como meio eficiente nas mencionadas revoluções coloridas. Ele trabalha principalmente com a estratégia dos EUA no século XXI em desestabilizar certos atores indiretamente:

*Color Revolutions begin as information campaigns targeting the affected population. They must be persuasive in order to reach as wide of an audience as possible (in some cases, it may be more strategic to only reach a certain demographic in order to have them 'rise up' and exacerbate existing ethnic fractures within society, for example). (...) The core of Color Revolutions boils down to social dominance. The movement is able to harness a sizeable enough amount of individuals to publicly confront the state and attempt to overthrow it. In order to gather the recruits, ideological, psychological, and information techniques are employed* (KORYBKO, 2015, p. 30).

Referindo-se a Gene Sharp, Korybko desenvolve como os métodos não violentos podem ser usados a fim de desestabilizar certo governo e enfraquecer uma autoridade. Sendo que a luta não violenta tende a ser bem mais complexa e variável do que a violência. Essa luta é travada por armas psicológicas, sociais, econômicas e políticas aplicadas pela população e instituições da sociedade. Ele apresenta sua visão sobre métodos não violentos de resistência. Estes seriam: discursos públicos; lemas, caricaturas e símbolos; marchas; assembleias de protesto ou apoio; desobediência social; boicote às eleições; recusa em aceitar funcionários nomeados; ocupação não violenta; apropriação não-violenta de terras; soberania dupla e governo paralelo (KORYBKO, 2015, p. 47–49).

O autor afirma que o objetivo da campanha de informação nas revoluções coloridas é que o alvo internalize as ideias apresentadas e faça parecer que elas surgiram externa

e naturalmente. Essas ideias antigovernamentais não devem parecer forçadas, aumentando assim a ênfase na abordagem indireta de comunicá-las. Dentro de sua pesquisa, apoiando-se em abordagens diferentes sobre tema, ele demonstra que a mente do grupo pode ser moldada efetivamente por meio de mídia por organizações de inteligência estrangeiras, criando em pessoas a vontade de ajudar ativamente com a mudança do regime. Assim, graças aos meios de comunicações, todos tornam-se um, uma mente coletiva.<sup>192</sup>

Ligado ao termo de propaganda, Korybko menciona o famoso livro *Propaganda* de Edward Bernay's de 1928. Ele acredita que um pequeno número de indivíduos em grande parte invisíveis influencia e orienta como as massas pensam. Segundo ele, é a única maneira de manter uma aparência de ordem em uma sociedade caótica. Ele colocou ênfase nas massas controladoras através da compreensão do mecanismo e dos motivos da mente do grupo e suas emoções. Assim, as massas podem ser controladas sem perceber. Isso seria para nós uma referência à “fabricação do consentimento” (assim como para uma “fabricação de descontentamento” e revoltas) como visto acima.

Junto a isso, menciona que as revoluções coloridas são formadas através da interação complexa de muitos fatores. Segundo ele, esses podem ser divididos em certas categorias primárias infraestruturais: ideologia, finanças, sociedade, treinamento, informação e mídia. O fator de ideologia é essencial para qualquer mudança na sociedade, já que sem ela, os acontecimentos são vazios e não tem objetivo. Dessa forma, a ideologia iniciaria toda revolução colorida. Aqui, “o que motiva as revoluções coloridas é a Democracia Liberal que busca liberar certos Estados dos governos antiliberais democráticos (não ocidentais)”. Essa “luta de libertação democrática” é frequentemente usada na mídia ocidental como justificção para revoluções coloridas (KORYBKO, 2015 p. 77–79).

Vale dizer que uma parte essencial das revoluções coloridas, para Korybko, é a existência e uso amplo da nova mídia, ou seja, da internet, redes sociais etc. Para ele, esses meios “reúnem virtualmente porções díspares da população que compartilham (ou são projetadas para compartilhar) das mesmas ideias antigovernamentais, e isso ajuda a organizar a mente do grupo” (ibid., 2015 p. 34–35). Ele menciona frequentemente o Facebook, Twitter, Google, entre outros. Aqui temos que chamar atenção para o fato de que a internet começou a ser mais usada na República tcheca somente em 1996 (Korybko menciona o primeiro caso

---

192 Aqui se referindo ao termo “*collective consciousness*” como visto por Anna Piepmeyer (ibid, 2015, p. 44).

dessas revoluções coloridas com a Sérvia em 2000). Assim, seria muito complicado trabalhar com as redes sociais e plataformas online dentro do nosso tema.

Outro fator importante para o nosso trabalho seriam as finanças, já que a infraestrutura financeira facilita o espalhamento da ideologia e assim a influência em certa sociedade. Ele destaca que ao menos se tiver uma ideologia penetrante e forte já existente em certo país, o capital inicial provavelmente chega do exterior, ou melhor, do Estado que promove essa ideologia ao nível global (citando a primeira onda das revoluções coloridas e a Primavera Árabe). Seria esse o fator (o fator social) que molda a mudança na sociedade em si. Assim, ele oferece um “ninho” para nutrição ideológica. Esses ninhos são, segundo Korybko, frequentemente as organizações e instituições como ONGs (ibid., 2015, p. 80).

Vale ainda dizer que do ponto de vista da opinião pública, havia muitas contradições nas sociedades dos países da ECO na época.<sup>193</sup> As visões conflitantes, sem dúvida, refletiam a realidade conflitante – de um lado, o relaxamento e liberdade estabelecida, de outro, o espaço aberto para novas práticas não transparentes e até ilegais. O período de transformação foi geralmente muito tumultuado e socialmente contraditório.

Em uma sociedade que se tornou extremamente rápida e fortemente polarizada, onde a riqueza surgiu de repente ao lado da pobreza amarga e onde uma nova 'oligarquia' teve a palavra decisiva, ninguém pode se surpreender que o significado e o propósito tenham sido postos em dúvida (WIRSCHING; DER PREIS DER FREIHEIT, p. 115 apud KŘEN, 2019, p. 143).

A República Tcheca, de todos os países da região, mostrou a menor oposição às reformas e transição. Křen (2019, p.144) afirma que neste país houve uma ardente inclinação para o neoliberalismo não apenas como uma reação à política antirreforma do regime de "normalização", mas também compensando a passividade anterior. Importante é que ação da direita neoliberal teve grande influência nisso. Com o mencionado slogan TINA (não há alternativa), que Klaus complementou com o slogan de que a “terceira via levaria ao terceiro mundo”, a direita dominou soberanamente o discurso pós-Revolução da sociedade tcheca.

---

<sup>193</sup> Entre 1990 e 2003, o Centro Alemão de Economia Social Empírica realizou pesquisas de opinião anuais nos países de Visegrad, Rússia e Ucrânia (KŘEN, 2019, p. 143). Sobre o tema das pesquisas de opinião pública, no entanto, consideramos importante mencionar que muitas vezes é extremamente difícil conectar pesquisas adequadas com a realidade objetiva, devido ao tipo de amostra selecionada e à forma e maneira como as entrevistas são conduzidas. Um exemplo que poderia ser uma pergunta de tal pesquisa é se "as pessoas estavam melhor antes porque todos sabiam o que fazer". Um terço dos tchecos e dois terços dos poloneses e húngaros concordaram (ibid., 2015). Por um lado, isso mostra o potencial desconforto com as novas condições, mas, por outro, podemos discutir a forma de fazer esta pergunta e escolha das palavras usadas nela.

Finalmente, lembramos o que já foi mencionado acima. A análise atual mostrou de que a mídia pode ser e foi usada a fim de espalhar a ideologia neoliberal junto com hegemonia ocidental na Tchecoslováquia (e, subsequentemente, na República tcheca) no período de pós-Guerra Fria. Ao mesmo tempo, o que não pode ser afirmado com certeza é o que exatamente essa influência causou em indivíduos e na sociedade em si, já que não tem como medir dentro do nosso trabalho a reação do recipiente (e subsequentemente de muitos recipientes) à certa mensagem divulgada pela mídia. Passaremos agora para análises particulares que devem descobrir tanto qual foi a influência externa potencial por meio da propriedade da mídia e da mudança na legislação, assim como olharemos mais detalhadamente para a dinâmica das entradas do país à OTAN e à EU, sendo que, supomos, dada a dominância da ideologia neoliberal e ideias pró-ocidentais, que o reflexo de ambas na mídia será principalmente positivo.

### **3.2. Mídia tcheca entre 1989 e 2004: Análises particulares**

Mencionamos acima que fenômenos como comercialização e monopolização da mídia, junto a globalização do sistema global, refletiram-se na Tchecoslováquia e, posteriormente, na República Tcheca em todos os níveis. Nesse contexto, é bom pensar na validade dos pressupostos dos autores mencionados nas subseções anteriores. As teorias apresentadas acima abordam questões de poder da mídia, sua influência na opinião pública e sua função como meio de manter a hegemonia principalmente em situações de conflito e mudanças. Em função dos parágrafos anteriores, consideramos essas premissas muito relevantes. O fato de que, com a nova organização na Tchecoslováquia depois de 1989, a mídia emergiu do controle puramente estatal e externo não muda sua essência. Pelo contrário, as formas de influenciar o consenso social e consolidar as estruturas vigentes podem assumir formas muito mais complexas e, como resultado, desempenhar um papel mais importante. Em nossa opinião, isso depende de quais estruturas e instituições foram criadas na sociedade para o funcionamento da mídia como parte da transformação.<sup>194</sup>

K. Jakubowicz e D. Paletz que tratam mais em detalhes da questão da transformação dos sistemas de mídia nos países da Europa Central e Oriental com o fim da Guerra Fria. Os autores examinam como os sistemas de mídia nos países desta região mudaram em conexão com as mudanças sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e culturais, que ocorreram nos países desde a década de 1980 (PALETZ, JAKUBOWICZ, 2003, p. XI). Esses processos são

---

<sup>194</sup> Porque a história da mídia e da comunicação está estreitamente ligada ao desenvolvimento da sociedade e das instituições que ela constrói (JIRÁK, KÖPPLOVÁ, 2009, p. 55).

mais frequentemente chamados de “transição” ou “transformação” – dependendo da literatura e das discussões teóricas. Nos países da Europa Central e Oriental (segundo os autores) ocorreu uma chamada transformação sistêmica. Podemos também chamá-la de transformação “imitativa”, que se baseava na “assimilação de instituições, padrões de comportamento e valores característicos das várias etapas de desenvolvimento das sociedades capitalistas” (ibid., 2003, p. 5).<sup>195</sup> Os países da Europa Central e Oriental são, a este respeito, considerados os chamados países de trânsito, que (no período em análise) sofreram uma transformação estrutural do socialismo a capitalismo e democracia. Isso corresponde as propostas anteriores desta tese.

Os autores basearam sua avaliação do processo de mudança dos sistemas e políticas de mídia no quadro da transformação social em determinados países em várias abordagens teóricas. Dentro das abordagens normativas que eles oferecem, a abordagem originalmente formulada por P. Roeder (1999) é interessante para o nosso trabalho. Para avaliar o sucesso ou o fracasso da transição, ele define três variáveis principais: a consolidação do Estado-nação (se o Estado foi consolidado com sucesso no final da década de 1990); a ordem democrática (se foi estabelecida no final da década de 1990); e o aspecto econômico dos princípios capitalistas (se as decisões da esfera privada prevaleceram sobre a estadual) (ROEDER, 1999, p. 171–749). Nesse sentido, a República Tcheca, junto a países como Hungria e Polônia, obteve uma classificação elevada.

Jakubowicz está, portanto, tentando desenvolver um modelo que possa ser aplicado à avaliação dos países da Europa Central e Oriental em termos da mídia. Existem dois tipos "ideais" de países em transição, juntamente com as principais características envolvidas. São, por exemplo, a prosperidade, o nível de educação, a preservação da cultura e dos valores antes do comunismo, a presença de atividades dissidentes, a busca por reformas de cima, e assim por diante. Quanto mais positivas forem as características do país, maiores serão as chances de uma transição bem-sucedida (JAKUBOWICZ, 2007, p. 98 – 102). A República Tcheca é avaliada de forma muito positiva nesse aspecto.

Ao avaliar o processo de mudança, os autores acima citados, em seu livro de 2003 mencionam a abordagem inspirada em Zbigniew Brzezinski. Assim, dividem a transformação pós-comunista nesta região em três fases no chamado “modelo de processo”:

1) A primeira fase diz respeito, em particular, à remoção dos principais elementos de controle característicos para o antigo sistema, a desmonopolização da mídia impressa,

---

<sup>195</sup> Tradução feita pela autora desta tese.

os primeiros sinais de comercialização, o início da descentralização e especialização (novamente principalmente da mídia impressa) e a rápida internacionalização da conteúdo (especialmente televisão).

2) A segunda fase é caracterizada pela adoção de normas legislativas. Dizem respeito: liberdade de expressão e outros elementos democráticos, continuação da comercialização, descentralização e especialização (agora também nos meios eletrônicos, que começam a procurar brechas no mercado), os primeiros sinais de profissionalização do jornalismo nos meios de comunicação independentes e os primeiros vestígios da globalização e da concentração da mídia.

3) Na terceira fase, continua o desenvolvimento da legislação com o objetivo de garantir a autonomia e independência dos meios de comunicação e de regular os aspectos econômicos do mercado dos meios de comunicação, incluindo o cumprimento dos requisitos das organizações internacionais, a autonomia dos meios de comunicação. A concentração da mídia e a globalização, neste caso, ameaçam os lucros obtidos com a emancipação da mídia, e a própria mudança tecnológica está começando a mudar fundamentalmente o mercado da mídia (PALETZ, JAKUBOWICZ, 2003, p. 38).<sup>196</sup>

Nas próximas análises é, sem dúvida, necessário levar em conta tais especificações. Como Jakubowicz apontou, no contexto de globalização, mudança tecnológica e o desenvolvimento de uma economia política neoliberal, não é mais possível estudar Estados individuais separadamente. Assistimos a constantes mudanças nas relações de poder entre os Estados-nação e entre as organizações internacionais, a sociedade civil e o capital (JAKUBOWICZ, 2007, p. 37). Por último, mas não menos importante, não devemos esquecer a premissa principal de que a mídia opera com seus objetivos econômicos sempre e sem reservas em um determinado contexto político. Isso foi, no caso tcheco, em grande medida influenciado por eventos globais e pelas atividades das potências externas por volta de 1991 como visto anteriormente.

Como já mencionamos, a tradição do papel da mídia nos momentos de mudança na Tchecoslováquia tem sido geralmente forte. A importância da mídia nas mudanças por volta de 1990 é comprovada pelo fato de que, aos olhos da sociedade, essas mudanças se concretizaram em princípio pela mediação do dissenso e sua “resistência com uma caneta” (*samizdat*, crítica ao regime em documentos analíticos, posterior fundação de periódicos como *Lidové noviny* etc.). Esses passos começaram a assumir um caráter cada vez mais político, ao mesmo tempo que estavam fortemente inscritos na sociedade.

A função da mídia durante a Revolução de Veludo foi significativa. Um acontecimento extremamente importante foi a revolta dos funcionários da televisão, que impulsionaram a transmissão dos acontecimentos revolucionários tanto na televisão quanto no rádio nacionais. Assim, revolução tornou-se uma “revolução televisiva”. As reportagens sobre os atos concretos

---

<sup>196</sup> Tradução feita pela autora desta tese.



da revolução, especificamente sobre o movimento de dois milhões de ajuntamentos na planície de Letenská, em Praga, nos dias 25 e 26 de novembro, cativaram todo o país. A mídia também noticiou detalhadamente a greve geral em 27 de novembro, na qual cerca de metade dos funcionários participou ativamente e um quarto simbolicamente no trabalho (KŘEN, 2009, p. 81).

A parte seguinte da tese busca responder à questão se havia uma relação entre as mudanças geopolíticas na região da Europa Central e Oriental na virada dos anos 1990 e o funcionamento da mídia na Tchecoslováquia/República Tcheca, ou melhor, qual foi o reflexo da situação política e econômica nacional e internacional nos meios de comunicação e na sociedade tcheca. Devido à ampla gama de fatores que poderiam entrar nessa relação, é difícil escolher os mais relevantes. Consideramos o mais básico para o nosso trabalho tanto o novo quadro de funcionamento da mídia e sua regulamentação após 1989, quanto o aspecto econômico da mídia, ou seja, a mudança na propriedade da mídia. Tudo isso em um contexto geopolítico específico dos acontecimentos no período estudado. A transformação do sistema midiático deveria, nesse caso, mostrar a postura que a mídia adotou, especialmente a legislativa e as regras que foram estabelecidas. Assim veremos se esta postura correspondia com acontecimentos mais amplos, ou seja, respondeu às regulamentações nos mercados ocidentais da época. Ao mesmo tempo, a análise da propriedade mostrará quais atores entraram na mídia tcheca e assim, tiveram acesso à opinião pública tcheca (e, com isso, ao poder).

Subsequentemente, escolhemos para os fins deste capítulo duas análises qualitativas do conteúdo da mídia. A primeira concentra-se na adesão à OTAN e no reflexo desse evento tanto na mídia tcheca, quanto na americana. A segunda tem foco na adesão à UE, trabalhando mais detalhadamente com o referendo à entrada e com opiniões apresentadas por meio da mídia. Já que muitas vezes a mídia cita os próprios políticos, isso pode servir uma boa fonte para entender as abordagens dos indivíduos que estavam à época no poder. Ao mesmo tempo, é necessário levar em conta de que este tipo de análise não nos permite entender de forma exata a dinâmica da própria influência externa. No entanto, junto às análises anteriores podemos criar uma imagem sólida em relação aos nossos objetivos e responder às perguntas estabelecidas.

### **3.2.1. Transformação do sistema midiático tcheco após Revolução de Veludo**

Na primeira análise, enfocaremos na questão da transformação do sistema de mídia após o colapso da União Soviética. Esse subsistema na sociedade tcheca também sofreu, por volta

de 1990, mudanças radicais em direção à sua democratização e liberalização. Foi uma tarefa muito difícil, porque “(...) o povo da região, quando decidiu ir nessa direção, não sabia muito sobre como queria organizar o seu mundo, não conhecia os conceitos de 'Europa' ou os princípios do capitalismo” (JAKUBOWICZ, 2007, IX).<sup>197</sup> O sistema de gestão da mídia na Tchecoslováquia era anteriormente baseado em princípios de gestão da imprensa de Lenin, quando a imprensa agia como agitadora e organizadora do funcionamento da sociedade. Esse sistema teve suas próprias regras, de forma que estivessem de acordo com os princípios soviéticos. A imagem soviética do funcionamento da mídia em seus satélites estava constantemente se cumprindo. Ao mesmo tempo, havia um forte controle e regulamentação da autoridade central. No entanto, como já lembramos, todas as mudanças e choques internos na Tchecoslováquia entre 1948 e 1989 tiveram um impacto significativo na mídia, principalmente por meio das iniciativas de oposição (mesmo que não fossem permitidos, o povo sempre encontrou um caminho).

Relembramos que essas tendências sempre foram mais ou menos possibilitadas por condições externas.<sup>198</sup> A União Soviética fez algumas concessões à criação gradual da esfera privada em países como a Tchecoslováquia, a Polônia e a República Democrática Alemã (JAKUBOWICZ, 2007, p. 134). Consideramos o contexto geopolítico mais amplo muito importante aqui, visto que a força das iniciativas antirregime parecia ser diretamente proporcional ao espaço que foi permitido do exterior. Assim, antes de 1989, os dissidentes da Europa Central e Oriental lutavam contra um sistema de mídia controlado centralmente, estruturado de acordo com a teoria da imprensa soviética. Depois de 1989, eles naturalmente tentaram desenvolver conceitos de um sistema de mídia com características diretamente opostas.

Com o enfraquecimento da União Soviética, portanto, um lugar cada vez maior para visões e atitudes não conformistas começou a se formar na Tchecoslováquia. Apesar dos esforços para consolidar todas as áreas da esfera pública, uma esfera pública alternativa começou a se formar gradualmente, especialmente no campo da cultura. Havia duas possibilidades para apresentar atitudes alternativas: conduzir atividades de mídia da oposição dentro do Estado ou publicar a partir do exílio. Apesar de seu papel essencial na sociedade, no

---

<sup>197</sup> Tradução feita pela autora desta tese.

<sup>198</sup> Aqui, por exemplo, a maneira como a Primavera de Praga terminou, demonstrou que, em um momento no qual os esforços da oposição eram muito fortes e podiam ameaçar a integridade do bloco soviético, eles acabaram sendo interrompidos pela força.

entanto, essas atividades ainda não ameaçaram o *status quo* do regime e, portanto, não tiveram uma resposta política mais ampla (KONČELÍK; VEČEŘA; ORSÁG, 2010, p. 218–234). Vale ainda dizer que os canais de mídia não oficiais e sua apresentação de atitudes negativas em relação ao acordo atual baseavam-se não apenas na experiência pessoal, mas também na propaganda antissoviética no exterior (LOMÍČEK, 2014, p. 110–135).

As atividades antiregime na mídia entraram mais na esfera política com a Conferência de Helsinque em 1975. Durante a conferência, a Tchecoslováquia comprometeu-se com os princípios dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, incluindo a liberdade de pensamento, consciência, religião e crença. A conferência resultou na criação de grupos de oposição e iniciativas que contrastaram com as práticas oficiais (KONČELÍK; VEČEŘA; ORSÁG, 2010, p. 206–207). A onda principal dessas tendências foi subsequentemente associada à ascensão de Mikhail Gorbachev, como já apresentado acima.

Em geral, a oposição e suas tendências ideológicas foram amplas no caso da Tchecoslováquia. Um dos principais papéis neste desenvolvimento foi desempenhado pela Carta 77 – uma iniciativa informal de cidadania que criticava a organização atual e o desrespeito pelos direitos humanos e civis. É importante para o nosso trabalho porque ganhou interesse internacional e, assim, contribuiu para mudanças em uma escala maior, embora a resposta a ela não tenha sido tão grande no início. A Carta 77 foi subsequentemente seguida em 1989 pela petição “Várias Sentenças”. Foram essas iniciativas que contribuíram para a transformação do regime no país e que sem dúvidas pertencem ao tema da mídia.

Vale mencionar que a mídia desempenhou um papel importante na Revolução de Veludo, já que um dos principais objetivos dos eventos de novembro foi quebrar o embargo de informações da mídia estatal e exigir informações completas e verdadeiras (KONČELÍK; VEČEŘA; ORSÁG, 2010, p. 255 – 256).<sup>199</sup> Como parte desse desenvolvimento, a mídia deveria tornar-se uma instituição usada para expressar a liberdade de expressão e um espaço público para discussões abertas. Do ponto de vista desta parte da análise, falamos principalmente sobre a liberalização da mídia e sua desnacionalização (privatização), que ocorreu tanto no nível da criação de uma nova legislação de mídia quanto a partir de do ponto de vista das instituições.

Primeiramente, vamos nos concentrar na regulamentação da mídia no sistema recém-criado. Em geral, podemos distinguir entre regulação interna e externa, voluntária e forçada.

---

<sup>199</sup> Por exemplo, a Televisão Tchecoslovaca (mesmo depois dos eventos de novembro) se comportou de maneira semelhante àquela até então – por exemplo, ainda censurava os eventos contemporâneos (JAKUBOWICZ, 2007, p. 144).

Toda legislação, aplicação de censura, várias decisões e declarações de órgãos reguladores podem ser consideradas como regulamentação externa forçada. Os órgãos externos de supervisão na República Tcheca incluem o Conselho de Transmissão de Rádio e Televisão (*Rada pro rozhlasové a televizní vysílání*), o Conselho de Rádio Tcheco (*Rada Českého rozhlasu*), o Conselho de Televisão Tcheca (*Rada České televize*) e o Conselho do Escritório de Imprensa Tcheco (*Rada České tiskové kanceláře*). O órgão regulador externo é o Conselho de Transmissão de Rádio e Televisão. Eles são órgãos eleitos e são regidos por leis próprias. Esses órgãos de supervisão e regulamentação influenciam o funcionamento da mídia com base nas leis pertinentes (BURTON; JIRÁK, 2001, p. 125–129).

Códigos de ética de várias organizações de mídia e sindicatos, por exemplo, podem ser considerados regulamentos internos voluntários. Há órgãos de autorregulação no país como, por exemplo, o Conselho de Publicidade (*Rada pro reklamu*), associações profissionais como o Sindicato de Jornalistas da República Tcheca (*Syndikát novinářů ČR*), FITES – *Český filmový a televizní svaz* (Associação Tcheca de Cinema e Televisão), ou a Federação Internacional de Jornalistas (*Mezinárodní federace novinářů*), associações comerciais como a União de Editores (*Unie vydavatelů*), a Associação de Agências de Publicidade (*Asociace reklamních agentur*), a Associação de Agências de Comunicação (*Asociace komunikačních agentur*), a Associação de Emissoras Privadas (*Asociace provozovatelů soukromého vysílání*) e muitos outros. Essas instituições não são de responsabilidade do Estado, mas de seus fundadores e membros (ibid., 2001).

A legislação da mídia é analisada neste trabalho em termos de elementos relacionados à liberalização do sistema de mídia tcheco e sua abertura a influências externas. Como Jakubowicz (2007) menciona, os países pós-comunistas optaram no contexto da mudança legislativa por dois grandes modelos legislativos – o europeu e o americano. Vale dizer que a competição pela supremacia dentro da legislação recentemente adotada também ocorreu em nível político. Neste contexto, os embaixadores dos EUA tentaram fazer lobby junto aos governos da Europa Central e Oriental para que não adotassem a legislação europeia e os Estados Unidos tivessem acesso a esses mercados. Mesmo assim, República Tcheca decidiu seguir a alternativa europeia, que é mais rígida nas regras de propriedade. Possui limites de publicidade e regras em relação ao conteúdo de mídia mais baixos, ou seja, nesse sentido é mais aberta (JAKUBOWICZ, 2007, p. 188–189).

A legislação do sistema de mídia na Tchecoslováquia não sofreu mudanças fundamentais até 1990. No final da década de 1980, a maior parte da legislação de mídia era idêntica àquela adotada na década de 1960 (BEDNAŘÍK; JIRÁK; KÖPPLOVÁ, 2011, p. 336). Até 1991, as mudanças legislativas afetaram principalmente a imprensa e a agência de notícias. A televisão e o rádio não mudaram significativamente até 1992.<sup>200</sup> A principal mudança nesta área (até o final de 1991) foi a transformação da rádio e da televisão estatais em meios de comunicação de serviço público. De acordo com a Lei nº 468/1991 Coll. foi criado um sistema denominado *dual*, no qual coexistem serviços públicos e meios de comunicação privados desde então (REPÚBLICA TCHECA, 1991(c)). Isso será descrito com mais detalhes abaixo.

A censura foi abolida em março de 1990 pela Lei nº 86/1990 Coll.<sup>201</sup> (*Lei que altera a Lei nº 81/1966 Coll., Sobre periódicos e outros meios de comunicação*) Esta alteração adiciona um parágrafo ao artigo 1º da seguinte forma: “De acordo com a liberdade de expressão, discurso e imprensa garantida constitucionalmente, os cidadãos usam os periódicos e outros meios de comunicação para obter informações e expressar suas opiniões em público” (REPÚBLICA TCHECA, 1990(b)).<sup>202</sup> Ao mesmo tempo, a lei estipula que os periódicos podem ser publicados por “pessoas jurídicas tchecoslovacas, bem como cidadãos tchecoslovacos que tenham completado 18 anos” (ibid).

Consideramos a abolição da censura e a abertura na expressão de opiniões dentro do nosso trabalho tanto um pilar de estabelecimento da democracia quanto um espaço para avaliação do exercício de influência através dos meios de comunicação. Argumentamos aqui

---

<sup>200</sup> No campo da mídia impressa, as principais leis foram a Lei nº 81/1966 Coll. em periódicos e outros meios de comunicação; Lei nº 127/1968 Coll. sobre certas medidas transitórias no domínio da imprensa e de outros meios de comunicação; Lei nº 180/1980 Coll. a criação do Gabinete Federal de Imprensa e Informação, que instalou um novo gabinete de censura; Lei nº 60/1988 Coll. sobre as mudanças na organização e competência dos ministérios e outros órgãos da administração central do Estado da República Socialista Tcheca. O Ministério da Cultura é (segundo ele) "o órgão central da administração do Estado para as atividades culturais e educacionais, arte, monumentos culturais e proteção da natureza, para a imprensa e outros meios de informação, incluindo a publicação de imprensa não periódica, para a implementação de lei de direitos autorais e para a produção e comércio de cultura." (REPÚBLICA TCHECA, 1988) Lei nº 137/1948 Coll., Sobre a nacionalização da Rádio Tchecoslovaca e Lei nº 17/1964 Coll., Na Rádio Tchecoslovaca, aplicada para o rádio. Para a televisão, foi a Lei nº 18/1964 Coll., Na Televisão Tchecoslovaca. Para a assessoria de imprensa, foi a Lei nº 123/1965 Coll., sobre a Assessoria de Imprensa da Tchecoslováquia.

<sup>201</sup> Quanto à censura, esta foi renovada logo após a intervenção da Primavera de Praga. O sistema de censura subsequente (em comparação com o anterior) levou a um controle mais eficaz das informações, à medida que expandiu as responsabilidades dentro da relação jornalista-editor-editora. Isso levou a um alto grau de autocensura para evitar sanções. No entanto, procedimentos preliminares de censura, como "medidas de emergência", também têm sido usados. Durante eventos especiais, como o aniversário da intervenção soviética, funcionários de renomados órgãos do Estado, liderados pelo Comitê Central do Partido Comunista, inspecionaram e corrigiram todos os materiais que deveriam ser publicados (KONČELÍK; JANTAR; COUNTRY, 2010).

<sup>202</sup> Traduzido pela autora desta tese.

que a influência exercida no período de mais de quarenta anos antes era muito forte e tinha seus próprios elementos específicos e não democráticos. No entanto, a liberalização do sistema pode levar a outra forma dessa influência. Estamos falando, em particular, de formas menos transparentes, e que, na ausência de maior controle e abertura do sistema, podem ocorrer sem que sejam óbvias ou conflitantes (gritantes) na sociedade vigente.

É importante mencionar que os princípios da liberdade de expressão e da democracia surgiram principalmente pela inspiração nos códigos das Nações Unidas, do Conselho Europeu e da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (JAKUBOWICZ, 2007, p. 223). A base principal para o estabelecimento do quadro legislativo para o funcionamento dos meios de comunicação foi a Lei Constitucional n.º 23/1991 Coll. De acordo com esta lei, a Carta dos Direitos e Liberdades Fundamentais passou a fazer parte da Constituição do Estado. O artigo 17 define os direitos políticos da seguinte forma:

(1) A liberdade de expressão e o direito à informação são garantidos. (2) Todas as pessoas têm o direito de expressar suas opiniões oralmente, por escrito, em mídia impressa, em imagens ou de outra forma, e de buscar, receber e transmitir ideias e informações livremente, independentemente das fronteiras nacionais., (3) A censura é inaceitável., (4) A liberdade de expressão e o direito de buscar e divulgar informações podem ser restringidos por lei em uma sociedade democrática necessária para a proteção dos direitos e liberdades de terceiros, segurança do Estado, segurança pública, proteção da saúde pública e da moral., (5) Os órgãos do Estado e de autogoverno territorial são obrigados a fornecer informações sobre suas atividades de maneira razoável. As condições e implementação são determinadas por lei (REPÚBLICA TCHECA, 1991(a)).

Uma das disposições básicas desta lei é também o requisito de aderir a outros Estados livres no mundo e respeitar os seus princípios, mantendo o direito à autodeterminação.<sup>203</sup> O § 2 afirma ainda que: “Os tratados internacionais sobre direitos humanos e liberdades fundamentais, ratificados e proclamados pelas Repúblicas Federais Tcheca e Eslovaca, são geralmente vinculativos no seu território e têm precedência sobre a lei.”<sup>204</sup> Isso dá prioridade ao direito internacional sobre o direito tcheco e assim contribui fortemente para confirmar a suposição inicial do nosso trabalho sobre influência externa no país.

Na virada da década de 1990 ocorreram disputas na Tchecoslováquia entre os lados tcheco e eslovaco sobre a forma do futuro sistema de mídia (KONČELÍK; VEČEŘA; ORSÁG,

<sup>203</sup> “(...) colocando esperanças em garantir esses direitos através dos esforços conjuntos de todas as nações livres, com base no direito da nação tcheca e da nação eslovaca à autodeterminação, lembrando sua parcela de responsabilidade para com as gerações futuras pelo destino de toda a vida na Terra, e expressando a vontade de que as Repúblicas Federativas Tcheca e Eslovaca figurem entre os Estados que respeitam esses valores com dignidade, esta Carta de Direitos e Liberdades Fundamentais foi resolvida” (REPÚBLICA TCHECA, 1991(a)).

<sup>204</sup> Traduzido pela autora desta tese.

2010, p. 257; e BEDNAŘÍK; JIRÁK; KÖPPLOVÁ, 2011, p. 370). Lei n.º 136/1991 Coll. dividiu as competências em matéria de imprensa e outros meios de comunicação entre a República Socialista da Tchecoslováquia e as Repúblicas Tcheca e Eslovaca. Isso abriu espaço para adoção do quadro legislativo próprio em cada país e, assim, o surgimento da mídia nacional e da esfera privada. Do lado tcheco, quatro leis principais, relativas ao sistema de mídia, foram criadas durante 1991 e 1992. São elas: a Lei n.º 468/1991 Coll., sobre o funcionamento da rádio e televisão; a Lei n.º 483/1991 Coll., sobre a Televisão Tcheca; e a Lei n.º 484/1991 Coll., sobre a Rádio Tcheca. No outono de 1992, foi adotada a Lei n.º 517/1992 Coll., sobre o Gabinete de Imprensa Tcheco.

Lei n.º 468/1991 Coll. estipulou que as pessoas físicas e jurídicas tchecas e estrangeiras a partir de então poderiam tornar-se operadores privados da mídia. Ela foi essencial na desnacionalização legislativa do rádio e da televisão e na criação de um sistema dual em que os meios de comunicação de serviço público continuassem fortemente dependentes do poder político, que era consagrado na própria lei. O valor das taxas de concessão passou assim a ser determinado pela Câmara dos Deputados. A mesma lei elencou os Conselhos das instituições controladoras como os principais órgãos de supervisão / regulação do serviço público e meios de comunicação privados instituídos por estas leis.<sup>205</sup> Menos importante, mas ainda relevante para o nosso trabalho, é a introdução da proteção do conteúdo e da fonte de informação, onde “A pessoa física ou jurídica que tenha participado na aquisição ou tratamento de informação para publicação ou emissão radiofônica ou televisiva tem o direito de recusar a tribunal, a outro Estado ou órgão da administração pública o fornecimento de informação sobre a origem ou conteúdo dessa informação” (REPÚBLICA TCHECA, 1991(c)).<sup>206</sup>

Nesta parte, iremos analisar a legislação da mídia após a divisão da Tchecoslováquia. A base do quadro legislativo para o funcionamento da mídia na República Tcheca foi o Ato Constitucional n.º 1/1993 Coll. e Ato Constitucional n.º 2/1993 Coll. Ambos foram criados como parte da divisão da Tchecoslováquia em República Tcheca e Eslováquia e são válidos até hoje. O Ato Constitucional n.º 1/1993 Coll., ou seja, a Constituição da República Tcheca, em seu preâmbulo define a República Tcheca como um “Estado livre e democrático, baseado no respeito pelos direitos humanos e os princípios da sociedade civil, como parte da família das democracias europeias e mundiais” e que “cumpre as suas obrigações ao abrigo do direito

---

<sup>205</sup> De acordo com a Lei n.º 103/1991 Coll.

<sup>206</sup> Traduzido pela autora desta tese.



internacional” (REPÚBLICA TCHECA, 1993(a)).<sup>207</sup> Este aspecto de novo aponta para a presente ancoragem do direito internacional, nomeadamente europeu, na legislação do país, junto a sua primazia sobre a legislação nacional.

O Artigo 2 do Ato Constitucional nº 2/1993 Coll., ou seja, a Carta dos Direitos e Liberdades Fundamentais, estabelece o princípio básico das sociedades democráticas: “Todos podem fazer o que não é proibido por lei e ninguém pode ser forçado a fazer o que não é exigido por lei” (REPÚBLICA TCHECA, 1993(b)).<sup>208</sup> Os direitos políticos básicos, além do direito de petição, o direito de reunião, de associação, o direito de participar na administração dos assuntos públicos e outros, estão consagrados em direitos semelhantes aos do Ato Constitucional nº 23/1991 Coll.<sup>209</sup>

As leis principais, que estabeleceram o funcionamento da mídia como tal, foram emendas às leis que regem os periódicos e a transmissão televisiva e radiofônica. Trata-se da Lei n.º 46/2000 Coll., sobre os direitos e obrigações na edição de periódicos (Lei da Imprensa) e a Lei n.º 231/2001 Coll., sobre o funcionamento da radiodifusão e da TV (Lei de Transmissão televisiva). A primeira estabelece as regras básicas para a publicação de periódicos. O editor de um periódico pode ser uma pessoa física ou jurídica. Segundo esta lei, editor é responsável pelo conteúdo do periódico e “assegura o conteúdo, publicação e divulgação pública por conta própria e sob a sua própria responsabilidade” (REPÚBLICA TCHECA, 2000).<sup>210</sup> Ao mesmo tempo, quem cria o conteúdo é protegido, visto que a lei preserva a proteção da fonte e do conteúdo da informação.<sup>211</sup>

No que se refere à Lei n.º 231/2001 Coll., sobre o funcionamento da radiodifusão e televisão, importa ressaltar que, no âmbito das suas alterações, foi incorporada de forma

---

<sup>207</sup> Traduzido pela autora desta tese.

<sup>208</sup> Traduzido pela autora desta tese.

<sup>209</sup> “(1) A liberdade de expressão e o direito à informação são garantidos. (2) Todos têm o direito de expressar suas opiniões oralmente, por escrito, por meio de impressos, em imagens ou de outra forma, bem como de buscar, receber e transmitir livremente ideias e informações, independentemente das fronteiras nacionais. (3) A censura é inadmissível. (4) A liberdade de expressão e o direito de buscar e divulgar informações podem ser restringidos por lei se as medidas em uma sociedade democrática forem necessárias para a proteção dos direitos e liberdades de terceiros, segurança do Estado, segurança pública, proteção da saúde pública e moral. (5) Os órgãos do Estado e de autogoverno territorial são obrigados a fornecer informações sobre suas atividades de maneira razoável. As condições e implementação são estipuladas por lei.” (REPÚBLICA TCHECA, 1993(b)) Traduzido pela autora desta tese.

<sup>210</sup> Traduzido pela autora desta tese.

<sup>211</sup> Idem ao anterior: “Uma pessoa singular ou coletiva que tenha participado na obtenção ou processamento de informação para publicação ou já publicada em periódicos tem o direito de recusar a juízo, outro estado ou órgão da administração pública informações sobre a origem ou conteúdo desta informação” (ibid, 2000). Traduzido pela autora desta tese.

progressiva a regulamentação pertinente em vigor na União Europeia (República Tcheca, 2001). Estas diretivas de 1989, 1997 e subsequentemente 2007 regulamentaram o funcionamento da transmissão televisiva nos Estados–membros da União Europeia. Consideramos esse fato muito importante dentro do tema pesquisado. Em geral, na legislação tcheca, foram introduzidos muitos aspectos que foram regidos pelas regras e funcionamento da União Europeia. Por exemplo, a obrigação de a transmissão televisiva ser recebida no outro Estado–membro da União Europeia. Ao mesmo tempo em que os operadores estrangeiros passaram a poder transmitir (sob certas condições) a partir de outros Estados–Membros da UE (REPÚBLICA TCHECA, 2001).

Conseqüentemente, da mesma forma que a Lei 231/2001 Coll. apoiou as regras de transmissão dual e licenciamento acima mencionadas, ela dividiu os operadores em operadores legais e operadores com base em uma licença. O titular da licença pode ser pessoa física ou jurídica e a sua atribuição está, na prática, sujeita à atribuição de frequências gratuitas e de frequências para a sua atribuição. Ao mesmo tempo, o operador não pode ser uma entidade estrangeira, o que levou à divisão em um titular da licença e um “produtor” (ou seja, uma empresa que realmente opera a televisão e faz investimentos). O produtor pode ser uma entidade estrangeira, o que é uma conclusão muito importante para o contexto do nosso trabalho. O procedimento de licenciamento não é estritamente limitado na República Tcheca. A lei presta atenção ao equilíbrio e objetividade do conteúdo:

(1) A emissora (o produtor) tem o direito de transmitir programas de forma livre e independente. Seu conteúdo pode sofrer interferências apenas com base na lei e dentro de seus limites. (2) O organismo de transmissão deve fornecer as informações objetivas e equilibradas necessárias à livre formação de opiniões. As opiniões ou comentários avaliativos devem ser separados das informações de inteligência. (3) A emissora é obrigada a garantir que os princípios de objetividade e equilíbrio sejam observados nas notícias e programas político-publicitários e, em particular, que nenhum partido ou movimento político, ou suas opiniões ou as opiniões de grupos individuais do público, é favorecido unilateralmente no programa de transmissão e tendo em conta a sua posição real na vida política e social (REPÚBLICA TCHECA, 2001).<sup>212</sup>

Além disso, a lei regula a transmissão de eventos sociais e os de maior interesse público determinados pelo Ministério. As emissoras não podem exercer direitos exclusivos nesses casos. Considera como tais eventos principalmente eventos declarados pelo Conselho Europeu ou outros Estados–Membros da UE como:

Um acontecimento de grande importância para a sociedade será igualmente considerado como o de grande importância para a sociedade por um dos Estados–Membros das Comunidades Europeias (...) um evento de importância social significativa também

---

212 Traduzido pela autora desta tese.

é considerado um evento que foi declarado um evento de importância social significativa por um dos estados membros do Conselho da Europa e que foi publicado da maneira prescrita por um órgão competente do Conselho da Europa. (doravante "evento do Conselho da Europa"). (...) Uma empresa de transmissão que adquiriu direitos exclusivos para transmitir um evento de maior interesse público (a seguir designado "evento de maior interesse público") é obrigada a permitir que outras empresas de transmissão estabelecidas nos Estados-Membros da União Europeia tenham acesso ao sinal de transmissão no seu solicitar, ou fornecer um registro deste evento a fim de obter um pequeno trecho de notícias de sua escolha em seus programas de notícias gerais (REPÚBLICA TCHECA, 2001).

Todo o Título III desta Lei trata do apoio a obras europeias e a obras europeias independentes e contemporâneas. Estipula que:

O operador da televisão deve, sempre que possível, reservar mais de metade do tempo total de transmissão de cada um dos seus programas para obras europeias. O tempo total de transmissão do programa, a partir do qual é determinada a proporção do tempo de transmissão reservado a obras europeias, não inclui o tempo consagrado à difusão de programas noticiosos, acontecimentos desportivos, competições, tele texto, publicidade e televidas (ibid., 2001).

Consideramos as descobertas anteriores muito importantes para o nosso trabalho. O objetivo de quotas/regras semelhantes é (de acordo com a União Europeia) criar sinergias transnacionais para apoiar os produtores audiovisuais europeus, apoiar os pequenos e médios produtores através de conhecimentos financeiros e técnicos e garantir o pluralismo linguístico e cultural no mercado audiovisual regional (JAKUBOWICZ, 2007, p. 241).<sup>213</sup> No entanto, esses aspectos podem na realidade criar tendências contraditórias. É também importante perceber que a formação dessas tendências pode ter sido influenciada por preocupações sobre as tendências imperiais das grandes potências (especificamente, “imperialismo cultural dos EUA”).

Além disso, como ainda disse Jakubowicz (2007, p. xv), a União Europeia procurava influenciar a ordem dos meios de comunicação nos seus países membros (ou candidatos) como uma espécie de contrapartida da globalização. Por exemplo, a República Tcheca, então ainda país candidato à adesão à UE, obteve autorização para participar no programa MEDIA Plus em 2002 (2001–2005), que, segundo Jakubowicz (2007, p. 242), foi uma base para o subsequente aumento da aplicação de normas europeias na legislação tcheca. No entanto, uma questão seria compreender o que isso significa para os países membros, especialmente os menores e menos desenvolvidos economicamente.

---

213 Traduzido pela autora desta tese.

O papel do Conselho da República Tcheca para a Transmissão de Rádio e TV é fundamental do ponto de vista da regulação da mídia. Ele é o principal órgão de controle do funcionamento dos meios de comunicação e foi estabelecido pela Lei nº 103/1992 Coll., sobre o Conselho da República Tcheca para a Transmissão de Rádio e Televisão. Ela foi posteriormente cancelada pela Lei nº 231/2001 Coll. e as atividades do Conselho foram alteradas. Para o nosso trabalho, chamaremos novamente atenção para a parte que diz respeito à sua abertura ao ambiente externo. A Seção 5, que estipula o funcionamento do Conselho, afirma novamente de forma clara a supremacia da lei europeia sobre a lei tcheca, incluindo a exigência de cooperação estreita entre o Conselho tcheco e órgãos relacionados da União Europeia e outros Estados não membros:

- (t) no caso da cooperação transfronteiriça, (o Conselho) exerce a supervisão em conformidade com a legislação aplicável das Comunidades Europeias, no âmbito de aplicação material da legislação específica que transpõe as diretivas enumeradas no ponto 4 do anexo do presente regulamento;
- (u) (o Conselho) coopera com os órgãos da União Europeia e com os órgãos reguladores dos Estados-Membros da União Europeia com competências semelhantes, designadamente na transmissão e aquisição de dados e informações previstos na lei, decisões emanadas da lei ou atos jurídicos da União Europeia e desempenha outras funções decorrentes da adesão da República Tcheca à União Europeia nas áreas da regulamentação da transmissão televisiva;
- v) (o Conselho) garante a implementação das obrigações decorrentes da Convenção Europeia sobre a Televisão Transfronteiriça e representa a República Tcheca no Comité Permanente instituído pelo artigo 20.º da Convenção Europeia sobre a Televisão Transfronteiriça;
- w) (o Conselho) coopera no campo da regulamentação da transmissão de televisão com as autoridades competentes de Estados que não são membros da União Europeia ou partes contratantes da Convenção Europeia sobre Televisão Transfronteiriça (REPÚBLICA TCHECA, 2001).<sup>214</sup>

Quanto às leis que regem o funcionamento da Televisão e da Rádio Tcheca, ou seja, os meios de comunicação públicos, elas também foram alteradas na primeira década do novo século. A Lei nº 483/1991 Coll. sobre a Televisão Tcheca foi alterada em 2001 pela Lei No. 39/2001 Coll. Lei nº 484/1991 Coll. E sobre a Rádio Tcheca em 2002 pela Lei nº 192/2002 Coll. Essas alterações não foram fundamentais para o nosso trabalho em termos de conteúdo. A promulgação da publicidade está estreitamente relacionada à legislação da mídia. Isso foi legalmente consagrado em 1995 pela Lei nº 40/1995 Coll., sobre a regulamentação da publicidade. Esta lei também foi gradualmente alterada e, como em casos anteriores, elementos do direito europeu foram incorporados a ela.

---

214 Tradução feita pela autora desta tese.

A Lei nº 106/1999 Coll., sobre o Livre Acesso à Informação, já é importante para nosso objetivo. Como parte de suas alterações, a lei estabeleceu a obrigação de prestação de informações. Isso com exceção das informações relacionadas à segurança nacional no caso da OTAN e da União Europeia:

As entidades que são obrigadas a prestar informações relacionadas a sua competência são as autoridades estaduais, as autarquias territoriais e os seus órgãos e instituições públicas. A entidade obrigada pode restringir o fornecimento de informações se (...) forem informações fornecidas por uma Organização do Tratado do Atlântico Norte ou pela União Europeia protegidas por “NATO NÃO CLASSIFICADO” ou “LIMITE” no interesse da segurança nacional, segurança pública ou a proteção de direitos de terceiros, e na República Tcheca esta designação é respeitada por motivos de cumprimento das obrigações decorrentes para a República Tcheca de sua adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte ou à União Europeia, se o autor não deu o consentimento (REPÚBLICA TCHECA, 1999).<sup>215</sup>

Assim, como vimos, vários fatores refletiram-se na legislação da mídia, confirmando a nossa suposição sobre uma forte influência externa. Uma boa parte das leis incorpora a subordinação da lei tcheca à lei internacional, ou seja, a lei europeia neste caso. Isso ocorreu quase sempre muito mais cedo do que foi a própria adesão da República tcheca à esta instituição. Ao mesmo tempo, vimos a cooperação estrita entre órgãos controladores tchecos e Europeus que tiveram oportunidade de ditar suas visões. Isso tudo é uma mostra relevante de tendência de subordinar a situação interna da República Tcheca às exigências das instituições às quais o país pretendia aderir no futuro, restringindo assim sua soberania de forma voluntária e, mais importante, antecipadamente.

### **3.2.2. Análise da propriedade e financiamento de mídia tcheca desde 1991**

Além da influência externa através das regras de funcionamento da mídia, analisaremos agora a questão das relações de propriedade. Já que essas podem ser um indicador relevante da influência em um mundo capitalista globalizado, examinaremos nesta análise parcial os aspectos econômicos do funcionamento da mídia no período estudado na República Tcheca. Como parte da transformação da economia tcheca, houve uma mudança na propriedade da mídia também. A transição da mídia para mãos privadas relacionada às mudanças por volta de 1989 foi gradual e trouxe consigo a criação de uma nova estrutura de propriedade independente do Estado. O principal objetivo da privatização dos meios eletrônicos (rádio e TV) e impressos foi criar um espaço para os proprietários privados e para desenvolvimento desse campo como atividade empresarial.

---

215 Tradução feita pela autora desta tese.

Esse processo teve que ser acompanhado pela definição de quadro legislativo como descrito acima. Devido ao funcionamento do mercado e ao desenvolvimento da sociedade como um todo, os meios de comunicação dentro da esfera privada passaram a desempenhar um papel cada vez mais importante, mas ao mesmo tempo menos transparente. Em paralelo, foi transformado de um lado pelo enquadramento económico para o funcionamento da mídia (legislação no que diz respeito à emergência do mercado publicitário), de outro, pelos conteúdos mediáticos e as relações de propriedade no setor da mídia junto a demanda (BEDNAŘÍK; JIRÁK; KÖPPLOVÁ, p. 367–368).

Se falarmos da imprensa periódica, em um primeiro momento a desnacionalização se deu por um desligamento de fato da influência das editoras atuais do Partido Comunista ou outros aparatos e organizações estatais. Embora os proprietários tenham permanecido os mesmos por vários meses após a revolução, a mídia muitas vezes começou a ser controlada por seus funcionários. Foi essa tendência que levou à subsequente privatização espontânea, quando as sociedades anônimas e outras empresas privadas começaram a se formar a partir de níveis inferiores. Seus funcionários comuns tornaram-se seus proprietários e acionistas. Isso foi possível devido ao fato de ainda não haver legislação relevante sobre o tópico naquela época (KONČELÍK; VEČEŘA; ORSÁG, 2010, p. 256–258).

Na mídia imprensa podemos observar três tendências básicas: a conversão de títulos antigos; a renovação de títulos proibidos durante o socialismo; e a criação de novos títulos. A conversão de títulos antigos foi relativamente bem-sucedida, pois deu origem a periódicos que funcionam no sistema da mídia tcheca até hoje – *Mladá fronta*, *Rudé právo*, *Hospodářské noviny* (BEDNAŘÍK; JIRÁK; KÖPPLOVÁ, 2011, p. 370). Outra tendência foi a renovação de títulos anteriormente cancelados ou proibidos (*Lidové noviny*, *Právo lidu*, *Reportér* etc.) e a criação de novos periódicos (*Polední expres*, *Telegraf* etc). Devido ao fato de que as condições de mercado foram no ambiente tcheco em grande parte desconhecidas, a maioria desses títulos não sobreviveu o período inicial e logo desapareceram. Seja devido a inexperiência dos novos proprietários, seja devido a falta do capital financeiro (KONČELÍK; VEČEŘA; ORSÁG, 2010, p. 259).

Como Jakubowicz (2007, p. 215–218) menciona, no caso dos países pós-comunistas, não faz muito sentido falar de um sistema de mídia “nacional”, dada a internacionalização e integração em curso nos mercados globais de mídia. Isso se refletiu muito rapidamente nos países pós-comunistas após a mudança de regime. Com a integração europeia em curso no setor

da mídia, os Estados começaram a se abrir rapidamente ao influxo de capital de outros Estados europeus. Nesse sentido, a República Tcheca foi vista (juntamente com a Eslováquia, a Hungria e a Polônia) como uma oportunidade promissora para investimentos de grande escala. Isso também aconteceu devido ao fato de ser o país com o maior fluxo de investimento estrangeiro direto na região.

Temos visto a crescente penetração de proprietários estrangeiros na mídia impressa tcheca de forma mais visível desde 1993. Isso foi desde o início feito por meio de participações minoritárias, que aumentaram gradualmente. Os maiores atores nessa direção foram as editoras alemãs e suíças (VOJTĚCHOVSKÁ, 2009, p. 55). Foi o que aconteceu, por exemplo, com o diário *Mladá fronta*, que foi em 1990 transferido para o *MaF a.s.* e posteriormente renomeado em *Mladá fronta Dnes*. Após a criação do *MaFra a.s.*, uma participação de 48% foi vendida para o editor francês Robert Hersant – o valor da empresa na época era de cerca de US \$ 20 milhões (ČELOVSKÝ, 2002, p. 32). Juntamente com o *Lidové noviny*, o diário foi posteriormente comprado pela empresa alemã *Rheinisch–Bergische Druckerei-und Verlagsgesellschaft* (RBVG). Outro exemplo da entrada de proprietários alemães pode ser, por exemplo, a *Verlagsgruppe Passau* (*Passauer Neue Press*), que entrou no ambiente tcheco por meio da editora grande da época *Vltava-Labe-Press*. Os diários regionais de *Rudé Právo* (imprensa antiga do Partido Comunista) também passaram para *Passauer Neue Presse* (PNP). O Grupo PNP junto com o RBVG acima mencionado dividiram gradualmente o mercado de mídia impressa tcheco.

A maioria dos proprietários alemães foram editores regionais de médio porte na Alemanha que publicavam na grande imprensa da República tcheca, mas que com a qual, entretanto, não tinham experiência no seu país. Assim, a publicação de jornais tchecos foi realizada seguindo o exemplo da imprensa alemã destinada aos leitores regionais:

“A vantagem desses novos mercados era que foram mercados imaturos, cujos habitantes viviam na esperança e na ilusão de sua própria importância e consideravam cada manifestação da cultura da mídia "ocidental" uma característica necessária e desejável da democracia” (BEDNAŘÍK; JIRÁK; KÖPPLOVÁ; 2011, p. 376).

Consideramos esse argumento muito importante, uma vez que conecta os níveis econômico e ideológico do nosso trabalho.

Outro grupo alemão, o *Verlagsgruppe Handelsblatt*, tornou-se o acionista majoritário da *Economia a.s.*, uma das maiores editoras na República Tcheca. Entre os proprietários alemães de revistas, podemos citar, por exemplo, *Bauer Media* (*Týdenník televize, TV Revue*,



*Rytmus života*) ou *Burda* – a editora de revistas de estilo de vida para um grupo-alvo feminino. Revistas como *Květy*, *Vlasta*, *Překvapení* ou *Story* foram publicados pela *Sanoma Magazines*, com um proprietário finlandês, que tinha uma participação do capital dos EUA e Holanda (BEDNAŘÍK; JIRÁK; KÖPPLOVÁ, 2011, p. 374–377). Outro proprietário alemão, a empresa *Springer Verlag*, comprou a revista *Týden* em 1996.

Apesar do conservadorismo do público tcheco, os tabloides começaram a ganhar popularidade. O *Blesk*, fundado em 1992 de acordo com o conceito Suiço *Blick*, foi pioneiro nessa direção. Foi *Blesk* que prenunciou o desenvolvimento a seguir. Isso foi a comercialização da mídia tanto em termos de conteúdo quanto de marketing (KONČELÍK; VEČEŘA; ORSÁG, 2010, p. 259 – 260). Até 2014, o dono do *Blesk*, que é um dos diários mais lidos no país até hoje, era a editora suíça *Ringier*, que também publicava periódicos amplamente lidos como *Reflex*, *ABC*, *Sport e Aha!*. Em 1993, entre outras coisas, *Ringier* comprou o *Lidové noviny*. Em 1996, *Springer Verlag* tornou-se seu coproprietário. Em 2002, a *Springer* vendeu o *Lidové noviny* para a *Ringier*, que foi logo comprado pela RBVG (ČELOVSKÝ, 2002, p. 51–52).

A concentração da mídia tcheca nas mãos de proprietários estrangeiros é discutida de forma crítica por B. Čelovský, entre outros. Ele mostra as relações de propriedade na imprensa diária da República Tcheca em 2001. Jornais de editoras estrangeiras detinham uma participação de 85,23% do mercado tcheco (com uma tiragem média total de 1.397.000) e jornais da República Tcheca os editores tiveram apenas 14,77% – com um custo médio total de 242.000 (ČELOVSKÝ, 2002, p. 99). Isso é uma prova alarmante da concentração da mídia tcheca em mãos estrangeiras.

O viés do capital fica evidenciado, por exemplo, pela existência de legislação social mais ou menos extensa em muitos Estados, que equilibra essa unilateralidade do capital. Menos ainda, pode-se supor que o capital não interfere nas políticas internas dos Estados estrangeiros. A concentração de propriedade é há muito tempo considerada o principal inimigo da liberdade de imprensa (ibid., 2002, p. 17).

Durante o período até 2002, Čelovský constatou como principal problema relacionado à concentração de empresas o fato de a mídia impressa estar concentrada nas mãos de duas grandes empresas – mencionando PNP com o monopólio da imprensa regional na Boêmia, Morávia e Silésia; e o oligopólio RBVG na imprensa nacional (ČELOVSKÝ, 2002). O autor ainda menciona em seu livro que há, nessa tendência, a limitação da soberania tcheca. Segundo ele, “o monopólio estatal foi substituído pelo monopólio de investidores estrangeiros” (ibid., 2002 p. 46). Nesse sentido, concordamos plenamente com o autor.

No caso do rádio e da televisão tchecos, a mudança ocorreu de uma forma distinta. De acordo com a citada Lei 468/1991 Coll., os meios de comunicação foram divididos dentro do sistema dual em meios de comunicação de serviço público e meios de comunicação privados. Os meios de comunicação de serviço público deveriam operar de acordo com os modelos britânico e alemão (KONČELÍK; VEČEŘA; ORSÁG, 2010, p. 260). É importante notar que houve forte pressão de alguns políticos de direita (especialmente os neoliberais), que denegriram a natureza pública da mídia e apoiaram o surgimento mais amplo possível da mídia privada (BEDNAŘÍK; JIRÁK; KÖPPLOVÁ, 2011, p. 378).

Um elemento importante dos meios de comunicação de serviço público é que eles podem ser diretamente influenciados pelo Estado e seus órgãos de controle. Ao mesmo tempo, eles são considerados um dos princípios básicos de sociedades que funcionam democraticamente. Para analisar a influência externa no caso dos meios de comunicação de serviço público, teríamos que proceder a uma análise muito aprofundada e, dado o escopo do nosso trabalho, nos concentraremos nos meios de comunicação privados.

Na mídia eletrônica, a primeira onda da transição foi o estabelecimento de rádios privadas.<sup>216</sup> As licenças para transmissão de rádios privadas começaram a ser lançadas em 1991. As primeiras foram a *Radio 1*, *Evropa 2*, *Vox*, *Bonton* ou *Rubi*. A primeira rádio privada de âmbito nacional foi em 1992 a *Rádio Alfa*. Ela começou a transmitir em 1993 e junto com ela começou outra estação nacional *Frekvence 1*. *Evropa 2* mais tarde tornou-se também nacional. Outras estações nacionais continuaram a expandir rapidamente (BEDNAŘÍK; JIRÁK; KÖPPLOVÁ, 2011, p. 378–379). O proprietário da *Evropa 2* e *Frekvence 1* era até 2018 a empresa francesa *Lagardère*, que se dedica não apenas à indústria de mídia, mas também a outras (como turismo, indústria de armas etc.). Vale mencionar que essas duas estações estão transmitindo até hoje, sob propriedade tcheca. Isso é uma tendência importante que vem ocorrendo desde 2015 – a volta da concentração do capital nas mãos tchecas, que ainda vem crescendo.

Em 1992 foi concedida a primeira licença ao canal de televisão privado *Premiéra*. Ele foi controlado pela *FTV Premiéra a.s.*, com participação do capital italiano. Esse canal começou a transmitir em 1993 e, posteriormente, tornou-se uma estação de televisão de âmbito nacional e desde 1997 tem transmitido como *TV Prima. Premiéra*, no entanto, tinha uma transmissão limitada. O momento crucial foi a concessão da licença para transmitir da *TV Nova* para

---

<sup>216</sup> Mesmo que algumas transmitam ilegalmente, já que legislação própria foi elaborada.

a companhia *CET 21* em 1993. A *TV Nova* começou a transmitir como a primeira televisão privada de formato pleno e de âmbito nacional na Europa pós-comunista, em 1994 (KONČELÍK; VEČEŘA; ORSÁG, 2010, p. 261). Dentro de um ano, ele tornou-se o projeto de mídia de maior sucesso (BEDNAŘÍK; JIRÁK; KÖPPLOVÁ, 2011, p. 378). Nesta continua até hoje. A *CET 21* era dependente da companhia *CEDC (CME)*, que tinha como acionista majoritário o americano Ronald Lauder. Ao mesmo tempo, era acionista da companhia *ČNTS*, que era uma empresa de serviços da *CET 21*. Como parte das complicações que não são o foco do nosso trabalho, a *CME* teve que pagar CZK 10 bilhões em arbitragem. A empresa *PPF* tornou-se mais tarde proprietária da *Nova* e posteriormente a vendeu de volta à *CME* (ibid., 2011). A *TV Nova* como maior canal de televisão continuou a reter principalmente acionistas norte-americanos.

A criação de um setor de mídia privado foi considerada muito importante na República Tcheca não apenas devido ao necessário aprofundamento das estruturas neoliberais, mas apenas pela simples razão de que “o proprietário privado era visto como uma defesa eficaz contra o controle estatal da esfera pública” (BEDNAŘÍK; JIRÁK; KÖPPLOVÁ, 2011, p. 369).<sup>217</sup> Esse é um argumento lógico no contexto do período anterior. Nesse ponto, gostaríamos de enfatizar o aspecto de que a propriedade privada dos meios de comunicação pode ter um efeito potencialmente oposto, ou seja, pode ter diferentes formas de influência não apenas vindo dos aparelhos estatais, mas principalmente dos atores externos da esfera privada. Isso foi na época esquecido.

Nesse sentido, como vimos, o ambiente da mídia tcheca foi caracterizado na primeira década deste século pela “predominância de proprietários multinacionais ou estrangeiros, divisão de esferas de influência e concentração em segmentos individuais de mercado” (JIRÁK; KÖPPLOVÁ, 2009, p. 152).<sup>218</sup> Embora consideremos a propriedade da mídia uma das formas importantes de influenciar a mídia no país, também concordamos com a suposição de que as próprias instituições de mídia, na ordem capitalista de hoje, buscam principalmente o lucro (BURTON; JIRÁK, 2001, p. 94–96). Diante disso, consideramos a sua propriedade direta por entidades estrangeiras um dos elementos básicos que sustentam os argumentos iniciais do nosso trabalho. Durante o período em análise, isso foi feito principalmente por meio de proprietários alemães, suíços e outros europeus que detinham capital majoritário em empresas privadas de

---

217 Traduzido pela autora desta tese.

218 Traduzido pela autora desta tese.

mídia recém–estabelecidas. Havia, também, uma participação estadunidense, principalmente na televisão.

De acordo com Šplíchal (2001, p. 47), apenas o diário *Právo*, o semanário *Respekt* e a Televisão Tcheca e a Rádio Tcheca estavam em 2001 entre as mídias de real propriedade tcheca (ŠPLÍCHAL, 2001, p. 47). Desse modo, a mídia tornou-se cada vez mais internacional em seu alcance e controle, o que aumentou a vulnerabilidade de todo o sistema. As causas e a natureza detalhada dessa relação são objeto de muita discussão e, para provar isso, seria necessário um estudo muito abrangente. É importante ressaltar, que no período em análise observamos um influxo minoritário de proprietários americanos, o que difere de nossas suposições dada a análise geopolítica anterior. Uma das razões, para esse caso, pode estar relacionada ao modelo europeu de legislação acima mencionado.

Se pensarmos mais além, pode-se supor que, se alguém estiver interessado em influenciar um determinado meio de comunicação (e, portanto, a sociedade), poderá fazê-lo por meio de várias formas de financiamento. A esse respeito, temos o exemplo da rádio e da televisão privada. Ambas financiados principalmente pela venda de tempo aos anunciantes – isto é, de publicidade e outras comunicações comerciais. No entanto, as práticas comerciais indiretas, que decorrem através do financiamento de conteúdos específicos, também são uma fonte frequente de financiamento. Também pode haver receita da criação de conteúdos. A mídia impressa tem sua receita tanto com a carga vendida quanto com o espaço publicitário vendido (BURTON; JIRÁK, 2001, p. 97–99).

Nesse contexto, o financiamento dos meios de comunicação de serviço público é diferente:

Os recursos financeiros da Televisão Tcheca são principalmente: a) taxas de televisão cobradas nos termos de um regulamento legal especial, b) receitas provenientes da própria atividade empresarial” (REPÚBLICA TCHECA, 1991(d)) (...). (1) Os recursos financeiros da Rádio Tcheca são, em particular: a) taxas de rádio cobradas de acordo com um regulamento legal especial, b) receitas provenientes da própria atividade empresarial. (2) Os custos associados à transmissão da Rádio Tcheca, de acordo com a Seção 3, Parágrafo 2, serão pagos pela República Tcheca a partir do orçamento do Estado (REPÚBLICA TCHECA, 1991(e)).<sup>219</sup>

Também mencionamos aqui o fenômeno da digitalização da mídia e o advento da Internet. Esses elementos, que tiveram e continuam a desenvolver-se de forma exponencial,

---

219 Tradução feita pela autora desta tese.

tornaram a questão da propriedade e do financiamento da mídia consideravelmente opaca. Conforme escreveram em 2003 Jiráček e Kopplová:

As economias de cada Estado estão enfraquecendo gradual, mas inevitavelmente. A importância e as possibilidades da cooperação internacional em todas as áreas da vida humana estão crescendo e o poder econômico das corporações multinacionais – e, portanto, a importância dos mercados globais – está crescendo a uma taxa sem precedentes (às custas das economias e mercados nacionais) (JIRÁČEK, KÖPPLOVÁ, 2003, p. 191).<sup>220</sup>

Além disso, a digitalização mudou significativamente as condições de trabalho nas organizações de mídia. Alguns ofícios típicos desapareceram e outros foram criados, mas ao mesmo tempo abriu-se muito espaço para alterar o próprio conteúdo da mídia. Segundo Večeřa, Končelík e Orság (2010, p. 262), a mídia tcheca vem se aproximando cada vez mais dos padrões ocidentais. Isso do ponto de vista do conteúdo através do "entretenimento" e do ponto de vista visual através da "coloração". Sem falar na Internet, que aos poucos foi conquistando todos os meios de comunicação. Neste sentido vale ainda citar que:

Em termos de mídia e produção de mídia, toda a última década do século 20 foi marcada pela convergência tecnológica das tecnologias de comunicação baseadas no uso da digitalização de dados, mercantilização da mídia (ou seja, a produção da mídia e a própria mídia se tornaram principalmente uma mercadoria) e comercialização de conteúdo de mídia (ou seja, maximização do lucro). Medidas em termos de receita, cerca de cinquenta empresas dominaram a produção mundial de cinema e televisão, canais a cabo e satélite, jornais, revistas, livros e editoras musicais e editoras durante a década de 1990. As nove maiores operaram em todos os tipos de mídia (Time Warner, Disney, Bertelsman, Viacom, News Corporation, Sony, TCI, NBC e Universal). Muitas dessas empresas tornaram-se parte de conglomerados industriais maiores (por exemplo, a NBC, na verdade, é possuída pela General Electric). A rápida globalização e comercialização dos meios de comunicação tem levado, desde a década de 1990, a esforços para introduzir medidas que assegurem, ao menos de forma básica, o papel dos meios de comunicação na formação da cultura nacional e reduzam os riscos do uso dos meios de comunicação. (...) As missões militares estrangeiras envolvendo os militares dos Estados Unidos levaram a uma mudança na estratégia de comportamento da mídia desde o início dos anos 1990. O comando americano passou – sob a influência da chamada síndrome do Vietnã (...) e ciente do sucesso da política de mídia do governo britânico durante a Guerra das Malvinas Britânico–Argentina em 1982 – em métodos de marketing modernos para trabalhar com a mídia (entrega ativa de informações, serviço para jornalistas etc.). Isso fortaleceu a influência das práticas de marketing na política (BEDNAŘÍK, JIRÁČEK, KÖPPLOVÁ, 2011, p. 358 – 359).<sup>221</sup>

No contexto desse desenvolvimento, também enfatizamos a crescente falta de transparência na propriedade da mídia em si, porque:

onde as corporações, incluindo aquelas da indústria de comunicações, antes eram baseadas em um país e se espalhavam pelo mundo como uma força externa, hoje elas estão cada vez mais integradas na própria estrutura das empresas a ponto de ser muito difícil determinar sua origem nacional. Em seu papel de proprietários, parceiros

---

220 Tradução feita pela autora desta tese.

221 Tradução feita pela autora desta tese.

e parcerias estratégicas com empresas hospedeiras, eles têm sido a força motriz por trás da mudança político-econômica de especular sobre o poder das multinacionais para abordar o surgimento de uma economia multinacional global (MOSCO, 2009, p. 107).<sup>222</sup>

Em conclusão, é importante lembrar que a estabilidade do sistema de mídia tcheco após 1990 baseava-se no fato de que o sucesso da mídia não derivava de seu reconhecimento social, mas da lucratividade da produção e da capacidade de gerar lucro. Proprietários estrangeiros foram a principal fonte de investimento na mídia tcheca e os atores mais importantes foram recrutados em âmbito alemão. A mídia de serviço público continuou dependente do Estado e assim era muitas vezes percebida. Dados os eventos e desenvolvimentos recentemente, a questão que se coloca é até que ponto as premissas acima estão válidas até hoje. Na mídia tcheca, observamos recentemente uma tendência de transferência de sua propriedade de volta para entidades nacionais, junto com a concentração nas mãos de pequeno grupo dos atores.

### **3.2.3. Comparação do reflexo da adesão da República Tcheca à OTAN na imprensa tcheca e americana**

Passando para a questão do consenso na mídia no que diz respeito à OTAN e à UE, esta análise parcial tem como objetivo comparar a imagem midiática da adesão da República Tcheca à OTAN em 1999 em uma seleção da imprensa tcheca e americana. A questão principal aqui é como a adesão à OTAN refletiu-se na mídia considerando o contexto geopolítico. Para essa comparação síncrona do quadro da adesão da República Tcheca à OTAN na imprensa, identificamos artigos selecionados da imprensa Tcheca: *Ekonom, Právo, Mladá fronta DNES, Slovo, Haló noviny, Lidové noviny* e americana: *The New York Times, Los Angeles Times, Democrat and Chronicle, Daily News, Sunday Post Star, Akron Beacon Journal* disponível de Abril de 1998 a Maio de 1999.<sup>223</sup> A imprensa foi escolhida por ser o meio de comunicação mais tradicional no país e, também, devido a acessibilidade às demais notícias, já que foram analisados, também, meios de comunicação estadunidenses.

Dadas as conclusões deste trabalho até agora, escolhemos dentro desse método de enquadramento três critérios: 1) questões principais relacionadas à adesão, 2) reflexo sobre o argumento de garantia da estabilidade e segurança da região pela OTAN e; 3) reflexo sobre

---

<sup>222</sup> Tradução feita pela autora desta tese.

<sup>223</sup> Dos periódicos cadastrados como jornais diários, que são todos exceto o semanário *Ekonom* e a edição dominical do *Post Star*, foram sorteados 50 exemplares (por meio de software de randomização) do período de 14 meses analisados. 10 edições de cada foram selecionadas aleatoriamente do *Ekonom* e do *Sunday Post-Star*.

o conceito de área euro-atlântica. Dado o contexto histórico, pode-se esperar que a adesão à OTAN tenha sido comunicada no discurso predominante positivamente e através do argumento de estabilidade e segurança da região. Ao mesmo tempo, partimos do princípio de que, em âmbito tcheco, a entrada estava estreitamente associada ao conceito de área “euro-atlântica”, o que poderia ser diferente nos Estados Unidos.

Iniciaremos pela imprensa tcheca. Nos jornais tchecos, a adesão da República Tcheca à OTAN refletiu-se em três direções principais nos artigos analisados. A primeira foram as informações neutras sobre o evento e sobre a OTAN em geral. Isso era praticamente insignificante na amostra examinada e apareceu somente no dia da entrada ou pouco antes. Um dos mais neutros em sua posição em relação à OTAN foi o jornal *Právo* ou a revista *Ekonom*:

Na sua reunião de 11 de junho em Bruxelas, o Comité de Planejamento da Defesa da OTAN sublinhou a importância da função central da Aliança, que é a defesa coletiva dos países membros e o princípio transatlântico, um elo forte entre os membros europeus e norte-americanos da Aliança. (...) Com os preparativos em curso da República Tcheca para a adesão à OTAN, as seguintes tarefas parecem ser as mais urgentes. A primeira prioridade é melhorar o trabalho do Conselho de Segurança do Estado e completar a legislação necessária. Trata-se de melhorar o controle democrático sobre a política de segurança e as forças armadas. A República Tcheca também possui grandes reservas na área de planejamento de defesa nacional e na compilação de orçamentos militares (EICHLER, 1998, p. 27).<sup>224</sup>

Com a iminente entrada na organização e principalmente a partir dela, a polêmica começou a surgir na imprensa tcheca. Uma discussão entre apoiadores e oponentes da OTAN ficou muito evidente na imprensa tcheca, o que sugere que essa discrepância existia mesmo na sociedade.

“A OTAN está perdendo credibilidade?” Esta pergunta é feita não apenas por oponentes, mas também por aqueles que nunca duvidaram da adesão da República Tcheca à OTAN e buscaram ativamente sua admissão. Os problemas começaram com o fracasso da Aliança em se orientar com rapidez suficiente após o colapso do mundo bipolar. Ela também estava sob pressão da opinião pública, que exigia a desintegração dos blocos militares em geral e sua substituição por outro sistema de segurança. A continuidade da existência da aliança, segundo os atores da transformação, foi em última instância obra do aparato de Bruxelas e dos interesses dos americanos, que pragmaticamente concluíram que era uma pena liquidar a única instituição armada que também funcionava bem (RAŠEK, 1990, p. 06).<sup>225</sup>

Ocasionalmente, houve também críticas à abordagem de políticos e diplomatas tchecos quanto à questão da adesão à OTAN. Um exemplo concreto pode ser encontrado no artigo sobre a visita dos políticos a Bruxelas na reunião sobre a adesão: “Alguns dos nossos funcionários

---

224 Tradução feita pela autora desta tese.

225 Tradução feita pela autora desta tese.



provavelmente ficaram surpresos com o fato de já estarmos na OTAN. O grande problema, porém, é que há mais daqueles que conquistaram nosso lugar neste clube mundial de elite. Cabe aos demais não estragar as posições adquiridas” (ČERNÝ, 1999, p. 06).

A imprensa de esquerda e a esquerda política como um todo se opuseram muito a esse respeito. Uma forte tendência ficou evidente no *Haló noviny*, o que não é surpreendente dada a natureza ideológica do jornal:

Em uma entrevista com Bill Clinton, Václav Havel expressou a alegria da nação tcheca com a votação do Senado dos Estados Unidos. Ele estava errado (de acordo com as pesquisas de opinião pública, no máximo "meia-verdade"), a nação tcheca em sua maior parte não está feliz. Clinton não estava certo quando disse que se tratava da unificação da Europa. Pelo contrário, é o início de uma nova divisão da Europa, uma nova “espécie” da Guerra Fria. Este não é o caminho para uma paz duradoura (VĚRTELÁŘ, 1998, p. 1).<sup>226</sup>

Assim, parece que os reflexos na imprensa copiaram os sentimentos contraditórios sobre ingressar na OTAN, especialmente entre as elites da sociedade tcheca. Entre os diários que mais defenderam a adesão à OTAN, podemos citar, por exemplo, a *Mladá fronta DNES*. Apesar do apoio à adesão, ele também enfatiza o despreparo da região:

Para adesão à OTAN resta apenas mais uma viagem dos ministros das Relações Exteriores para o outro lado do oceano e uma bandeira em frente à sede da aliança em Bruxelas. Mas ainda há muito a ser feito em Praga, Varsóvia e Budapeste para tornar os novos membros da Europa Central aliados confiáveis da OTAN. Mesmo depois de entrarmos na aliança, haverá mais perguntas do que respostas, mais problemas negligenciados do que sucessos (PALATA, 1999, p. 12).<sup>227</sup>

A terceira, e mais comum, forma de comunicar sobre a OTAN na altura da adesão da República Tcheca era refletir sobre as atividades específicas da OTAN, especialmente em relação à Iugoslávia e ao Kosovo naquele tempo. Essas atividades foram discutidas em detalhes e foram muitas vezes criticadas. Esse também pode ser o motivo de numerosas preocupações sobre a adesão da República Tcheca a esta organização. A maioria dos artigos analisados na imprensa tcheca foram, portanto, neutros ou negativos neste contexto específico, o que, novamente, vai de mãos dadas com as reações específicas no âmbito político tcheco.

É muito interessante que o argumento da estabilidade dos Estados da Europa Central e Oriental e seu desenvolvimento quase não tenha aparecido na imprensa tcheca. Isso é surpreendente no contexto em que a adesão à OTAN foi, apesar das discrepâncias, vista

---

226 Tradução feita pela autora desta tese.

227 Tradução feita pela autora desta tese.

e apresentada pelos políticos como principal meio de assegurar a segurança do país. As menções positivas em relação à OTAN apareceram dentro das citações concretas de políticos individuais:

O alargamento da Aliança não é um acontecimento, mas sim um processo, a nossa missão, de fazer pela Europa de Leste o que já fizemos pelo Ocidente", disse Albright, sublinhando que as portas da OTAN estão abertas a outros países. O chefe da diplomacia tcheca (...) também sublinhou que a admissão dos primeiros três novos membros é "um reconhecimento das mudanças estratégicas na Europa Central e Oriental após a queda do Muro de Berlim" e uma demonstração da adaptação da OTAN aos desafios do pós-Guerra Fria. Segundo o ministro tcheco, o processo de integração europeia não teria sido possível sem a participação ativa dos EUA, e qualificou a OTAN como a ligação mais forte entre a Europa e a América do Norte, que a República Tcheca pretende manter para fazer face aos riscos e ameaças à segurança do século 21 (ROŠKOT, 1999, p. 01).<sup>228</sup>

Essas são descobertas particularmente interessantes. Diferentemente do que esperávamos, pelo menos neste caso da entrada da OTAN não se provou o reflexo majoritariamente consensual na imprensa tcheca. Opostamente, havia muita crítica e a imprensa refletiu quase perfeitamente a discussão que estava ocorrendo entre as elites e no âmbito político interno em geral. As relações positivas ocorreram na maioria por meio das citações concretas dos políticos. Esses fatos apontam mais para a rejeição da suposição sobre a influência externa por meio da mídia. No entanto, ao mesmo tempo chamamos atenção para o fato de que todas as condições de mercado e funcionamento da mídia na República Tcheca foram nesta época ainda muito imaturas.

O que apareceu muitas vezes na imprensa tcheca foi a percepção da adesão à OTAN como elemento associado à adesão à União Europeia (e, portanto, às estruturas euro-americanas):

E talvez eles aprenderão lições para o alargamento da UE, porque a adesão à OTAN é também um teste para aderir à União. Nós, europeus centrais, podemos alargar o nosso caminho para o europeísmo puro. Em vez de aderir à Europa, poderíamos ficar um pouco mais na sua periferia – não Membro da OTAN (PALATA, 1999, p. 12).<sup>229</sup>

Então essas instituições foram percebidas como intimamente interconectadas, o que vem de mãos dadas com que já elaboramos no capítulo anterior, ou seja, com a conexão da adesão à UE e com a adesão à OTAN como uma reação simplificadora à semelhança dessas instituições. Ao mesmo tempo dá para observar um tom mais crítico. Já que este mesmo diário, por exemplo, era geralmente mais pro-adesão à OTAN, este caso de novo confirma a rejeição da teoria de que a influência do dono externo deveria ser tão direta. Isso apontaria mais para

---

228 Tradução feita pela autora desta tese.

229 Tradução feita pela autora desta tese.

o fato de que os investimentos externos se faziam (pelo menos na época) na maioria para os fins lucrativos.

Na imprensa americana, a adesão da República Tcheca à OTAN apareceu no contexto da adesão de todos os países da região –junto a Polónia e a Hungria.<sup>230</sup> Ao contrário da imprensa tcheca, a grande maioria dos artigos na imprensa americana foi publicada no dia da entrada. Estes fatos básicos apontam em nossa opinião para duas coisas. Primeiramente, que para Estados Unidos, a cooperação dos países da ECO realmente fortaleceu sua imagem para fora, já que sempre foram apresentados nos artigos analisados juntos. Em segundo lugar, que a imprensa americana não prestava muita atenção na entrada dos países da ECO na OTAN e seria uma questão mais ampla.

Nas contribuições analisadas, observamos duas direções principais de reflexo sobre esse evento. O primeiro (e principalmente o mais comum) tratou do contexto sociopolítico deste evento. Iremos nos concentrar nessa questão abaixo. A segunda (menos comum) foi a especulação de um aspecto puramente militar, especificamente duas tendências. Uma delas lembrou a forte tradição industrial tcheca, especialmente nas indústrias de aviação e armamentos. Fora mencionada a *Aero Vodochody*, que supostamente poderia ajudar a aviação americana se fizesse esforços para melhorar (COHEN, 1999, p. 1F). Ao mesmo tempo, porém, a imprensa denunciava “incompetência e deslealdade dos soldados tchecos” (CHEN; VAN BUSKIRK, 1999, p. B13), bem como seu atraso militar.

Talvez o elemento mais forte nas análises dos jornais americanos fosse a questão da estabilidade que a OTAN deveria trazer para a região do Leste Europeu.<sup>231</sup> Todas as contribuições analisadas declararam que o alargamento da OTAN trará estabilidade à região da Europa Central e Oriental e estimulará os países à mudança interna:

O alargamento aumentará a zona de estabilidade e ajudará a eliminar as zonas cinzentas da Europa Central e Oriental. Essa perspectiva já estimulou reformas internas na Hungria, Polónia e República Tcheca (HESS, 1998, p. 3B).<sup>232</sup>

Não é inesperado que a questão da estabilidade não tenha aparecido na imprensa tcheca, já que os países da ECO, claro, não sentiram a ameaça da instabilidade. Este medo veio mais de fora, como vimos nos capítulos anteriores. Ao mesmo tempo, vimos que o motivo da OTAN

230 Relatos parciais sobre a República Tcheca sozinha surgiram em relação à outras áreas (como o turismo), com as ações políticas de nossos principais políticos ou dentro de questões militares espe.

231 Apesar da adoção do termo Europa Central após o fim da Guerra Fria, a mídia americana utiliza exclusivamente o termo "Europa Oriental".

232 Tradução feita pela autora desta tese.

de se alargar para a região da Europa Oriental não foi puramente este, mas vem de sua essência primária de buscar relações com os países de duas regiões que constituem zonas de contato entre Aliança do Atlântico Norte e o ambiente externo. Assim, vemos aqui um claro exemplo da ideologização do problema. Ao mesmo tempo, a entrada desses Estados é apresentada como a boa vontade dos Estados Unidos. A maioria das contribuições menciona direta ou indiretamente o atraso social dos países da Europa Central e Oriental:

Todos os três países fizeram tudo o que era exigido deles (...), mas os novos membros precisarão de anos para melhorar suas armas, fortalecer seu inglês e melhorar outros aspectos de sua organização antes que possam atingir seu pleno potencial dentro da aliança (HOLLEY, 1999, p. 12A).<sup>233</sup>

Um elemento interessante apareceu nos jornais – os autores dos artigos muitas vezes descreveram os povos da Europa Central e Oriental como antigos inimigos e aliados da União Soviética que buscam fazer amizade com os Estados Unidos. Isso pode indicar como a República Tcheca foi vista pela opinião pública nos Estados Unidos:

A OTAN está adicionando antigos inimigos e espera apoiar a estabilidade da região do Leste Europeu. A Rússia diz que é um erro. (...) 10 anos após a queda do Muro de Berlim, o inimigo torna-se aliado, a inimizade torna-se amizade e a desconfiança torna-se parceira (ULBRICH, 1999, p. A2).<sup>234</sup>

A República Tcheca é, portanto, em algumas contribuições descrita como um ex-aliado da União Soviética ou “a primeira linha de sua defesa” (CHEN, VAN BUSKIRK, 1999, p. B13).<sup>235</sup> A “ocidentalização da Europa do Leste” foi frequentemente mencionada na imprensa americana. Segundo os autores, este seria um sinal de que o livre mercado e a democracia avançavam mais para leste e que a Europa estava cada vez mais unida (ULBRICH, 1999, p. A2).<sup>236</sup> Isso representa, novamente, uma amostra exemplar da ideologização como vista acima. Ressaltou-se que, apesar de os países da região proclamarem que não estavam sob ameaça excessiva da Rússia, eles queriam ser protegidos pelo Ocidente, já que alguns deles solicitaram a adesão à União Europeia (HESS, 1998, p. 3B).<sup>237</sup>

Mesmo como na imprensa tcheca, as contribuições enfatizaram novamente a interconexão das estruturas europeias e americanas (especialmente a OTAN e a UE para

---

233 Tradução feita pela autora desta tese.

234 Tradução feita pela autora desta tese.

235 Tradução feita pela autora desta tese.

236 Tradução feita pela autora desta tese.

237 Tradução feita pela autora desta tese.

a Europa), então vemos a mesma tendência da simplificação da assimilação das duas instituições. Foi positivamente percebido que:

(a República Tcheca) estará alinhada com as democracias do eixo euro-americano e estará firmemente enraizada onde deve estar; na Europa Ocidental (...) ao aceitar a República Tcheca como membro da OTAN, reconheceu que a República Tcheca compartilharia e defenderia os valores “euro-americanos” (CHEN, VAN BUSKIRK, 1999, p. B13).<sup>238</sup>

Também há críticas nos jornais sobre a adesão de países da Europa Central e Oriental à OTAN. Nestes casos, a entrada de Estados da Europa de Leste (Central) foi vista como uma ameaça potencial à segurança dos Estados Unidos – dada a posição da Rússia: “A OTAN é uma aliança militar e qualquer extensão das garantias de segurança dos Estados Unidos é um assunto sério, não um simbolismo político livre” (HESS, 1998, p. 3B).<sup>239</sup> Isso foi apoiado por um escândalo de espionagem, que também foi noticiado na imprensa (GREEN, 1999, p. 3). Ao mesmo tempo, especulava-se que o alargamento da OTAN ocorria em segredo, sem um debate público adequado: “O debate sobre a expansão da aliança passa despercebido ao público” (HESS, 1998, p. 3B).<sup>240</sup> Isso é percebido de forma bastante negativa e, mais uma vez, nos leva à mesma conclusão da seção anterior. Notadamente, a adesão da República Tcheca (junto com Polónia e Hungria) à OTAN foi mais uma questão das elites e das suas ações do que da vontade do público em geral. Isso é confirmado por pesquisas da opinião pública apresentadas na parte da política externa. Ao mesmo tempo, achamos um paradoxo de que a imprensa americana escreve sobre ameaça de segurança no contexto de alargamento de sua instituição afim se pressupostamente criar mais segurança no mundo.

Concluindo, dado o contexto do fim da Guerra Fria e o pedido de aderir à OTAN para garantir a segurança, esperávamos discursos geralmente positivos na imprensa tcheca. No entanto, isso foi o contrário. Nas contribuições analisadas, vemos atitudes neutras e controversas quanto à entrada. Opiniões positivas foram citadas apenas por meio de citações diretas dos políticos tchecos e americanos. Assim, o pressuposto de que o objetivo principal da adesão à OTAN – estabilidade e segurança – será visivelmente refletido na mídia não foi confirmado para o ambiente tcheco. Na imprensa norte-americana foi, opostamente, um dos temas mais debatidos. A adesão da República Tcheca à OTAN foi pela imprensa americana vista mais como uma concessão dos Estados Unidos à República Tcheca (que era

---

238 Tradução feita pela autora desta tese.

239 Tradução feita pela autora desta tese.

240 Tradução feita pela autora desta tese.

frequentemente referida como um ex-inimigo dos Estados Unidos e um aliado da União Soviética).

É também interessante observar que, no caso das contribuições tchecas e americanas, a OTAN estava, em ambos os casos, estreitamente associada à União Europeia (como os dois principais elementos da área euro-americana). A adesão dos países da região da Europa Central e Oriental à OTAN foi considerada o primeiro passo para a adesão à União Europeia e, assim, a verdadeira aceitação dos valores ocidentais na região. No entanto, as contribuições de ambos os países mostraram que essas idéias proclamadas não estão necessariamente em consonância com a opinião pública. A análise revelou indícios de que a adesão à OTAN era uma exigência das elites e a sua percepção por parte do grande público não era puramente positiva ou desejável.

#### **3.2.4. Referendo sobre a entrada da República Tcheca na UE na mídia impressa tcheca**

A seguinte (e última) análise parcial deste capítulo trata da imagem na imprensa tcheca da entrada da República Tcheca à União Europeia. Conforme descrito de forma abrangente por Lebeda (2004), o problema de um referendo geral tem sido frequentemente discutido na República Tcheca desde 1993. No total, foram submetidos ao parlamento 15 projetos de lei diferentes sobre o referendo, uns gerais outros muito específicos, entretanto não houve adoção de nenhum deles (ŠIMÍČEK, 2003, p. 141). Os partidos políticos não estavam conseguindo encontrar uma visão comum sobre o tema. Demonstrando, dessa forma, uma abordagem reservada por parte da elite política tcheca em relação ao uso das ferramentas de democracia direta.

Em contraste com as diferentes posições sobre o referendo geral, houve um acordo praticamente comum entre os partidos tchecos sobre a necessidade de realizar um referendo sobre a adesão da República Tcheca à União Europeia. Assim, em 2002, o parlamento adotou as condições para a realização do primeiro voto popular. Ato Constitucional n.º 515/2002 Coll. tornando-se assim a primeira lei segundo aprovada a partir de um referendo realizado no país. A lei condicionava a entrada na UE ao resultado positivo do referendo, ou seja, à aprovação da maioria simples dos eleitores participantes.<sup>241</sup>

Ao contrário de outros países (Lituânia, Eslováquia etc.) o resultado positivo do referendo na República Tcheca não dependeu da adesão dos eleitores, já que não foi

---

241 O mesmo aconteceu na maioria dos países que aderiram na UE na época. As exceções foram Chipre, onde não houve referendo, e Malta e Estônia, onde o voto popular teve apenas um caráter consultivo.

estabelecido pela lei nenhum limite mínimo de participação do eleitorado, abaixo do qual o resultado não seria válido. Além disso, o referendo foi determinado como obrigatório. Isso significa que um referendo teve que ser convocado para a decisão sobre a entrada da República Tcheca na UE. Dessa forma, nenhuma outra forma de aprovação sobre entrada seria possível. Vojtěch Šimíček (2003, p. 141–142) caracterizou esse referendo como parlamentar e de ratificação. Ou seja, com o voto popular tendo função apenas de aprovação de um “contrato” negociado pelo governo, mas que não seria decidido pelo parlamento. Ainda assim, o referendo foi de fato declarado pelo parlamento.

Como vimos, então, o ano de 2003 foi marcado por referendos sobre a adesão à União Europeia para muitos países da Europa Central e Oriental. Foram realizados referendos em Malta, Eslovênia, Hungria, Lituânia, Eslováquia, Polônia, República Tcheca, Estônia e Letônia, sucessivamente. Algumas tendências também puderam ser observadas a respeito destes nove votos públicos. A primeira foi, sem dúvida, a participação eleitoral relativamente baixa experimentada pela maioria dos países listados. Apenas Malta (91%) e Letônia (72,53%) ultrapassaram 70% dos participantes. Em contrapartida, apenas 45,62% dos cidadãos votaram na Hungria. No entanto, neste país o referendo foi vinculativo para o parlamento, o que não pode ser considerado como um fator automático. Por exemplo, na Eslováquia, a participação eleitoral foi de 52,15%, e o limite de 50% exigido para a validade do referendo foi excedido em apenas 2,15%. Apenas um pouco mais de cidadãos estavam interessados no referendo na República Tcheca, onde foi registrada uma participação de 55,21% (ČESKÝ STATISTICKÝ ÚŘAD, 2022b).

A esse respeito, o autor tcheco Stanislav Balík chama atenção para uma certa hipocrisia por parte dos principais representantes políticos da República Tcheca:

Talvez com exceção do Presidente da República, todos os políticos e jornalistas interessados cantaram odes comemorativas aos eleitores tchecos, que, segundo eles, compareceram às assembleias de voto em número suficiente. Aqui é bom ver o que o mero ano do governo de Špidla e a campanha pré-referendo do governo causaram. Graças a esses dois fenômenos, aparentemente todos esperavam que o comparecimento dos eleitores fosse próximo ao do Senado ou dos resultados regionais e, até agora, ultrapassou a marca de cinquenta por cento. Todos de repente se esqueceram das reclamações do ano passado sobre eleitores irresponsáveis e imaturos que não estão interessados em seu próprio futuro. Ao mesmo tempo, 58% dos eleitores compareceram às eleições para a Câmara dos Deputados em junho de 2002 (para comparação, 1996: 76,4%, 1998: 74,0%). Quase três por cento menos eleitores compareceram ao referendo – 55,2%. Assim, enquanto os 58% dos eleitores do ano passado representavam total decepção e prova da devastação da cultura política democrática pelo tratado da oposição



(e seus principais protagonistas), os 55% deste ano são a prova da maturidade dos eleitores tchecos – os futuros europeus (BALÍK, 2003).<sup>242</sup>

Vale ainda dizer que este foi um fenômeno completamente diferente daquele que acompanhou os referendos anteriores sobre a adesão à UE na Europa. Quando Áustria, Finlândia, Suécia e Noruega realizaram referendos semelhantes em 1994, nove anos antes, em nenhum desses países menos de 70% dos eleitores elegíveis participaram da votação. Na Áustria, Suécia e Noruega, a participação até chegou a ultrapassar a marca de 80% (ČESKÝ STATISTICKÝ ÚŘAD, 2022b). Ao mesmo tempo chamamos atenção para o otimismo de parte dos políticos e jornalistas como descrito por Balík no parágrafo anterior.

A propósito, o euro-otimismo foi um fenômeno fundamental, comum a todos os referendos de 2003. O único país onde a votação terminou com um resultado realmente apertado (para entrada) foi Malta. Em 8 de março de 2003, 53,65% dos eleitores eram a favor da adesão à UE, enquanto 46,35% eram contra. Em nenhum outro país menos de 66,83% dos eleitores votaram pela adesão à UE (dados relacionados à Estônia). Na Eslováquia e Lituânia, 92,46% e 91,07% dos eleitores, respectivamente, eram a favor da adesão à União. Na República Tcheca, 77,33% dos eleitores votaram pela admissão na União Europeia (ČESKÝ STATISTICKÝ ÚŘAD, 2022b).

Pelo contrário, em comparação com os referendos de 1994, podemos observar a inclinação dos Estados votantes precisamente para o euro-otimismo. Dos quatro Estados mencionados acima, apenas a Áustria, onde 66% dos cidadãos eram a favor da adesão à UE, expressou uma opinião igualmente clara. Na Finlândia representava 57% da população e na Suécia apenas 53%. O povo da Noruega até rejeitou sua possível presença na União pela segunda vez, embora por pouco. Na Noruega, 48% dos votantes foram favoráveis à adesão. Ainda assim, este valor foi 2% superior ao de 1972, quando se realizou pela primeira vez na Noruega o referendo sobre a adesão à União Europeia (ibid., 2022b).

O referendo sobre a entrada da República Tcheca na UE foi precedido de uma campanha midiática que durou vários meses, cujo plano de implementação detalhado foi aprovado pelo governo, tendo como garantidor o Departamento de Estratégia de Comunicação do Ministério dos Negócios Estrangeiros (OKS MZV). Vale dizer que esta campanha não foi isenta de dúvidas e controvérsias. Isso foi causado, principalmente, por uma pesquisa de opinião pública chamada “Segmentos do principal grupo-alvo de acordo com as atitudes em relação à adesão

---

242 Traduzido pela autora desta tese.

à UE”, que a precedeu. De acordo com Balík (2013), seus resultados provam que não foi uma campanha informativa, mas, principalmente, de propaganda para o governo. A parcela de representação de grupos individuais da população na pesquisa em questão teve a seguinte forma:

- apoiantes ativos da UE já decididos – 42% (meia-idade, homens, orientação de direita, abastados, esperam entrar, mas admitem preocupações com o desenvolvimento econômico, aproximadamente 88% deles votarão),
- opositores da UE – 17%,
- hesitantes indecisos com interesse na UE – 16% (mais velhos de meia-idade, mais mulheres, profissões operárias, educação média, com medo de mudanças e desenvolvimento econômico, de esquerda, predominam os eleitores do ČSSD, se fossem a um referendo, 50% aceitariam aderir),
- apoiantes hesitantes da UE – 9% (principalmente mulheres, cidades menores, orientação de direita, probabilidade de participação 57%),
- indecisos incertos sem interesse na UE – 9%,
- participantes do referendo indecisos – 7% (principalmente mulheres, abastadas, estudantes universitárias, interessadas na UE, participação em eleições aprox. 75%). (BALÍK, 2013).

O mesmo autor chama atenção para o mau uso do dinheiro dos contribuintes, que ocorreu em decorrência da realização de pesquisas de opinião pública por agências privadas de pesquisa, quando as agências *STEM*, *TNS Factum*, *GfK* e *Gaius* receberam mais de 5,5 milhões de Coroas tchecas, enquanto a agência estatal Centro de Pesquisa de Opinião Pública (*Centrum pro Výzkum Veřejného Měnění*) não realizou uma única pesquisa de opinião pública. Segundo Balík, o diretor do *OKS MZV* defendeu esse fato dizendo que:

(...) os organizadores da estratégia de comunicação precisam de pesquisas semanais regulares, enquanto a *STEM* é a única agência que se dedica a pesquisas de opinião pública desde o início da implementação da estratégia de comunicação, ou seja, possui a chamada memória histórica dessas pesquisas (BALÍK, 2003).

No entanto, Balík aponta que o governo deveria ter explicado por que encomendou pesquisas semelhantes em um primeiro momento, quando deveria realizar uma campanha de informação objetiva (BALÍK, 2013). Diante disso, podemos afirmar que, na sociedade tcheca, houve uma discussão sobre a falta de meios para promover as opiniões dos opositores à entrada

da República Tcheca na UE. Por sua parte, candidaturas de projetos com os nomes Instituto Liberal (*Liberální institut*), Liga de Autodefesa Cidadã (*Liga občanské sebebrany*), Partido Nacional (*Národní strana*) e Cidadãos contra a EU (*Občané proti EU*) solicitaram apoio de fundos destinados a organizações sem fins lucrativos, mas nenhuma delas foi de fato apoiada. Considerando isso, Balík acrescenta que, em princípio, o referendo não poderia ter resultado diferente, uma vez que todos os partidos e movimentos políticos, com exceção do *KSČM*, aderiram e apoiaram ativamente a campanha que promovia (não informava) a adesão à União Europeia (BALÍK, 2013).

Em comparação com a OTAN, que já tinha uma campanha planejada, como vimos, foi uma campanha que visava promover os fins do governo. Isso foi confirmado pelas controvérsias ligadas ao financiamento das pesquisas da opinião pública. Lembramos que até a opinião pública fabricada pode criar um efeito de espalhamento, como visto por exemplo na teoria de espiral de silêncio.

Passando para a análise da mídia propriamente dita, ela foi realizada a partir do banco de dados *Newton Media Monitoring*. O termo de busca foi "referendo". Foram analisados artigos publicados nas quatro mídias mais lidas da imprensa tcheca de natureza séria (ou semisséria),<sup>243</sup> ou seja, *Mladá fronta DNES*, *Lidové noviny*, *Právo* e *Hospodářské noviny*. O período monitorado foi o período de duas semanas antes do referendo, incluindo o primeiro dia do referendo, ou seja, de 31 de Maio de 2003 a 13 de Junho de 2003.<sup>244</sup>

De um modo geral, podemos considerar válida a declaração acima de Balík, já que na mídia tcheca houve um mínimo absoluto de opiniões críticas em relação à entrada da República Tcheca na UE. Pelo contrário, o apoio foi realmente massivo. Ao mesmo tempo, isso pode ser observado em artigos completamente diferentes daqueles que tiveram objetivo claro da manifestação de apoio. Isso ocorreu, por exemplo, nas proclamações de um político ou outra personalidade importante. Os enquadramentos específicos (em termos dessa análise de enquadramento) que podem ser observados nos artigos são elaborados a seguir. No entanto, escolhemos os quatro maiores para serem observados. São eles: apoio direto à adesão à UE, apoio indireto à adesão à UE, críticas à entrada na UE e apoio à participação no referendo.

---

243 Esse critério de classificação vem do discurso acadêmico profissional comum na República Tcheca, distinguindo a imprensa séria e o tablóide, sendo que a imprensa semisséria estaria na margem deles, aproximando-se cada vez mais aos tópicos de tablóide, mas não perdendo as características da imprensa séria.

244 O número total de artigos com a senha fornecida para este período foi de 684 (antes da limpeza de dados). Após a limpeza dos dados de textos irrelevantes, a amostra final da pesquisa foi reduzida para 654 artigos.

Quando se trata de apoio explícito à adesão à UE, muitos representantes políticos proeminentes atuais (na época) e antigos expressaram claramente seu apoio na mídia. Entre eles estavam, por exemplo, V. Havel, M. Zeman, o primeiro-ministro V. Špidla, entre outros. O único que nunca apoiou a adesão à UE foi o então presidente Václav Klaus (na época do referendo estava no cargo há mais ou menos 100 dias, fato frequentemente referido na comunicação social).

O que V. Klaus apoiou veementemente foi a participação das pessoas na votação, mas pediu moderação e equilíbrio nas suas decisões. No contexto de países semelhantes onde foram realizados referendos, era uma raridade.

Por exemplo, na Polônia, não apenas o presidente Aleksander Kwasniewski e o primeiro-ministro Leszek Miller, mas também o ex-presidente Lech Walesa e até o último líder comunista Wojciech Jaruzelski apoiaram um "sim" para a UE. Na Eslováquia, o presidente Rudolf Schuster e o primeiro-ministro Mikuláš Dzurinda foram acompanhados pelo ex-primeiro-ministro Vladimír Mečiar. "Eu confio que nossos cidadãos são dotados de sua própria razão e que são capazes de julgar esses assuntos extremamente sérios", disse o presidente Klaus em um dos seus comunicados (KLAUS: JDĚTE VŠICHNI K VOLBÁM, 2003).<sup>245</sup>

Ao mesmo tempo, vale dizer que a postura adotada por ele pode ser considerada uma raridade, mesmo na República Tcheca. A maioria dos políticos tchecos participava nesse apoio e na publicação de como eles votam no referendo. Isso tudo com exceção de V. Klaus (que revelou somente 11 anos depois que votou contra a adesão à UE no referendo<sup>246</sup>).

Logo após o início do primeiro plebiscito tcheco, o ministro das Relações Exteriores, Cyril Svoboda, e o vice-primeiro-ministro, Petr Mareš, também apoiarão a entrada da República Tcheca na União Europeia. O ex-primeiro-ministro Miloš Zeman deixará seu asilo em Vysočina devido ao referendo e votará em Praga no Ginásio da Rua Botičská. De acordo com Libor Vack, do gabinete do chefe da Câmara dos Deputados, Lubomír Zaorálek comparecerá para cumprir seu dever cívico na sexta-feira, uma hora após a abertura do posto de votação na Escola Primária da rua Šoupalova em Ostrava-Poruba. O presidente do Senado, Petr Pithart, também manterá a tradição e irá às urnas na sexta-feira, às duas horas. "Será, como sempre, em Malá Strana na rua Josefská", explicou o conselheiro de Pithart, Jaroslav Veis. Quando a votação para o líder do ODS, Mirek Topolánek, sair no sábado, ele votará em Ostrava. Dos políticos citados acima, com exceção do presidente, todos disseram que verificariam "sim" na cédula. A opinião oposta será expressa na tarde de sexta-feira em Mikulov pelo chefe dos comunistas, Miroslav Grebeníček (HAVEL, KLAUS I ZEMAN ODHLASUJÍ PRVNÍ DEN, 2003).<sup>247</sup>

---

245 Traduzido pela autora desta tese.

246 Veja em: <https://www.e15.cz/domaci/klaus-v-referendu-o-vstupu-do-eu-jsem-hlasoval-proti-1078441>.

247 Traduzido pela autora desta tese.

Quanto aos apelos para votar pela adesão à UE, eles foram expressos também por muitas personalidades não políticas, por exemplo Jan Kraus (ator, moderador), Karel Gott (cantor), mas também o Arcebispo de Praga Vlk.

O arcebispo de Praga, cardeal Miloslav Vlk, pediu ontem aos fiéis que participem do referendo e votem pela entrada do país na UE. “Encorajo os membros da Igreja a participarem da votação com uma atitude positiva, o que foi recomendado várias vezes pelo Papa João Paulo II”, disse Vlk (VLK VYZVAL: KRÍŽKUJTE, 2003).<sup>248</sup>

Vários grupos de empresas ou profissões apelaram também à adesão à UE, por exemplo, empresários ou motoristas. Em alguns lugares, no entanto, também havia artigos absolutamente bizarros expressando um voto explícito para ingressar na UE ou o quão importante era que pessoas específicas votassem (houve uma aplicação de algo que se chama na teoria da mídia de “uma profunda história humana”, que tende a ser mais bem assimilada pelo público dado seu apelo às emoções). Foi assim que, entre outras coisas, apareceu um artigo sobre como algum senhor da América voará para a República Tcheca apenas para votar ou como votará o residente mais antigo da República Tcheca.

Quanto ao apoio indireto, este se expressava de diversas formas. Um deles era, por exemplo, os artigos sobre os resultados das eleições estudantis em escolas secundárias e ginásios, onde os alunos geralmente votavam inequivocamente a favor da adesão à UE. Ao mesmo tempo, um número extenso de artigos mencionando os resultados do referendo na Polônia, que ocorreu apenas uma semana antes do referendo tcheco, também pode ser considerado um apoio indireto à adesão à UE. Como mais de 3/4 dos poloneses eram a favor da adesão à UE, era um argumento bastante claro e simples para a mídia. Além disso, a semelhança com a Polônia foi seguida por outras associações, como declarações de políticos europeus de que os tchecos deveriam seguir os passos da Polônia etc. Uma certa forma indireta de apoio foi logicamente também criada pelos resultados das pesquisas pré-eleitorais, que mostraram que o comparecimento às urnas seria de aproximadamente 60% e que aproximadamente 75% dos eleitores aprovariam a entrada (HLASOVAT CHTĚJÍ TŘI PĚTINY ČECHŮ, 2003).<sup>249</sup> Aqui, a mídia contribuiu para a formação do efeito *bandwagon*.<sup>250</sup>

Em relação às críticas à adesão à UE na mídia, como já mencionado acima, houve um mínimo absoluto de artigos críticos. Dois exemplos de crítica ou desacordo que vale a pena

<sup>248</sup> Traduzido pela autora desta tese.

<sup>249</sup> Mesmo que estas informações partam de uma pesquisa mais ampla vindo de várias fontes.

<sup>250</sup> O efeito manada (efeito *bandwagon*) é um viés cognitivo no qual tendemos a nos aproximar de opiniões que vimos nos outros.

mencionar foram as críticas explícitas à massiva campanha do governo (focada exclusivamente na adesão à UE, como Balík escreve acima) em vários textos. Mas isso também ocorreu em grande parte do lado de V. Klaus. Apareceu também a desaprovação da entrada expressa por alguns representantes do KSČM liderados por Grebeníček. O KSČM, pelo menos de acordo com suas declarações na mídia, não concordou em princípio com a entrada, mas seus representantes declararam à mídia que não diriam a seus membros como votar e deixariam isso por conta deles.

O que também ficou evidente na mídia foi a ênfase na importância do referendo e os apelos diretos e indiretos para participar do referendo. Os convites diretos para participar foram mediados principalmente por políticos liderados por Špidla e Klaus, mas também houve artigos explicando quando e onde as assembleias de voto seriam abertas, como votar, o que fazer em caso de complicações etc.

Como forma indireta de apoio podem ser considerados também os artigos do mencionado tipo de “uma profunda história humana”. Concretamente sobre como os residentes do país se preparam para o referendo, por exemplo, em pequenos municípios. Também vale a pena mencionar o *priming* do referendo – ou seja, ênfase da importância do referendo em artigos e ocasiões em que isso não era absolutamente necessário. Por exemplo, as menções sobre o planejamento de greve dos sindicatos contra a reforma das finanças públicas, mas que aguardariam o referendo etc.

Em suma, a mídia criou uma espécie de imagem de que o referendo era importante e que era um meio apropriado para a tomada de decisões sobre os próximos passos na vida de um indivíduo, dependendo de como ele se desenrolasse. Entre outras, incluiríamos nesta última categoria de apoio à participação no referendo também como uma forma quase absurda da ligação do apoio com temas comuns, nomeadamente com as previsões meteorológicas. A notícia de que no dia do referendo pode ou mesmo vai chover aparecia repetidamente na mídia.

O que não pode ser incluído em nenhum dos grupos mencionados acima são artigos com especulações de que o resultado do referendo estava relacionado à continuação do governo de Špidla. Segundo eles, se o referendo não fosse aprovado, o governo poderia cair de acordo com esses artigos. Na realidade, porém, o governo durou. Ele caiu em menos de um ano depois das primeiras eleições para o Parlamento Europeu, nas quais a República Tcheca também

participou e nas quais o governante ČSSD obteve apenas 8,78% dos votos (Špidla renunciou) (ČESKÝ STATISTICKÝ ÚŘAD, 2015).

Resumindo, ao contrário do caso da OTAN, confirmou-se aqui a nossa suposição de que a entrada à União Européia tinha na imprensa tcheca reflexos principalmente positivos. Isso pode ser dado pelo consenso maior entre a elite (menos V. Klaus e políticos ao seu redor) sobre a adesão, mas não necessariamente. Aqui entra uma questão que possa, talvez, ser explorada no futuro: por que havia diferença? Afirmamos que isso pode ter várias explicações. Primeiro, do ponto de vista da política interna, se vale a premissa de que a mídia refletia a situação na discussão entre a elite, então foram as controvérsias relativamente amplas sobre a entrada à OTAN que causaram as reações principalmente neutras ou negativas na imprensa. Opostamente, a discussão mais favorável sobre a entrada à EU causou consenso majoritário na imprensa. Em segundo lugar, se havia realmente influência externa por meio da mídia, esta não se refletiu no primeiro caso, o que pode ser causado devido ao mercado midiático ainda pouco desenvolvido. Refletindo-se, assim, somente a situação interna. Em terceiro lugar, a ideia de que não havia nenhuma influência externa por meio da mídia, o que, no entanto, achamos pouco provável dadas as descobertas anteriores sobre a suscetibilidade de um país como a República Tcheca e a natureza da mídia como instrumento do poder.



## CONCLUSÃO

Esta tese evidenciou que o caminho da República Tcheca (Tchecoslováquia, até 1993) foi determinado por quatro características principais: a geopolítica, incluída sua localização e sua dimensão territorial; a da luta pelo poder, representada por interesses das grandes potências ocidentais enquanto a Rússia estava enfraquecida; a da sociedade e da elite tcheca, incluída as características da população tcheca decorrente de sua história conturbada, sua dinâmica social e sua necessidade de pertencimento; e a ideológica, representada pelo fortalecimento dos valores neoliberais na sociedade da época. Como esperado na nossa hipótese central, foi principalmente a combinação de dois primeiros, que se mostraram decisivos em tal processo, com interferência dos dois últimos. Em nossa visão, vale a máxima desenvolvida por Spykman (1942) que afirmou que os pequenos Estados como a República Tcheca só poderiam ser pesos em uma balança usada por outros (a menos que eles se articulem com sucesso).

Os demais países (semi) periféricos do cinturão do Leste Europeu foram quase sempre enfraquecidos por guerras e crises econômicas. Como vimos, esta região tem sido considerada por vários autores da geopolítica e da Economia Política Internacional como uma região estratégica para o domínio mundial. A discussão dos conceitos geopolíticos tanto clássicos quanto contemporâneos levantou ao longo da subseção 1.1.2. a importância significativa da região da Europa Centro–Oriental na dinâmica de disputa de poder, principalmente por possibilitar o posicionamento em uma zona de transição, que permitiria o avanço ou bloqueio de alguma potência ao seu redor (Alemanha e Rússia, principalmente). Os EUA, com sua posição hegemônica à época, incorporaram a lógica de contenção da URSS, compreendendo a ECO como região estratégica. Essa perspectiva nos permitiu demonstrar, ao longo da tese, uma característica da República Tcheca (até 1993 reconhecida como Tchecoslováquia) que consideramos ambivalente, mas cardeal: isto é, um grande valor geopolítico somado a um pequeno peso político.

Assim, conforme as conclusões da nossa tese, os fatores geopolíticos específicos como descritos acima se mostraram verdadeiros mesmo com as mudanças radicais do sistema ao final da Guerra Fria. Este se tornou um sistema “unimultipolar”, com a hegemonia incontestada dos EUA. Afirmamos que tal mudança ao nível global, ou seja, a luta pelo poder em sua forma específica, influenciou a reestruturação do Estado da Tchecoslováquia e a base ideológica presente no país. Dentro de prevalência dos valores ocidentais, a rejeição do passado e o desejo de adotar um sistema completamente oposto àquele que o precedeu estiveram amplamente

presentes no discurso dos políticos, assim como nos documentos oficiais do governo; o que também foi observado no segundo capítulo, quando tratamos da situação interna do país, e no terceiro, quando apresentamos as proclamações dos políticos na mídia da época. Foi essa postura da elite tcheca que, segundo as nossas descobertas, subsequentemente facilitou o posicionamento do país frente ao âmbito internacional.

Passando para nossa questão inicial sobre a suposta soberania do país, esta devia ter sido plena e automaticamente exercida, como livre arbítrio em relação à escolha das suas políticas e seu estabelecimento no quadro internacional. Dentro da contestação de Krasner do conceito de soberania conforme entendida pelo Sistema de Vestfália, concluímos em nossa análise que é inegável que o país tinha livre escolha de adoção das políticas interna e externa e economia. Isso, no caso tcheco (e também no eslovaco, polaco e húngaro) foi representado pela inclinação quase automática para estruturas euro-atlânticas como única opção de posicionamento no âmbito internacional realmente considerada. Descobrimos ao longo da tese e, principalmente, no segundo capítulo e em análises particulares do terceiro, que a fim de conquistar esse objetivo, a rendição de sua soberania ocorreu em todas as esferas da sociedade – política, econômica e legislativa. Esta, na visão de Krasner, se deu em forma de convenções e contratos.

Acrescentamos neste sentido que, apesar de desacordos parciais entre as elites, foi uma rendição voluntária, não contestada em si. Contestado em alguma medida foi o fato geral de entrada nas demais instituições ocidentais, principalmente (mas não só como visto, por exemplo, na atitude extremamente negativa de Václav Klaus em relação à UE) por políticos da linha “realista” e de extrema esquerda, com vozes particulares no sistema. No que diz respeito à soberania, não houve discussões na sociedade sobre o aspecto de sua manutenção de princípio em devidas condições. Entendemos que esse processo representou para a elite tcheca uma espécie de rendição automática, o que parece ter sido valor menor para ela diante dos objetivos estabelecidos de sua preferência.

Uma pergunta marcante a ser explorada surgiu durante o desenvolvimento deste trabalho, isto é, a natureza desta elite, suas motivações e capacidade geral de discutir outras alternativas para o desenvolvimento, a segurança e a defesa do interesse nacional. A história turbulenta do país, em nossa visão, influenciou significativamente na incapacidade do povo tcheco de construir um sentimento de nacionalismo forte e estável, o que foi discutido mais em detalhes ao longo das seções 2.1 e 2.2. Enfatizamos também que a inclinação ao Ocidente nunca foi uma coincidência, pois, historicamente, os tchecos sempre se consideraram como parte

integral do Ocidente, e foram pelo Ocidente considerados uma parte dele (principalmente por motivos geopolíticos).

Analisando mais em detalhes a natureza da elite tcheca, vimos no começo do segundo capítulo que na época da Revolução de Veludo, com a ruptura com regime comunista no país, cada político salvou-se como podia, abraçando os “novos” valores. O poder foi quase que automaticamente levado pelos políticos dissidentes, humanistas e internacionalistas em torno do próximo presidente Václav Havel. Eles estiveram abertos a qualquer inclinação ao Ocidente e definiram o rumo da política externa ao longo do período em análise. Além disso, havia os velhos-novos comunistas que somente “trocaram de casacos” e mantiveram-se na política, mesmo sob novas condições. Como mencionado, havia também uma corrente “realista” na política tcheca, sendo ela, mesmo em devidas condições, relativamente forte. Foram personagens particulares ou partes de partidos mais conservadores. Suas ideias sempre foram mais ouvidas quando estavam no governo, mas nunca prevaleceram, mesmo quando houve ao longo do período pesquisado conflitos consideráveis, principalmente na questão da transição econômica e da entrada à OTAN e EU, como visto nas seções 2.3 e 2.4.

Descobrimos uma característica importante desta elite velha-nova que foi, em nossa visão, influenciada por longo período anterior de subordinação e com sua atuação muitas vezes ilegais. Isto é, práticas não transparentes e uma clara tendência em priorizar suas preferências pessoais e momentâneas, enquanto negligenciava contextos mais amplos e uma visão de futuro mais longa. Essas tendências eram mais fortemente evidenciadas quanto maior o desejo de se diferenciar do regime anterior. Dado tudo isso, havia logicamente uma óbvia falta de capacidade de formular certo tipo de interesse nacional sólido (além do mencionado objetivo de ser aceito na comunidade internacional ocidental). Sobre esse ponto concluímos que, dadas as experiências históricas e as condições geopolíticas do país e da região em si, assim como a suposta ideologização, é impossível esperar da elite deste país um comportamento diferente – uma conclusão um tanto quanto polêmica.

Mesmo que surpreendente, vale ainda dizer que dentro do vácuo geopolítico ocorrido na região depois do fim da Guerra Fria, o ingresso nas demais instituições ocidentais não foi a única opção (supostamente, a opção poderia ser a manutenção ajustada do *status quo* ou a postura da neutralidade perante os demais países), como vimos ainda na seção 1.2. Como podemos observar, entretanto, desde o começo ficou claro que Tchecoslováquia, Polônia e Hungria queriam seguir o caminho da “ocidentalização” e que logo depois da queda do regime

comunista, formularam de forma clara o desejo de aderir à OTAN e à União Europeia. Apesar de serem países com características étnicas, sociais e culturais bastante diferentes, os mesmos conseguiram condições de lançar logo uma iniciativa de cooperação regional, o Grupo de Visegrad. Sua finalidade principal era ingressar o mais rápido possível nas demais instituições e cooperar na adoção dos princípios exigidos pela comunidade internacional, isto é, os valores neoliberais.

Concluimos com a análise do segundo capítulo que foram os mesmos fatores descritos em parágrafos anteriores que se refletiram na atuação da cooperação regional e, principalmente, no desenvolvimento do V4 como a iniciativa de maior potencial na região. Lembramos que os países do V4 formam a parte central do cinturão estratégico descrito pelas teorias geopolíticas. Ao mesmo tempo, descobrimos que o Grupo de Visegrad foi percebido muitas vezes por atores externos como um fator de estabilização da região da ECO e o caminho para preencher recém-criado vácuo geopolítico, econômico e de segurança. Em nosso entendimento, a formação desse grupo evidenciou uma situação ambígua. Apesar de Polônia, Hungria e Tchecoslováquia estarem cientes de suas diferenças culturais e históricas, seus objetivos comuns prevaleceram ao decidirem se juntar nas iniciativas de integração regional a fim de, supostamente, fortalecer sua posição no âmbito internacional e de defender melhor seus interesses de ingresso na OTAN e UE.

Diante disso, aparece claramente a falta de um projeto mais amplo que ajudaria seus países-membros a conquistar mais vantagens e mais firmeza nas suas posições internacionais. Vimos que no caso tcheco, havia elementos que defendiam essa ideia. As ações do V4 foram obviamente rápidas e eficazes, não apenas no começo dessa cooperação. No entanto, posteriormente a adesão à OTAN e EU, a cooperação tornou-se mais uma agenda em comum, sem cooperação mais profunda no campo econômico (devido às crescentes concorrências e individualização das políticas), concentrando-se, principalmente, no campo cultural e educacional. Concluimos que o próprio objetivo básico do V4 resultou em declínio desta cooperação. Ademais, ficou demonstrado que nem outras iniciativas da região como *Central European Initiative* ou *Regional Partnership*, entre outras, resultaram em uma cooperação mais efetiva. Considerando tudo isso, levamos de novo em questão a capacidade geral de Estados parecidos com peso político pequeno de poder construir tal projeto e assim, em princípio, sua plena soberania. Essa se tornou ao longo da tese a mais gritante polêmica, a ser discutida e analisada em um estudo mais abrangente.

Nesse ponto surge uma questão paradoxal muito importante para nós. Mesmo que houvesse na sociedade tcheca vozes críticas à internacionalização total da política externa e abertura para o mundo ocidental (e esta resistência foi vista pela sociedade internacional como forte a até ameaçadora), os mesmos políticos rejeitavam qualquer tipo de cooperação, até mesmo a regional, que em nosso entendimento poderia contribuir com objetivos comuns a um projeto nacional soberano. Acrescentamos a isso o que podemos chamar de “circuito fechado”, em que um Estado pequeno, como a República Tcheca nesse caso, não pode ser um ator soberano na política mundial sem uma política externa coesa. A fim de realizá-la, no entanto, precisaria primeiro se abrir para o mundo e se tornar um parceiro para as potências maiores (o que no caso de Estado pequeno significa relativizar ou desistir de fato de sua soberania).

Um dos grandes desafios desta tese foi a análise da presença e do papel das ideias entre a elite e na sociedade tcheca, ou seja, a suposta ideologização do problema geopolítico como outro fator interferindo no caminho tcheco depois de 1989. Nos primeiros dois capítulos da tese, e principalmente no segundo, vimos nas reações da elite política visível ideologização do problema. Ela se refletiu na apresentação comum dos “novos valores”, da “volta para Europa”, no discurso “das necessidades” etc. Afirmamos que os desafios geopolíticos foram vistos pela elite tcheca através de uma lente ideológica, baseada em valores neoliberais. Ao mesmo tempo, analisamos no terceiro capítulo a possível inserção externa por meio da mídia, a fim de descobrir sua potencial influência na sociedade tcheca.

Para avaliar a potencial influência externa, escolhemos, além da discussão teórica abrangente na seção 3.1, analisar mais em detalhes a mudança na legislação tcheca e na propriedade da mídia. Do ponto de vista da legislação, chamamos atenção para o fato de que na legislação foi automaticamente incorporada aparentando uma supremacia do direito internacional e, principalmente, da legislação europeia, já que os políticos escolheram inspirar-se amplamente nelas (a segunda opção era a americana). Do ponto de vista da propriedade, a transição da mídia tcheca para mãos privadas ocorreu automaticamente e o influxo de capital estrangeiro começou a aparecer muito rapidamente. Vimos logo nos primeiros anos depois da transição do regime uma tendência marcante, isto é, que 80% da mídia passou para a propriedade de estrangeiros, principalmente alemães (mas também suíços, holandeses e estado-unidenses).

Nesse sentido, a República Tcheca foi vista (juntamente com a Eslováquia, a Hungria e a Polônia) como uma oportunidade promissora para investimentos de grande escala. Isso

também aconteceu visto que é o país com o maior fluxo de investimento estrangeiro direto na região. Dadas as suposições teóricas sobre a mídia e observando a concentração da propriedade dentro das mudanças das condições econômicas cada vez mais em menor número de proprietários, afirmamos que esta é, por si, uma situação muito favorável para a difusão de ideias e até ideologias pelo mundo de forma rápida e eficiente. Assim, consideramos as descobertas acima como prova da mencionada potencial influência externa.

Por último, analisamos a presença da criação e apoio do consenso no que diz respeito ao desejo geral de entrar o mais rápido possível nas instituições ocidentais, isto é, na OTAN e na União Europeia. Descobrimos ao desenvolver esta tese que essa questão é composta por dois níveis. O primeiro é o nível do consenso entre as elites, analisado já no segundo capítulo (junto com proclamações específicas dos políticos concretos que apareceram na análise da mídia no terceiro capítulo). O segundo seriam os reflexos concretos na mídia, analisados no terceiro capítulo.

Diferentemente do que esperávamos, a adesão à OTAN dividiu amplamente as elites e a sociedade tchecas. Nas contribuições analisadas na imprensa tcheca, vimos atitudes neutras e negativas quanto à entrada. Opiniões positivas foram citadas na imprensa analisada apenas por meio de citações diretas dos políticos tchecos e americanos. Na imprensa americana a situação foi oposta, representando um dos temas mais debatidos. A adesão da República Tcheca à OTAN foi vista pela imprensa americana mais como uma concessão dos Estados Unidos ao nosso país (que era frequentemente referido como um ex-inimigo dos Estados Unidos e um aliado da União Soviética).

É interessante observar também que no caso de ambas as contribuições, tchecas e americanas, a OTAN estava estreitamente associada à União Europeia (como os dois principais elementos da área euro-atlântica). A adesão dos países da região da Europa Central e Oriental à OTAN foi considerada o primeiro passo para a sua adesão à União Europeia e, assim, a verdadeira aceitação dos valores ocidentais na região. No entanto, as contribuições dos dois países mostraram que essas ideias proclamadas não estavam necessariamente em consonância com a opinião pública. A análise revelou indícios de que a adesão à OTAN era uma exigência de certa parte das elites, e a sua percepção por parte do grande público não era muito positiva ou desejável.

Já na adesão à UE, a tendência foi em ambos os níveis mais consensual. No nível das elites, não vimos tantas discrepâncias quanto em relação à OTAN, apenas com indivíduos

específicos, como por exemplo, o grande oponente V. Klaus. Também na mídia, a entrada na UE refletiu-se principalmente de forma positiva, o que também pode se dever ao fato de que, em geral, havia na sociedade tcheca mais consenso sobre adesão à UE do que à OTAN. Em suma, havia como interferir por meio das ideias e meios de comunicação na sociedade tcheca, o que é dado tanto pela natureza da mídia em si quanto pela inserção por meio da legislação e da propriedade da mídia tcheca. Análise mais detalhada do conteúdo da mídia específica poderia mostrar ainda melhor tanto as tendências vistas no caso da OTAN e da EU, quanto os seus motivos.

Por fim, conseguindo seu maior desejo de adesão à EU em 2004, o país se encontrou em condições definitivamente mais favoráveis (principalmente econômica e militarmente, pela proteção oferecida). O país, entretanto, continuou não sendo plenamente soberano. Isso mostra o peso gigantesco da variável da geopolítica em comparação com outros fatores analisados nesta tese. Assim, concluímos que foram as condições geopolíticas que, mais uma vez e em outra época, interferiram no jogo de poder entre as grandes potências, subordinando a República Tcheca ao mundo ocidental. Assim, em nossa perspectiva, podemos afirmar que a subordinação à URSS e a incorporação ao bloco soviético foi substituída pela subordinação e incorporação ao Ocidente. Dadas todas as descobertas acima, no entanto, concluímos a tese com a polêmica já mencionada em parágrafos anteriores. Isto é, seria possível imaginar que a República Tcheca contornaria esses desafios dadas as condições de seu destino?

Dados os resultados parciais desta pesquisa, com certeza valeria a pena um estudo mais detalhado sobre a relação da elite tcheca com países específicos no exterior, principalmente ao redor de queda do regime comunista e a entrada na OTAN e UE. Um estudo próprio poderia também explorar, no mesmo sentido, a interação do V4 com sujeitos externos. Subsequentemente, ainda que seja muito difícil comprovar a influência concreta do conteúdo midiático em certa sociedade e em um indivíduo, seria certamente interessante analisar, de uma perspectiva mais complexa e detalhada, as manifestações na mídia dependendo dos seus proprietários e destinatários. Além disso, dado o desenvolvimento no Leste Europeu nos últimos anos, seria muito interessante observar os demais acontecimentos pela lente apresentada neste trabalho.



## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideology and ideological state apparatuses**. In: ALTHUSSER, L. (Ed.), *Lenin and philosophy and other essays*. New York: Monthly Review Press, p. 121–176, 1971.

ARANTES JR., A. **A passagem do neoestalinismo ao capitalismo liberal na União Soviética e na Europa Oriental**. Brasília: FUNAG, 2015.

ASMUS, R. D. **Dveře do NATO**. Bratislava: Kaligram, 2002.

Atlantic Council. **UD commits \$1 billion Dollars to develop Central European infrastructure**. Atlantic Council, 2020. (online) Disponível em: <<https://www.atlanticcouncil.org/news/press-releases/us-commits-1-billion-dollars-to-develop-central-european-infrastructure/>>. Acesso em: 2022–10–12.

BAGDIKIAN, B. H. **The Media Monopoly**. Boston: Beacon Press, 2000.

BAGDIKIAN, B. H. **The New Media Monopoly**. Boston: Beacon Press, 2004.

BALÍK, S. **Několik poznámek k referendu o vstupu ČR do EU**. *Revue Politika*, 6/2003, ročník I. (XIV.), 2003.

BAUEROVÁ, H. **The V4 and European Integration**. In: CABADA, L.; WAISOVÁ, Š. (2018). *Security, Foreign and European Policy of the Visegrad Group*. Praga: Togga, p. 201–231, 2018.

BEDNAŘÍK, P.; JIRÁK, J.; KÖPPOVÁ, B. **Dějiny českých médií: Od počátku do současnosti**. Praha: Grada, 2011.

BENÁČEK, V. **Přímé zahraniční investice v České republice: praxe, teorie a aplikace**. *Politická ekonomie*, n. 1, p. 7–24, 2000.

BITTMAN, L. **Manipulátoři: o technikách bojů lži proti pravdě a nenávisti proti lásce**. Karolinum. Praga, 1992.

BONG, A.; PREMARATNE, G. **Regional Integration and Economic Growth in Southeast Asia**. *Global Business Review*, 19 (6), 2017.

BOUDOVÁ, J. **Transformace české ekonomiky po roce 1990**. Dissertação de Mestrado. Masarykova Univerzita, 2008.

Broadcasting board of governors. **Fiscal year 2015: Performance and accountability report**. (online) Available at: <<http://www.bbg.gov/wp-content/media/2015/11/BBG-FY2015-PAR.pdf>>. Acesso em: 2016–04–14.

BRZEZINSKI, Z. **Game plan: Framework for the Conduct of the U.S.–Soviet Contest**. Boston: Atlantic Monthly Press, 1986.

BRZEZINSKI, Z. **EUA x URSS: O grande desafio**. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1989.

BRZEZINSKI, Z. **O grande fracasso: Nascimento e Morte do Comunismo no Século XX.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

BURTON, G.; JIRÁK, J. **Úvod do studia médií.** Brno: Barrister & Principal, 2001.

BÚTORA, M.; BÚTOROVÁ, Z. **Nesnesiteľná ľahkosť rozchodu.** In: VODIČKA, K. Dělení Československa: deset let poté. Praha: Volvox globator, 2003.

CABADA, L.; ŠANC, D. **Český stranický systém ve 20. století.** Plzeň: Aleš Čeněk, 2005.

CABADA, L. **Czech foreign policy – small state or middle power approach?.** In: CABADA, L., WAISOVA, Š. Czechslovakia and Czech republic in world politics. Plzeň: Aleš Čeněk, p. 93–110, 2006.

CABADA, L. **The Visegrad Cooperation in the Context of Other Central European Cooperation Formats.** In: CABADA, L., WAISOVÁ, Š. Security, Foreign and European Policy of the Visegrad Group. Praga: Togga, p. 273–296, 2018.

CABADA, L.; WAISOVÁ, Š. **The Visegrad Group as an Ambitious Actor of Central European Foreign and Security Policy.** In: CABADA, L., WAISOVÁ, Š. Security, Foreign and European Policy of the Visegrad Group. Praga: Togga, p. 9–27, 2018.

CARR, E. H. **The Twenty Years' Crisis 1919–1939: An Introduction to the Study of International Relations.** London: Macmillan, 1946 (1939).

CASSELS, A. **Ideology and International Relations in the Modern World.** New York: Routledge, 1996.

ČELOVSKÝ, B. **Konec českého tisku.** Šenov: Tilia, 2002.

ČERNÝ, O. **V NATO díky NATO.** Slovo, volume e número desconhecidos, p. 06, 17.2.1999.

Centrum pro výzkum veřejného mínění Sociologického ústavu AV ČR. **Tisková zpráva: Občané o své účasti a hlasování v referendu o vstupu ČR do EU.** (online). <Disponível em: [https://cvvm.soc.cas.cz/media/com\\_form2content/documents/c2/a318/f9/100230s\\_pm30609.pdf](https://cvvm.soc.cas.cz/media/com_form2content/documents/c2/a318/f9/100230s_pm30609.pdf)>. Acesso em: 2022–12–30.

Česká tisková kancelář. **Zeman pro účast Německa při Visegrádských jednáních.** Česká tisková kancelář, 23.5. 2000.

Česká tisková kancelář. **Výkon Václava Havla ve funkci hlavy státu komplikovaly nemoci.** 2003. (online). Disponível em: <<https://www.ceskenoviny.cz/zpravy/vykon-vaclava-havla-ve-funkci-hlavy-statu-komplikovaly-nemoci/20741>>. Acesso em: 2022–03–15.

Česká tisková kancelář. **Vyjádření komisaře pro rozšíření EU Guntera Verheugena.** In: Verheugen, Dekrety a Temelín mohly zmařit české členství v EU, ČTK, 15.4.2004.

Český statistický úřad. **Přehled těžby a produkce podle jednotlivých komodit v letech 1971–1995.** 1996. (online). Disponível em:

<https://www.czso.cz/documents/10180/25385875/19437405+8113120101.pdf/b1950fa1-4ecb-4059-8f6d-305420a2149c?version=1.0>. Acesso em: 2022-04-20.

Český statistický úřad. **Míra inflace v letech 1989 – 2004**. 2005. (online). Disponível em: [https://www.czso.cz/csu/czso/13-7102-04-za\\_1\\_4\\_civrtleti\\_2004-mira\\_inflace](https://www.czso.cz/csu/czso/13-7102-04-za_1_4_civrtleti_2004-mira_inflace). Acesso em: 2023-02-01.

Český statistický úřad. **Výroba, spotřeba a ceny energetických zdrojů**. 2006. (online). Disponível em: <https://www.czso.cz/documents/10180/20535770/cka070809.doc/c4b36cb9-7482-4889-9243-11d34841109c?version=1.0>. Acesso em: 2022-04-20.

Český statistický úřad. **Příliv přímých zahraničních investic do české ekonomiky**. 2011. (online). Disponível em: <https://www.czso.cz/documents/10180/20534668/a-1158-11a02+opr.pdf/a7a7fa56-86e5-4bf1-b55a-0ae7251a0113?version=1.0>. Acesso em: 2022-04-13.

Český statistický úřad. **Volby do evropského parlamentu v letech 2004 až 2014**. 2015. (online). Disponível em: <https://www.czso.cz/documents/10180/20541923/22003315p1.pdf/a6915ebf-95c8-4ce0-8e38-e66c1187ff9a?version=1.0>. Acesso em: 2022-12-18.

Český statistický úřad. **Cenová statistika**. 2019. (online). Disponível em: <https://www.czso.cz/csu/stoletistatistiky/oblasti-statistiky/cenova-statistika/>. Acesso em: 2021-07-31.

Český statistický úřad. (2022a). **Graf – Vývoj hrubého domácího produktu v ČR (ve stálých cenách)**. 2022a. (online). Disponível em: <https://www.czso.cz/csu/czso/vyvoj-hrubeho-domaciho-produktu-v-cr-ve-stalych-cenach>. Acesso em: 2021-07-23.

Český statistický úřad. (2022b). **Referenda o vstupu do EU a statistika**. 2022b. (online). Disponível em: <https://www.czso.cz/documents/10180/23204022/referenda.pdf/6550bd02-9ede-4759-ab3a-8ccf3238455a>. Acesso em 2022-11-16.

Český statistický úřad. **Základní ukazatele národního hospodářství v České republice**. 2022c. (online). Disponível em: [https://www.czso.cz/documents/10180/171348125/32018122\\_0401.pdf/72905ac0-11d4-4a81-9284-3e31e3022862?version=1.1](https://www.czso.cz/documents/10180/171348125/32018122_0401.pdf/72905ac0-11d4-4a81-9284-3e31e3022862?version=1.1). Acesso em 2023-02-13.

CHEN, E; VAN BUSKIRK, E. **No more "Svejking" for Soldiers**. The Los Angeles Times, volume e número desconhecidos, p. B13, 15.3.1999.

CHOMSKY, N.; HERMAN, E. **Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media**. New York: Pantheon Books, 1988.

CHOMSKY, N. **Mídia: Propaganda Política e Manipulação**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

COHEN, S. B. **Geopolitics of The World System**. Lanham: Rowman & Little field Publishers, 2003.

COHEN, S.B. **Geopolitics: the Geography of International Relations**. Maryland: Rowman & Littlefield, 2008.

COHEN, T. U.S.,Czech alliance shows future. *The Sunday Post Star*, volume e número desconhecidos, p. 1F, 7.3.1999.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). **Perspectivas do Comércio Internacional para a América Latina e o Caribe**. Santiago: Nações Unidas, 2019.

Consilium.europa.eu. **Conclusions of the presidency – Copenhagen**. 1993. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/media/21225/72921.pdf>>. Acesso em: 2020-06-17.

COSTA, D. **Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

COX, R.W.; JACOBSON, H.K. **Decision making**. *International Social Science Journal*, 29 (1), p. 115-35, 1977.

COX, R. **Ideologies and the New International Economic Order: Reflections on Some Recent Literature**. *International Organization*, 33 (2), p. 257-302, 1979.

CURRAN, J. **Media and Power**. London: Routledge, 2002.

DOMNITZ, CH. **Zápas o Benešovy dekrety před vstupem do Evropské unie: diskuse v Evropském parlamentu a v Poslanecké sněmovně Parlamentu ČR v letech 2002-2003**. Praha: Dokořán, 2007.

DOSTÁL, V.; NIČ, M. **Slavkov 2015, symbol spolupráce s Rakouskem**. *Hospodářské noviny*, 2015. (online). Disponível em: <<https://hn.cz/c1-63484920-slavkov-2015-symbol-spoluprace-s-rakouskem>>. Acesso em: 2022-03-13.

DVORANOVÁ, J.; HYNEK, N. **Problematika rozpadlých států v EU: Konceptuální analýza, bezpečnostní strategie, obnova a rozhodovací mechanismy**. In: WAISOVÁ, Š. (et al.). *Slabé státy: Selhání, rozpad a obnova státnosti*. Plzeň: Aleš Čeněk, p. 70-84, 2007.

DYBA, K.; ŠVEJNAR, J. **A Comparative View of Economic Developments in the Czech Republic**. In: ŠVEJNAR, J. (ed). (1995). *The Czech Republic and Economic Transition in Eastern Europe*. London: Academic Press Limited, p. 21-45. 1995.

EAST, G. **The concept and political status of the shatter zone**. In: POUNDS, N. J. G. (ed.). *Geographical Essay on Eastern Europe*. Bloomington: Indiana University Press, p. 1-27, 1961.

EICHLER, J.; KAŠÍK, V. **NATO nadosah**. *Ekonom*, volume e número desconhecidos, p. 27, 24.12.1998.

EICHLER, J. **Expanze na pozvání – Rozšiřování NATO a jeho důsledky**. Praha: Karolinum, 2019.

ENGDAHL, F. W. **Full Spectrum Dominance: Totalitarian Democracy in the New World Order**. Wiesbaden: edition.engdahl, 2009.

ENSOR, D. (2015). **Exporting the First Amendment: Strengthening U.S. Soft Power through Journalism.** Shorenstein Center on Media, Politics and Public Policy Discussion Paper Series. 2015. (online) Disponível em: <<http://shorensteincenter.org/wp-content/uploads/2015/12/Exporting-the-First-Amendment-David-Ensor.pdf>>. Acesso em: 2016-19-03.

Euroskop.cz. **Národní program přípravy České republiky na členství v Evropské unii.** 2000. Disponível em: <<http://www.euroskop.cz/42739/115462/clanek/klicove-predvstupni-dokumenty/programove-dokumenty>>. Acesso em: 2019-13-04.

EUR-Lex. **Copenhagen criteria.** 1993. Disponível em: <[https://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/accession\\_criteria\\_copenhagen.html](https://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/accession_criteria_copenhagen.html)>. Acesso em: 2021-10-11.

FALTUS, J.; PRŮCHA, V. **Všeobecné hospodářské dějiny 19. a 20. století.** Praha: Oeconomica, 2004.

FAUCAULT, M. **Governmentality.** In: BURCHILL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (eds.), *The Foucault Effect: Studies in Governmentality.* Chicago: University of Chicago Press, 1991.

FAWN, R. **Reconstructing a National Identity: Ideologies in Czech Foreign Policy after the Split.** In: *Journal of Communist Studies and Transition Politics*, vol. 19, No. 3., 2003.

FERNANDES, L. M. **Rússia: do capitalismo tardio ao socialismo real.** In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações.* Petrópolis: Vozes, p. 251-283, 1999.

FIALA, P.; PITROVÁ, M. **Evropská unie.** Brno: CKD, 2009.

FIORI, J. L. **Formação, expansão e limites do poder global.** In: FIORI, J. L. (org.). *O Poder Americano.* Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

FIORI, J.L. (Org.). **O poder global e a nova geopolítica das nações.** São Paulo: Boitempo, 2007.

FIORI, J. L. **História, estratégia e desenvolvimento.** São Paulo: Boitempo, 2014.

FUCHS, K. **Místo privatizace v procesu transformace.** In: *Masarykova univerzita v Brně, Specifika transformačního procesu ČR*, Brno, 2002.

FÜRSTOVÁ, J. **Regulace cen před liberalizací a po ní.** In: *Centrum pro ekonomiku a politiku (vyd.), Patnáct let po obnovení kapitalismu v naší zemi*, Praha, 2006.

GADDIS, J. L. **Studená válka.** Praha: Slovart, 2006.

Globaledege. **CEFTA: Introduction.** 2017. (online) Disponível em: <<https://globaledege.msu.edu/trade-blocs/cefta>>. Acesso em: 2022-14-08.

GLYN, A. **Capitalism unleashed: Finance, globalization and welfare.** New York: Oxford University Press, 2006.

Government of the Czech Republic. **The EU Strategy For The Danube Region (EUSDR)**. In: Government of the Czech Republic, 2016. (online) Disponível em: <<https://www.vlada.cz/en/evropske-zalezitosti/evropske-politiky/podunajska-strategie/the-eu-strategy-for-the-danube-region-eusdr-151489/>>. Acesso em: 2021-09-29.

GRAMSCI, A. **Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci**. New York: International Publishers, 1971.

GREEN, P.S. **Prague Spy Scandal Raises Concerns Over Czech Entry Into NATO**. The New York Times, volume e número desconhecido, p. 3, 5.2.1999.

GROSZOWSKI, J. **The Slavkov Declaration. A new format of regional cooperation**. In: Centre for Eastern Studies, 2015. (online) Disponível em: <<https://www.osw.waw.pl/en/publikacje/analyses/2015-02-04/slavkov-declaration-a-new-format-regional-cooperation>>. Acesso em: 2022-10-15.

HALLIN, D.C., MANCINI, P. **Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HANDL, V. **Česká republika v EU a NATO: Od “Návratu do Evropy” k diferencované evropeizaci**. In: HEISS, G.; KRÁLOVÁ, K.; PEŠEK, J.; RATHKOLB, O. (eds.). Česko a Rakousko po konci Studené války: Různými cestami do nové Evropy. Albis International: Ústí nad Labem, p. 79-113, 2008.

HANDL, V.; KUNŠTÁT, M. **Střední Evropa v zahraniční politice České republiky: Agenda politiky sousedství a regionální spolupráce**. In: HEISS, G.; KRÁLOVÁ, K.; PEŠEK, J.; RATHKOLB, O. (eds.). Česko a Rakousko po konci Studené války: Různými cestami do nové Evropy. Albis International: Ústí nad Labem, p. 61-77, 2008.

HARTSHORNE, R. **The United States and the 'shatter zone' of Europe**. In: WEIGERT, H.; STEFFANSON, V. (eds.). Compass of the World. New York: Macmillan, p. 203-214, 1944.

HAVEL, V. **Projev prezidenta Václava Havla v polském Sejmu a Senátu**. 21.1.1990. Disponível em: <[www.hrad.cz/president/Havel/speeches/index\\_uk.html](http://www.hrad.cz/president/Havel/speeches/index_uk.html)>. Acesso em: 2021-10-15.

HAVEL, V. **Češi a Němci na cestě k dobrému sousedství**. Projev prezidenta republiky Václava Havla-přepis, Praha, Univerzita Karlova, 17. 2. 1995. Disponível em: <[http://www.vaclavhavel.cz/showtrans.php?cat=projevy&val=201\\_projevy.html&typ=H](http://www.vaclavhavel.cz/showtrans.php?cat=projevy&val=201_projevy.html&typ=H)>. Acesso em: 2022-09-13.

HAVEL, V. **Projev prezidenta republiky václava Havla k oběma komorám Parlamentu České republiky**. 9.12.1997. Disponível em: <<http://old.hrad.cz/president/Havel/speeches/1997/0912.html>>. Acesso em: 2021-10-13.

HECZKO, S. **Stanislav Heczko: Historie a realita ekonomické transformace u nás**. Blogy Vaše Věc, 2011. (online) Disponível em: <<http://vasevec.parlamentnilisty.cz/blogy/stanislav-heczko-historie-realitaekonomicketransformace-u-nas>>. Acesso em: 2019-01-30.



HEISS, G.; KRÁLOVÁ, K.; PEŠEK, J.; RATHKOLB, O. (eds.). **Česko a Rakousko po konci Studené války: Různými cestami do nové Evropy**. Albis International: Ústí nad Labem, 2008.

HELLEINER, E. **States and the reemergence of global finance**. New York: Cornell University, 1994.

HENSEL, P. R., DIEHL, P. F. **Testing empirical propositions about shatterbelts, 1945–1976**. *Political Geography*, 13(1), p. 33–51, 1994.

HESS, D. **How far should NATO go?**. *Gannett Newspapers.*, volume e número desconhecido, p. 3B, 30.4.1998.

HNÍZDO, B. **Geopolitická pojetí Střední Evropy**. In: CABADA, L. et al. *Perspektivy regionu Střední Evropy*. Plzeň: Západočeská univerzita v Plzni, p. 35–48, 2002.

HOARE, Q.; SMITH, G. N. **Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci**. London: ElecBook, 1999.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914–1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFFMAN, G.W. **The shatterbelt in relation to the East–West conflict**. *Journal of Geography*, 51, p. 265–275, 1952.

HOLLEY, D. **New members now must learn culture of NATO**. *Democrat and Chronicle*, volume e número desconhecido, p. 12, 12.3.1999.

HOLMAN, R. **Transformace české ekonomiky: v komparaci s dalšími zeměmi střední Evropy**. Praha: Centrum pro ekonomiku a politiku, 2000.

HOLMAN, R. et al. **Dějiny ekonomického myšlení**. Praha: C. H. Beck, 2005.

INGHAM, H.; INGHAM, M. (Ed.). **EU Expansion to the East: Prospects and Problems**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2002.

Ministerstvo zahraničních věcí České republiky. **Interpretace iniciativy ze strany Kavana viz. Aktuální úkoly české zahraniční služby – projev ministra Jana Kavana na poradě titulářů**. 1999. Disponível em: <<http://www.mzv.cz/www/mzv/default.asp?id=5690&ido=222&idj=1>>. Acesso em: 2021–19–10.

Interreg. **EU strategy for the Danube region**. 2016. (online) Disponível em: <<https://www.interreg-danube.eu/about-dtp/eu-strategy-for-the-danube-region>>. Acesso em: 2022–29–10

JAKUBOWICZ, K. **Rude Awakening: Social and Media Change in Central and Eastern Europe**. New Jersey: Hampton Press, 2007.



- JANDA, J. EICHLER, J. (et al.). **Bezpečnostní politika České republiky, závěrečná zpráva z výzkumného projektu.** Praha: Ústav mezinárodních vztahů, 1996.
- JIRÁK, J., KÖPPLOVÁ, B. **Média a společnost.** Praha: Portál, 2003.
- JIRÁK, J., KÖPPLOVÁ, B. **Masová média.** Praha: Portál, 2009.
- JOHNSON, J. **Priests of Prosperity: How Central Bankers Transformed the Postcommunist World.** New York: Cornell University Press, 2016.
- JOHNSON, L. R. **Central Europe: Enemies, Neighbors, Friends.** New York: Oxford Univ. Press, 1996.
- Department of Defence. **Joint Vision 2000.** Washington: Department of Defence, 2000.
- JONÁŠ, J. **Ekonomická transformace v České republice: makroekonomický vývoj a hospodářská politika.** Praha: Management Press, 1997.
- KAPLAN, R. D. **The Revenge of Geography: What the Map Tells Us About Coming Conflicts and the Battle Against Fate.** New York: Random House, 2012.
- KELLY, P. **Checkerboards & Shatterbelts: The Geopolitics of South America.** Austin: University of Texas Press, 1997.
- KENNEDY, P. **The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000.** New York: Vintage Books, 1987.
- KHOL, R. (ed.). **Česká republika a Evropská bezpečnostní a obranná politika.** Praha: Ústav mezinárodních vztahů, 2001..
- KHOL, R. (et al.). **Česká bezpečnostní politika 1993–2004. Zahraniční politika České republiky 1993–2004. Úspěchy, problémy, perspektivy.** Praha: Ústav mezinárodních vztahů. p. 31–44, 2004.
- KONČELÍK, J., VEČEŘA, P., ORSÁG, P. **Dějiny českých médií 20. století.** Praha: Portál, 2010.
- KÖNIG, P.; LACINA, L.; PŘENOSIL, J. **Učebnice evropské integrace.** Barrister & Principal: Brno, 2006.
- KOPA, O. **Rozpad Československa – důsledky několika nepovedených pokusů o federalizaci státu?** In: WAISOVÁ, Š. (et al.). *Slabé státy: Selhání, rozpad a obnova státnosti.* Plzeň: Aleš Čeněk. p. 143–162, 2007.
- KOPEČEK, M. **Český Visegrád.** In: VYKOUKAL, J. *Visegrád: možnosti a meze středoevropské spolupráce.* Praha: Dokořán, 2003.
- KORYBKO, A. **Hybrid wars: The indirect adaptive approach to regime change.** Moscow: Peoples' Friendship University of Russia, 2015.

KOSINSKI, D.; PARIZKOVA, N. **O retorno do –shatterbelt– da europa centro–oriental e o grupo de visegrad na estratégia ocidental de contenção da Rússia.** REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL (ED. PORTUGUÊS), v. 23, p. 371–399, 2017.

KOVÁČ, D. **Dějiny Slovenska.** Praha: Nakl. Lidové Noviny, 1998.

KRASNER, S. D. **Compromising Westphalia.** *International Security*, 20 (3), p. 115–151, 1996.

KRASNER, S. D. **Sovereignty: Organized Hypocrisy.** Princeton: Princeton University Press, 1999.

KRASTEV, I. **Democracy as Self–Correction.** *Aspen Revue*, 1/2013, 2013.

KREJČÍ, O. **Český národní zájem a geopolitika.** Praha: Universe, 1993.

KREJČÍ, O. **Na co NATO?.** Praha: Alternativy, 1997.

KREJČÍ, O. **Geopolitics of the central European region: The view from Prague and Bratislava.** Bratislava: Veda, 2005.

KREJČÍ, O. **Sametová revoluce.** Praga: Professional Publishing, 2014.

KŘEN, J. **Čtvrt století střední Evropy: Visegrádské země v globálním příběhu let 1992–2017.** Praga: Karolinum, 2019.

KUNŠTÁT, M. **Znovusjednocení Německa a československá zahraniční politika.** In: BUCHHEIM, CH. et al. (eds.). *Československo a dva německé státy.* Ústí nad Labem, p. 197–212, 2011.

LEBEDA, T. **Referendum o přistoupení ČR k Evropské unii: Několik různých pohledů na první všelidové hlasování v Česku.** *Politologický časopis*, 3/2004, p. 206–223, 2004.

LEYSSENS, A. **The Critical Theory of Robert W. Cox: Fugitive or Guru?.** New York: Palgrave Macmillan, 2008.

Lidové noviny. **Havel, Klaus i Zeman odhlasují první den.** *Lidové noviny*, volume e número desconhecido, p. 3, 12.6.2003.

LIPPMANN, W. **Veřejné mínění.** Praha: Portál, 2015 (1922).

LIŠKA, V.; STAVÁREK, D. **Světové a regionální finanční instituce.** Praha: Professional Publishing, 2003.

LUKÁŠEK, L. **Visegrádská skupina a její vývoj v letech 1991–2004.** Praha: Karolinum, 2010.

MACKINDER, H. J. **Democratic Ideals and Reality: A Study of the Politics of Reconstruction.** New York: Henry Holt, 1919.

MAZAT, N.; SERRANO, F. **A geopolítica da Federação Russa em relação aos Estados Unidos e à Europa: Vulnerabilidade, cooperação e conflito.** In: ALVES, A. G. *O Renascimento de uma potência?: a Rússia no século XXI.* (2012). Brasília: Ipea, 2012.

MCCHESNEY, R. W. **Rich Media, Poor Democracy: Communication Politics in Dubious Times.** New York: The New Press, 2015.

MCQUAIL, D. **Towards a Sociology of Mass Communication.** London: Collier–Macmillan, 1969.

MEDEIROS, C.; SERRANO, F. **O Desenvolvimento Econômico e a Retomada da Abordagem Clássica do Excedente.** In: *Revista de Economia Política*, vol. 24, nº 2 (94), p. 238–256, 2004.

MEDEIROS, C. **Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China.** In: FIORI, J.L., MEDEIROS, C. e SERRANO, F. *O mito do colapso do poder americano.* Rio de Janeiro: Record, p. 173–277, 2008.

MELLO, L. **Quem tem medo da geopolítica.** São Paulo: Hucitec, 1999.

MILWARD, A. **The European Rescue of the Nation State.** London: Routledge, 1999.

Ministerstvo obrany České republiky. **Estratégia da segurança da República Tcheca 2003.** 2004. (online) Disponível em: <<https://mocr.army.cz/images/Bilakniha/CSD/2003%20Bezpecnostni%20strategie%20CR.pdf>>. Acesso em: 2021–24–03.

Ministerstvo průmyslu a obchodu. **Energetická dovozní závislost České republiky.** (online) Disponível em: <<https://www.mpo.cz/cz/energetika/statistika/energeticke-bilance/energeticka-dovozni-zavislost-ceske-republiky-266677/>>. Acesso em: 2022–01–29.

Ministerstvo zahraničních věcí České republiky. **Česko–německá deklarace o vzájemných vztazích a jejich budoucím rozvoji.** 1997. Disponível em: <[https://www.mzv.cz/berlin/cz/vzajemne\\_vztahy/cesko\\_nemecka\\_deklarace\\_o\\_vzajemnych\\_h\\_tml](https://www.mzv.cz/berlin/cz/vzajemne_vztahy/cesko_nemecka_deklarace_o_vzajemnych_h_tml)>. Acesso em: 2021–09–18.

Ministerstvo zahraničních věcí České republiky. **Bezpečnostní strategie České republiky.** (online). Disponível em: <<https://www.databaze-strategie.cz/cz/mzv/strategie/bezpecnostni-strategie-ceske-republiky?typ=download>>. Acesso em: 2021–16–09.

Ministerstvo zahraničních věcí České republiky. **CEFTA 2006 – Středoevropská zóna volného obchodu.** (online) Disponível em: <[https://www.mzv.cz/zagreb/cz/obchod\\_a\\_ekonomika/cefta\\_2006\\_stredoevropska\\_zona\\_volneho.html](https://www.mzv.cz/zagreb/cz/obchod_a_ekonomika/cefta_2006_stredoevropska_zona_volneho.html)>. Acesso em: 2022–08–14.

Ministerstvo zahraničních věcí České republiky. **Česko–polské vztahy po roce 1989.** (online) Disponível em: <[https://www.mzv.cz/warsaw/cz/o\\_velvyslanectvi/cesko\\_polske\\_vztahy\\_od\\_roku\\_1989/index.html](https://www.mzv.cz/warsaw/cz/o_velvyslanectvi/cesko_polske_vztahy_od_roku_1989/index.html)>. Acesso em: 2022–02–02.

Ministerstvo zahraničních věcí České republiky. **Koncepce zahraniční politiky, část B, III. Regionální spolupráce ve střední Evropě.** Praha: MZV, 1999.

Ministerstvo zahraničních věcí České republiky. **Koncepce zahraniční politiky České republiky na léta 2003–2006, Část 4.3. Bilaterální a regionální spolupráce v euroatlantickém prostoru.** Praha: MZV, 2002.

Mladá fronta Dnes. **Klaus: Jděte všichni k referendu.** Mladá fronta DNES, volume e número desconhecidos, p. 1, 10.6.2003.

MLEJNEK, J.; ŠUSTROVÁ, P. **Volba Václava Havla prezidentem v prosinci 1989.** Moderní–dejiny.cz, 2012. (online) Disponível em: <<https://www.moderni-dejiny.cz/clanek/volba-vaclava-havla-prezidentem-v-prosinci-1989/>>. Acesso em: 2022–02–08.

MLSNA, P. **Hospodářský vývoj v Československu a České republice po roce 1989.** In: HEISS, G.; KRÁLOVÁ, K.; PEŠEK, J.; RATHKOLB, O. (eds.). *Česko a Rakousko po konci Studené války: Různými cestami do nové Evropy.* Albis International: Ústí nad Labem. p. 115 – 146, 2008.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **A segunda guerra fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MORAES, D., RAMONET, I., PASCUAL, S. **Mídia, Poder e Contrapoder: Da concentração monopólica à democratização da informação.** Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

MOSCO, V. **The Political Economy of Communication.** London: Sage, 2009.

MULLER, D. **Cesta České republiky do Evropské unie.** In: FAJMON, H. (ed.). *Cesta České republiky do Evropské unie.* Brno: Centrum pro studium demokracie a kultury, 2004.

MYANT, M. **Vzestup a pád českého kapitalismu: ekonomický vývoj České republiky od roku 1989.** Praha: Academia, 2013.

NEČAS, T. **Vývoj volby prezidenta v České republice.** Dissertação. Brno: Právnická fakulta Masarykovy univerzity, 2013. Disponível em: <[https://is.muni.cz/th/i678e/Tomas\\_Necas\\_-\\_Diplomova\\_prace.pdf](https://is.muni.cz/th/i678e/Tomas_Necas_-_Diplomova_prace.pdf)>. Acesso em: 2022–02–08.

NOELLE–NEUMANN, E. **Spiral of Silence.** In: GRIFFIN, E. A. (ed.) *A First Look at Communication Theory.* New York: McGraw–Hill, 1991.

North Atlantic Council. **The Alliance's Strategic Concept.** Washington D.C, 1999. Disponível em: <[https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_27433.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_27433.htm)>. Acesso em: 2019–04–13.

NOVÁK, M. (2014). **Dubček na Hrad? Ne, shodli se vzácně Havel a Husák.** Aktuálně.cz, 2014 (online). Disponível em: <<https://zpravy.aktualne.cz/zahranici/dubcek-na-hrad-ne-shodli-se-vzacne-havel-a-husak/r~2054bc5c668a11e49bec0025900fea04/>>. Acesso em: 2022–02–08.

ODS. **Manifest českého eurorealismu.** 2001. Disponível em: <<https://docplayer.cz/25415054-Manifest-ceskeho-eurorealismu.html>>. Acesso em: 2022-12-04.

PALATA, L. **Jdeme do NATO.** Mladá fronta DNES, volume número desconhecidos, p. 12, 27.2.1999.

PALETZ, D. L.; JAKUBOWICZ, K. (eds.) **Business as Usual: Continuity and Change in Central and Eastern Europe.** New Jersey: Hampton Press, 2003.

PANITCH, L.; GIDIN, S. **The Making Of Global Capitalism: The Political Economy of American Empire.** Londres: Verso, 2012.

PARIZKOVA, N. **Geopolitics and the role of media: Czechoslovakia during the Cold War.** 2016. 121f. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016a.

PARIZKOVA, N. **Media and strengthening the hegemony: Discussion on recent strategy of the United States.** Artigo apresentado no ENEPI, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016b.

POLELLE, M. R. **Raising Cartographic Consciousness: The Social and Foreign Policy Vision of Geopolitics in the Twentieth Century.** Lanham: Lexington Books, 1999.

Poslanecká sněmovna Parlamentu České republiky. **Ke koncepci zahraniční politiky České republiky – Vystoupení ministra zahraničních věcí Josefa Ziehlince na 8. Schůzi Poslanecké sněmovny Parlamentu ČR.** 21.4.1993. (online) Disponível em: <[www.psp.cz/cgi-bin/win/eknih/1,993ps/stenprot/008schuz/s008019.htm](http://www.psp.cz/cgi-bin/win/eknih/1,993ps/stenprot/008schuz/s008019.htm)>. Acesso em: 2022-02-11.

Prague stock exchange. **Dvacet let novodobého obchodování – Novinky – Burza cenných papírů Praha, a.s.** 2013. (online) Disponível em: <<https://www.pse.cz/Novinky/Detail.aspx?ka=2841>>. Acesso em: 2016-02-17.

Prague stock exchange. **Historie burzy – Burza cenných papírů Praha, a. s.** (online) Disponível em: <<https://www.pse.cz/Dokument.aspx?k=Historie-Burzy>>. Acesso em: 2016-02-17.

Právo (ČTK). **Vlk vyzval: křížkujte ano.** Právo (ČTK), volume e número desconhecidos, p. 2, 13.6.2003.

Pražský hrad. **Projev prezidenta republiky Václava Havla k oběma komorám Parlamentu České republiky.** (online). Disponível em: <<http://old.hrad.cz/president/Havel/speeches/1997/0912.html>>. Acesso em: 2022-03-11.

PREČAN, V.; SLÁDEK, Z. (eds.). **K vývoji sovětské politiky vůči státům Varšavské smlouvy: dokumenty a materiály 1989–1990.** Praha: Ústav pro soudobé dějiny AV ČR, 1999.

PRŮCHA, V. et al. **Hospodářské a sociální dějiny Československa 1918–1992, 2. díl, období 1945–1992**. Brno: Doplněk, 2009.

PULLMANNOVÁ, E. **Tendence rozvoje československo–německých hospodářských vztahů**. Praha: Ústřední ústav národohospodářského výzkumu, 1991.

RAŠEK, A. **Ztrácí NATO věrohodnost?**. Právo, volume e número desconhecido, p. 06, 14.5.1990.

REFLEX. **Před 25 lety zvolil komunistický parlament Václava Havla prezidentem**. Reflex.cz, 2014. (online) Disponível em: <<https://www.reflex.cz/clanek/zpravy/61190/pred-25-lety-zvolil-komunisticky-parlament-vaclava-havla-prezidentem.html>>. Acesso em: 2022-02-08.

RÉMOND, R. **Introdução à história de nosso tempo. Volume 3, O século XX, de 1914 aos nossos dias**. São Paulo: Cultrix, 1974.

República Tcheca. **Lei número 60/1988 Coll. de 21 de abril de 1988. Zákon České národní rady o změnách v organizaci a působnosti ministerstev a jiných ústředních orgánů státní správy České socialistické republiky** (Ato do Conselho Nacional Tcheco sobre Mudanças na Organização e Poderes dos Ministérios e Outros Órgãos Centrais da Administração Estatal da República Socialista Tcheca). Arquivado na Coleção de Leis, Praga, República Tcheca, 1988. (online) Disponível em: <<https://www.zakonyprolidi.cz/cs/1988-60>>. Acesso em: 2020-04-12.

República Tcheca. **Ato Constitucional n.º 556/1990 Coll de 27 de dezembro de 1990. Ústavní zákon, kterým se mění ústavní zákon č. 143/1968 Sb., o československé federaci. Ato Constitucional que altera o Ato Constitucional n.º 143/1968 Coll., sobre a Federação Tchecoslovaca**. Arquivado na Coleção de Leis, Praga, República Tcheca, 1990(a). (online) Disponível em: <<https://www.zakonyprolidi.cz/cs/1990-556>>. Acesso em: 2021-10-02.

República Tcheca. **Lei número 86/1990 Coll. de 29 de março de 1990. Zákon, kterým se mění a doplňuje zákon č. 81/1966 Sb., o periodickém tisku a o ostatních hromadných informačních prostředcích** (Lei que altera e complementa a Lei n.º 81/1966 Coll., sobre periódicos e outros meios de comunicação de massa). Arquivado na Coleção de Leis, Praga, República Tcheca, 1990 (b). (online) Disponível em: <<https://www.zakonyprolidi.cz/cs/1990-86>>. Acesso em: 2020-04-20.

República Tcheca. **Lei constitucional número 23/1991 Coll. de 02 de fevereiro de 1991. Ústavní zákon, kterým se uvozuje LISTINA ZÁKLADNÍCH PRÁV A SVOBOD jako ústavní zákon Federálního shromáždění České a Slovenské Federativní Republiky** (Lei constitucional que introduz a CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DA LIBERDADE como lei constitucional da Assembleia Federal da República Federativa Tcheca e Eslovaca). Arquivado na Coleção de Leis, Praga, República Tcheca, 1991(a). (online) Disponível em: <<https://www.zakonyprolidi.cz/cs/1991-23>>. Acesso em: 2020-04-01.

República Tcheca. **Lei número 92/1991 Coll. de 22 de março de 1991. Zákon o podmínkách převodu majetku státu na jiné osoby** (A Lei sobre as Condições de Transferência de Propriedade do Estado para Outras Pessoas). Arquivado na Coleção de Leis, Praga, República



Tcheca, 1991(b). (online) Disponível em: <<https://www.zakonyprolidi.cz/cs/1991-92>>. Acesso em: 2021-06-22.

República Tcheca. **Lei número 468/1991 Coll. de 22 de novembro de 1991. Zákon o provozování rozhlasového a televizního vysílání** (Lei sobre a operação de radiodifusão e televisão). Arquivado na Coleção de Leis, Praga, República Tcheca, 1991(c). (online) Disponível em: <<https://www.zakonyprolidi.cz/cs/1991-468>>. Acesso em: 2020-04-20.

República Tcheca. **Lei número 483/1991 Coll. de 29 de novembro de 1991. Zákon České národní rady o České televizi** (Ato do Conselho Nacional Tcheco sobre a Televisão Tcheca). Arquivado na Coleção de Leis, Praga, República Tcheca, 1991(d). (online) Disponível em: <<https://www.zakonyprolidi.cz/cs/1991-483>>. Acesso em: 2020-04-14.

República Tcheca. **Lei número 484/1991 Coll. de 29 de novembro de 1991. Zákon České národní rady o Českém rozhlasu** (Ato do Conselho Nacional Tcheco sobre a Rádio Tcheca). Arquivado na Coleção de Leis, Praga, República Tcheca, 1991(e). (online) Disponível em: <<https://www.zakonyprolidi.cz/cs/1991-484>>. Acesso em: 2020-04-14.

República Tcheca. **Lei número 22/1992 Coll. de 20 de janeiro de 1992. Zákon o Státní bance československé** (Lei sobre o Banco do Estado da Tchecoslováquia). Arquivado na Coleção de Leis, Praga, República Tcheca, 1992. (online) Disponível em: <<https://www.zakonyprolidi.cz/cs/1992-22>>. Acesso em: 2020-03-20.

República Tcheca. **Lei constitucional número 1/1993 Coll. de 28 de dezembro de 1992. Ústava České republiky** (Constituição da República Tcheca). Arquivado na Coleção de Leis, Praga, República Tcheca, 1993(a). (online) Disponível em: <<https://www.zakonyprolidi.cz/cs/1993-1>>. Acesso em: 2020-04-25.

República Tcheca. **Resolução número 2/1993 Coll. de 28 de dezembro de 1992. Usnesení předsednictva České národní rady o vyhlášení LISTINY ZÁKLADNÍCH PRÁV A SVOBOD jako součástí ústavního pořádku České republiky** (Resolução do Presidium do Conselho Nacional Tcheco sobre o anúncio da CARTA DE DIREITOS E LIBERDADES FUNDAMENTAIS como parte da ordem constitucional da República Tcheca). Arquivado na Coleção de Leis, Praga, República Tcheca, 1992(b). (online) Disponível em: <<https://www.zakonyprolidi.cz/cs/1993-2>>. Acesso em: 2020-04-20.

República Tcheca. **Lei número 106/1999 Coll. de 08 de junho de 1999. Zákon o svobodném přístupu k informacím** (Lei de Liberdade de Informação). Arquivado na Coleção de Leis, Praga, República Tcheca. (online) Disponível em: <<https://www.zakonyprolidi.cz/cs/1999-106>>. Acesso em: 2020-05-03.

República Tcheca. **Lei número 46/2000 Coll. de 14 de março de 2000. Zákon o právech a povinnostech při vydávání periodického tisku a o změně některých dalších zákonů** (tiskový zákon) (Lei sobre Direitos e Obrigações na Publicação de Periódicos e sobre Emendas a Certas Outras Leis (Lei de Imprensa)). Arquivado na Coleção de Leis, Praga, República Tcheca. (online) Disponível em: <<https://www.zakonyprolidi.cz/cs/2000-46>>. Acesso em: 2020-04-25.



República Tcheca. **Lei número 231/2001 Coll. de 07 de julho de 2001. Zákon o provozování rozhlasového a televizního vysílání a o změně dalších zákonů** (Lei sobre o funcionamento da radiodifusão e televisão e sobre a alteração de outras leis). Arquivado na Coleção de Leis, Praga, República Tcheca. (online) Disponível em: <https://www.zakonyprolidi.cz/cs/2001-231>, Acesso em: 2020-05-03.

ROBEJŠEK, P. **Výzvy české diplomacie na prahu 21. století**. Mezinárodní politika, 26, 4, p. 30-32, 2002.

ROEDER, P. G. **The revolution of 1989: What have we learned?**. Slavic Review, 58 (4), p. 743 – 755, 1999.

Romania Insider. **Report: Romanian diaspora, fifth largest in the world**. 2019. (online) Disponível em: <https://www.romania-insider.com/oecd-romanian-diaspora-july-2019>. Acesso em: 2022-08-21.

ROŠKOT, J. **Česká republika v NATO**. Právo, volume e número desconhecido, p. 01, 13.3.1999.

ROTHROCK, J. **Information warfare: Time for some constructive skepticism?**. In: Athena's camp: Preparing for conflict in the information age. Santa Monica: RAND, 1977.

RYJÁČEK, J. **Vnitropolitický vývoj České republiky po roce 1992**. In: HEISS, G.; KRÁLOVÁ, K.; PEŠEK, J.; RATHKOLB, O. (eds.). Česko a Rakousko po konci Studené války: Různými cestami do nové Evropy. Albis International: Ústí nad Labem. p. 41-60, 2008.

ŠARADÍN, P. (2003). **Referendum o přistoupení k EU a volební podpora politických stran v České republice**. Brno: Masarykova univerzita. Muni Journals on-line, 2003. Disponível em: <https://journals.muni.cz/cepsr/article/view/4021/5304>. Acesso em: 2022-12-30.

SCHWARTAU, W. **Information warfare: Chaos on the electronic superhighway**. New York: Thunder's Mouth Press, 1994.

SCHWARTZ, R.A. **The Cold War reference guide: a general history and annotated chronology with selected biographies**. Jefferson: McFarland, 1997.

ŠEDIVÝ, J. **Dilema rozšiřování NATO**. Praha: Ústav mezinárodních vztahů, 2001.

SENDING, O. J.; NEUMANN, I. B. **The Power of Civil Society: Governmentality Analysis Trumps the Literature on Global Governance**. Artigo apresentado na Annual Conference of the ISA, Março de 2004.

SHAH, A. **Media in the United States**. 2012. (online) Disponível em: <http://www.globalissues.org/article/163/media-in-the-united-states>. Acesso em: 2016-04-23.

ŠIK, O. **Socialismus – teorie a praxe**. In: ŠIK, O. Socialismus dnes?. Praha: Academia. p. 14-44, 1990.

ŠIMÍČEK, V. **Právní zakotvení institutu referenda v ústavním pořádku České republiky.** Politologický časopis, 10, 2. p. 141–148, 2003.

SIPRI Yearbook 1996. **Armaments, Disarmament and International Security.** New York: Oxford University Press, 1996.

Sociologický ústav AV ČR. **Sociologická encyklopedie Sociologického ústavu Akademie věd ČR.** (on–line) Dostupné em: <<https://encyklopedie.soc.cas.cz/w/Diskurs>>. Acesso em: 2023–01–12.

SPLICHAL, S. **Imitative revolutions: Changes in the media and journalism in East–Central Europe.** Media Research, 6 (1), p. 5–18, 2001.

SPYKMAN, N. **The Geography of The Peace.** New York: Harcourt, Brace and Company, 1944.

SPYKMAN, N. J. **America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power.** New Jersey: Transaction Publishers, 2007 (1942).

ŠTĚPÁN, M.; HOLEC, P. **Miroslav Štěpán: můj život v sametu, aneb, Zrada přichází z Kremlu.** Praha: Malý princ, 2013.

STRAUSZ–HUPÉ, R. **Geopolitics: The Struggle for Space and Power.** New York: G. P. Putnam's Sons, 1942.

STAVRAKIS, P. J. **State Building in Post–Soviet Russia: The Chicago Boys and the Decline of Administrative Capacity.** Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 1993.

ŠTROUGAL, L.; JIRKŮ, Z. **Ještě pár odpovědí.** Praha: Epoque, 2011.

ŠULC, Z. **Stručné dějiny ekonomických reforem v Československu (České republice) 1945–1995.** Brno, Doplněk, 1998.

ŠVEJNAR, J. (ed). **The Czech Republic and Economic Transition in Eastern Europe.** London: Academic Press Limited, 1995.

ŠVEJNAR, J. **Introduction and Overview.** In: ŠVEJNAR, J. (ed). The Czech Republic and Economic Transition in Eastern Europe. London: Academic Press Limited. p. 1–19, 1995.

ŠVEJNAR, J.; TERRELL, K.; MÜNICH, D. **Nezaměstnanost v České a Slovenské republice.** In: Česká republika a ekonomická transformace ve střední a východní Evropě. Praha: Academia, 1997.

SWIFT, J. **Historical Atlas of the Cold War.** New York: Palgrave Macmillan, 2003.

TALLBERG, J. **The agenda–shaping powers of the EU council presidency.** Journal of European Public Policy, 10 (1), p. 1–19, 2003.

The World Bank. **GDP growth (annual %) – East Asia & Pacific (excluding high income)**. 2021. (online) Disponível em <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2020&locations=4E&start=1961&view=chart>>. Acesso em: 2021-06-21.

TŮMA, O. **Pád komunistického režimu v Československu**. In: HEISS, G.; KRÁLOVÁ, K.; PEŠEK, J.; RATHKOLB, O. (eds.). *Česko a Rakousko po konci Studené války: Různými cestami do nové Evropy*. Albis International: Ústí nad Labem. p. 13–22, 2008.

ULBRICH, J. **Raising the Curtain**. Akron Beacon Journal, volume e número desconhecido, p. A2, 12.3.1999.

UNSTEAD, J.F. **The belt of political change in Europe**. The Scottish Geographical Magazine, 34, p. 183–192, 1923.

USIA. **Czechs Now Less Committed to NATO Membership**. In: Opinion Analysis, p. 2–3, 6.6.1996.

USIA. **The New European Security Architecture**. In: Public Assess the Building Blocs of European Security, Vol. II., USIA Office of Research and Media Reaction: Washington, 1996.

USIA. **An Overview**. 1998. (online). Disponível em: <http://dosfan.lib.uic.edu/usia/usiahome/oldoview.htm#overview>. Acesso em: 2016-03-22.

UŠIAK, J. **The Security Environment of the V4 Countries**. In: CABADA, L.; WAISOVÁ, Š. *Security, Foreign and European Policy of the Visegrad Group*. Praga: Togga. p. 31–60, 2018a.

UŠIAK, J. **Security-related Cooperation among the V4 States**. In: CABADA, L.; WAISOVÁ, Š. *Security, Foreign and European Policy of the Visegrad Group*. Praga: Togga, p. 61–90, 2018b.

VĚRTELÁŘ, V. **NATO schváleno**. Haló noviny, volume e número desconhecidos, p. 1, 11.5.1998.

Visegrad Group. **Czech–Polish–Hungarian declaration, signed by the President of Czech Republic, the President of Poland and the Prime Minister of Hungary**. 1997. Disponível em: <<http://www.forost.ungarisches-institut.de/pdf/19970709-1.pdf>>. Acesso em: 2022-03-23.

Visegradgroup.eu. **Visegrad Declaration**. Visegrad, 1991. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20140418042857/http://www.visegradgroup.eu/documents/visegrad-declarations/visegrad-declaration-110412-2>>. Acesso em: 2020-07-14.

Visegradgroup.eu. **Contents of Visegrad cooperation 1999**. 1999. Disponível em: <<http://www.visegradgroup.eu/cooperation/contents-of-visegrad-110412>>. Acesso em: 2019-06-20.

Visegradgroup.eu. **Annex to the content of Visegrad cooperation.** 2002. Disponível em: <<http://www.visegradgroup.eu/cooperation/annex-to-the-content-of>>. Acesso em: 2019-02-04.

Visegradgroup.eu. **Kroměříž declaration.** 2004. (online) Disponível em: <<http://www.visegradgroup.eu/documents/visegrad-declarations/visegrad-declaration-110412-1>>. Acesso em: 2018-03-23.

Visegradgroup.eu. **Polish Visegrad group presidency report.** 2000. (online) Disponível em: <<http://www.visegradgroup.eu/documents/annual-reports/2000-2001-polish-110412>>. Acesso em: 2019-08-10.

Visegrad Post. **The Three Seas Initiative: Central and eastern europe takes charge of its own destiny.** 2016. In: Visegrad Post, 2016. (online) Disponível em: <<https://visegradpost.com/en/2016/08/28/the-three-seas-initiative-central-and-eastern-europe-takes-charge-of-its-own-destiny/>>. Acesso em: 2020-06-15

VODIČKA, K.; CABADA, L. **Politický systém České republiky: Historie a současnost.** Praha: Portál, 2003.

VOJTĚCHOVSKÁ, M. **Česká tištěná média po dvaceti letech.** In: TRAMPOTA, T. (ed). Česká média a Evropská unie: 20 let smazávání hranic. Praha: Metropolitní univerzita Praha, p. 54-72, 2009.

Volby.cz. **Referendum o přistoupení České republiky k Evropské unii konané ve dnech 13.-14.06.2003.** 2003. (online) Disponível em: <<https://volby.cz/pls/ref2003/re13?xjazyk=CZ>>. Acesso em: 2021-10-19.

Volby.cz. **Volby do Poslanecké sněmovny Parlamentu České republiky konané ve dnech 19. – 20.6.1998.** 2021. (online) Disponível em: <<https://volby.cz/pls/ps1998/u4>>. Acesso em: 2021-09-21.

Volby.cz. **Volby do Sněmovny lidu Federálního shromáždění konané ve dnech 5. – 6.6.1992.** 2022. (online) Disponível em: <<https://volby.cz/pls/sl1992/u4>>. Acesso em: 2022-02-12.

WAIŠOVÁ, Š. **Regionalní integrace ve Střední Evropě.** In: CABADA, L. et al. Perspektivy regionu Střední Evropy. Plzeň: Západočeská univerzita v Plzni, p. 35-48, 2002.

WAIŠOVÁ, Š. **Between atlanticism, anti-americanism and europeanization: Dilemmas in Czech foreign policy and the war on terrorism.** In: CABADA, L., WAIŠOVA, S. Czechslovakia and Czech republic in world politics. Plzeň: Aleš Čeněk, p. 111-125, 2006a.

WAIŠOVÁ, Š. **Regional cooperation and integration in Central Europe. Czech republic as regional organization member.** In: CABADA, L., WAIŠOVA, S. Czechslovakia and Czech republic in world politics. Plzeň: Aleš Čeněk, p. 111-125, 2006b.

WAIŠOVÁ, Š. **Poválečná obnova a budování míru: Role a strategie mezinárodních nevládních organizací.** Brno: Masarykova univerzita, 2008a.

WAISSOVÁ, Š. **Evropská energetická bezpečnost**. Plzeň: Aleš Čeněk, 2008b.

WAISSOVÁ, Š. (et al.). **Regionální integrační procesy**. Plzeň: Aleš Čeněk, 2009.

WALLERSTEIN, I. **The Inter–State Structure of the Modern World–System**. In: BOOTH, K.; SMITH, S.; ZALEWSKI, M. *International Theory: Positivism & Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

WALSCH, C. **An East–West Divide in the European Union? The Visegrad Four States in Search of the Historical Self in National Discourses on European Integration**. In: CABADA, L.; WAISSOVÁ, Š. *Security, Foreign and European Policy of the Visegrad Group*. Praga: Togga, p. 297–314, 2018.

ŽÁČEK, P. **Vypovídat pravdu a nic nezamlčet: protokoly parlamentní vyšetřovací komise pro objasnění událostí 17. listopadu 1989**. Praha: ÚSTR, 2013.

ZAMOYSKI, A. **História da Polónia**. Lisboa: Edições 70, 2009.

ŽÍDEK, L. **Transformace české ekonomiky: 1989–2004**. Praha: C. H. Beck, 2006.